

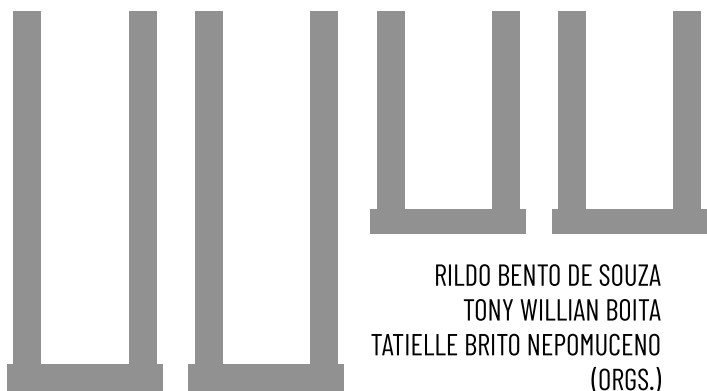
PACO  EDITORIAL

RILDO BENTO DE SOUZA
TONY WILLIAN BOITA
TATIELLE BRITO NEPOMUCENO
(ORGS.)

MUSEU DAS **BANDEIRAS**

LUGAR DE PESQUISA

REVISTA DO ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS - 2ª EDIÇÃO



RILDO BENTO DE SOUZA
TONY WILLIAN BOITA
TATIELLE BRITO NEPOMUCENO
(ORGS.)

MUSEU DAS **BANDEIRAS**

LUGAR DE PESQUISA



REVISTA DO ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS - 2ª EDIÇÃO

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Droguett
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Comitê Editorial para Publicações de História

Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro, Dr. Magno Francisco de Jesus Santos,
Dra. Marileide Lázara Cassoli, Dra. Silene Ferreira Claro, Ma. Tatiane de Jesus Chates

©2022 Rildo Bento de Souza; Tony Willian Boita; Tatielle Brito Nepomuceno

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M974

Museu das Bandeiras: lugar de pesquisa / organização Rildo Bento de Souza,
Tony Willian Boita, Tatielle Brito Nepomuceno. - 2. ed. - Jundiá, SP : Paco, 2022.
400 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5840-951-9

1. Museu das Bandeiras - Goiás. 2. Museus históricos - Brasil. 3. Museus - Centro histórico - Brasil. 4. Lugar de memória. I. Souza, Rildo Bento de. II. Boita, Tony Willian. III. Nepomuceno, Tatielle Brito.

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

22-78163

CDD: 305.800748173
CDU: 069-027.555(817.3)

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiá-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

PARTE 1

MUSEU DAS BANDEIRAS: LUGAR DE PESQUISA

ORGANIZAÇÃO:
RILDO BENTO DE SOUZA

APRESENTAÇÃO 15
Rildo Bento de Souza

A CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII:
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA 21
Alan Ricardo Duarte Pereira

FOLHAS AVULSAS:
UMA VIAGEM PELO MUSEU DAS BANDEIRAS 31
Ana Amélia Aquino Brito

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRIDADE
DOCUMENTAL NA REVISÃO DE
OBRAS HISTÓRICAS CONSAGRADAS 41
Augusthus Luiz de Souza Barbosa

“VELHA CASA DE TANTOS QUE SE FORAM”:
OS “PAPEIS DE CIRCUNSTÂNCIA” SOBRE
A CASA VELHA DA PONTE NO ARQUIVO
DO MUSEU DAS BANDEIRAS 51
Clovis Carvalho Britto

A RELEVÂNCIA DO MUBAN PARA
AS PESQUISAS DE (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA
DAS CIDADES SETECENTISTAS DE GOIÁS 65

Deusa Maria Rodrigues Boaventura

A IMPORTÂNCIA DO EDIFÍCIO DO
MUSEU DAS BANDEIRAS PARA O ESTUDO
DA REPRESENTAÇÃO DO MEDO
E DA CATÁSTROFE EM GOIÁS 73

Eliézer Cardoso de Oliveira

MUSEU DAS BANDEIRAS:
ENTRE A MEMÓRIA E ESQUECIMENTO 85

Fernanda Soares Rezende

O MUSEU DAS BANDEIRAS E SEU ARQUIVO 99

Gustavo Neiva Coelho

PESQUISAR NO MUSEU DE ONTEM E DE HOJE:
UMA TRAJETÓRIA EM DIÁLOGO 103

Heloisa Selma Fernandes Capel

Fernando Martins dos Santos

DOCUMENTOS QUE SOBEM ATÉ O TETO:
AS CARTAS DE LIBERDADE
DO MUSEU DAS BANDEIRAS 117

Igor Fernandes de Alencar

UM LUGAR E MUITAS MEMÓRIAS:
O MUSEU DAS BANDEIRAS E
MINHA FORMAÇÃO DE HISTORIADOR 131

Jason Hugo de Paula

A MUSEOLOGIA, O MUSEU DAS BANDEIRAS E EU:
UMA RELAÇÃO AFETIVA (E) DE PESQUISA 145
Lara Pelhus Gomes Claudino

MUSEU DAS BANDEIRAS: TEMPO DE LEMBRAR 157
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

SUBINDO ESCADAS PARA CONHECER
MAIS HISTÓRIA(S): O QUE PODE NOS
ENSINAR O ARQUIVO DO MUBAN 161
Maria Lemke

OS SUCESSOS DE AGOSTO:
UMA REVOLUÇÃO “FRANCESA”,
TARDIA E EFÊMERA, EM VILA BOA DE 1831 171
Milena Bastos Tavares

REMEMORANDO AS PESQUISAS
NO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUBAN 187
Nádia Mendes de Moura

ACERVOS CULTURAIS GUARDADOS
POR UM MONUMENTO: SENSIBILIDADE,
PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA
NO MUSEU DAS BANDEIRAS 203
Raquel Miranda Barbosa

O ESTADO NOVO NO ARQUIVO
DO MUSEU DAS BANDEIRAS:
UMA ANÁLISE DO FUNDO
“DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA DE GOYAZ” 217
Rildo Bento de Souza

PARTE 2
REVISTA DO ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS
NÚMERO II

ORGANIZAÇÃO:
TONY WILLIAN BOITA
TATIELLE BRITO NEPOMUCENO

OS OBSERVATÓRIOS METEOROLÓGICOS
E ASTRONÔMICOS DE GOIÁS VELHO 233

Marcia Cristina Alves
Marcus Granato

SOBRE A ÁGUA PARA BEBER.
VIAGEM ENTRE OS AÇORES
E O BRASIL A BORDO DE UM FILTRO DE PEDRA 251

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

O ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS – MUBAN:
CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO
DO LYCEU DE GOYAZ 277

Lucas Lino da Silva
Fernanda Barros

ENCHENTES DO RIO VERMELHO: IMPACTOS
SOBRE O TECIDO URBANO DA CIDADE DE GOIÁS 293

Lucas Italo Silva Ribeiro
Karine Camila Oliveira

AS DÉCIMAS URBANAS E SUA CONTRIBUIÇÃO
À HISTÓRIA DAS CIDADES 315

Nádia Mendes de Moura

A CASA DE CÂMARA E CADEIA DA CIDADE DE GOIÁS
NA LITERATURA DE VIAGEM/MEMORIALÍSTICA
DOS SÉCULOS XIX-XX (PARTE 1)

335

Rildo Bento de Souza

MUSEOLOGIA LGBT APLICADA:
UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO
NO MUSEU DAS BANDEIRAS

363

Tony Boita

Rosana Maria Ribeiro Borges

SOBRE OS AUTORES

389

PREFÁCIO

Este livro é uma ode a pesquisa museológica. Dividido em duas partes, a leitora e/ou leitor poderá conhecer os relatos de cientistas que realizaram suas pesquisas ao longo dos mais de setenta anos deste museu, além de pesquisas recentes realizadas no último ano. A primeira é composta pelo dossiê **Museu das Bandeiras: lugar de pesquisa** organizado por Rildo Bento de Souza e a segunda parte resultado de pesquisas realizadas entre 2021 e 2022 no Museu das Bandeiras que compõe a segunda edição da *Revista do Arquivo do Museu das Bandeiras*.

Ressaltamos que desde 2018 a pesquisa tornou-se um elemento prioritário no Museu das Bandeiras e em seu arquivo estão abertos a todas as pessoas interessadas. Em 2019 iniciamos um processo de digitalização do acervo, o que fez que não abandonássemos os pesquisadores durante a pandemia covid-19, mesmo com as portas fechadas para a visitação, a pesquisa não parou. Nesse período, centenas de cientistas foram atendidas (os) por nossa equipe visando cumprir nossa missão institucional atualizada em 2020,

O MUBAN tem como missão preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação da região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando à universalidade do acesso, à sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, também contribuindo para o desenvolvimento do país por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual e do respeito aos direitos e à dignidade humana.

Em 2021 mesmo com a pandemia do covid-19 continuamos trabalhando presencialmente e remotamente. Neste ano, oferecemos 13 módulos do Programa de Formação do Museu das Bandeiras, realizamos 2 eventos, o Seminário Museus, Memória e Patrimônio: Perdas e Recomeços e a Semana Veiga Valle: 215 anos do artista no sertão, além da realização das atividades da Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus. Ao todo, atendemos 996 pessoas.

Esta publicação é fruto de trabalhos e estudos realizados entre 2021 e 2022 no Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa, ambos vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus que em janeiro de 2022 completou 13 anos.

Goiás, 25 de janeiro de 2022.

Tony Willian Boita e Tatielle Brito Nepomuceno
(Diretor e Vice-Diretora)

PARTE 1

**MUSEU DAS BANDEIRAS:
LUGAR DE PESQUISA**

ORGANIZAÇÃO:
RILDO BENTO DE SOUZA

APRESENTAÇÃO

Rildo Bento de Souza

Instituído pelo Decreto-Lei nº 394/49, de 03 de dezembro de 1949, o Museu das Bandeiras, foi a primeira instituição museal da cidade de Goiás e a segunda a ser criada no estado, apenas três anos após o pioneiro Museu Estadual Professor Zoroastro Artiga, localizado em Goiânia. O MuBan teve suas portas abertas ao público em 1954. No entanto, partir de 1950

o MuBan dividiu espaço com a Cadeia Pública Estadual: enquanto as atividades de pesquisa, reforma e adequação predial estavam sendo realizadas, seis presos continuaram na Casa, quase o ano inteiro. (Bulhões, 2017, p. 152)

Sua criação ocorreu pelo então Departamento Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), e teve como núcleo inicial o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, datada de 1766, tombada como patrimônio histórico em 1951. Ademais, o MuBan possui um arquivo com uma das mais

importantes fontes de documentação sobre a administração pública da Região Centro-Oeste nos períodos colonial e imperial. O acervo referente ao período republicano (...) é também de uma riqueza excepcional. O acervo do Museu das Bandeiras compõe-se de, no mínimo, onze fundos de arquivo, ou fragmentos de fundos, provenientes: da Delegacia fiscal do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda da Província de Goiás, do Ministério da Guerra da Província de Goiás, da Casa de Câmara e Cadeia, da Delegacia de Polícia, da Justiça Eleitoral, de fundos privados

de famílias (não foi possível saber quantas), do Senado da Província de Goiás, da Junta da Real Fazenda, do Liceu de Goiás e Hospital de Caridade Pedro de Alcântara. Esse acervo possui um inestimável valor para a pesquisa, contendo documentos que datam de 1735 a 1954. (Montiel, 1977, p. 14)

Atualmente, o MuBan está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão vinculado ao Ministério do Turismo. Para além do rico acervo que contempla a ocupação do território goiano, a instituição abriga também um dos mais importantes conjuntos arquivísticos sobre a história e a memória de Goiás, que abrange do século XVIII ao início da segunda metade do século XX.

Inicialmente, o edifício que hoje abriga o MuBan, era a Casa de Câmara e Cadeia, representava, para Portugal no período colonial, a sede da administração e da justiça e, juntamente com “as igrejas, figuram no primeiro plano do quadro das nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do país” (Barreto, 1997, p. 365). Na capital da então capitania de Goiás sua construção data de 1766, durante o governo de João Manuel de Melo, a partir de um projeto enviado de Portugal, sendo o segundo edifício erigido na cidade para essa função. O local da sua construção já estava previsto desde 1739, quando Luiz de Mascarenhas, o Conde D’Alva, demarcou o espaço para a fundação da vila. “Em seu local existe o registro, em 1751, de uma pequena edificação de apenas um pavimento, acanhada em relação aos demais de seu entorno” (Coelho, 2013, p. 111), que foi usado como mote inicial para a construção do atual edifício. Situada no largo do Chafariz, estima-se que tenha sido gasto na sua construção “cerca de 20 contos de réis” (Azevedo, 1987, p. 110).

Ademais, foi o único prédio institucional da cidade “construído para um fim específico, pois os demais foram adaptações menos ou mais felizes de edificações residenciais – modificações, acoplagens, espiçados, etc.” (Lima, 2017, p. 78).

Considero que o edifício que hoje abriga o MuBan é um *lugar de memória* por excelência, não somente a memória delineada pela expografia do museu, ou pela memória encarnada nos documentos (em grande parte ainda inexplorados por pesquisadores), ou pelo próprio espaço da cadeia que marcou a vida de várias pessoas, ou pela forma como o prédio foi ressignificado pela população vilaboense. Construído na parte alta da cidade, é um edifício imponente que, primeiramente, queria mostrar-se não somente onipresente como também um espaço de poder e justiça. De acordo com Pierre Nora, a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, enquanto que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”; ou seja, nos lugares de memória, a reconstrução do passado, ou melhor, a representação do passado, só consegue ter um sentido se, pela memória, os indivíduos conseguem se identificar simbólica e afetivamente (Nora, 1993, p. 9). Não obstante, os lugares de memória compreendem como um momento de articulação onde a consciência

da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. (Nora, 1993, p. 7)

Nessa perspectiva, se “habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (Nora, 1993, p. 8). Nesse sentido, a memória precisa de um suporte no presente para conseguir emergir e como ainda não a habitamos para ter a dimensão do todo, a memória passa por uma constante disputa de poder que elege o que deve ser lembrado ou esquecido.

E o MuBan tem, não somente em sua expografia, mas principalmente em seu arquivo várias formas de *lembrar* o que muitos teimam em *esquecer*. Apropriado por dezenas de pesquisadores no decorrer da sua história, o arquivo do MuBan tornou-se importantíssimo para o desenvolvimento de temas até então inexplorados. O objetivo principal desse dossiê é apresentar como o arquivo do MuBan contribuiu para o andamento das pesquisas em diversos campos do conhecimento.

Ademais, a proposta deste dossiê nasceu entre março e maio de 2021, quando realizei uma pesquisa no MuBan. Meu foco foram os documentos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás, mais precisamente no período do Estado Novo (1937-1945) e sua intensa repressão aos *excessos* políticos, sociais e culturais, com perseguições a prostitutas, loucos, comunistas, políticos opositores, alemães, italianos, japoneses.¹ Entretanto, minha pesquisa também perpassou pela história da instituição e tive contato com diversos trabalhos que usaram o arquivo do MuBan como fonte. A partir de então, um trabalho foi levando ao outro e assim fiz a proposta do referido dossiê para a instituição que

1. Perseguidos a partir do momento que o Brasil entrou na II Guerra ao lado dos aliados.

o endossou e logo após fiz o convite para 46 pesquisadoras e pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Entretanto, por diversos motivos, vários não encaminharam os textos no período acordado e, ao final, dezenove pessoas enviaram seus depoimentos a quem muito agradeço e tenho certeza de que eles mostram uma visão global sobre o ofício do pesquisador e os percalços da pesquisa.

Não obstante, os dezoito textos que enfeixam este dossiê foram produzidos por pessoas formadas nas áreas de história, arquitetura e urbanismo, museologia e sociologia, o que evidencia o caráter plural das pesquisas realizadas no arquivo do MuBan. Diversos temas foram abordados nos textos que se seguem: escravidão, nobreza, decadência, arquitetura da cidade, doenças, alimentação, Estado Novo, dentre outros interessantes e fundamentais assuntos.

Este dossiê *Museu das Bandeiras: lugar de pesquisa* foi pensado como o primeiro de uma trilogia, composta também por *Museu das Bandeiras: lugar de memória* e *Museu das Bandeiras: lugar de educação*. O foco dos três é trazer depoimentos de pesquisadores, moradores, professores e visitantes ressaltando a importância que o MuBan teve em suas trajetórias. Oxalá tenhamos fôlego pra trazer os outros dossiês à lume, já que, infelizmente, vivemos um tempo de desesperanças, com um contínuo e planejado ataque à ciência, ao estudo e ao conhecimento, promovendo um desmonte não somente no que diz respeito a nossa cidadania, mas à nossa própria humanidade. Este dossiê mostra que pesquisar e estudar é, antes de tudo, um ato de resistência. E vamos resistir...

Goiânia, 15 de janeiro de 2022.

Refêrencias

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910**. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 26. Brasília: IPHAN, 1997.

BULHÕES, Girlene Chagas. **Museus para o esquecimento: seletividade e memórias silenciadas nas performances museais**. 193f. 2017. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da Cidade de Goiás**. Goiânia: Iphan-GO, 2017.

MONTIEL, Rosane. Arquivos: memórias vivas de Goiás: a criação de uma instituição de arquivo na Cidade de Goiás. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 1, 1977.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo: EDUC (10), dezembro/1993.

A CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Alan Ricardo Duarte Pereira

No ano de 2011 iniciei minha pesquisa sobre Goiás no século XVIII. Havia mudado para cidade de Goiânia naquele ano e ingressado na Universidade Federal de Goiás (UFG) no curso de história. Lembro-me, na época, de ter enviado um e-mail para a professora Cristina de Cássia informando do meu interesse pela pesquisa. Não demorou e, logo naquele ano, já havia sido contemplado com uma bolsa de iniciação científica.

A ideia era pesquisar sobre a chamada “nobreza da terra” na Capitania de Goiás no século XVIII. O desafio era grande. Afinal, nunca tinha lido um manuscrito e tampouco dominava as técnicas de leitura e transcrição. Foram meses debruçando nos documentos, lendo dissertações, teses, artigos e, assim, estreitando meu contato com aquela sociedade do Setecentos.

Ao estudar a dita “nobreza da terra” percebi que, além de ser um grupo radicalmente oposto à nobreza europeia, havia uma ligação muito forte com os serviços prestados no contexto ultramarino. Em outras palavras, se na Europa – e, especialmente, em Portugal – a nobreza caracterizava-se pelo sangue e o nome, no ultramar o enobrecimento deu-se pelos serviços. Servia-se ao rei português e, em troca, recebia mercês e privilégios.

O conceito de “nobreza a terra” foi usado como chave interpretativa para o estudo da Capitania de Goiás. Entre a pesquisa documental e a historiografia observei que a

história da capitania foi marcada, entre outras coisas, pela presença de uma família: os Cunha Menezes. Aqui ou acolá apareceu tal sobrenome. Tratava-se, em geral, de uma família de Portugal que participou ativamente no serviço ultramarino. Serviram ao rei português nos cargos de governadores, vice-reis, na carreira militar, etc. Transitaram pela África, a Índia e a América portuguesa.

Foi movido pela curiosidade de saber a respeito dos Cunha Menezes que, no ano de 2014, iniciei a pesquisa do mestrado. O objetivo era analisar a trajetória – uma espécie de prosopografia ou “biografia coletiva” – dessa família no século XVIII. Portanto, fui recorrendo aos títulos e cargos ocupados pelos grupos desta família. Alguns pressupostos foram lançados: em primeiro lugar, com a entronização da Dinastia de Bragança no século XVII, o enobrecimento em Portugal passou diretamente pela lógica da prestação de serviços. Ou seja, enobrecia-se servindo ao rei português. Em segundo lugar, boa parte da nobreza portuguesa avançou socialmente com o serviço ultramarino. Era no ultramar – e não mais em Portugal – que a nobreza conseguia seu patrimônio e títulos.

Para tanto, foi nesse contexto que os membros da família Cunha Menezes procuravam ocupar postos honoríficos no ultramar. Mais exatamente, ao menos três integrantes passaram pela Capitania de Goiás: Luís da Cunha Menezes (1778-1783), Tristão da Cunha Menezes (1783-1800) e João Manoel de Menezes (1800-1804). Vale esclarecer que ocuparam o cargo de governador. Era um dos postos mais disputados no contexto ultramarino. Mais do que isso, a escolha para ser um governador era realizada diretamente pelo rei português. Desse modo, ser escolhido para tal cargo mostrava, entre outras coisas, a proximidade com o trono português, uma relação de confiança e de trocas simbólicas.

Após o estudo prosopográfico da família Cunha Menezes decidi, então, compreender como governaram na Capitania de Goiás. Ou seja, o que fizeram nas paragens de cá, quais estratégias utilizaram na administração da capitania, as alianças formadas, os conflitos e queixas envolvendo tais indivíduos. Assim, no doutorado enveredei-me pelo estudo da governança em Goiás. Já havia pesquisado sobre a nobreza no período moderno, no entanto, faltava algo nesse mosaico. Percebi que para governar uma vasta região como a Capitania de Goiás não bastava apenas ostentar um título ou dizer que representava o rei. Era preciso, antes de qualquer coisa, consolidar alianças com os grupos locais.

A pesquisa ganhou fôlego quando, em meados de 2018, entrei em contato com a documentação do Museu das Bandeiras. Foi por meio dessa documentação que identifiquei algumas estratégias usadas pelos governadores na administração da Capitania de Goiás. Escolhendo como ponto de partida os governadores da família Cunha Menezes, observei, entre outras coisas, a preocupação da Coroa portuguesa com os indígenas. Mais exatamente, com política do Marquês de Pombal (1750-1777), a preocupação dos governadores foi de aldear os indígenas, ensinar a língua portuguesa, os preceitos cristãos e, assim, torná-los “vassalos”.

Ademais, um documento importante foi a carta enviada pelo governador de Goiás, Luís da Cunha Menezes, ao seu irmão, Tristão da Cunha Menezes. Mais exatamente, Luís da Cunha Menezes atuou como governador em Goiás entre 1778 e 1783. Adquiriu experiência com sua passagem por Goiás. Resolveu, no final de 1783, escrever ao seu irmão a respeito da capitania. A razão da escrita da carta era em função de algo: o rei português havia nomeado Tristão da Cunha Menezes para ser o próximo governado de Goiás.

Desse modo, Luís da Cunha Menezes comunicou ao seu irmão da realidade da capitania, os desafios e, especialmente, a importância de ser aproximado dos indígenas.

Nesse sentido, o contato com essa carta – presente no Museu das Bandeiras – ajudou-me no entendimento sobre a capitania e, sobretudo, com as estratégias de governança. Vale a pena destacar alguns elementos deste documento. Talvez o primeiro aspecto importante seja a própria noção do que é governar no século XVIII. Durante toda a carta observa-se, aqui ou ali, a presença de indivíduos ou grupos locais. Com efeito, esse elemento mostrou-me que os governadores não agiam sozinhos. Havia instituições centrais na administração da capitania, por exemplo, a Câmara, a Casa de Fundição, as Irmandades, as Companhias de Ordenanças e Milícias, etc. Enfim, uma miríade de sujeitos que viviam na capitania há bastante tempo e, por causa disso, exerciam influência na política local.

Portanto, esse pressuposto guiou-me em toda a pesquisa do doutorado. Não havia como um único governador chegar à capitania e, da noite para o dia, iniciar sua administração. Era fundamental imiscuir-se nas instituições locais e conseguir aliados. Desse modo, o conceito de “rede” ou “relações clientelares” emergiu como chave de entendimento daquela sociedade. Na documentação, e especialmente na carta de Luís da Cunha Menezes, era corroborado tal perspectiva. Ali o governador explicava para o irmão que era preciso ter aliados e, se possível, possuir “criados”.

Além disso, outro elemento importante na prática da governança era a existência de críticas e denúncias. Tornou-se comum nas diversas capitanias da América portuguesa a escrita de cartas denunciando os governadores. Em geral, eram cartas criticando os atos dos governadores, a usurpa-

ção de jurisdição, o despotismo, práticas ilícitas, entre outras coisas. De tal maneira que escrever constituiu-se como principal meio de comunicação entre Portugal e as regiões ultramarinas e, ao mesmo tempo, como forma de representação.

Nesse sentido, no documento endereçado ao seu irmão, Luís da Cunha Menezes reservou uma parte para alertar da existência das cartas. Quer dizer, o dito governador esclarecia que muitas cartas eram frutos da maledicência. Tinham mais o objetivo de deturpar a imagem do governador. Levavam ao trono do rei português mentiras, documentos falsos e informações distorcidas.

Por conseguinte, baseado nesse documento do Museu das Bandeiras comecei, pouco a pouco, a pensar em outra prática governativa fundamental no ultramar: a escrita de cartas. Observei que os governadores escreviam ao Conselho Ultramarino – principal órgão naquele período nos assuntos do ultramar – rebatendo as críticas e denúncias das cartas. Portanto, constatei que as cartas movimentavam aquela sociedade (e não somente o ouro). Era esse tipo de comunicação que estreitou a distância entre Portugal e a América portuguesa. Muitos escreviam para queixar dos governadores, mas também para solicitar ao rei português seus direitos.

Aqui desenvolvi o conceito de “Império de papel”. A historiografia costuma caracterizar Portugal como um “Império ultramarino”, ou seja, apontar que no período moderno havia domínios portugueses espalhados pela África, Ilhas atlânticas (Madeira, Açores), Ásia e na América portuguesa. Aborda-se, assim, a presença portuguesa nestas regiões e a complexidade da administração em paragens tão distantes e culturalmente diferentes. No entanto, pouco se fala da presença de cartas como sustentáculo deste império.

Procurei mostrar algo novo: a história de Goiás no século XVIII não foi marcada apenas pela conquista de terras e a exploração do ouro. Houve, no processo de conquista, intensa movimentação de correspondências, cartas, ofícios, mapas e documentos referentes ao território da capitania. Com efeito, o contato entre portugueses, indígenas, mineradores, escravizados e negociantes produziu uma vasta documentação escrita mostrando, aqui ou ali, práticas de leitura e escrita.

A escrita de cartas no Império português foi essencial como meio de comunicação entre Portugal e suas possessões ultramarinas. Em geral, tornaram-se fonte das informações acerca das regiões conquistadas, do ouro arrecadado, das “nações” aldeadas, denunciaram os conflitos entre os representantes régios e as populações locais e expressaram, sobretudo, estratégias de mando e poder.

Com feito, busquei mostrar que o “Império português” foi, igualmente, um “Império de papel”. Voltei meu olhar para as cartas, especialmente aquelas preocupadas em denunciar os governadores, como, por exemplo, da carta de Luís da Cunha Menezes presente no Museu das Bandeiras. Estava adentrando ao mundo da intriga e dos conflitos administrativos. Percebi que escrever – ou mesmo ler – não era tão incomum naquela sociedade do século XVIII. Apesar de boa parte da população não possuir nenhum tipo de formação, a existência de cartas indicava que o papel, a tinta e a pena tinham espaço na capitania. Havia, portanto, sujeitos que dominavam os rudimentos do ler, do contar e do escrever. Sujeitos que escreviam, liam, compilavam, testemunham ou serviam como conexão entre o mundo oral e o mundo da escrita.

Aqui distanciei da historiografia e da tese pela qual as populações da América portuguesa não tinham acesso à escrita ou qualquer tipo de instrução. Em outras palavras, é prática comum classificar tal sociedade como iletrada ou, mais propriamente, dividi-la em cultura letrada e iletrada. Para justificar esse argumento utilizava-se, na maioria dos casos, de livros, impressos, bibliotecas particulares como parâmetro de observação. Ou seja, apenas o escrito.

Contrariando essa tendência mostrei, então, que o “Império de papel” não estava alicerçado apenas no escrito. Pelo contrário, havia o entrelaçamento entre o papel e o falado. Entre o oral e o escrito. Não se podia simplesmente caracterizar essa sociedade como iletrada porque, no século XVIII, havia indistinção entre o escrever e contar. A cultura oral mesclava-se com a cultura escrita. Junto com o processo de escrever estava imbricado o processo de contar.

Para tanto, a carta o governador Luís da Cunha Menezes presente no Museu das Bandeiras foi o pontapé inicial para pensar as práticas de escrita e de oralidade na Capitania de Goiás. Em face disso, estabeleci alguns pressupostos para pensar a governança e a presença de cartas. Em primeiro lugar, o meio de comunicação entre o monarca e os espaços de conquista era realizado por intermédio de cartas e toda uma vasta rede de correspondências. Tais correspondências e missivas que diminuíram as distâncias oceânicas. É certo que nem todos sabiam escrever ou ler. No entanto, isso não se constituía um problema. Podia-se escrever usando “mãos alheias”, ou seja, recorrendo a pessoas que dominavam a escrita.

As cartas não foram trabalhadas no sentido da sua materialidade, circulação e conservação. Pelo contrário, importou estudar o sentido social e histórico das cartas, isto é, compreender os processos de leitura, escrita, oralidade,

as práticas governativas no decurso do século XVIII. Desse modo, procurei definir carta em dois aspectos: cartas como informação e como representação. No primeiro, as cartas correspondiam uma necessidade de comunicação entre o rei e os espaços ultramarinos. Era preciso relatar o que acontecia no governo. Disso originou-se as cartas de ofício, isto é, cartas escritas com o objetivo específico de remeter mapas da população local, explicar as condições econômicas da capitania, solicitar provisão de cargos, denunciar ministros.

Por sua vez, as cartas compreendiam o canal pela qual os vassallos do ultramar, especialmente os moradores locais, representavam ao monarca. Carta era a culminância ou o reflexo de um direito: o direito de petição. Aqui foi esboçado a ideia de carta como representação ou, mais exatamente, a prática dos vassallos no ultramar usarem a carta para querer seus direitos.

Outra parte importante foi a divisão das cartas em dois momentos: atos ilícitos e questões jurisdicionais. Tal divisão correspondeu ao conteúdo que expressavam. Tratava-se, sobretudo, de cartas denunciando aos governadores da capitania. Desse modo, para o período de 1749 até 1778 as cartas incidiram num aspecto: “atos ilícitos”. Chamei de atos ilícitos as cartas pelas quais os vassallos da capitania denunciavam práticas dos governadores ligadas ao roubo, desvio de dinheiro, corrupção na Casa de Fundição ou na Fazenda Real.

O segundo momento caracterizou-se pelas cartas enfatizando “questões jurisdicionais”. Cabe explicar que o termo jurisdição foi usado num sentido: ligado aos cargos e ofícios ocupados pelos vassallos no ultramar. Cada um dos ofícios régios tinha sua função delimitada por alvarás e leis e que, portanto, continham uma jurisdição própria. Por conseguinte, quando se falou em “questões jurisdicionais” falou-se, especialmente, de atos dos governadores no extrapolação

de sua jurisdição. Além disso, as questões jurisdicionais envolviam perseguição, prisão, deposição de cargos, atos despóticos, desentendimentos, entre outras coisas.

Portanto, o contato com a carta do governador Luís da Cunha Menezes presente no Museu das Bandeiras ajudou-me a repensar a governança na Capitania de Goiás e, a partir disso, das práticas de leitura e escrita naquela sociedade. Mais exatamente, o estudo das cartas na Capitania de Goiás no século XVIII mostrou, em primeiro lugar, que escrever não foi um ato simples. Revestiu-se de complexidade. Naquele tipo de sociedade não bastava codificar ou decodificar caracteres para que, no final, escrevesse uma carta. Em outras palavras, escrever foi um ato perpassado por algo a mais. Pressupunha contar com uma rede clientelar, com troca de favores e, portanto, a consolidação de alianças.

Talvez o maior aprendizado nessa incursão investigativa foi observar que a Capitania de Goiás não era movimentada apenas pela conquista de terras e a extração do ouro. Havia outros elementos importantes na dinâmica daquela sociedade. Tal mundo foi movimento por algo: a escrita de cartas. Estudar uma sociedade do século XVIII é estudar uma sociedade que, em sua base, ainda não se tinha vulgarizado a escrita. Nem todos sabiam ler ou escrever. Isso não se constituiu como obstáculos para os indivíduos do Setecentos. Quer dizer, mostrar que o “saber pelo ver” ou o “saber pelo ouvir” integraram, em maior ou menor grau, as queixas. Muitas queixas nasceram de um murmúrio nas praças, registros e contagens, igrejas e estradas. Eram nesses lugares que se divulga o que se tinha lido ou ouvido do intendente, do juiz ordinário e dos camaristas. Por sua vez, nesses lugares, o oficialato régio e os “queixozos” alimentavam suas cartas com “factos”. Em resumo, o Império português foi também um Império de papel.

FOLHAS AVULSAS: UMA VIAGEM PELO MUSEU DAS BANDEIRAS

Ana Amélia Aquino Brito

No ano de 2019, ingressei no Mestrado acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesse período, ainda discutindo a construção do tema, minha orientadora, Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes, comentou acerca da necessidade de me aprofundar nas pesquisas sobre o século XVIII, em especial sobre as carregações que entravam nos sertões dos Guayazes nesse período, via comboieiros e os homens de grosso trato,¹ para abastecer o comércio local com produtos e mercadorias advindas dos centros de abastecimento como o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e de além mar.

Nesse ínterim, ela propôs a mim o desafio de investigar o comércio de mercadorias por intermédio dos documentos existentes no Museu das Bandeiras² (MuBan), localizado na Cidade de Goiás. Iniciadas as investigações, percebi que as fontes documentais arquivadas no Museu das Bandeiras,

1. **Comboieiro/Homens de grosso trato** - Aqueles que escoltam ou guiam o comboio. Guia dos condutores de mercadorias/comerciantes ou homens de negócio. Disponível em: <https://bit.ly/3Bb9ks5>. Acesso em: 06 jan. 2022.

2. **Museu das Bandeiras**- O Museu das Bandeiras está sediado no antigo edifício construído para ser utilizado como Câmara e Cadeia, construída em 1766, na antiga Vila Boa de Goyaz. Sua nova função foi dada em 1949, mas foi aberto ao público somente em 1954. Possui uma construção de 225m², em um lote 1060,8m². Ao todo são mais de 500 objetos museológicos preservados pela instituição. Disponível em: <https://bit.ly/3sAjY81>. Acesso em: 06 jan. 2022.

e que serviriam ao propósito da pesquisa, eram denominadas folhas avulsas-manuscritas.³ Após análise, elas me deram indicações acerca das carregações via comboieiros, que incluíam o uso de ervas, ora utilizadas como temperos, ora como medicamento na botica do Real Hospital Militar de Vila Boa (R.H.M.V.B.) e no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (H.C.S.P.A.),⁴ auxiliando no tratamento e na cura dos enfermos internos.

A partir da leitura desses documentos, percebi a possibilidade de discutir paralelamente com as bibliografias a questão da alimentação dos saberes dos indígenas, africanos e europeus com as dietas nos receituários médicos do R.H.M.V.B. e no H.C.S.P.A., objetivando saber o que os internos desse hospital podiam ou não comer e se a demanda em suprir a demanda do referido hospital no abastecimento foi também um fator que resultou em adaptações no uso e preparo das receitas.

Então, a orientadora sugeriu que a pesquisa abarcasse o recorte cronológico de 1790 a 1810, devido ao fato de, no decorrer das investigações acerca da alimentação da sociedade dos Guayazes, no século XVIII e início do século XIX, fosse possível a identificação de documentos que revelassem o intenso fluxo de carregações de produtos e mercadorias para o sertão, dentre elas, a carne de gado, fonte de proteínas, alimento presente nas receitas prescritas nas dietas alimentares dos pacientes dos hospitais supracitados

3. **Documentos Avulsos**- Referem-se às atas de entradas realizadas pelos comerciantes e negociantes de mercadorias. Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás) Manuscritos: documentos avulsos. Muban, Cidade de Goiás.

4. **Real Hospital Militar de Vila Boa** - fundado no século XVIII. **Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara**- fundado em 1825, tinha como papel principal o exercício da caridade. Não era exatamente uma unidade de tratamento e cura, de acordo com Damascena Neto (2019).

e na suplementação alimentar dos moradores da capitania. Destaca-se que o estudo da comida servida no R.H.M.V.B. e no H.C.S.P.A., tanto como uma forma de alimento, como remédio, revelava a tentativa de unir o ato de comer com o de nutrir, tratar e curar. O alimento era processado pela botica do hospital sob a prescrição dos cirurgiões-mores,⁵ profissionais formados em medicina nas academias europeias que exerceram o ofício de médicos-cirurgiões na capitania de Goiás nos Setecentos.

Primeiramente, dediquei-me à tarefa de identificar os documentos que poderiam ser utilizados em meu estudo. Tratei de me aconselhar com minha orientadora, pois os referidos documentos, concebidos nos séculos XVIII e XIX, embora apresentassem linguagem rebuscada, relatavam os usos dos alimentos no período e suscitavam em mim o desafio da busca do conhecimento. Com o aval da dra. Cristina, os transcrevi e me debrucei sobre eles, a fim de analisá-los para os propósitos do meu estudo. Desta forma, pude perceber que a economia do sertão dos Guayazes, nos Setecentos, estava estreitamente ligada aos comboieiros em relação ao comércio local.

A motivação pessoal oportunizou o prosseguimento de minhas pesquisas no rico material histórico localizado no Museu das Bandeiras, porque compreendi que, por meio do material apresentado pela minha orientadora, ora em visita *in loco*, ora no curso de leitura documental, promovido pela organização do museu, à época, havia possibilidades suficientes para o levantamento de dados, a observação e a análise para a construção da história do sertão goiano, no que concerne aos tipos de alimentos e ervas utilizados para alimentar, tratar e curar doenças, nos Setecentos.

5. **Cirurgiões-Mores**-médico apto a exercer a medicina. Eram formados nas academias de medicina da Europa, segundo Damasceno Neto (2019).

A partir de então, iniciei meus questionamentos quanto às informações contidas nas atas de entrada, tais como: Como os alimentos chegavam ao sertão? Quem eram os responsáveis pelo seu transporte? Qual o percurso dos viajantes e aventureiros? Como ocorreu o processo de diversidade alimentar no sertão, à época? Que tipo de alimento era transportado nas carregações? Dentre esses, quais eram utilizados como remédio? Como era constituído o receituário médico do R.H.M.V.B. e H.C.S.P.A.? Encontrei as respostas de meus questionamentos no material fornecido pelo Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, no início da pesquisa e, posteriormente, devido à pandemia, causada pelo Corona vírus, a partir do ano de 2020, me vi impossibilitada de dar continuidade à pesquisa *in loco*. Daí, busquei o material avulso digitalizado, via internet, gentilmente fornecido pelo museu. Assim, pude dar continuidade ao trabalho de pesquisa, pois, com os documentos em mãos, após tê-los transcritos, convenci-me de que estes poderiam revelar-me as trilhas de distribuição e abastecimento por meio das estradas reais, das picadas, dos pousos e até mesmo por meio das tentativas de navegação dos rios Tocantins e Araguaia, conforme informações contidas em alguns relatórios.

Por intermédio dessas pesquisas identifiquei as atas de entrada de mercadorias no sertão dos Guayazes. O objetivo era a averiguação das informações acerca da entrada das mercadorias advindas de variados centros de abastecimento, por meio das picadas e estradas reais, definindo e analisando os alimentos servidos na região.

O estudo da análise das atas apontou que o fluxo de produtos e mercadorias trazidos nos comboios, e comercializados nas lojas localizadas na capitania, era intenso.

Nesse ínterim, me dediquei à observação dos documentos avulsos, para comprovar a relação estreita entre os mercadores e as mercadorias que adentravam os sertões de Goiás e como foram utilizados no uso e manejo do tratamento no R.H.M.V.B. e H.C.S.P.A., observando, contextualmente, as relações advindas desse processo, pois as tropas promoveram a comunicação entre as vilas, os vilarejos, os povoados e as cidades, conforme Callefi (2000). Desta forma, ao analisar a Ata nº 972, de 30 de abril de 1802, que descreve alguns dos variados produtos entregues na capitania de Goiás, compreendi que a chegada dessas mercadorias, via comboieiros, era destinada para o uso médico no R.H.M.V.B. e no H.C.S.P.A., à época.

Nesse contexto, as mercadorias e os alimentos importados de outras regiões e de outros países passaram a fazer parte da mesa dos goianos e da medicina praticada no local. As informações advindas dos documentos explicam que o tráfego de mercadorias gerou modificações nos aspectos da vida social do povo do sertão. Então, ao realizar os levantamentos históricos, referentes ao período, notei uma importante lacuna, no que se refere às informações sobre os tipos de mercadorias negociadas com os comboieiros e conduzidas rumo ao sertão. Nesse momento, senti que deveria desenvolver minha pesquisa com ênfase na abordagem acerca das entradas, uma vez que esse viés acarretou na diversificação do uso do alimento na botica do R.H.M.V.B. e no H.C.S.P.A, como medicamento, conforme havia sugerido minha orientadora.

Observei que os livros de receitas, os receituários e as dietas alimentares prescritas aos convalescentes, assim como as atas de entradas tiveram papel importante na história do sertão dos Guayazes, porque me forneceriam as

informações necessárias acerca das mercadorias que chegaram com maior frequência na capitania, indicando os tipos de dietas frequentemente adotados pelos cirurgiões-mores e de ingredientes utilizados na culinária que serviram também de remédio, referências contidas nas atas cedidas pelo MuBan. Desta forma, optei por dirigir meu olhar para a sociedade goiana nos Setecentos, por meio de reflexões acerca dos atores sociais e da contribuição deles para o ato de nutrir, tratar e curar a população, valendo-me de verificações nos apontamentos teóricos produzidos sobre a alimentação na capitania de Goiás no século XVIII, tentando entender de que forma a comida poderia ser objeto de estudo do comportamento dela.

Embora muitos desses documentos estivessem bastante danificados pela ação do tempo, ainda assim foi possível sua análise, bem como a identificação dos alimentos mais utilizados nessas dietas, informação obtida com base na entrada de mercadorias, por meio do comércio intercapitanias.

Essas fontes revelaram, ainda, que a demora em suprir a demanda da população do sertão dos Guayazes, nos Setecentos, ocorreu devido ao fato de os comboieiros enfrentarem condições precárias de tráfego nas estradas, o que de certa forma forçou os moradores a adaptarem suas receitas alimentares com as diversidades existentes na fauna e flora do Cerrado. Então, diante de tal constatação, entendi que deveria realizar um estudo mais atento acerca dos recursos alimentares do Cerrado brasileiro, no século XVIII e início do século XIX, primordial para o desenrolar da pesquisa.

Recorri à análise dos documentos, a fim de identificar o tipo de produtos e mercadorias vindos de fora, para compará-los com aqueles usados na cozinha do sertão. Entendo, então, que a dieta da população, à época, era mesclada,

pois eram consumidas tanto as mercadorias que chegavam nas carregações, quanto os produtos típicos da região dos Guayazes. Os referidos documentos revelaram o potencial dos alimentos para a população, o tratamento e a cura das enfermidades que assolaram brancos e índios à época, uma vez que o contato do indígena com o colonizador europeu e os escravizados, advindos da África, desencadeou uma espécie de troca de doenças entre essas etnias.

Além dessas fontes, também investiguei bases bibliográficas de referência, que forneceram informações relevantes acerca das entradas, dos receituários médicos e das dietas utilizadas no período. Logo, juntei os documentos às respectivas bibliografias, que comprovaram a circulação e os tipos de mercadorias que mais suprimam as necessidades básicas da população do sertão goiano. Desse modo, foi possível analisar os aspectos simbólicos das formas alimentares das gentes do sertão goiano e sua relação com o fluxo comercial por meio dos comboios que faziam a integração centro-periferia.

No que concerne às informações acerca das carregações de gado, segundo esses documentos, concebidos entre 1795 e 1809, e Moraes (2018), no sertão dos Guayazes, para o reestabelecimento da saúde do paciente, era comum o uso de caldos e canjas preparados à base de frango e galinha, evidenciando, desta forma, uma forma de cuidado em relação às dietas e à alimentação dos internos no R.H.M.V.B. e no H.C.S.P.A. Nesse caso, as fontes consultadas esclarecem que as receitas dos medicamentos, transcritas pelos cirurgiões-mores, eram repassadas ao boticário para a produção de remédios.

Desta forma, ratifico que as informações obtidas nos documentos avulsos impulsionaram o estudo acerca do

intercâmbio de mercadorias e de pessoas, das trocas de informações sobre as condições das estradas, das picadas e dos postos de arrecadação de impostos à Real Fazenda.

Pelo exposto, posso afirmar que o foco primordial da pesquisa centrou-se no estudo da comida ora como ingrediente culinário, ora como medicamento, na tentativa de revelar o elo entre o ato de comer com o de nutrir, tratar e curar.

Nesse sentido, as atas de entradas, os receituários dos cirurgiões-mores e os manuscritos foram fontes importantes de investigação, e me proporcionaram a oportunidade de entender e revelar como a cozinha e a botica se integraram para o equilíbrio da saúde e a manutenção da satisfação das necessidades do ato de alimentar, nos Setecentos.

Ratifico que a documentação fornecida pelo Museu das Bandeiras viabilizou e enriqueceu minha pesquisa, pois indicou as trilhas de distribuição e abastecimento dos alimentos, as estradas, os alimentos e as ervas do sertão, mercadorias trazidas pelos comboieiros via terrestre, para o sertão dos Guayazes. Além disso, possibilitou a mim o conhecimento da geografia local, com suas marcas peculiares e importantes para que eu pudesse compreender as transformações que ocorreram no final do século XVIII e início do século XIX, no Brasil.

Desta forma, apresento ao leitor, neste breve relato, os saberes, sabores e a diversidade alimentar no sertão dos Guayazes, destacando a cozinha, a botica, os livros de receitas e os manejos no ato de cozinhar dos brasileiros, indígenas, africanos e europeus. Transversalmente, apresento a trajetória das carregações trazidas pelos comboieiros pelas picadas e estradas reais, nos Setecentos, destacando as dietas e os receituários utilizados para nutrir, tratar e curar os pacientes internos nos referidos hospitais, pres-

critas com ingredientes trazidos por meio das carregações pelos atores sociais que fizeram história no final do século XVIII e início do século XIX, deixando suas marcas para investigações posteriores, uma vez que tal recorte histórico me parece inesgotável em seus meandros. Uma deliciosa viagem nas folhas do tempo.

Refêrencias

CALLEFI, Gislaine Valério de Lima. **Preferências e possibilidades de consumo em Goiás nos séculos XVIII e XIX**. Orientador. 2000. 143f. 200. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Comer, curar e rezar: a alimentação, a doença, e a cura na Capitania de Goiás – Histórias de doenças [recurso eletrônico]: percepções, conhecimentos e práticas/organização: Sônia Maria de Magalhães, Leicy Francisca da Silva, Roseli Martins Tristão Maciel**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. Recurso digital: il.4MB.

MUSEU das Bandeiras (Cidade de Goiás) – Manuscritas: Ata nº 972, fl. 33 (30/04/1802). Documentos Avulsos. MUBAN.

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRIDADE DOCUMENTAL NA REVISÃO DE OBRAS HISTÓRICAS CONSAGRADAS

Augusthus Luiz de Souza Barbosa

Esse relato é sobre a importância da documentação contida do Museu das Bandeiras na produção de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como critério parcial para a obtenção do título de mestre, de título “Revisitando o velho modelo de decadência em Goiás”.

Minha dissertação resultou inicialmente das aulas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás: Temas sobre a História de Goiás. A partir de nossas inquietações e discussões em sala de aula, como a análise dos conceitos/temas de descobrimento, decadência, atraso, isolamento, modernidade e patrimônio cultural nos foi apresentado uma ampla reflexão sobre a sociedade goiana em seu processo histórico.

A historiografia sobre Goiás nos séculos XVIII e XIX identifica a “Decadência” em diferentes períodos, sempre com uma abordagem econômica com reflexos na sociedade e na estrutura administrativa e governativa.

É possível identificar na historiografia os que abordam a “decadência, atraso e isolamento”, e que contribuíram nessa dissertação, a saber as obras de Luís Palacin Gomez, Gilka Vasconcelos F. de Salles, Francisco Itami Campos, etc.

Se de um lado, a decadência é um dado incontestável, restando apenas a explicação do conjunto de circunstâncias em que ela se dera; do outro, os recortes temáticos procuraram

atingir, pontualmente, cada uma dessas circunstâncias. Fal-tava esmiuçar o que acontecia na capitania nos momentos em que a palavra “decadência” surgia na documentação. O que justificaria tanta “decadência” nesses registros?

Um dos objetivos foi comparar as informações da fonte com as informações das fontes usadas pelos historiadores, e, a partir dessas comparações, conferir se os elementos que servem de base para a composição da tese de decadência se sustentavam. Foi abordado o comércio, a fiscalização, a cobrança dos impostos reais e a sonegação.

Quando a administração não conseguia convencer a Coroa ou o Conselho Ultramarino das necessidades econômicas da capitania, no final do século XVIII, apelavam para o julgamento moral dos moradores da capitania, seus súditos, dando a entender que o caráter dos moradores mudava de acordo com a quantidade de ouro em suas capangas. Dessa forma, culpavam os mineradores pelo contrabando de ouro, julgavam funcionários da administração pelo “desvio” de suas condutas e taxavam os mestiços de preguiçosos, ociosos, soberbos e insubordinados. Não há como corroborar com essas afirmativas, muitas delas absorvidas pela historiografia, pois até na década áurea da mineração, década de 1760, os desvios comportamentais já existiam.

A afirmação de desvio das condutas dos funcionários ficou frágil quando abordamos o documento “Balanço dos Regimentos Gerais – I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224”¹, encontrado no Museu das Bandeiras, na

1. Esse documento está muito preservado e com riqueza de detalhes que abarcam desde a compra de milho para cavalos e muars dos quartéis, até conserto de casas e manutenção de roças. Esmiúça o pagamento de cõngruas, funcionários da administração, recebimento de dívidas antigas, pagamento de credores da Real Fazenda e todos os impostos que foram arrecadados. Os termos descritos não tem o mesmo conceito para os dias atuais.

Cidade de Goiás - GO. Foi de fundamental importância sua transcrição, pois permitiu entender a confecção dos livros contábeis e o raciocínio da técnica da época. No excerto que compreende as páginas 309 e 311, do referido documento, na passagem dos dados de uma folha para outra, a quantia ficou errada: 36 réis à menos nessa migração!

Soma e segue a Receita da Lauda Anterior	1.466,361	374,733
Rendimento dos Confiscos	13,200	1.479,561
Entrada pelos Rendimentos vencidos no ano de 1779		
Rendimento do Subsídio das carnes frescas	180,684	
	180,684	1.854,294
Fonte: Balanço dos Regimentos Gerais - I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224, P. 309.		
Soma e segue a lauda anterior	180,648	1.854,294
Rendimento do Subsidio das Carnes secas	9,658	
Rendimento do Subsidio das Águas Ardentes	79,350	269,692

Quadro 1. Balanço da receita e da despesa da Tesouraria Geral da Capitania de Goiás [...] cobrado no ano de 1779

Fonte: Balanço dos Regimentos Gerais - I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224, p. 311.

A lisura do funcionário da coroa, ao contrário das acusações da própria administração sobre seus subalternos, ficou evidente com a análise desse documento, pois ao final, a soma que equivaleu a 269,692 só poderia ser realizada com 180,684, ou seja, o contador errou a passagem de uma folha para outra, mas realizou a soma com o número correto. Esse episódio diminuiu, em muito, a visão pré-estabelecida de que a corrupção dominava os funcionários da coroa.

Em seus estudos, o pesquisador Paulo Bertran marcou a decadência do ouro a partir da década de 1780, ou seja, quando os Quintos Reais não atingiram 200 quilos de ouro por ano. A importância das rendas dos tributos oriundos do comércio e a agricultura seriam maiores que as receitas advindas do Real Quinto. No ano de 1778, “limiar do des-

censo da produção aurífera [...] a renda goiana dividia-se em aproximadamente 50% pela mineração, 30% agricultura e 20% comércio de importações” (1978, p. 40)².

Nas buscas por documentos da época no Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, as afirmações do renomado autor foram ficando sob suspeita, assim como as ditas acusações feitas aos funcionários da administração da Capitania. A arrecadação no ano de 1778, de acordo com o Balanço dos Regimentos Gerais, endossa a afirmação que desse ano em diante os rendimentos decaíram, mas há um aumento significativo, 90%, nos rendimentos nos Contratos das Entradas! A arrecadação do imposto do Quinto sobre o ouro não admite uma amplitude dessa monta, já que não houve aumento ou queda na mineração de 90%!

1762 - 1772	Rendimento do Contrato das Entradas	4.915@385
1773	Rendimento do Contrato das Entradas adm Real Fazenda	365@811
1774	Rendimento do Contrato das Entradas adm Real Fazenda	346@847
1775	Rendimento do Contrato das Entradas adm Real Fazenda	812@934
1776	Rendimento do Contrato das Entradas	1.409@550
1777	Rendimento do Contrato das Entradas	1.570@728
1778	Rendimento do Contrato das Entradas	10.383@543

Quadro 2. Rendimento do contrato das entradas entre 1762 e 1778

Fonte: Balanço dos Regimentos Gerais - I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224.

O rendimento do Contrato das Entradas dos anos de 1776 a 1778 só permite a afirmação que o Contrato das Entradas rende mais quando é administrado por particulares e que a administração da Real Fazenda é ineficiente. No máximo, podemos considerar um marco fiscal peculiar e não uma cifra que represente a dinâmica de uma arrecadação que sobe e desce, naturalmente, de forma gradual.

2. Bertran, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978. 160p.

Olhando com atenção para o quadro abaixo, parte do Real Quinto foi remetido para o Rio de Janeiro, aproximadamente, 6 arrobas ou 86 quilos de ouro (374 Marcos, 2 onças, 2 oitavas e 26 grãos).³

Villa boa 15 de Janeiro de 1780*4	Marcos	Onças	Oitavas	Grãos
Ouro em pó, desta Vila ⁵ , mês Dez., + acréscimo	22	6		43
Ouro em pó, S.Felix, 2º Sem., + acréscimo	147	3	1	
Ouro em pó, desta Vila, 5º, Jan até Nov + acréscimo	522	2	1	68
Ouro em pó, S.Felix, 5º, Jan até Jul + acréscimo	129	188 kg	2	13
Remetido p/ Rio, Jul-79, Rend. Liq. 5º de 1778, V.Boa e S.Félix	374	2	2	26

Quadro 3. Balanço da receita e da despesa da tesouraria geral de Goiás em janeiro de 1778

Fonte: Balanço dos Regimentos Gerais - I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224 (01.02.005), p. 325.

Não dá para saber o quanto do Quinto de cada casa de fundição compôs o a quantidade remetida para o Rio de Janeiro! Somando outros 188 quilos que foram arrecadados nas Casas de Fundição, temos 274 quilos ao total. Também foram remetidos nesse mesmo ano, aproximadamente, 69 quilos de ouro para “socorrer” Cuiabá⁶, e da mesma forma, não se sabe de qual casa de fundição foi a responsável.

3. Foi considerado o peso de 230 gramas para cada Marco de ouro.

4. Ano que foi confeccionado o balanço. Abaixo vem o mês e o ano de referência: janeiro de 1778.

5. Casa de Fundição de Vila Boa.

6. AHU: Documentos Avulsos da Capitania de Goiás: Doc. 2845, Cx. 50.

Se a população gasta no ano de 1778, 251 quilos de ouro em importados/exportados⁷ e o Real Quinto arrecadado que ficou em Goiás não passa de 119 quilos⁸, não se pode afirmar que a renda goiana se dividia “em aproximadamente 50% pela mineração, 30% agricultura e 20% comércio de importações”, como disse Bertan (1978, p. 40). Não se sabe nem o que era feito do ouro “Quintado” dos mineradores – 80% da produção. Foi gasto na capitania ou mandado para o estrangeiro? É necessária uma nova abordagem! Observem o próximo quadro: tinha ouro no cofre da Capitania!

No cofre – balanço fim de 1778					204	1		55
Entradas								
5º, Vila boa	22	6		43				
5º, S.Felix	147	3	1					
Escovilhas Vila Boa	3		7	24				
Escovilhas S.Felix	2	4	7	31	157 ⁹	7		26
Entrada pelos Rend. vencidos 1779								
5º, da Repart. Vila Boa	522	2	1	68				
5º, da Repart. S.Felix	129		2	13	654	2	4	09
					1031	2	5	18
Despesa pertencente ano de 1778								
	374	2	2	26				

Quadro 4. Idem (sobre o Real Quinto)

Fonte: Balanço dos Regimentos Gerais – I (1773/1780) - Vol. II: 1762/1772 a 1773. Cx: 224 (01.02.005), p. 325.

7. Rendimento do Contrato das Entradas em 1778: 10.3830543 (Quadro 2) – equivale apenas a 10% (imposto). Os 251 quilos equivalem aos 100% do valor das mercadorias que entraram ou saíram da Capitania.

8. Subtraiu-se 69 dos 188 quilos arrecadados, pois foram remetidos à Cuiabá.

9. Esse numerário das Escovilhas entra somando na contabilidade, mas é remetido, separadamente, ao Rei de Portugal. É a “sujeira” de ouro que fica presa nos utensílios usados na fundição das barras de ouro. Ao final, não é utilizado pela administração da Capitania.

De acordo com o quadro, o ano de 1779 iniciou com 657 marcos¹⁰, ou aproximadamente, 151 quilos de ouro nos cofres da Capitania. Se os 204 marcos do fim de 1778, 47 quilos, não estava nas contas do Quinto, eram de onde? Das Entradas? Da pecuária e agricultura? Não sabemos, e por isso é necessária outra abordagem para termos uma realidade fiscal adequada, no intuito de minar o conceito de “decadência” para explicar a trajetória de Goiás na história. Se o montante do Quinto que fica nos cofres não participa, substancialmente, da administração da capitania, os eventos de diminuição na extração de ouro e, conseqüentemente, do Quinto, não são suficientes para certificar um período de decadência para a Capitania de Goiás, que se inicia a partir da década de 1780.

Enfim, o Museu das Bandeiras ofereceu um amplo espaço físico e uma fonte de pesquisas fundamental para trazer novas nuances e interpretações para a História de Goiás. Uma história fundamentada em documentos mais acessíveis. Esses mesmos documentos foram abordados de forma rápida, às pressas, sem os recursos tecnológicos atuais e sem o trabalho de higienização que hoje ocorre. Podemos nos debruçar por horas ou dias sobre esses documentos, sem desenvolver intoxicações e problemas de saúde. É preciso entender a lógica fiscal portuguesa do século XVIII, iniciando pela conceituação dos termos contábeis, passando pelas várias periodizações das diversas arrecadações (anuais, semestrais, trienais, etc.), até chegar aos numerais apresentados pelos historiadores que me antecederam, e revisá-los.

10. Conta: 1031-374 (despesa) = 657.

Refêrências

ALENCASTRE, José M. P. de. **Anais da Província de Goiás (1863)**. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.

ALINCOURT, Luís d'. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978. 160p.

ALINCOURT, Luís d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá** / Luís d' Alincourt - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. XII+150 p. (Edições do Senado Federal; v. 69).

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, junho 2006 Ano VIII, N.1.

CHAUL, Nars N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás**. c. 1770 – c. 1847. 2012. 306f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. 1902. **Viagem ao Araguaya**. “Edição definitiva”. [Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Couto de Magalhães Sobrinho]. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp. Disponível em: <https://bit.ly/3gzQkdp>. Acesso em: 25 out. 2016.

MATTOS, Joaquim F. **Redescoberta do Brasil**. Goiânia: Kelps, 1995.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736-1808)**. Goiânia: Funape, 2013. Resenha de

MOREYRA, S. P. O olho que vê o mundo. **Boletim goiano de geografia**, UFG, IQG, Departamento de Geografia, Goiânia, v.7/8, n.12, p. 163-166, jan/dez. 1987/88.

PALACIN, Luís. **Subversão e corrupção**: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia: UFG, 1983.

PALACIN, Luís. Trabalho livre e trabalho escravo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, 1971, Goiânia. [Anais] Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH-USP, 1973. v. 1, p. 433-448. Respostas às intervenções dos simposistas.

PEREIRA, Alan R.D. A religiosidade no mundo do ouro: irmandades e confrarias na capitania de Goiás. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 163 (2014). Disponível em: <https://bit.ly/3gE9Nte>. Acesso em: 16 nov. 2016.

“VELHA CASA DE TANTOS QUE SE FORAM”: OS “PAPEIS DE CIRCUNSTÂNCIA” SOBRE A CASA VELHA DA PONTE NO ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS

Clovis Carvalho Britto

Velha Casa da Ponte, barco centenário encalhado no Rio Vermelho, contemporânea do Brasil Colônia, de monarcas e adventos. Ancorada na ponte, não quisesse partir rio abaixo, agarrada às pedras. [...] Velha Casa de tantos que se foram. Cora Coralina (2006, p. 12)

Este que aí está, dito Museu das Bandeiras, não consta de nenhum decreto de sua fundação, batizado pelo povo sem chancela oficial. Adaptada a antiga cadeia para resguardar o acervo valioso do Estado que estava amontoado e se perdendo sem proteção como muito se perdeu e uma parte se salvou. Hoje Museu das Bandeiras na voz popular, pobre mas valioso pelo documentário secular do que ficou. Cora Coralina (2003, p. 73-74))

Os dois trechos em epígrafe integram crônicas elaboradas pela escritora Cora Coralina (1889-1985), narrativas que destacam a importância de sua casa natal, afetivamente chamada de Casa Velha da Ponte e atual Museu Casa de Cora Coralina, e do Museu das Bandeiras, instalado no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia. Imóveis construídos no século XVIII que consistem em testemunhos materiais da trajetória de ocupação do interior brasileiro

e, ao mesmo tempo, atravessam minha trajetória enquanto pesquisador e enquanto vilaboense¹.

A Casa Velha da Ponte é uma das primeiras construções da antiga capital do estado de Goiás e, embora não seja possível afirmar a data exata de sua construção, prospectos existentes na Casa da Ínsua, Portugal, já indicam o imóvel edificado em 1751 (Coelho, 2001). Além de sua importância histórica, consistindo em testemunha do ciclo do ouro, o edifício construído na margem direita do Rio Vermelho é conhecido internacionalmente por ter sido residência de Cora Coralina e pode ser visualizado como um das principais personagens de sua obra. Solange Yokozawa (2005) reconheceu que a memória em Cora Coralina é espacializada e que, juntamente com os becos, a Casa Velha da Ponte consiste em espaço memorial por excelência de sua poética:

casa natal, que guarda a infância, é mais que uma construção feita de taipa e telha, é uma casa-lembrança, que sempre habitou a escritora, mesmo em sua longa ausência. [...] Reconstruída com palavras quando convertida em espaço de memória poética. (p. 10)

Em leitura similar, Andrea Delgado (2003) destacou a amálgama instituída entre a poeta e a casa, constituindo em um dos principais mecanismos no processo de monumentalização de Cora Coralina, visto que a escritora teria convertido sua residência em templo da memória autobiográfica familiar e coletiva. Do mesmo modo, evidencia a “batalha das memórias” que mobilizou a poeta e sua casa-natal no processo de invenção de Goiás como cidade

1. Gentílico relativo aos nascidos em Goiás-GO, em referência ao segundo nome da localidade, Vila Boa de Goiás.

patrimônio. Neste contexto, demonstra a importância de suas composições poéticas compreendidas como a

arte de topografar, porque configuram um inventário minucioso de lugares e objetos como forma de recriar o passado, compondo temporalidades para revisitar percepções, sensibilidades e emoções associadas às vivências especializadas. (p. 137)

A Casa Velha da Ponte também se tornou espaço memorial de minha trajetória de pesquisa, especialmente ser um espaço de articulação entre Literatura e Museologia. Ao longo de meu doutoramento em Sociologia pela Universidade de Brasília, do mestrado em Museologia na Universidade Federal da Bahia e do doutoramento em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, publiquei trabalhos relacionados à Casa Velha da Ponte, especificamente sobre a cultura material nela depositada quando transformada em museu-casa (Britto, 2014a; 2014b; 2018; Britto; Prado, 2018).

Desse modo, assim como a casa consistiu em um dos principais espaços de criação poética e um dos principais personagens na literatura de Cora Coralina, a alquimia provocada pela sua transformação em museu-casa ocupou centralidade em meus interesses de pesquisa. Conforme destaquei em pesquisa anterior (Britto, 2018), as exposições museológicas, por meio da poética das coisas, promovem operações alquímicas:

A musealização, reconhecida como manifestação metalinguística, possui um acento lírico extraordinário quando aproxima literatura e museus-casas, especialmente ao considerarmos que além da relação existente entre o agente – anfitrião do espaço – e a casa, existe uma confluência também com

sua obra. A “linguagem poética das coisas” entremeadada pela linguagem literária é intensificada nos museus-casas de literatura, tornando-se, por excelência, espaços de contemplação do fazer poético, de reflexão sobre o trabalho com o texto e sua decodificação, enfim, de manifestação do poético em suas variadas formas. Surgem museus onde a metalinguagem comparece como um motivo recorrente (tema e exemplo), espécie de *leitmotiv* da exposição museológica. (Britto, 2018, p. 99)

A triangulação entre a casa, o acervo pessoal e a musealização de aspectos da trajetória da anfitriã ou do anfitrião do espaço consiste em uma das especificidades dos museus-casas. Na verdade, a casa consiste em um dos principais acervos dessa tipologia museológica, por se tornar cenário privilegiado para a representação de determinados aspectos da trajetória que se deseja construir uma narrativa a partir da instauração de uma “poética do espaço” (Bachelard, 2008). O fato é que no caso de museus-literários, na tessitura dessa operação alquímica que transforma a casa em casa-museu, comumente são mobilizados objetos pessoais, manuscritos, datiloscritos, livros e os chamados “documentos de processo”, que contribuem para a compreensão dos bastidores e cenas das trajetórias pessoais e, no caso das escritoras e escritores, do seu processo criativo.

Cora Coralina informou que essa preocupação em preservar documentos consistia em uma prática familiar e que eram designados de “papeis de circunstância”:

Na crônica “Papéis de circunstância”, a escritora goiana Cora Coralina descreveu a relação afetiva que seus familiares possuíam com os documentos abrigados na Casa Velha da Ponte [...]. Eram papéis diversos, amarrados com nastro verde ou lacre vermelho,

guardados em canastras de couro tacheadas e em enormes gavetas. A maior parte dos documentos era composta por cartas enfeixadas, amarradas e coordenadas, que, com o tempo, havia sido vítima de ratos, traças, baratas e goteiras e, posteriormente, jogada no rio em dias de enchente. Daí, segundo a escritora, a explicação para a existência dos poucos documentos de seus ascendentes e para o seu hábito de juntar papéis. Construir um acervo pessoal seria uma forma de evitar que as lembranças fossem apagadas e, ao mesmo tempo, um suporte à história e à memória de sua comunidade. (Britto, 2014a, p. 166-167)

Desse modo é importante reconhecer que o trabalho de constituição e reunião desses “papeis de circunstância” é atravessado por interesses e, por essa razão, resulta em um conjunto fragmentário e lacunar. Consiste, nesses termos, em desconstruir a ideia de que os acervos contêm a totalidade ou exaustividade de fontes. Essa documentação, especialmente em virtude das características de seus suportes, é geralmente marcada pela dispersão geográfica e por constantes reclassificações, complementações e descartes: “o próprio conjunto arquivado consiste em uma parte residual dos registros e experiências grafadas ao longo de determinados momentos de uma trajetória” (Britto, 2011, p. 21).

Essa característica lacunar dos conjuntos documentais não é específica dos acervos pessoais. A investigação das trajetórias de acumulação desses “papeis de circunstância” no âmbito dos órgãos públicos também demonstra o caráter fragmentário, como fruto de uma intenção acumuladora. O fato é que, independente da singularidade dos acervos pessoais e públicos, é fundamental destacar a importância da preservação e disponibilização do patrimônio documental e do patrimônio museológico.

Nesse aspecto, não é sem motivos que Cora Coralina (2003) destacou na crônica “No gosto do povo”, a relevância da criação do Museu das Bandeiras “para resguardar o acervo valioso do Estado que estava amontoado e se perdendo sem proteção como muito se perdeu e uma parte se salvou” (p. 73). A narrativa da escritora goiana subentende a preservação do imóvel da antiga Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção foi concluída em 1776 com a destinação para as funções de cárcere e assembleia (Vieira Júnior; Barbo, 2011), a sua transferência para o governo federal visando implementar um museu histórico em 1949 e o seu tombamento em 1951 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).



Figura 1. Cora Coralina declamando em frente ao Museu das Bandeiras
Fonte: Cena do filme *Cora Doce Coralina* (1986).

Embora na crônica Cora Coralina (2003) explicita a importância do Museu das Bandeiras para a preservação dos

bens móveis, “peças de mobília, santos e oratórios, almofadados de portas, [...] prata portuguesa, louças importadas, faqueiros e castiçais de prata dourada, relógios antigos” (p. 73) constituindo o que definiu como a salvaguarda de um “documentário secular”, é importante ampliar essa leitura para os “papeis de circunstância” que integram o arquivo institucional. Não é por acaso que os documentos arquivísticos do Fundo da Real Fazenda da Província de Goiás consistiram no primeiro acervo da instituição, incorporados ao museu na década de 1950.

As coleções que integram o Fundo da Real Fazenda no Arquivo do Museu das Bandeiras contribuíram para a tessitura de minhas pesquisas sobre a trajetória da Casa Velha da Ponte e, desse modo, para a recuperação de informações significativas sobre as memórias de diferentes agentes e os diversos usos dados para o imóvel edificado na lateral da ponte da Lapa.

As pesquisas sobre a trajetória da casa foram estimuladas pelas comemorações dos 120 anos de nascimento de Cora Coralina e que resultaram na publicação da fotobiografia *Cora Coralina: raízes de Aninha*, elaborada por mim e pela jornalista Rita Elisa Seda e lançada em 20 de agosto de 2009, na Casa Velha da Ponte (Britto; Seda, 2009). Embora as pesquisas e a elaboração dos textos tenham sido realizadas conjuntamente, optamos por uma organização em que Rita Elisa se responsabilizou pela investigação dos documentos e coleta de fontes nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, enquanto realizei a pesquisa e coleta de documentos no estado de Goiás e no Distrito Federal.

Na Cidade de Goiás, além dos “papeis de circunstância” que integram o acervo pessoal da escritora, sob a guarda do Museu Casa de Cora Coralina, consultei acervos pessoais

de diversos amigos, vizinhos e familiares da poeta. Também pesquisei no Arquivo Geral da Diocese de Goiás, na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, no Gabinete Literário Goiano, no Museu de Arte Sacra da Boa Morte e no Acervo da Real Fazenda da Província de Goiás sob a guarda do Museu das Bandeiras.

No Arquivo do Museu das Bandeiras tive o auxílio competente e generoso da historiadora Milena Bastos Tavares, com quem havia trabalhado anteriormente no projeto de preservação do acervo documental de Cora Coralina em projeto financiado pela Fundação Vitae e sob a supervisão da museóloga Célia Maria Corsino. A documentação consultada no Fundo da Real Fazenda possibilitou preencher algumas lacunas, especialmente sobre a trajetória da Casa Velha da Ponte.

O historiador Paulo Bertran (1998) em pesquisa pioneira visando compreender a trajetória da Casa Velha da Ponte, de sua construção no século XVIII até a sua transformação em museu, informou com a honestidade que lhe era peculiar: “pouca coisa consegui sobre a história da casa no século XIX. Deve estar tudo, porém, toda a história urbana dos oitocentos, nos depósitos do Cartório do 1.º Ofício ou então no nosso Arquivo Histórico da Cidade de Goiás” (p. 27). Ao final, lançou uma provocativa pergunta: “Mas quem há de ter coragem de investigar aquelas milhares de informações em busca dos destinos da Casa Velha da Ponte?” (p. 27).

O questionamento de Paulo Bertran ainda continua atual. Em 2009 identifiquei alguns documentos no Arquivo do Museu das Bandeiras que possibilitaram uma melhor visualização da trajetória da Casa Velha da Ponte no século XIX, embora ainda consista em uma trajetória lacunar. Localizei sete documentos avulsos relacionados ao imóvel

e a pessoas que nele viveram, ampliando as pistas apresentadas por Bertran (1998) e pela própria Cora Coralina (2002; 2006) em sua obra.

Antes de apresentar esses documentos é necessário explicitar os impactos dessa pesquisa na configuração final da fotobiografia *Cora Coralina: raízes de Aninha* (Britto; Seda, 2009). A identificação de informações que possibilitaram reescrever com maior pertinência a trajetória da Casa Velha da Ponte e de alguns de seus moradores e moradoras entre os séculos XVIII e XX foi determinante para a decisão de que o primeiro capítulo do livro, intitulado “Uma herança bandeirante”, fosse dedicado à apresentação da Casa Velha da Ponte:

Supõem-se que, por volta de 1732, Thebas Ruiz teria construído a Casa da Ponte para a arrecadação do quinto real, imposto devido à Coroa Portuguesa. [...] O pouco do que se sabe é que com a morte deste Recebedor a casa foi adjudicada à Fazenda Real em auto de perdas. O que se tem documentado é que por volta de 1770, Antônio de Souza Telles e Menezes, cidadão proeminente e juiz da Câmara de Vila Boa, residiu na casa. (Britto; Seda, 2009, p. 19-20)

Os estudos de Paulo Bertran (1996; 2002) explicitaram os diversos usos da Casa Velha da Ponte ao longo do século XVIII, destacando, por exemplo, relações com a maçonaria e com a Conjuração Mineira. No século XIX, a primeira referência indicava o capitão José Joaquim Pulquério dos Santos, proprietário de várias casas de aluguel, como dono do imóvel em 1811. Depois disso eram lacunares as informações sobre como a casa foi adquirida pela família de Cora Coralina.

A pesquisa no Arquivo do Museu das Bandeiras propiciou identificar, por exemplo, dois documentos datados

de 1825 que indicavam a avaliação de uma morada de casas, demonstrando que já naquela época a Casa Velha da Ponte, em estado de ruína, era composta por dois imóveis unidos sob um único telhado (números 20 e 21 da antiga Rua Direita) e a data em que a casa foi adquirida pelo trissavô de Cora Coralina:

Participando-me o arrematante dos aluguéis das Casas pertencentes à testamentária do Capitão Telles a ruína em que elas se achavam, fui eu mesmo examiná-la, e vi que estava podre a bica de madeira que por baixo das mesmas casas conduz a água para o quintal, em risco de abaterem todas elas por efeito da mesma água que derrama em grande quantidade e sumindo-se logo na entrada, vai sair no rio. Observei igualmente que as parreiras do quintal que dão todo valor ao dito Prédio, estão pela maior parte em terra, falta de chaves, necessitando de certos reparos. Goyaz, 15 de abril de 1825. Jacintho Coutinho Marques.

Goyaz, 1 de junho de 1825. Diz João José do Couto Guimarães, que ele arrematou em Praça Pública desta junta da Fazenda uma morada de casas sitas na Rua Direita desta cidade pela quantia de um conto duzentos e vinte e oito mil e quatrocentos réis, para ser pago em compensação do que lhe está a dever a Fazenda Pública de gratificações que venceu como Deputado do Governo Provisório desta Província, e porque tem também de pagar a competência que importa em cento e vinte e dois mil e oitocentos e quarenta réis, requerer a V. M. F. que digne mandar que igualmente se lhe abone por compensação nas referidas gratificações. João José do Couto Guimarães.

O documento comprova que em 1825 o trisavô de Cora Coralina, o português João José do Couto Guimarães, adquiriu a Casa Velha da Ponte em hasta pública. Na documentação consultada também foi possível recuperar informações sobre sua trajetória: deputado provincial, tesoureiro e avaliador da Vila em 1818 e governador de armas em 1826. Ainda comparando a documentação é possível supor que ele tenha falecido antes de 1856, período em que seus filhos herdaram alguns bens. Do mesmo modo, minha hipótese é corroborada com documentos que indicam, em 1854, a Casa Velha da Ponte sendo habitada por um de seus irmãos, o Cônego Manoel José do Couto Guimarães.

Com a morte do Cônego Couto, como era conhecido, a Casa da Ponte e outros bens foram doadas mediante testamento para um de seus sobrinhos, Joaquim Luiz do Couto Brandão, que seria avô materno de Cora Coralina. A documentação que integra o Arquivo do Museu das Bandeiras informa que ele recebeu o imóvel em 1880 e que sete anos depois o desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto a adquiriu e doou para sua esposa Jacyntha Luiza do Couto Brandão, respectivamente, pai e mãe de Cora Coralina.

Ainda na documentação do Museu das Bandeiras localizei a primeira referência de Francisco de Paula em Goiás: seu juramento e posse no cargo de desembargador da Relação da Província, em 23 de maio de 1885, e a informação de sua nomeação por Decreto Imperial de 15 de novembro de 1884. Também identifiquei documentos informando que, após seu falecimento, em 1889, suas filhas herdaram apólices cujos juros eram percebidos semestralmente.

O fato é que, viúva e com suas filhas, Jacyntha Luiza do Couto Brandão permaneceu na Casa Velha da Ponte até

sua morte em 1936. Um documento sob a guarda do Museu das Bandeiras indica, por exemplo, que a mãe de Cora Coralina sobrevivia da renda de uma pequena fábrica de preparo de fumo, criada em 1926, em sua residência.

Os relatos de pesquisa aqui resumidos demonstram como o Arquivo do Museu das Bandeiras contribuiu fundamentalmente para a reconstrução da trajetória da Casa Velha da Ponte, ao longo do século XIX e início do século XX. O desenrolar do inventário e a luta de Cora Coralina para comprar o imóvel dos demais herdeiros, cuja renda foi obtida majoritariamente pela comercialização de doces de frutas glaceradas, consiste em outra memória de pesquisa, mobilizada a partir do acervo pessoal da escritora goiana, sob a guarda do Museu Casa de Cora Coralina, e de entrevistas realizadas com doceiras, familiares e vizinhos que acompanharam esse contexto (Britto; Seda, 2009). São pistas para a compreensão da sinédoque que rebatizou o imóvel em Casa de Cora Coralina e a cidade em “terra de Cora Coralina”.

O fato é que Cora Coralina (2003) defendia a importância da preservação do acervo documental e museológico de sua cidade natal. Visionária, ela celebrou em uma de suas crônicas a criação do Museu das Bandeiras como “valioso pelo documentário secular do que ficou” (p. 74) e registrou que ele deveria ter sido criado um século antes. Graças aos documentos foi possível recuperar alguns aspectos da trajetória de sua casa natal e da memória de tantos que se foram. Seguindo à lição da poeta goiana, ainda é necessário aprofundar as pesquisas sobre a presença/ausência da Casa Velha da Ponte nos “papeis de circunstância” do Arquivo do Museu das Bandeiras, como estímulo para a compreensão de outras casas, agentes e agências, visando “rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso” (Coralina, 2001, p. 25).

Refêrencias

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. **Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade**: origens. Brasília e São Paulo: Editora Verano e Takamo, 2002.

BERTRAN, Paulo. Casa Velha da Ponte de Cora Coralina. **DF Letras**, Brasília, ano V, n. 57/58, 1998.

BERTRAN, Paulo (Org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Ed. da UCG; Ed. da UFG, 1996.

BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Museu Casa de Cora Coralina e o luto estratificado em memórias femininas. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, p. 55-69, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina**: raízes de Aninha. Aparecida, Ideias & Letras, 2009.

BRITTO, Clovis Carvalho. **Gramática expositiva das coisas**: a poética alquímica dos Museus-Casas de Cora Coralina e Maria Bonita. Salvador: EDUFBA, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho. Museus e acervos literários: a experiência dos “papeis de circunstância” no Museu Casa de Cora Coralina, em Goiás-GO. **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Brasília, v. 6, p. 164-181, 2014a.

BRITTO, Clovis Carvalho. Entre a casa e o museu: itinerários de produção da crença no acervo de Cora Coralina. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, p. 207-222, 2014b.

BRITTO, Clovis Carvalho. **A economia simbólica dos acervos literários**: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César. 2011. 364f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa.** Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

CORA, Doce Coralina. **Direção:** Armando Lacerda e Vicente Fonseca. Brasília, 1986, 11 min.

CORALINA, Cora. **Estórias da casa velha da ponte.** 13 ed. São Paulo: Global, 2006.

CORALINA, Cora. **O tesouro da casa velha.** 5 ed. São Paulo: Global, 2002.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais.** 20 ed. São Paulo: Global, 2001.

CORALINA, Cora. **Villa Boa de Goyaz.** 2 ed. São Paulo: Global, 2003.

DELGADO, Andrea Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 113-143, 2005.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson; BARBO, Lenora de Castro. Casa de Câmara e Cadeia da Capitania de Goyaz: espaço e representação. **[Anais] IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, Porto, 9 a 12 de novembro de 2011.

YOKOZAWA, Solange Fiúza Cardoso. Confissões de Aninha e memória dos becos. **Revista Texto Poético**, v. 2, 1.º sem. 2005.

A RELEVÂNCIA DO MUBAN PARA AS PESQUISAS DE (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES SETECENTISTAS DE GOIÁS

Deusa Maria Rodrigues Boaventura

As memórias representam o que de significativo ficou gravado na história do ser humano, e talvez por isso seja tão gratificante poder revisitar fragmentos importantes de minha vida de pesquisadora para compartilhar neste dossiê. Atualizar-me nos indelévels registros pessoais passados. Sou arquiteta e urbanista, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

O universo da história sempre foi minha grande paixão e pude dedicar-me a ele de forma mais efetiva no fim dos anos 1990, durante meu mestrado na Universidade de São Paulo, campus de São Carlos. Saí de Goiânia com o objetivo de estudar a concepção urbanística do Setor Sul, bairro importante da capital goiana e também ele um lugar de memória. Ao longo do curso, descobri meu interesse pelo tema Goiás colonial, o que me levou a mudar o eixo de estudo. A motivação para abraçar uma nova temática ocorreu, sobretudo, em razão da pouca atenção dada pela historiografia artística à arquitetura religiosa desse período histórico, por entendê-la como pobre, marginal e decadente, como se pode notar no livro *O Barroco no Brasil e Arte sacra: berço da arte brasileira*, de Eduardo Etzel (1984).

Assim, sem nenhum preparo prévio, aventurei-me a rever a historiografia da arquitetura religiosa do período colonial em Goiás, sob a orientação do prof. dr. Mário Henrique Simão D'Agostino. Naquela oportunidade, montei um projeto de pesquisa intitulado "Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII", com o objetivo de fazer uma revisão crítica das referências que fundamentavam a marginalidade atribuída a essa arquitetura e buscar outras formas interpretativas sobre ela. Tratava-se, portanto, de não me deter apenas nas lógicas dos padrões estéticos do barroco, e sim de buscar entender o profundo vínculo que esse edifício estabelecia com o espaço da cidade e as especificidades construtivas dessa arquitetura (Boaventura, 2001).

A grande dificuldade para o desenvolvimento do trabalho foi localizar os manuscritos, as possíveis cartografias, bem como fazer a leitura de documentos antigos, que exigem apoio de um especialista em paleografia. Em Goiânia, os arquivos institucionais possuem pouquíssima documentação desse período, e, assim, acabei me deparando com o desafio de explorar os acervos dos museus da Cidade de Goiás, sendo o maior deles o Museu das Bandeiras (MuBan). Depois de algumas visitas, acabei aceitando a realidade da inacessibilidade de muitos documentos em razão de uma catalogação ainda incipiente, na qual constava apenas a numeração dos séculos e uma rudimentar listagem de conteúdo, que provavelmente estaria incompleta.

Especificamente em relação ao MuBan e ainda naquela época distante, além de sua tímida catalogação, encontrei instalações e salas pouco convidativas aos pesquisadores que nelas deveriam permanecer horas a fio. Porém, mesmo diante das dificuldades, consegui encontrar relevantes fragmentos de atas da Câmara de Vila Boa de Goiás, cartas,

ofícios de ouvidores e provisões de irmandades. Com esses documentos, foi possível ampliar as discussões sobre a tradicional historiografia da arquitetura; o papel do edifício religioso na formação do espaço social da cidade; os artesãos e os processos construtivos de igrejas e capelas; e o papel crucial das irmandades na construção dos edifícios. A contribuição desses poucos documentos ajudou-me a finalizar a dissertação, a elaborar artigos e a apresentar trabalhos em seminários e congressos. Essa produção me fez, portanto, acreditar no grande potencial do acervo do museu, que certamente também auxiliou outros pesquisadores a descortinarem a história da arquitetura setecentista da antiga Vila Boa de Goiás.

A continuidade da minha formação de pesquisadora ocorreu em 2004, quando dei sequência aos estudos sobre o período do Goiás colonial no doutorado do programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Paulo, com a pesquisa “A urbanização da Capitania de Goiás no século XVIII”. Com esse projeto, visava compreender as relações que a colônia estabeleceu com a metrópole portuguesa sobre a formação do território goiano. Tratava-se de um trabalho que procurava entender como se realizou o processo de ocupação em Goiás a partir das ações da metrópole, tema que se justificava por não haver sido tratado por pesquisadores da História das Cidades, justamente pela falta de documentação.

Para a realização da tese, contei, dentre vários outros manuscritos, com os regimentos, os ofícios, as provisões, as cartas, as instruções, os roteiros de viagens, os documentos da Junta Real da Fazenda. Também pesquisei várias correspondências que tratavam das decisões sobre a formação da Capitania e da construção de mais de oitenta arraiais,

de apenas uma vila e de vários aldeamentos (São José do Duro, São Francisco Xavier do Duro, Nova Beira, São José de Mossâmedes, Aldeia Maria I e do Carretão).

Dessa lista de documentos, foram poucos os que encontrei no MuBan, em razão da persistência das inadequações dos espaços e da dificuldade de acesso ao acervo. Faltavam pessoas treinadas para o atendimento, complementação da catalogação e informatização do acervo para consulta. Mas a despeito dessa precariedade do atendimento, minha curta experiência no museu permitiu que descobrisse manuscritos que, somados aos que foram levantados no Arquivo Ultramarino e na Biblioteca Nacional, ambos em Lisboa, e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, contribuíram para a construção da tese, e, portanto, para a reconstituição do processo de construção dos atuais territórios de Goiás e Tocantins, antiga Capitania de Goiás.

Com tais documentos, acrescidos de uma rica cartografia e de alguns prospectos, pude atestar a existência de uma estratégia de posse e controle das terras coloniais ligadas diretamente à Coroa, ou seja, a uma política centralizadora de Portugal no século XVIII¹. A consolidação dessa política e, conseqüentemente, da ocupação de Goiás, coube inicialmente ao colonizador. Este, além de colocar-se a serviço da averiguação das ricas histórias míticas e imaginárias relacionadas ao ouro, utilizou também os recursos da cartografia, o que lhe permitiu comutar imprecisas informações em cálculos exatos, tendo assim uma real visualização do novo espaço, ou seja, do território de Goiás/ Tocantins.

Os documentos ajudaram a entender também as formas estratégicas de ocupação do território goiano que foram adotadas por Portugal, tais como a criação da Prelazia de Goiás, das paróquias, da abertura de caminhos,

1. Sobre essa discussão, ver: Delson (1997).

do sistema sesmarial, da capital e das atividades mineratórias e agropastoris. Para a efetiva posse do território, a Coroa implantou ainda normas indigenistas e incentivou, segundo consta de algumas cartas e provisões, a construção de aldeamentos onde seriam adotados métodos disciplinares e de conversão de índios silvestres em homens civilizados (Boaventura, 2020).

Especificamente sobre as fontes disponíveis no MuBan, não há como negar sua relevância no que diz respeito à importância de três eventos para a formação de Vila Boa de Goiás: a criação do Arraial de Santana, a fundação da Vila e, por fim, as intervenções efetivadas pelos governadores José de Almeida e do ilustrado Luís da Cunha Menezes. Em cada um desses momentos observam-se concepções de cidades desenvolvidas no contexto da expansão portuguesa, denotando assim as várias experiências de formação de cidades na própria metrópole, que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Tal fato me permitiu estabelecer as devidas relações da capitania de Goiás com Portugal e afastar as explicações de que as cidades goianas se formaram espontaneamente. Como produtos dessa pesquisa, elaborei artigos, apresentei trabalhos e publiquei em 2020 o livro *A construção das cidades de Goiás no século XVIII*.

Hoje, com a divulgação de dissertações e teses defendidas nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e da Universidade de Brasília (UnB), houve um importante avanço da historiografia, e muitas questões vinculadas à temática da arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás obtiveram diferentes respostas, fato que não invalida futuras outras interpretações que tiverem como base, sobretudo, documentos ainda inexplorados. Novos manuscritos do Muban podem, inclusive, permitir que se revise esses estudos, pois se encontram à

espera de pesquisadores que queiram complementar uma historiografia ainda repleta de lacunas e concepções marcadas pela ideia do atraso, da penúria da região de Goiás e da organização espontânea de seus núcleos urbanos².

Com estas observações e as breves lembranças aqui registradas, acredito poder sugerir aos gestores do Muban que nunca se esqueçam de rever práticas cotidianamente, pois buscar referências em diversos e importantes arquivos nacionais e internacionais é uma experiência irrefutável. Somente assim é possível observar criticamente a pertinência de se manter práticas já consolidadas, mas que de alguma forma impedem o alcance de novos horizontes para a historiografia.

Um museu que dinamize suas práticas frequentemente transforma-se em um espaço de pesquisa mais bem preparado para as diversas interpretações do passado e em um verdadeiro guardião de memórias que podem ser revisitadas a todo o momento. No caso das pesquisas sobre o período colonial em Goiás, o acervo do Muban é imprescindível para investigações inovadoras, que seguramente irão auxiliar os estudos isolados sobre os padrões de urbanização do século XVIII e contribuir para o avanço das análises críticas do período. Pode-se, mediante a análise dos manuscritos de seu acervo, obter dados inéditos sobre o urbanismo colonial e que irão suprir uma deficiência documental na historiografia regional e brasileira.

No mais, gostaria de deixar as minhas mais sinceras palavras de apoio aos gestores do MuBan, cujo trabalho inestimável tem contribuído para garantir a acessibilidade

2. A tradicional historiografia sobre a urbanização de Goiás do século XVIII aposta no crescimento espontâneo dos seus núcleos mineratórios, diferentemente do meu trabalho, que defende a ideia de uma política centralizadora mantida pela metrópole portuguesa.

a seus serviços, inclusive, com recursos que disponibilizam o envio de materiais por e-mail e uma nova política de divulgação de seus acervos, tanto pela internet quanto por meio de revistas, como é o caso desta publicação. Desejo também, agradecer aos funcionários que me receberam gentilmente à época das minhas pesquisas e à equipe coordenadora da *Revista do MuBan* pela oportunidade de participar da construção deste Dossiê, permitindo-me assim relembrar uma importante etapa da minha história, que compreende, sem sombra de dúvida, a breve experiência que tive no importante MuBan, lugar de fontes que prometem um profícuo futuro para os pesquisadores.

Refêrencias

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII**. 2001. 135f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **A construção das cidades de Goiás no século XVIII**. 1 ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **A urbanização de Goiás no século XVIII**. 2007. Tese 280f. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

ETZEL, Eduardo. **O Barroco no Brasil e Arte sacra: berço da arte brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

A IMPORTÂNCIA DO EDIFÍCIO DO MUSEU DAS BANDEIRAS PARA O ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO MEDO E DA CATÁSTROFE EM GOIÁS

Eliézer Cardoso de Oliveira

Iniciei o meu doutorado em 2002, no Programa de Sociologia da Universidade de Brasília. O tema da pesquisa, bastante inusual, foi “As representações sobre o medo e as catástrofes em Goiás” (2006). A proposta era fazer do Medo e da catástrofe as chaves interpretativas da história de Goiás, tendo em vista o pressuposto de que, desde a colonização, os setores da sociedade goiana mais vinculados aos pressupostos europeus temiam que houvesse uma regressão cultural que eliminasse ou dificultasse o avanço daquilo que Norbert Elias (1993 e 1994) denominou de “processo civilizador”. O historiador Luís Palacin (1994) interpretou esse “medo da regressão cultural” como decadência, especialmente relacionada ao declínio da produção aurífera. Mas, na minha interpretação, esse temor de perda de uma identidade vinculada aos padrões europeus possuía raízes mais profundas do que a decadência econômica e servia para explicar o preconceito (e temor) da elite goiana contra indígenas, negros e mestiços. Nesse ambiente marcado por essa representação do “medo”, as tragédias e catástrofes ganharam conotações específicas, sendo interpretadas como interrupções da marcha civilizadora ou como confirmadoras do atraso vigente em Goiás.

E o prédio do Museu das Bandeiras, como fica nesta história?

Construído em 1766 para exercer a função dupla de Casa de Câmara e Cadeia, o imponente edifício é um importante testemunho sobre o passado de Goiás. A destruição das torres do World Trade Center, no momento em que eu elaborava o meu projeto para seleção de doutorado, levou-me a perceber a importância dos edifícios como monumentos/documentos potencialmente reveladores dos mistérios do passado.

Uma das conclusões da minha pesquisa foi que o processo de colonização do interior brasileiro foi complicado, caro e difícil. Não era fácil o deslocamento de pessoas e coisas para uma região que se situava a mais de mil quilômetros do litoral, uma região com um bioma – o cerrado – pouco conhecido e habitado por indígenas indômitos e bravios. Os primeiros colonizadores portugueses e seus descendentes se sentiam desconfortáveis e inseguros num lugar tão longe e diferente dos padrões que estavam acostumados. Isso explica a apatia dos governadores da Capitania tão bem explicitada no romance *Chegou o Governador* de Bernardo Élis (1998); explica também o relato aflitivo dos cronistas e viajantes estrangeiros que passaram ou viveram em Goiás. Um desses cronistas, José Pereira Alencastre, que também foi presidente da Província, escreveu nos *Anais da Província de Goiás*, escrito 1863 que

Quantas vezes viajando pelo interior do país, não nós parecerá que estamos entre um povo estranho, no seio de uma sociedade que não é nossa, e para quem não estão feitas ainda as instituições que nos regem e as leis que nos dirigem! É certo que há no país uma espessa camada, onde não atingiu a luz redentor da civilização, e que só mais tarde, mais

lentamente, poderá com vantagem recebê-la. (Alencastre, 1979, p. 21)

Para amenizar esse sentimento de estranhamento, o ideal era transformar a paisagem para que se tornasse mais parecida possível com as localidades existentes em Portugal. Era preciso dotar as principais localidades de edificações que amenizassem o sentimento de desamparo dos colonizadores. Por isso, os arraiais goianos do século XVIII, especialmente a Vila, esforçaram-se para transmudar a paisagem do cerrado em algo palatável aos padrões civilizados.

Daí a construção de igrejas, consideradas naqueles tempos os baluartes da civilização cristã, e dos edifícios destinados a administração pública. Já em 1770, Vila Boa possuía os principais equipamentos típicos de uma vila portuguesa: igrejas - muitas igrejas - suficientes para o culto e para o sepultamento em solo sagrado, a Casa de Fundação, o Quartel Militar, o Pelourinho, ruas calçadas de pedras e a imponente Casa de Câmara e Cadeia.

A construção desses edifícios, alguns de dois andares como foi o caso da Casa de Câmara e Cadeia, contraria a interpretação muito difundida de que o interesse de Portugal era simplesmente explorar a colônia e, por isso, quase todo o ouro de Goiás foi parar lá na Europa, servindo a acumulação primitiva de capital para a Revolução Industrial Inglesa. Evidentemente havia exploração econômica, mas havia um projeto civilizatório que pretendia transformar a paisagem e educar corpos e mentes, por meio da pedagogia e da catequese cristã. Muito ouro saiu de Goiás, mas muito ouro foi investido nas construções de igrejas e de edifícios imponentes, que simbolizavam o poder da Coroa Portuguesa. Paulo Bertran (1978, p. 36) estima que

para construir um edifício similar a Casa de Fundação seria necessária uma quantia equivalente a 50 quilos de ouro; com base nisso é possível imaginar a grande quantidade de ouro que foram necessários para construir o bem mais vistoso edifício da Casa de Câmara e Cadeia.

Os estudos mais recentes (Barbo, 2015; Arrais; Oliveira; Lemes, 2019) apontam que a colonização goiana era geopoliticamente estratégica para a Coroa Portuguesa, pois a localização de Vila Boa, além do meridiano de Tordesilhas, legitimava a pretensão lusitana de apropriação das terras espanholas com base no princípio do *uti possidetis*, evocado no Tratado de Madri.

Por isso, a pequena Vila Boa precisava de uma Casa de Câmara e Cadeia à altura da sua importância. A câmara, lugar central para as decisões dos “homens bons” e a cadeia, destinada, principalmente, aos “homens maus”, os marginais ao processo civilizador.

Um desses homens que ocuparam a parte de baixo do nobre edifício foi Manoel da Cunha. Apesar do nome tipicamente português, ele era um indígena caiapó, tribo típica das savanas que impuseram uma forte resistência ao projeto colonizador português. Só que no ano de 1781, esgotados por vários anos de luta, esfomeados por uma forte seca que atingiu o cerrado, parte dos caiapó resolveu se render aos portugueses. O cacique Ramecci aceitou a proposta do governador Luís da Cunha Meneses e os indígenas foram viver no aldeamento de São José de Mossâmedes, localizado a poucos quilômetros da Vila. Como prova de boa-fé, o cacique batizou os seus dois netinhos e lhes deu nomes cristãos e o sobrenome “cunha”, em homenagem ao governador. A menina passou a chamar Damiana da Cunha e o menino, Manoel da Cunha.

Os dois cresceram como indígenas aldeados, sendo instruídos nos valores cristãos, mas seguiram caminhos diferentes. Damiana da Cunha tornou-se administradora do Aldeamento e, por várias vezes, entrava no sertão para convencer os demais indígenas a aceitarem o aldeamento. Já Manoel, depois da morte da sua irmã em 1831, renegou os valores portugueses e instigou o seu povo a voltar para a selva. Por causa disso, foi preso e morreu na cadeia.

Essa história trágica dos dois irmãos foi muito importante para mim e talvez o seja também para outros entusiastas do patrimônio material. Ao admirarmos o belo edifício que se destaca no Largo do Chafariz, é preciso não esquecer jamais das palavras de Walter Benjamin, em suas Teses Sobre a História:

Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (Benjamin, 1994, p. 225)

Benjamin não era um iconoclasta cultural. Ele, como um estudioso da cultura e admirador do romantismo, sabia o quanto os monumentos históricos e artísticos são importantes. Mas a sua admoestação é muito bem-vinda para o pesquisador das cultura material de Goiás, já que os nossos principais monumentos foram construídos por escravos e, alguns deles, serviram para a opressão de negros, indígenas, mestiços e brancos pobres. Nesse sentido,

todas as vezes que eu visitava a parte inferior do Museu das Bandeiras e olhava a parede recoberta de madeira e as grossas grades de ferro na janela, eu tinha em mente as palavras de Walter Benjamin.

Mas, mesmo com esse aspecto sombrio, os monumentos são importantes para o fortalecimento de uma identidade coletiva de um povo. Eles são marcos na paisagem, objeto de lembranças individuais e coletivas e fortalecem os laços dos indivíduos com a sua comunidade. Por isso, quando algumas dessas edificações são destruídas ou avariadas, geram uma grande comoção. Foi assim com a destruição da Igreja da Lapa, localizada próximo ao Rio Vermelho, que foi arrastada por uma forte enchente que ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1839. No desejo de moldar a paisagem, dando-lhe uma aparência de lugar “civilizado”, não se levou em conta os ciclos da natureza que vez ou outra destroem as construções humanas imprudentemente localizadas.

Não era o caso da Casa de Câmara e Cadeia, situado numa distância segura das águas do Rio Vermelho. Mesmo assim, o edifício não estava imune aos efeitos das intempéries que assolavam o cerrado. É certo que suas paredes grossas de taipa de pilão foram fortes o suficiente para resistir a força dos ventos, o choque dos granizos e das descargas elétricas. Mas isso não significa que algum susto não ocorresse de vez em quando. Encontrei um relato interessante no Relatório do Chefe da Polícia, um tal de Nicolau Affonso de Carvalho, encaminhado ao presidente da Província Ernesto Augusto Pereira, em 1870, sobre uma descarga elétrica que atingiu o edifício. O relato diz que na noite de 27 de fevereiro desse ano

À uma hora da madrugada (...) entrou um raio por uma das janelas da torre da cadeia desta cidade, desceu pela corrente do sino, e, concluída esta, pela parede abaixo indo ao terçado da sentinela que estava postado na porta principal, foi ter até a coronha da espingarda da mesma sentinela deixando-a estragada. Desaparecendo logo depois. Felizmente não houve a lamentar-se sinistro algum, pois a própria sentinela apenas foi arremessada para o interior do corpo da guarda, sentido grande ardor no braço, cuja mão que sustentava a espingarda. (Relatório, 1870)

Antes da invenção dos para-raios, os prédios com altura acima da média enfrentavam o risco de serem atingidos por descargas elétricas, bastante comuns no clima tropical brasileiro. Paulo Bertran (2002, p. 65), inclusive, afirma que a Capela de Santa Bárbara, localizada numa colina da Cidade de Goiás, homenageou a

Santa Bárbara [que] era intercessora dos relâmpagos assustadores e, sobretudo, contra raios destruidores de pessoas e casas. Enfim, uma verdadeira torre protetora contra raios, construída com suas pedras, como uma espécie primitiva de para-raios.

Mas o perigo de destruição não vinha apenas das águas do Rio Vermelho ou das descargas elétricas do céu. Às vezes as invenções humanas destinadas a trazer conforto se tornam fontes de tragédias. Foi o que ocorreu com a chegada da luz elétrica na Cidade de Goiás no ano de 1919, provocando uma grande empolgação com a possibilidade de amenizar as limitações decorrentes da escuridão da noite.

Dois anos depois, mais precisamente, no dia 24 de março de 1921, a população vilaboense estava empolgada com

a celebração das solenidades religiosas da Quarta-Feira de Cinzas, a ser realizada na Igreja da Boa Morte. De acordo com Souza Filho (1981, p. 84), a igreja foi enfeitada com

flocos de algodão, como nuvens no céu de maio, pontilhado de estrelas criadas por minúsculas lâmpadas elétricas de variadas cores, fazendo arabesco entre os cortinados de filó, rendas finíssimas, frontais de cambraia, forros de seda e de cetim, confundiam-se com inúmeros buquês de perfumadas rosas, resedás, madressilvas, cravos brancos e vermelhos e delicadas angélicas, não faltando papoulas, crisântemos, palmas, crisandálias, perpétuas e saudades, em jarras de cristais.

A igreja barroca teve ter realmente ficado muito bonita e perfumada. Mas os organizadores da solenidade foram embora e se esqueceram de desligar as luzes. Já de madrugada, um curto-circuito nas instalações elétricas foi causa inicial de um incêndio que se alastrou pela igreja.

A cidade estava completamente vazia naquela hora e ninguém iria se dar conta do incêndio se não fossem os presos que cumpriam pena na Casa de Câmera e Cadeia, localizada a poucos metros da Igreja da Boa Morte. De acordo com o cronista vilaboense Octo Marques (1977, p. 76)

Desde a meia-noite daquela quinta-feira Santa, que o sino da nossa Cadeia Pública bimbilhava sem cessar, esparramando o seu eco sonoro pela localidade inteira. “Aquela órgão tocando naquela hora tão imprópria para isso... O que estaria acontecendo, então, Santo Deus?!” Era pois, o interrogatório que pairava no seio da nossa população. Sim. Os detentos, nas enxovilhas, notando o princípio da catástrofe cruel, deram o alarme geral: a Boa Morte ardia em chamas!

A população da Cidade de Goiás, alertada, saiu em peso para tentar debelar o incêndio. O incêndio só foi controlado às 8 horas da manhã. A Igreja da Boa Morte, construída em 1779, um dos mais representativos exemplos da arquitetura barroca colonial, teve as suas alfaias e os seus demais utensílios internos consumidos pelo fogo. Contudo, as suas fundações foram preservadas, o que lhe permitiu ser restaurada graças a contribuição financeira feita pela população vilaboense.

O incêndio da Boa Morte provocou uma grande comoção na população vilaboense, pois afinal tratava-se de uma das igrejas mais representativas da cidade. A parte mais irônica desse acontecimento é que, se não fossem os presos da cadeia pública, aqueles que não teriam direito a participar das solenidades religiosas, o incêndio teria consumido inteiramente a igreja e as obras do famoso escultor Veiga Valle.

Enfim, na minha pesquisa sobre o medo e as catástrofes em Goiás, o edifício que abriga atualmente o Museu das Bandeiras foi uma presença constante. Ele não foi o centro das minhas investigações e não cheguei a usar diretamente o acervo do museu, mas a sua existência foi um argumento importante para as principais conclusões da minha tese. Vi, portanto, o edifício como testemunho do desejo dos portugueses e seus descendentes de implantar um núcleo civilizatório no meio do cerrado. Ele foi um marco de poder, uma construção destinada a impressionar pela sua monumentalidade e reforçar nos indivíduos a superioridade técnica e intelectual dos colonizadores. A sua construção foi dispendiosa e de difícil execução, mas era um componente simbólico fundamental do vigor e da estabilidade do Império Português. Por outro lado, eu o vi

também como um testemunho do lado obscuro e bárbaro do processo civilizador, já que construído por mão de obra escrava negra, serviu de prisão para indígenas como Manoel da Cunha e de outras pessoas marginalizadas. O edifício secular resistiu ao tempo e viu muitos outros a sua volta serem destruídos ou danificados. Ele continua lá, agora como museu, numa cidade reconhecida como patrimônio da humanidade. E espero que continue estimulando a curiosidade de pesquisadores que, como eu, são fascinados pela história de Goiás.

Refêrencias

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Sudeco, 1979.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer C.; LEMES, Fernando. **O século XVIII em Goiás: a construção da colônia**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2019.

BARBO, Lenora de Castro. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. 2015. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade, origens**. Goiânia: Instituto Rizzo, 2002.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Vol.2.

ÉLIS, Bernardo. **Chegou o Governador**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARQUES, Octo. **Casos e lendas de Vila Boa**. Goiânia: edição do autor, 1977.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 372f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994.

RELATÓRIO do Chefe de Polícia, Nicolau Affonso de Carvalho ao Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, Presidente da Província, em 1870. Disponível em: <https://bit.ly/3HJZq33>. Acesso em: 15 de jul.2003.

SOUZA FILHO, Eduardo H. de. **Nos tempos de Goyaz**. Goiânia: Unigraf, 1981.

MUSEU DAS BANDEIRAS: ENTRE A MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Fernanda Soares Rezende

A minha trajetória acadêmica é assinalada pelo contato com a pesquisa desde a graduação, através dos projetos de pesquisa que desenvolvi ainda na Iniciação Científica. E apesar de já conhecer o Museu das Bandeiras (MuBan), somente agora no doutorado tive a oportunidade de investigar e pesquisar o seu acervo. E a propósito, está contribuindo de maneira valorosa para o desenvolvimento das minhas pesquisas.

O prédio do MuBan foi construído por Dom José I, entre os anos de 1761 e 1766, para ser a Casa de Câmara e Cadeia da Província de Goiás¹. Na década de 1950, se transformou em museu. Em 2001, foi tombado como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, em 1978 foi igualmente tombado “(...) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (...) pelo Governo Estadual em 1980 e pelo Município de Goiás em 1996” (MuBan, 2020, p. 15).

1. “No Brasil colonial e em parte do Brasil imperial, as Casas de Câmara e Cadeia eram edifícios onde se instalavam os órgãos da administração pública municipal. Ela abrigava a Câmara Municipal e as funções a ela ligadas, dentre elas, a guarda policial e a cadeia pública. Em geral, os edifícios da Casa de Câmara e Cadeia ficavam no centro da vila ou da cidade, no largo do pelourinho. O prédio continha, na maioria das vezes, dois pavimentos: um térreo e outro superior. Este último era composto de várias salas e um plenário para reuniões dos vereadores e para julgamentos. A Casa de Câmara e Cadeia era o símbolo do poder público. Daí a necessidade de dar-lhe lugar de destaque nas cidades coloniais” (Silva, 2010, p. 458).

Atualmente, o museu conta com um acervo composto por cerca de 590 objetos museológicos² e um extenso arquivo documental, que integram o Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras (ArqMuBan). O processo de “reorganização” iniciado duas décadas depois ocasionou, contudo, a dispersão de inúmeros documentos³. Além disso, o seu fechamento em função das obras, contribuiu para que o acervo, por inúmeras vezes, fosse deslocado e conservado sem as condições adequadas, colaborando para a deterioração dos documentos.

O ArqMuBan está identificado conforme a recomendação do Conselho Nacional de Arquivos e está dividido em 7 coleções⁴ e 4 fundos⁵. As primeiras dizem respeito as mais

2. “(...) os quais estão dispostos em um espaço de 224 m², dentro de um lote de 1060,8 m²” (MuBan, 2020, p. 15). “(...) as principais matérias primas dos objetos que compõem o acervo são tecido, madeira, metal, pedra, cerâmica (barro), madeira policromada, papel fixado em suporte e couro” (MuBan, 2020, p. 39).

3. “Na década de 70, uma “reorganização”, que não foi concluída, dispersou documentos e informações. A equipe do museu tentou reorganizá-los, mas as dificuldades foram muitas. Em 2004, uma licitação foi realizada para a organização do acervo arquivístico do Brasil Colônia, equivalente a 8,20% do Fundo Real Fazenda. Hoje esse acervo encontra-se totalmente identificado e descrito conforme as normas do ISAD e as adotadas pelo Arquivo Nacional e recomendadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Em 2016 e 2017, o Curso de História da Universidade Estadual de Goiás, através de um projeto de extensão, realizou a higienização e a digitalização de parte do Fundo Real Fazenda – República (35,08%) e do Fundo Lyceu de Goyaz (10,69%) do acervo arquivístico” (MuBan, 2020, p. 46).

4. A despeito disso, André Desvallées e François Mairesse (2014), consideram que “De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada” (Desvallées; Mairesse, 2014, p. 32).

5. Já o fundo “(...) designa, na terminologia arquivística, um conjunto de

diversas tipologias documentais e integram a *Coleção Zoroastro Artiaga* (1626-1954), *Coleção Escrituras e Testamentos do Arrayal de Meya Ponte* (1755-1828), *Coleção Hospital São Pedro de Alcântara* (1839-1968), *Coleção Especial Ofélia Sócrates* (1847-1967), *Coleção Especial Daisy Porto*, *Coleção Partituras Originais* (1865-1923) e *Coleção Americano do Brasil* (1918-1925).

Os fundos correspondem ao *Fundo Real Fazenda*⁶ (1736-1957), *Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato*⁷ (1755-1916), *Fundo do Lyceu de Goyaz*⁸ (1847-1934) e *Fundo Administrativo*⁹. E assim como as coleções, se localizam no primeiro andar do prédio, ao menos até a época da minha última visita.

Em relação ao processo de inquirição das fontes, o levantamento que realizei dos documentos salvaguardados no MuBan, diz respeito a *Coleção Hospital São Pedro de Alcântara* (1839-1968). Instituição que está no escopo das minhas análises desde o mestrado, fundada:

documentos de todas as naturezas “reunidos automaticamente, criados e/ou acumulados, e utilizados por uma pessoa física ou por uma família em exercício de suas atividades ou de suas funções” (Bureau Canadien des Archivistes, 1990). No caso de um fundo, contrariamente a uma coleção, não há seleção e raramente há a intenção de se constituir um conjunto coerente” (Desvallées; Mairesse, 2014, p. 32, aspas do original).

6. Proveniente dos antigos documentos da Delegacia Fiscal e pertence tanto a cidade quanto ao estado de Goiás. Em virtude da sua extensão, está dividido em três series: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República.

7. Reúne os registros gerais de imóveis e tabelionato. É composto por setenta e quatro volumes sendo, portanto, o menor dos fundos do ArqMuBan.

8. Composto por cinquenta e dois livros, vinte e três periódicos encadernados e cento e quarenta e nove cadernos de capa dura.

9. Diz respeito as atividades da instituição, a exemplo das correspondências e dos documentos de expediente.

(...) sob a proteção de D. Pedro I, pela Carta Imperial de 25 de janeiro (...). Vinculava-se às preocupações da Câmara de Vereadores e do governo da província em torno da função de curar por caridade os enfermos pobres. (...). Funcionava com um regulamento que, ao longo dos anos, passou por mudanças em decorrência das suas necessidades e das peculiaridades locais, como aquelas de caráter sanitário e higiênico presentes no novo estatuto de 1835 (Magalhães, 2004, p. 662, 679)

Como ainda no Oitocentos, a questão sanitária era vislumbrada enquanto caridade, o governo não se via obrigado a financiar o custeio de suas despesas. Sendo este um dos fatores que contribuíram para que até o ano de 1825, Goiás não dispusesse de nenhum médico formado e, tampouco, um hospital civil¹⁰. O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara nasceu por intermédio de um grupo local influente sensibilizado com a ausência de assistência aos destituídos e enfermos e, prestava amparo material e espiritual á comunidade, tanto na vida como na morte. Nos anos iniciais de sua criação, manteve suas portas abertas devido às esmolas e doações (Magalhães, 2004). E no decorso do tempo, as estratégias atribuídas pela instituição corroboraram para a formação de um processo normatizador, especialmente, em relação à questão sanitária.

10. Em 1872 foi fundado em Luziânia o Hospital de Caridade São Sebastião, sob a direção e fiscalização de uma junta de caridade (Salles, 1999, p. 107). Depois deste, só se tem notícia de um hospital direcionado ao atendimento da população civil em 1925, quando o Hospital Evangélico de Anápolis foi criado - um século depois do Hospital de Caridade da Cidade de Goiás (Silva, 2003, p. 105).

As minhas investigações perpassam o campo da História da Saúde e da Doença e o Hospital de Caridade se mostrou como um ambiente privilegiado para as investigações acerca da evolução das estratégias sanitárias e da inculcação de novos hábitos, no espaço urbano na Província de Goiás no período em questão. O processo de investigação da coleção foi realizado mediante a ajuda da arquivista, documentalista e também historiadora Milena Bastos Tavares. Esta que é responsável pelo arquivo documental histórico do MuBan, sobretudo, no que diz respeito a conservação preventiva, atendimento à pesquisa, organização e manutenção do acervo e práticas arquivísticas. Nesse sentido, trata-se de personagem de grande importância no processo de investigação, tanto dos documentos propriamente ditos quanto das informações que os cerceiam.

A documentação referente ao Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara faz parte do MuBan desde o dia 14 de dezembro de 1983, proveniente de uma doação feita pela própria instituição. Os originais versam sobre o período de 1839 a 1968. Em relação as dificuldades da pesquisa no museu, pude notar que o estado de conservação do acervo, infelizmente, ainda é precário e a documentação referente ao hospital está acondicionada em estantes e disposta em pacotes, não muito distante da realidade da maioria dos arquivos em Goiás.

Além do mais, o acervo não possui número de registro e, tampouco, está organizado conforme o critério adotado pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Todavia, o Princípio da Originalidade dos Fundos Arquivísticos é respeitado, tal como propõe o *Dicionário Brasi-*

leiro de Terminologia Arquivística (2005): “(...) segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2005, p. 36).

O MuBan elegeu, deste modo, a organização dos documentos por assunto, tal como foram doados, propiciando a sua identificação. A documentação possui acesso restrito e sua solicitação deve ser feita mediante preenchimento de *Formulário para Requerimento e Emissão de Autorização de Uso de Imagem e de Reprodução de Bens Culturais e Documentos – Pessoa Física*, disponibilizado pelo MuBan. O qual abrange dados do interessado, instituição a qual se vincula e finalidade da pesquisa. Também é permitido digitalizar e tirar fotografias da documentação, desde que sem flash. Medida tomada em prol da proteção dos originais.

A digitalização do acervo documental é uma ferramenta de capital importância para a preservação e conservação das fontes. No entanto, para além de dispor de pessoal e tempo, este trabalho também requer os equipamentos necessários. No MuBan, parte do acervo já se encontra digitalizado e organizado, conforme a Nobrade. Apesar disso, a grande quantidade de documentos e a carência de profissionais habilitados, que atuem em conjunto com os arquivistas para o tratamento do acervo, acaba por tornar esse processo desafiador e moroso.

No ano de 2019 “(...) 361 itens do acervo foram documentados e disponibilizados ao público por meio da plataforma Tainacan”¹¹ (MuBan, 2020, p. 37). A documentação já digitalizada, está disposta em uma base de informações do ArqMuBan e seu acesso segue às normas internas da instituição.

11. <https://bit.ly/3fjoOwS>.

Este trabalho, no entanto, foi interrompido em decorrência da pandemia de covid-19 e do consequente fechamento do MuBan para as atividades presenciais de visitação e pesquisa. Embora as suas atividades tenham sido reduzidas, a equipe da instituição tem se desdobrado para atender os pesquisadores de modo remoto, através do preenchimento do formulário já anunciado. Dentre os serviços disponibilizados estão informações em relação ao acervo ou ainda a própria digitalização de documentos pontuais. Inclusive, sou imensamente grata pela presteza com que o Muban me atendeu e acolheu as minhas demandas de pesquisa neste momento tão peculiar que estamos vivenciando.

Enquanto um lugar de memória, o MuBan reverbera o seu acervo como um conhecimento a ser propalado em ambientes que o transcendem. E a pesquisa diz respeito a um dos principais meios desta difusão do conhecimento. Através das minhas experiências de investigação, pude constatar o grande potencial que as fontes salvaguardadas no MuBan representam para as pesquisas futuras. Por isso, lanço o seguinte questionamento, como o MuBan pode contribuir para os estudos que versam sobre a História da Saúde e das Doenças?

A *Coleção Hospital São Pedro de Alcântara*, concorre para a conservação de conhecimentos, práticas e valores para o campo da História da Saúde e das Doenças. Logo, lança as bases necessárias para a construção do museu como espaço de informação e preservação da memória desta temática tão cara a História. Seu acervo é constituído por cinco volumes de documentação textual, que versam sobre o período de 1839 a 1968 e diz respeito uma vasta pluralidade de documentos. Compreendem desde livros de

registros de medicamentos, de receituários médicos, carga e descarga, rendimentos diários da botica, medicamentos para presos pobres da cadeia e para a enfermaria militar, balanços, assentamentos dos pensionistas tratados no hospital, receita e despesa, registros de óbitos e, inclusive, as baixas de enfermos e inventários. Já dentre os documentos avulsos estão as correspondências, relatórios, ofícios, notas promissórias, mapas das dietas, entre outros.

A agenda da saúde se faz presente no MuBan tanto pela documentação textual ora destacada, quanto pelos objetos museológicos doados pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, a exemplo do Copo de Becker, Bico de Bunsen, Vasilha de colocar compressas, Estetoscópio, Desleiteadeira, Funis de vários tamanhos, Almofariz - Gral e Cadinhos. Entretanto, de acordo com Milena Bastos, responsável pelo arquivo do MuBan, os materiais doados ainda não estão completos e, porventura, outros podem ser agregados e inventariados com o término da organização do *Fundo Real Fazenda*.

Nesse sentido, por inúmeras décadas, a documentação referente a *Coleção Hospital São Pedro de Alcântara* esteve misturada com o respectivo fundo, especialmente, no que diz respeito ao período republicano. No entanto, conforme a organização do acervo prossegue, os originais estão sendo resgatados. Por isso, ressalto que em um futuro próximo, poderão haver acréscimos em relação ao inventário abaixo:

Tipologia	Referencia
Livros	1. Terapêutica. Otto Miller e Colaboradores; Livraria Atheneu S. A. – Rio de Janeiro – 1962;
	2. Bioclinica normal e Patologia da Urina. Barros Terra – 1921;
	3. Manual de Terapêutica. Parke, Daus & Cia, Nueva York, EUA – 1911;
	4. Síndromes Clínicas. Tiburcio Padilha – Libreria “El Ateneo” – Editorial – Buenos Aires – 1956;
	5. Annaes de Medicina Homeopática. Publicação mensal do Instituto Hahnemanniano do Brazil- 1902
	6. Nouveaux Eléments de Pharmacie. A. Andouard – Librairie J. B. Bailliére et fils – 1892;
	7. Compêndio Médico. Organização Andrei – 1960;
	8. Manipulations Chimiques. J. Jamar, éditeur libraire – 1839;
	9. O problema das Pharmácias no Brasil. Cândido Fountoura – Instituto Medicamento – São Paulo – 1835.
Originais	1. Livro 2º Lançamento da venda à Enfermaria Militar – 1978
	2. Livro de Registro de Receituário Militar – 1878
	3. Livro de Receitas – 1919
	4. Carga e descarga ao Thezoureiro do Hospital de Caridade de Goiás – 1848-1855;
	5. Livro 2º de Assentamento dos Pensionistas – 1874;
	6. Livro de lançamentos dos medicamentos usados pela Enfermaria Militar – 1886;
	7. Livro de Receita – 1922;
	8. Livro de lançamentos dos mantimentos diários havidos na Botica do Hospital de Caridade – 1858;
	9. Livro de lançamentos e medicamentos (encontra-se sem as primeiras páginas. Iniciando na pág. 11) – 1858;
	10. Livro de Lançamentos dos Termos de Compromisso dos diversos funcionários do Hospital – 1912; Obs.: Folhas usadas com o termo de compromisso até a página 54. Faltam as três seguintes (5,6) e a partir daí estão em branco.
	11. Livro de Receituário (1876). Livro de lançamento de todos os medicamentos oferecidos aos enfermos desse hospital (1876);
	12. Livro de Receituário – 1857
	13. Livro nº 1 de Receituário da enfermidade deste Hospital – 1871;
	14. Livro de lançamento de receituários da Enfermaria Militar – 1866;

Originais	15. Caridade Pública – 1869. Livro para registrarem as receitas dos medicamentos fornecidos à Caridade Pública;
	16. Livro nº 1 de lançamentos de toda venda à Enfermaria Militar – 1874. Registro dos medicamentos fornecidos à Enfermaria Militar (1874-1875);
	17. Livro de Receitas aviados, de acordo com o Regulamento do Serviço sanitário do Império – 1888;
	18. Receituário. Faltam as primeiras páginas. Este começa pela pág. 29 – 1905-1908;
	19. Livro de lançamento da Thesouraria do Hospital de Caridade Miguel José Freira – 1879-1885;
	20. Pasta de documentação do Hospital São Pedro de Alcântara;
	21. Receituário das Enfermarias do Hospital de Caridade – 1867;
	22. Livro de receitas de medicamentos – 1877;
	23. Receituário – 1885-1886. Falta a 1º folha e a capa.
	24. Livro de receituário 1871. Faltam as 10 primeiras páginas;
	25. Receituário – 1882. Este livro encontra-se sem a capa. Faltam as páginas de 76 a 105, e o final do livro.
	26. Livro de Lançamento da Thesouraria do Hospital de Caridade Joaquim Fernandes de Carvalho Xavier. Encontra-se sem capa. Faltam as 7 (sete) primeiras páginas e o final do livro – 1873 a 1879;
	27. Livro de despesas do Hospital. Encontra-se sem capas. Inicia-se na página 83. Faltam as páginas 121 a 300 e o final.
	28. Folhas avulsas de um receituário da pág. 2 a 9;
	29. Folhas avulsas de um receituário de 1908, das páginas 21 – 30;
30. Folhas avulsas de um livro de Thesouraria (1864-1865)	
Objetos	1. Cadinhos.
	2. Desleidadeira.
	3. Funis de vários tamanhos.
	4. Estetoscópio.
	5. Almofariz – Gral.
	6. Copo de Becker.
	7. Bico de Bunsen.
	8. Vasilha de colocar compressas.

Fonte: ArqMuBan.

Os livros de receitas e os mapas de dieta, por exemplo, nos permitem recobrar os hábitos alimentares da população goiana no decurso dos séculos XIX e XX. E

(...) apesar de dispersos e incompletos, revelam características da composição alimentar dos enfermos, que em quase nada diferia da comida dos demais segmentos daquela sociedade. (Magalhães, 2004, p. 85)

Demonstram ainda, quais viveres eram fornecidos para o Hospital de Caridade. Já os registros de óbito, nos permitem mapear as enfermidades e a morbidade em Goiás, tornando possível a estruturação do quadro nosológico da população.

As receitas e despesas nos concedem pistas sobre a contabilidade do hospital, os gastos com empregados, honorários facultativos, etc. Os livros de registros de medicamentos revelam dados valiosos sobre os lançamentos de entrada e saída da botica. Assim como os principais remédios fornecidos aos enfermos, em prol do tratamento das enfermidades.

Os medicamentos ministrados aos presos da cadeia e à enfermaria militar, assinalam que o Hospital de Caridade recebia, a época, subvenção do governo provincial para amparar os militares e presos desvalidos (Magalhães, 2004). Acentuando, deste modo, o interesse por parte da administração em delegar ao hospital, a função de cuidar da saúde dos detentos. A partir da argumentação, de que a instituição dispunha dos meios necessários para evitar a demora no tratamento e aplicação dos remédios prescritos (Memórias Goianas 10, 1998).

Os relatórios são documentos oficiais que, em sua mais diversa natureza, abarcam questões relativas à administração provincial no tocante as temáticas sanitárias. Tal como os surtos epidêmicos, as campanhas de vacinação contra a varíola, a necessidade da construção de cemitérios públi-

cos, as investigações sobre as propriedades terapêuticas das águas termais de Caldas Novas e a salubridade da região.

Estes documentos me concederam pistas valorosas sobre as condições de saúde da população e sua inquirição me levou a confirmação da hipótese de que havia por parte das mulheres, a preferência pela figura feminina no trato e cura das moléstias. Inclusive, encontrei no MuBan um documento do médico Vicente Moretti Foggia endereçado para o, então vice-presidente da Província de Goiás, Jose Rodrigues Jardim. Culpabilizando as curandeiras, benzedoras e parteiras pelo agravamento do quadro de saúde e falecimento das enfermas. Em suas palavras:

Ilm o e Exm o Snr.

[...] Rogo também que procure meios para que as moléstias das mulheres [...] chancros uterinos, ulcerações do collo, partos, hysteria e melancolia possa ser curadas no referido Hospital. As mulheres por um pudor mal entendido deixam-se adoecer - ou mandam chamar uma benzedora, curandeira, parteira, que ordinariamente lhes agrava o mal. Só quando a moléstia agrava, ellas vão no Hospital. Alem disso, essas mulheres, fazendo um exercicio ilegal da Medicina, reina na actualidade; suas victimas tem sido em grande numero, fallecendo mulheres cuja moléstia quando [...] no Hospital [...] e senão curadas podem mitigar os seus crueis sofrimentos. Muito estimarei que gose perfeita saúde sempre. Deos guarde o Exmo Snr Cidade de Goyaz 26 de Maio de 1841 - Dr. Foggia. (Arquivo Museu das Bandeiras, Caixa Arquivo n. 301, pacote 34, doc. Avulso)

O texto de Foggia reconhece a notoriedade que a figura das parteiras detinha na sociedade do período, no entanto, questiona as suas aptidões. Conferindo a elas a responsabilidade pelo óbito das parturientes e de seus

recém-nascidos. Demonstrando, o quão a prática popular do ofício de partejar contrariava os preceitos médicos, pois acusa-las a partir da sua suposta inabilidade, reverbera uma das táticas encontradas pelos médicos para obterem exclusividade na atuação do referido campo.

A investigação dos documentos salvaguardados no ArqMuBan, me conduziu para a tese de que o discurso contrário a atuação das parteiras não diplomadas, representa, na realidade, a concorrência pela área de atuação médica. Fornecendo, portanto, os subsídios necessários para as discussões que norteiam as minhas pesquisas, no sentido de confirmar que a presente disputa está para além do bem-estar da mãe e do filho, pois revela a concorrência pela ocupação de um campo.

Os documentos inventariados, demonstram o ArqMuBan como um testemunho material profícuo para a história regional. E no caso da História da Saúde e das Doenças, contribui, dentre outras questões, para o desafio de revelar aspectos ainda pouco conhecidos sobre às condições de existência e as enfermidades da população goiana no decurso dos séculos XIX e XX. O MuBan representa um importante ambiente de pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio cultural e histórico de nossa sociedade, com grande potencial para as inquirições históricas, inclusive no campo de investigação da História das Doenças em Goiás, conforme minhas próprias experiências de pesquisa no acervo do museu.

Refêrencias

ARQUIVO MUSEU DAS BANDEIRAS, Cidade de Goiás, Correspondências diversas ao Presidente da Província de Goyaz. Assunto: saúde. Caixa Arquivo n. 301, pacote 34, doc. avulso.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES. **Règles pour la description des documents d'archives**, Ottawa, 1990.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Coord.). **Conceitos-chave da Museologia**: São Paulo: Armand Colin, 2014. Tradução por Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Disponível em: <https://bit.ly/3gzR5mL>. Acesso em: 05. ago. 2021.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. 2004. 254f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MEMÓRIAS GOIANAS 10. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1998.

MUBAN. **Plano Museológico do Museu das Bandeiras**. Cidade de Goiás: Ibram, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uH3XzO>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. Saúde e doenças em Goiás (1826-1930). In: FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. (Org). **Saúde e doenças em Goiás**. A medicina possível. Goiânia: UFG, 1999, p. 63-128.

SILVA, Leosmar Aparecido. da. Aspectos sociais, políticos e religiosos da arquitetura colonial vilaboense: uma análise semiótica. **Via Litterae**, Anápolis, v. 2, 451-473, jul/dez 2010.

SILVA, Leicy Francisca da. **Saúde Pública e Medicina Popular em Goiás - 1930-1945**. 2003. Dissertação Mestrado em História - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

O MUSEU DAS BANDEIRAS E SEU ARQUIVO

Gustavo Neiva Coelho

No ano de 1981, alguns meses após minha formatura no curso de Arquitetura da UCG (atual PUC-Goiás), recebi um convite para integrar um grupo de trabalho na cidade de Goiás, com a participação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Indur (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional) e Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás. O objetivo do trabalho era a elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico com preservação do patrimônio, que, ao final de dois anos, concluiu, entre outras coisas, pela implantação na cidade, de um Escritório Técnico do Iphan que deveria dar suporte a trabalhos a serem desenvolvidos pela Prefeitura Municipal no que se refere à proteção do patrimônio histórico.

Logo que me estabeleci na cidade, me foi oferecido pelo representante de um jornal local, espaço fixo de meia página no jornal para apresentação de textos sobre o patrimônio histórico e cultural e sua preservação. Era um desafio, pois, apesar de já haver desenvolvido vários trabalhos acadêmicos na Universidade, esse tipo de texto nunca havia desenvolvido.

Um ano após a conclusão dos trabalhos do plano, fui convidado a trabalhar na prefeitura, no setor de infraestrutura urbana e, com a implantação do Escritório Técnico do Iphan, assumi a responsabilidade nos meses iniciais de 1984, pela implantação do escritório e as ações decorrentes, junto à prefeitura e à população, procurando, sempre que possível, esclarecer sobre as atividades da instituição relativas ao tombamento e proteção do patrimônio histórico local.

Nesse momento, foi necessário um aprofundamento no relacionamento com todas os funcionários e extensões das ações do Iphan na cidade, como Museu de Arte Sacra, Palácio Conde dos Arcos e Museu das Bandeiras. Como já vinha produzindo, ou melhor, tentando produzir textos sobre assuntos ligados à história e à arquitetura da cidade, o Museu das Bandeiras, com seu imenso arquivo com uma infinidade de documentos relativos ao período colonial, mas sobretudo ao do Império, passou a exercer um fascínio e uma atração especiais. Passei então a visitar esse edifício sempre que o tempo e as atividades do Escritório permitiam, procurando me informar o máximo possível sobre esses períodos da história, copiando, anotando e fazendo observações em meus cadernos sobre a história arquitetônica e urbana da antiga capital. Ali encontrei documentos relacionados à aquisição de edifícios particulares para sediar órgãos públicos, mapas de arrecadação de impostos, plantas, planos, ofícios e decretos que muito contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre a implantação e formação do espaço urbano vilaboense, como poderiam contribuir também, como fonte e referência, caso pretendesse produzir alguma coisa mais aprofundada sobre a história e a arquitetura da cidade.

Fiquei na Cidade de Goiás até 1986, quando saí do Escritório Técnico e assumi algumas disciplinas na Escola de Arquitetura, onde já era concursado, disciplinas essas voltadas para assuntos diretamente relacionados às atividades que desenvolvi na cidade, nos anos anteriores, como História da Arquitetura, História da Arte e Patrimônio Histórico.

Nesse momento, as preparações de aulas me levaram a, pela forma como estruturava os encontros com os alunos, fazer anotações e organizar textos sobre os variados temas

que desenvolvia em sala, o que veio a resultar em artigos publicados em revistas e jornais que, posteriormente, se transformariam em livros.

Mesmo depois de transferida minha residência de Goiás para Goiânia, as frequentes visitas ao arquivo do Museu das Bandeiras não deixaram de acontecer, tendo visto a importância daquele acervo para qualquer estudo que me propusesse a desenvolver.

Recentemente, um estudo sobre a igreja de N. S. do Carmo, que me levou de volta ao arquivo do Museu, que não visitava já há algum tempo, comprovou o que sempre levei em conta sobre a importância desse acervo, pois, tudo o que procurava para meu trabalho, ali estava, além de vários outros documentos que contribuíram de forma valiosa para o que pretendia levantar.

Documentos relacionados à arquitetura local, ao traçado urbano da cidade, a personagens de importância fundamental para seu desenvolvimento, tanto locais quanto da metrópole, estão ali à espera do pesquisador, prontos a contribuir com o resgate de amplos aspectos da história goiana.

PESQUISAR NO MUSEU DE ONTEM E DE HOJE: UMA TRAJETÓRIA EM DIÁLOGO

Heloisa Selma Fernandes Capel

Fernando Martins dos Santos

Eu era uma jovem de 23 anos, recém ingressa no mestrado da Universidade Federal de Goiás, o que para a época era um feito. Com origem modesta e formação oriunda da antiga Universidade Católica de Goiás, entrar em um programa de pós-graduação em uma instituição federal na década de 1980 era algo digno de nota. Eu era uma jovem pesquisadora à procura de documentos sobre um tema de pesquisa completamente desconhecido para mim até a ocasião. O tema “Flores de Goiás, comunidade negra”, foi uma sugestão de meu professor de metodologia de pesquisa, Pe. Luís Palacin, o historiador jesuíta que dissecava qualquer documento de poucas linhas com um extenso conhecimento e notável erudição que nos fazia tremer de admiração e medo. Admiração por aquele religioso estrangeiro que dedicou uma vida à pesquisa sobre Goiás de forma pioneira, medo pela responsabilidade de sequer conseguir ler um documento do século XVIII que exigia noções paleográficas com a clareza e capacidade de estabelecer significados e relações como ele magistralmente fazia.

Palacin se mostrava inquieto pelo fato de ter visitado a cidade de Flores, no nordeste goiano, ainda na década de 1980, e constatar que, naquele local, conhecido como “o corredor da miséria”, havia uma população quase totalmente negra. Se Goiás não teve o mesmo ouro abundante e de longa extração de outras localidades e havia passado

por uma fuga de negros durante o período de uma suposta decadência no século XIX, como explicar que ainda houvesse descendentes de escravizados, agrupados em uma comunidade isolada mais de cem anos depois? Essa era a pergunta essencial do trabalho que precisava de um corpo documental consistente, a ser buscado em instituições não completamente organizadas como acervos paroquiais locais, o arquivo público estadual, além dos arquivos da Cidade de Goiás. Estes últimos eram fundamentais para a pesquisa e incluíam, dentre outros, o Museu das Bandeiras.

Foi uma empreitada difícil para uma jovem que mal sabia se deslocar sozinha no estado. Sou filha de imigrante espanhol, meu pai estabeleceu-se como comerciante e veio de São Paulo para o Centro-Oeste na década de 1950, conheceu minha mãe em Cuiabá/MT, cidade na qual nasci e fui levada, em meados de 1960 com apenas dois anos de idade, definitivamente para Goiânia, a promissora capital da Marcha para o Oeste. Portanto, pelas origens e deslocamentos, eu era uma estrangeira na Cidade de Goiás, cidade formada por oligarcas rurais e famílias tradicionalmente conhecidas como as guardiãs do tempo e da memória. Alie-se a esse hibridismo *outsider*, características pessoais que dificultavam o processo: eu era muito tímida e inexperiente. Foram várias viagens nas quais precisei lidar com frustrações de diversas naturezas: os arquivos não estavam abertos, outras vezes estavam, mas eu não tinha acesso, em outras ocasiões os documentos não se encontravam minimamente organizados para consulta. As dificuldades de acesso se explicavam por várias razões: a pessoa que possuía a chave do arquivo não me conhecia (eu era, afinal, filha de quem?), não havia ninguém para ficar comigo no recinto para que eu não danificasse os documentos, a

pessoa responsável pelo arquivo não estava disponível no horário em que me encontrava na cidade. Houve o caso de documentos que se encontravam em poder de pessoas específicas, elas afirmavam estar preparando publicações e não se mostravam dispostas a ceder o material. Ouviase, também, a conversa que a documentação sobre os jornais de Goiás, por exemplo, havia sido toda levada por técnicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e não se encontrava mais na cidade. Em diversas ocasiões pareciam pretextos para não abrir, não informar, não dar acesso.

Havia um longo período para a sesta pós-almoço na cidade do casario branco que se perfilava em série nas ruas de pedra sob o sol escaldante. Era preciso persistir na espera que se estendia por horas, ou mesmo dias entre idas e vindas ao trajeto entre Goiânia e a Cidade de Goiás, era necessário insistir na importância do trabalho, às vezes implorar para receber algum atendimento ou qualquer informação¹.

Buscar documentação paroquial e cartorial na cidade de Flores tampouco facilitou meu trabalho. O acesso à cidade era difícil. Era preciso tomar um ônibus de Goiânia para a rodoviária velha de Brasília, de lá, outro ônibus para a cidade de Formosa e, só então, em um último ônibus precário que só saía uma vez ao dia, viajar para Flores em uma estrada em grande parte sem asfalto. A cidade, banhada pelo Rio Para-

1. Foi inesquecível a fala de um dos membros da banca de defesa, professor Alcir Lenharo (Unicamp) que todos queriam ver em ação, quando ao avaliar o trabalho, deu seu veredicto sobre o Capítulo I da dissertação, a que mais reuniu documentação inédita (e difícil de obter) sobre Flores e a ocupação do nordeste goiano sob a atividade pecuária por uma comunidade negra: “o capítulo era inútil, desnecessário”. Hoje posso compreender a desvalorização dos processos ocorridos (e de sua documentação) às margens da história brasileira narrada a partir do sudeste e em perspectivas generalizadoras.

nã, ficou conhecida pelo relato de Saint Hilaire como a “mais pestilenta do universo” pelas enchentes anuais que provocavam destruição e doenças. Em uma das viagens, meu pai se compadeceu e quis ir comigo de carro, o que me salvou de uma derrapagem na estrada de chão após uma forte chuva. Ele segurou o volante do carro desgovernado que eu imprudentemente dirigia e conseguiu evitar um acidente.

Foi sob essa conjuntura e esforço que cheguei ao Museu das Bandeiras. Com uma arquitetura imponente e bem preservada, o edifício de dois andares se destacava no alto de uma rua, ao final de um largo com chafariz e muito verde, uma bela construção colonial instalada na paisagem urbana. Antigo prédio da câmara e cadeia da Província de Vila Boa de Goyaz, a construção era do século XVIII. A princípio, fiquei admirada com as instalações e os objetos que se encontravam em exposição no local.

Com um olhar inaugural sobre tudo, era impossível não pensar no nome conferido à edificação em algum momento da sua história: museu das bandeiras, uma referência clara ao bandeirantismo do século XVIII e de uma visão oficial sobre a história ao nomear os prédios administrativos transformados em espaços de memória. Como não se impressionar com a largura das paredes e a atmosfera sombria da cadeia que funcionava no térreo do edifício emoldurada por janelas com pesadas grades? Um contraste com as amplas aberturas do andar superior, local do qual se tinha, do alto, uma visão panorâmica da antiga capital e da Serra Dourada, posteriormente transformada em parque estadual. Também era perceptível que a história contada partia dos pilares da colonização e da exploração dos sertões pelas entradas e bandeiras paulistas expressos na cultura material que o museu se esforçava em preservar

e destacar. A população subalternizada e escravizada era apresentada em um cenário com explicações sobre crimes e castigos ou de maneira que me parecia descontextualizada.

O que me interessava, a despeito da primeira aproximação com o museu por meio de seu edifício e exposição, era o arquivo histórico e os fundos documentais que advinham da Real Fazenda e de outras fontes. Com grande expectativa e disposição, fui direcionada a uma das salas reservadas para a documentação e a visão que guardo é de uma ampla sala, com um acervo de documentos acondicionados em pacotes que se estendiam do chão ao teto. Checando anotações iniciais sobre o período pesquisado, eu buscava documentos sobre Flores e sua população negra. Não havia, porém, nenhuma referência que me auxiliasse a encontrar qualquer menção ao Arraial de Flores. A documentação se colocava em ordem mais ou menos cronológica e era necessário, às vezes, subir uma escada íngreme para colher, com o auxílio de um ajudante, um pacote de documentação. Além dessa dificuldade, o mais grave à época foi que a documentação havia sido infestada por insetos e os pacotes cheiravam a BHC². Após sentir o forte cheiro do veneno, a funcionária explicou que o prédio e os documentos precisaram ser desinfestados com a substância. Assim mesmo, insisti. Contando com a sorte de encontrar algo significativo pelas referências temporais e com minha resistência física à toxidade dos pacotes que ia abrindo um a um, fiquei alguns dias tentando explorar

2. O BHC é um inseticida e sua sigla advém do nome inglês - Benzene Hexachloride - é um produto que combate pragas na lavoura. Ao entrar em contato com a pele, o BHC tem efeito cumulativo, causando danos irreversíveis ao sistema nervoso central. Não é mais utilizado em processos de desinsetização por ser altamente tóxico e prejudicial à saúde humana.

aquela documentação valiosa. Não foram muitos, eu saia do local com dores de cabeça e ainda tenho a lembrança vívida de no último dia da pesquisa, dirigir para Goiânia ao final da tarde sentindo uma leve tontura.

Essas são minhas lembranças do Museu das Bandeiras. Guardo a memória de sua enorme extensão, de uma documentação abundante e tóxica, de difícil acesso. Eu era muito pequena diante de tanta grandiosidade: de uma história que me esmagava com pesadas botas de bandeirantes colonizadores, das paredes largas e grades sombrias de seus prédios administrativos transformados em museus, de uma documentação hermética sob a guarda de figuras importantes de famílias abastadas e tradicionais da localidade, algo muito distante da realidade de uma jovem de família migrante e trabalhadora que trilhava seus primeiros passos na pesquisa.

Todavia, a relação com o Museu não parou aí. Em minha trajetória como professora de história e orientadora de trabalhos de pós-graduação, tanto na antiga Universidade Católica de Goiás, da qual fui professora por 23 anos, quanto anos mais tarde, como professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, alguns de meus orientandos/as foram direcionados ao Museu sob outra conjuntura. Foram outros tempos, com outras vivências, outras histórias. É o que nos mostra o itinerário de pesquisa de Fernando Martins dos Santos, orientando de doutorado do PPGH/UFG, pesquisador das identidades regionais por meio do artista plástico Veiga Valle (1806-1874), com o trabalho em curso. Abro espaço para que ele mesmo possa historicizar sua experiência com os museus da Cidade de Goiás e expor a potencialidade de seus acervos e as condições de acesso em um tempo muito diferente do que relatei até aqui.

Museu em outros tempos

A Cidade de Goiás para mim sempre foi envolta de uma aura romântica. No final dos anos 90, ainda como aluno do ensino médio, fiz minha primeira visita à localidade: as igrejas, as ruas calçadas com pedra, as casas coladas umas nas outras me encantaram. A lembrança mais forte em minha memória foi a visita ao Museu das Bandeiras. Fiquei abismado com aquelas paredes grossas e, principalmente, com os grilhões; pensava em como aquilo tudo aquilo aconteceu e, assim, imaginava cenas que vinham em minha mente. No itinerário da visita fomos ao andar superior e nos foi dito que ali ficavam guardados documentos, nos sendo mostrado um deles. Todos nós tentamos ler alguma palavra do texto escrito, com letras tão bonitas, mas apenas entendemos poucas coisas. Tenho esse fato como o meu primeiro despertar para ser historiador. A imagem daquele casarão/palácio, das obras artes e do documento que eu não consegui ler ficaram na minha memória. Depois desse episódio, sempre dizia para mim mesmo que um dia iria fazer uma pesquisa sobre a Cidade de Goiás.

Consegui me graduar em História, pela Pontífice Universidade Católica de Goiás, em 2000, mas naquele momento não foi possível ter a Cidade de Goiás como objeto de estudo. Após quinze anos fora da academia e me dedicando exclusivamente à docência, resolvi voltar à vida acadêmica e tentar o mestrado e, como estava trabalhando com história da arte, eu queria uma pesquisa que tivesse esse direcionamento. Dessa forma, me foi apresentado o programa de pós-graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (Teccer), no qual uma das propostas de estudo é a relação temática da pesquisa com Goiás. Ali eu vi a chance de voltar

ao antigo projeto e desejo de trabalhar com algo que envolvia a Cidade de Goiás, porém, ainda tinha em mente que teria que ser algo voltado para a arte. Foi quando me veio a lembrança da visita do ensino médio, no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, que tinha como destaque as obras de Veiga Valle (1806-1874). Pronto! Esse seria o meu objeto.

Com início da pesquisa para a construção da dissertação fiz minha primeira visita à Cidade de Goiás. Não conhecia ninguém e não sabia como ter acesso aos arquivos, mas fui acreditando que seria muito fácil e tranquilo, e que voltaria para casa com inúmeros documentos sobre o artista. Porém, não foi bem o caso. O meu primeiro destino foi o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, ali estava grande parte da obra do artista, mas ele estava fechado no dia em questão. Segui para o Museu das Bandeiras com a esperança de encontrar documentos de encomendas das obras de Veiga Valle, sua atuação política e os impostos pagos por ele. Cheguei ao museu junto com um grupo de turistas, me apresentei e comuniquei aos responsáveis que queria ter acesso aos documentos. Como não tinha feito contato prévio e agendamento, naquele momento o óbvio se deu, a visita teria que ser adiada. Assim, deixei nome o tipo de documentação que procurava.

Cerca de dois meses após o primeiro contato, voltei ao Museu das Bandeiras com esperança de sair de lá com inúmeros documentos. Até mesmo comprei luvas e máscaras, afinal eu iria manusear documentos muito antigos. Na minha ansiedade, cheguei antes do horário de abertura e ali no chafariz fiquei sentado, já fazendo um cronograma para fotografar e analisar toda a documentação que deveria ser vasta. O Museu abriu, novamente me apresentei, já estava tirando da mochila as luvas e a máscara, quando desceu a

atendente me dando uma informação que me deixou sem chão: “tinha sido feito uma busca prévia e no arquivo do museu e não havia nenhum documento sobre Veiga Valle”. Como assim? Nenhum? Nada? Ainda perguntei se eu poderia manusear a documentação e procurar. Fui informado que a dinâmica não era mais aquela, agora o pesquisador solicitava a documentação para que fosse buscada no acervo e apresentada, sendo essa uma das motivações de agendamento prévio. Fiquei frustrado por não manusear a documentação e, principalmente, por não haver nenhum documento sobre Veiga Valle. Se não havia documentos sobre o artista, como continuar a pesquisa?

Apesar do obstáculo, foi justamente a falta de documentos que relacionavam Veiga Valle e sua obra, tanto em vida quanto após sua morte, que contribuíram para o *insight* de pensar e refletir sobre como, depois de longo período de esquecimento, se deu a construção do artista e por quais motivos isso ocorreu. O estudo baseou-se na hipótese de que Veiga Valle (re)nasceu como artista dentro dos interesses de um grupo que eram contra a transferência da capital e que pretendiam criar uma identidade vilaboense. Mesmo após a defesa, em 2018, a dissertação intitulada “Veiga Valle – Da Morte do homem a nascimento do artista”, alguns pontos foram sugeridos e incentivados pela banca para que eu continuasse a pensar o artista e a sua relação com a Cidade de Goiás em um doutorado.

No mesmo ano consegui entrar no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás, tendo como orientadora a professora doutora Heloísa Selma Fernandes Capel, que tinha sido membro da banca na qualificação e defesa da dissertação. O meu objeto continuaria sendo Veiga Valle, agora tendo uma hipótese de

tese: Veiga Valle foi utilizado como síntese da identidade vilaboense, que foi construída em dois momentos: quando se deu a transferência da capital e, posteriormente, com o processo de patrimonialização da cidade.

Já era de meu conhecimento que no Museu das Bandeiras não havia documentação sobre Veiga Valle. Mas com a pesquisa ampliada, algumas relações e abordagens se mostraram necessárias. Além disso, a última visita tinha corrido há quase três anos, e nesse intervalo algum documento sobre o artista poderia ter sido descoberto.

Agora, entendendo todos os trâmites necessários, um primeiro contato por e-mail foi realizado, no qual me identifiquei e expliquei a minha pesquisa. Em menos de três dias me foi encaminhado um formulário para que fosse preenchido especificando o estudo e os tipos de documentos que seriam solicitados, sendo eles sobre a esposa de Veiga Valle, Joaquina Porfíria da Veiga Jardim, do seu filho, Henrique Ernesto da Veiga Jardim, sobre a igreja e Museu de Arte Sacra da Boa Morte e, novamente, sobre o próprio Veiga Valle.

Ao chegar ao acervo do Museu das Bandeiras fui encaminhado até a sala para pesquisa, local no qual grande parte dos documentos solicitados já estavam digitalizados e separados, dessa vez não voltaria para casa de mãos vazias. Sobre Joaquina Porfíria da Veiga Jardim, foi encontrada uma procuração para que seu filho, Joaquim Gustavo da Veiga Jardim, pudesse receber sua pensão, e, ainda, sobre Henrique Ernesto da Veiga Jardim, uma ordem de pagamento por pintura e douramento na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, um dos poucos documentos que mostram que Henrique seguiu os caminhos do pai.

A documentação sobre a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi mais vasta, já digitalizada, era composta por

fotografias, que mostrava a igreja antes e depois de se tornar museu, em 1969; parte do compromisso da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, de 1792; o relato de um jornal sobre o grande incêndio que por pouco não destruiu toda a igreja, em 1921; e ainda todo o inventário confeccionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre a igreja para o processo de patrimonialização, em 1950 para que ela se tornasse o museu de arte sacra após as reformas.

Novamente solicitei documentos sobre Veiga Valle, mais especificamente documentos de 1840/41/42 de tesouraria. Eles mostraram Veiga Valle como comerciante em Meia Ponte³, um documento escrito por Veiga Valle⁴ e um recibo pela doação do quadro do Imperador⁵, que segundo alguns estudos preliminares de Heliana Angotti Salgueiro⁶ e Elder Camargo de Passos⁷ estaria no acervo do Museu das Bandeiras.

Ao chegar ao museu e acessar a sala de pesquisa, os colaboradores, a partir do que foi solicitado anteriormente, já tinham separado toda a documentação disponível. “Daqueles solicitados previamente, somente a carta para o collector das Rendas Geraes da Villa de Meiaponte” escrito por Veiga Valle (sem data e catalogação), foi encontrado. Mas o fato não fez da visita uma total frustração, os colaboradores do acervo me apresentaram outros documentos sobre Veiga Valle, já prontamente digitalizados, que se relacionavam com o pagamento de impostos sobre venda, financiamento e compra de escravos, sendo eles um paga-

3. Livro do lançamento das Sizas di bens de Raiz da Villa de Meia Ponte nos annos de 1839 e 1840; Livro do lançamento das Sizas di bens de Raiz da Villa de Meia Ponte nos annos de 1840 e 1841.

4. Livro de collector das Rendas Geraes da Villa de Meiaponte (sem data).

5. Secção Palacio da Presidencia de Goyaz 6 de maio de 1858, nº282 - Francisco Januario da Gama Serqueira -Inspetor da Thesouraria da Fazenda.

6. *A singularidade da obra de Veiga Valle*. Goiânia: UCG, 1983.

7. *Veiga Valle – seu ciclo criativo*. Goiás, GO: Museu de Arte Sacra, 1997.

Il^{mo} Senr

A Camara Municipal desta Cidade acusa o recebimento do officio da V.S. datado de 18 de setembro ultimo, em que, fazendo constar-lhe ter-sido atendidas pela Junta de Fazenda as representações de D. Antonia Ludovica de Almeida Camargo, e Major José Joaquim da Veiga Valle contra as orbitancias dos limites demarcados pela Comissão nomeada em virtude do Decr. n^o 411 de 4 de junho de 1845, requisita a Camara, para que ordene a Comissão nomeada preceda uma nova demarcação, de maneira que somente venhas apagar se (ilegível), a que estão sujeitos os Senhores de escravos, que effectivamente residirem na Cidade, seus subúrbios. Em resposta tem a Camara de significar a N.S. que, achando -se ausente um dos membros da referida Comissão, nomeou para substituir o Ten. Eusebio Joaquim Roiz., Ainda nesta data oficiado a ess^{ma} Comissão para proceder a nossa demarcação, assim o comunica N.S. Diaz G^e. A.S.

Paço da Camara Municipal em 16 de Janeiro de 1858.

Il^{mo} Sr. Inspector da Thesouraria G.^l. desta Provincia

Os documentos foram analisados e colocados em dois pen-drives, pois não poderia correr o risco de que algo desse errado. Quando eu estava concluindo a visita, e muito satisfeito com a documentação coletada, uma colaboradora do museu que estava no acervo ainda procurando algum documento daqueles que solicitei, me trouxe uma grata surpresa. Em mãos, ela tinha um livro grande de capa dura, no qual havia um contrato de venda de uma escrava realizada por Veiga Valle, em 1871. Mais que rapidamente peguei luvas e máscara, com muito cuidado manuseei aquela página amarelada e cuidadosamente a fotografei.

Quando comparo a minha experiência no acervo do Museu das Bandeiras com a da professora Heloisa Capel, percebo que obtive mais facilidades. A exemplo, não tive contato direto com a documentação, o que não me deixou exposto aos produtos químicos utilizados para conservação dos materiais. Ao fazer uma solicitação prévia dos documentos que eu precisava, o meu ganho de tempo foi enorme, pois não foi necessário ficar folheando e analisando detalhadamente cada um deles. Outro ponto de grande vantagem foi a digitalização, pois as que me foram entregues estavam em excelente qualidade, o que me facilitou muito a leitura.

Contudo, o não estar em contato direto com o acervo pode, também, ter suas desvantagens, afinal nem todos os documentos estão catalogados e com isso muita coisa ainda precisa ser lida e pesquisada. Um exemplo claro foi a minha primeira visita, quando nada foi encontrado, ao contrário do que ocorreu e poucos anos depois. Há, ainda, muito que se pesquisar no Museu. A tarefa de um historiador em um arquivo é, essencialmente, a de explorar o local e compreender suas estratégias de compartilhamento e guarda do acervo, manusear, ter tempo para ler o material e ir atrás das correlações que se estabelecem a partir das informações trazidas pelos documentos. De qualquer maneira, a partir da experiência conjunta entre orientadora e orientando com mais de vinte anos de intervalo, refletimos que o Museu das Bandeiras vem aperfeiçoando suas formas de organizar e disponibilizar documentos, favorecendo pesquisas sobre a história do Brasil feita em Goiás para que ela possa ser visibilizada, analisada e revisada continuamente.

DOCUMENTOS QUE SOBEM ATÉ O TETO: AS CARTAS DE LIBERDADE DO MUSEU DAS BANDEIRAS

Igor Fernandes de Alencar

Os documentos se movimentam. A ambiguidade na afirmação dessa imagética cena fez compor a legenda de uma fotografia alocado no Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras (MuBan). Para situar ligeiramente o leitor, construído em 1761, o prédio do atual Museu abrigava a Casa de Câmara (andar superior) e Cadeia (andar inferior - térreo), localizado no centro da Cidade de Goiás.¹ Na imagem à seguir (Figura 01), datada de 1960, uma foto monocromática em tons de cinza, popularmente chamada “preto e branco”, traz uma mulher em primeiro plano, aparente pele clara e cabelos anelados ela usa um vestido longo, liso e com gravatinha em gola alta, com as mangas da vestimenta a cobrir parte dos seus braços. Levemente inclinada para frente, a fotografada manuseia uma espécie de pasta cartão, muito usual em serviços de catalogação. Ela compartilha o centro da fotografia com outros tantos papéis, onde do seu lado esquerdo forma-se uma pilha deles. A mulher esboça levemente um sorriso, como se estivesse achando engraçado a cena eventualmente dirigida. Em segundo plano, um tanto mais sombreado, pastas e demais papéis (talvez ainda por organizar) ocupam praticamente todos os espaços da estante ao fundo, restando a seguinte legenda para a imagem: “Dona Yeda deve ‘destrinchar’ velhos documentos que sobem até o teto”.

1. Devido a sua representação civil e eclesiástica, através da Carta de Lei de 17 de setembro de 1818, Dom João VI erige em cidade a Vila Boa com denominação de Cidade de Goyaz (Brasil, 1989, p. 88).

É importante ressaltar o bom trabalho desenvolvido por Yeda Sócrates do Nascimento e as demais pessoas que se encarregaram do processo de organização do arquivo do Museu das Bandeiras, isso ainda na década de 1950. À frente desta tarefa, bem como da administração da instituição, Yeda atuou sob as orientações de Rodrigo Mello Franco – diretor do DPHAN, e ainda dispôs da colaboração de Sérgio Buarque de Holanda – diretor do Museu Paulista (Mourão, 2020, p. 29). Outras importantes profissionais, a exemplo de Lygia Martins Costa e Maria Célia Corsino, contribuíram no aprimoramento institucional do MuBan. A função deste texto não é a de narrar todas as fases do Museu, mas, quiçá, contribuir com sua história ao contar sobre a fase de minha acolhida na instituição.



Figura 1. Yeda Sócrates do Nascimento

Fonte: MuBan.

Ainda durante o meu mestrado, estive às voltas com algumas indagações presentes desde a graduação, e de certa forma elas permeiam este texto. Faço lembrança de que minha primeira experiência técnica, relacionada ao meu curso na Faculdade de História (FH) na Universidade Federal de Goiás (UFG), foi minha atuação enquanto estagiário do Museu Antropológico (MA) da UFG. Fundamentalmente eu desempenhava a função de guia de exposição, mas como mão de obra barata, todo estagiário é “pau pra toda obra”. Para tanto, é bem verdade que o Museu me fez servido como espaço de formação paralela ao curso, haja vista as leituras dos estudos dirigidos, organizado pelas profissionais do setor educativo da instituição. Os nomes de Joana Cruvinel e Elza Franco, além da então diretora Ney Clara Lima e a secretária Sandra Câmara, surgem facilmente ao passo de qualquer lembrança circunscrita ao MA.

Para tanto, a experiência de aprendizado ao lado dessas mulheres, e a percepção da importante função das instituições de memória, a exemplo dos museus, aguçava meu questionamento. Afinal, qual o lugar das pessoas negras no museu? E, tomando a esteira de uma abordagem interseccional, a problematizar a ausência de representações positivas acerca do corpo negro nas artes e nos museus, me indagava sobre o lugar das mulheres negras nesta cena. A vivência de quem havia cuidado dos primos pequenos enquanto as tias trabalhavam em “casa de família”, somada às influentes leituras compartilhadas nas reuniões do Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento (Canbenas), contribuía para que eu olhasse além da exposição, e visualizasse este questionamento em paralelo as nossas estruturas sociais, e endossasse a questão sobre o museu como todo. Para além do corpo representado, era

nas funções de menos prestígio, ou mesmo nos subempregos onde (me) observava pessoas negras (Nascimento, 2007, p. 104).² São elas que “abrem” a cidade. Mulheres negras, racializadas, são as que “limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar” (Vergès, 2020, p. 18).³

Essa é (ou, poderia ser) uma história de fronteira. A importância da pesquisa me fez surgir desde a sala de aula, à companhia de mestres e discentes que não ergueram muros entre pesquisar e lecionar. Até o ingresso no mestrado o meu percurso acadêmico versava entre propostas de ensino de História centrado no patrimônio cultural. A minha primeira visita ao Museu das Bandeiras se deu em 2012, quando compunha um grupo de estagiários da licenciatura em História (FH/UFG). Estávamos a conduzir uma aula de campo com duas turmas de estudantes do 5º ano do ensino fundamental do Colégio Aplicação (Cepae/UFG). A atividade constava de supervisão do prof. Ataíde Felício, mestre e inspiração para o zelo com a prática docente. Conduzidos pela profa. Cristina de Cássia, coordenadora do estágio, a quem tive a oportunidade de ser orientado na graduação e no mestrado.

As instruções da profa. Cristina colaboraram para o desfazimento de possíveis extremos entre as práticas de pesquisa e docência. Assim, a rigidez da fronteira se esvaiu, fertilizando no entre-lugar o apreço pela pesquisa desde a sala de aula. É nesta oportunidade que atendo a uma provocação da orientadora, que gentilmente havia me disponibi-

2. O texto “A mulher negra no mercado de trabalho” de Beatriz Nascimento foi publicado originalmente em: *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976.

3. Na França, contexto analisado pela autora, o termo “racializada” é empregado para designar todas as mulheres que a colonialidade fabrica como “outras”, para discriminar, excluir, explorar, desprezar.

lizado um denso banco de dados sobre cartas de liberdade (alforrias), e opto por trabalhar com esta documentação notarial. Salvaguardadas pelo MuBan, temos listadas mais de mil cartas de liberdade, entre os anos de 1783 a 1863. Estes são registros do Cartório do Primeiro Ofício de Registros e Notas de Vila Boa de Goyas, atual Cidade de Goiás.⁴

O interesse de pesquisa que vinculava Ensino de História e Museus, abordando aspectos mais públicos destas instituições de memória, como no caso das exposições, teve sua guinada. A reforçar a “mítica” sobre a inquietude do acervo do MuBan, foram os documentos que chegaram primeiro até mim. E, esse enredo justifica a minha participação nesta coletânea, viabilizada por afetivo convite – onde aqui novamente agradeço – se fez em razão da minha pesquisa de mestrado. E, para a minha chegada até aqui houve muitos outros passos.

Há quem disserte que uma pesquisa é um fazer solitário. E, em grande parte do tempo se convencionou ser. O silêncio também é algo que permeia a estes espaços arquivísticos e museológicos. Em algumas oportunidades, enquanto folheava alguns documentos dentro do MuBan, torci por um convite vindo da Milena Bastos ou da Tatielli Brito para um cafezinho que rompesse o sono após o almoço. Sabe-se também da identidade museológica da instituição, grafado desde seu nome. E, isso implica outras dinâmicas. Mesmo que de forma eventual, agendada, o MuBan ganha ares de sala de aula através de suas acolhidas aos grupos escolares e demais visitantes. Essas são também oportunidades para que o pesquisador rememore o sentido de suas solitárias buscas aos

4. Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), a pesquisa se materializou na dissertação intitulada “A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824)”, orientada pela profa. dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

acervos históricos, a possibilidade de lançar luz ao opaco, e trazer ao público histórias legadas ao silêncio dos arquivos.

A minha trajetória de pesquisa foi tecida por um caminho coletivo. Os passos que me trouxeram até aqui passam fundamentalmente por guias femininas. Elas sempre conduziram meu andar. O MuBan se fez lugar de encontros comigo mesmo, conectado pelo apreço de quem se oficiou a montar histórias em mosaico, dispersas, onde hoje ainda me dedico a arranja-las em suas próprias conexões.⁵

Mesmo diante de tantos recursos digitais de localização, ainda me ORiento por estrelas. Quando na dúvida sobre qual direção tomar, por vezes consulto estes astros para recuperar o norte. O destino da minha faina no mestrado, se assim pudesse resumir, teve como sorte o brilho de um trio bem alinhado, popularmente conhecidas como as Três Marias. Aqui elas terão nome e sobrenome.

Quando da escrita da minha dissertação, já na introdução trago um trecho literário da historiadora Maria Beatriz Nascimento, propiciando ao leitor um adendo da visão poética da autora ao qual dispõe de significativo legado acadêmico. Importante intérprete da experiência nacional, e transatlântica, no seu poema intitulado “Quero escrever um conto”, em parte ela nos comunica sobre o seu trabalho nos arquivos:

Quero escrever um conto. Pode ser um conto-de-fadas, um conto-do-vigário, um conto erótico.
Quero escrever um conto, um conto de amor e de vida.
Quero dizer de felicidades. Alguma coisa que seja ela mesma.

5. Tendo ampliado a temporalidade e escopo documento em relação à pesquisa anterior, mestrado, atualmente sigo com o projeto intitulado “Novas travessias: as alforrias em Goiás (1800-1850)”, sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) constando da orientação do prof. dr. Jonis Freire.

Assim como um sentido em atuação: ouvidos,
olhos e bocas
Quero escrever um conto de amor.
Um conto verdadeiro, com eletricidade de ser.
Quero um conto, um canto, um ponto na trajetória
do devenir
Para um futuro mais belo.
Futuro que vislumbro na cor dourada do sol da ja-
nela dos Arquivos
Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora.
Quero escrever um conto ao silêncio dos docu-
mentos.⁶

Anotado nas primeiras folhas da minha caderneta de campo, esses versos foram chave, passaporte de compreensão para o mosaico de histórias esparsas na documentação. Maria Beatriz foi instrução disciplinar, metodológica, a guiar-me pelos melhores cruzamentos das fontes e qualifica-las em escrita que rompesse com certos “silêncios dos documentos”. As histórias narradas em minha dissertação, tais como as que aqui se verificará, são histórias de liberdade. Na pesquisa busquei remontar a trajetória de quem buscou maior previsibilidade às adversidades impostas pela escravidão, iniciativa que ainda me circunda durante o doutorado. Aqui, nestas passagens, também haverá se notar histórias mais atuais que aquelas vivências oitocentistas, pois, nesse percurso narrativo, insere-se também minha subjetividade, grafada na forma como escrevo, bem como a escolha do que narro.

Além de silêncios, seleções do que se lembrar, tal qual do que se esquecer, a história de um arquivo também pode

6. Nascimento, Beatriz. Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento / organizado por Alex Ratts e Bethânia Gomes; ilustrado por Iléa Ferraz e revisado por José Henrique de Freitas Santos. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015 [1984], p. 52.

ser musical. As fontes emitem muitos sons, que podem surgir desde o folhear cuidadoso de um livro notarial ao tom, mesmo que imaginado, das cláusulas que haveriam de ser firmadas pelo escrivão, sendo pronunciadas pelo litigante.

Quando se conta história sobre os seus, nunca se está só. Ouvindo os versos do poeta e sua estimada canção, se aprende que: “quem traz na pele essa marca [*Maria*] possui a estranha mania de ter fé na vida”.⁷ Através do próprio punho, ou mesmo por mãos alheias, as mulheres negras imprimiram suas narrativas nos papéis da história do Brasil (Vartuli, 2014, p. 67).⁸ O empenho individual e coletivo destas mulheres no combate ao racismo e machismo, estão nas bases do processo de enfrentamento ao silenciamento e invisibilidade das epistemologias negras.

A primeira *Maria*, aqui já mencionada, é conhecida nacional e internacionalmente apenas por Beatriz Nascimento. Ativista, sergipana radicada no Rio de Janeiro, Beatriz popularizou-se enquanto intelectual através de seus estudos sobre os quilombos.⁹ Seus escritos ainda que permeiam um lugar comum ao abarcar a história e a condição da mulher

7. Trecho da música *Maria, Maria*, composição de Milton Nascimento e Fernando Brant. Para ouvir uma de suas versões: <https://bit.ly/3LmslMX>.

8. Pelejas do passado, arrimo do presente. Penso que seja oportuno lembrar a realização da recente Jornada “Sem historiadoras negras não tem história”, uma proposição da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros em celebração ao mês da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, e ao mês de aniversário da historiadora e ativista negra Beatriz Nascimento, realizada nos dias 25, 26 e 27 de julho deste ano (2021).

9. Para mais: Ratts, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007; Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. *Diáspora Africana: Editora filhos da África*, 2018; Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. (Org.) Alex Ratts. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

negra. O filme *Ori*, em parceria com Raquel Gerber, constou de sua participação na concepção, roteiro e narração.

Longe de um viés mais romantizado acerca da figura do historiador que encontra sua fonte recoberta de poeira, sou muito grato ao processo de digitalização de importantes documentos realizado pelo Museu das Bandeiras.¹⁰ Residindo fora de Goiás, tendo apenas dois anos para concluir o mestrado, e sendo a minha primeira pesquisa que dispunha de conhecimentos em paleografia, foi fundamental acessar essa documentação diretamente do meu computador. E, confesso aos saudosos colegas, isso não me impediu de livremente voltar ao MuBan. Afinal, ter tido a indicação de que parte do que buscava se encontrava digitalizado, fecundava uma parceria. Materializada, novamente, com a minha presença nesta coletânea.

E, foi da tela do meu computador que me fez surgir a segunda Maria. Assim como ela, outras tantas mulheres e homens que inconformados com o infortúnio cativo, dispuseram de recursos, energias e boas relações para se verem livres. Aos quinze dias do mês de julho de 1835, décimo quarto da independência do Império – como destaca o documento – o tabelião público do judicial e notas, Luis Luciano Pinto, lançava em seu livro a petição de Maria de Santa Anna

Preta Mina escrava do falecido Antonio Alves dos Santos, despachada pelo Juiz Municipal, e huma certidão estrahida do testamento como assim faleceu o ditto Santos e nella sua verba em

10. Em decorrência da pandemia do novo coronavírus (covid-19), doença infecciosa causada pelo vírus Sars-CoV-2, muitas instituições permaneceram fechadas por meses, alguns poucos arquivos agora (com o avançar da vacinação) começam gradualmente reabrir. Muitos colegas pós-graduandos adaptam seus projetos devido ao restrito acesso aos acervos.

que deixou a suplicante liberta como abaixo se declara
(...) declarando este em seu testamento ficar a supli-
cante forra e li-
berta da escravidão¹¹

A alforria concedida em testamento, beneficiava também outra escravizada, crioula, de nome Maria Izabel. Lançando voz sobre as últimas vontades de Antonio Alves dos Santos, a posterior emissão da petição, acima descrita, confirma que não se fez cumprir todas as suas determinações testamentais. Além da liberdade sem ônus, Santos rogava para que o filho, herdeiro e testamentário, deixasse viver livre quem sempre o prestou “muito bons serviços”.

Essa é uma história do lugar. Afeito aos afetos das pessoas que fazem do Museu das Bandeiras (MuBan) ponto de encontro, conexões temporais, onde seus arquivos emitem sons e suas imagens narrativas. Lugar, enquanto conceito, é entendido enquanto “espacialidade experimentada”, portanto, um espaço permeado pelas relações humanas e suas sensibilidades (Cirqueira, 2010, p. 36). É um sítio que ainda não está pronto desde nossa chegada, é preciso constituir-lo. Igualmente importante são os trajetos. Portanto, essa também pode ser entendida enquanto uma história do caminho, de percursos já trilhados e ainda por fazer, pois, nessa estrada quando se chega, também recomeça.

A vida é permeada por intensas travessias. Maria de Santa Anna, preta mina, contra sua vontade, fez a travessia oceânica que desumanizava a si e a milhares dos seus. Tendo a ela a imposição de uma “morte social”, ainda assim, essa mulher que havia sido escravizada, se fez viva (Patter-

11. Cartas de Liberdade dos Livros de Notas do Cartório do Primeiro Ofício de Vila Boa, Cidade de Goiás (CPOVB): (1800-1850). Maria de Santa Anna (angola). Livro de Notas 68, página 26. (14/07/1835).

son, 2008, p. 68-79).¹² Para tanto, mesmo que a trajetória/arranjo ali descritos nas cartas de liberdade não tenham sido escritos pela pessoa ali caracterizada, procuro analisá-las a fim de captar mesmo as *vozes* ali silenciadas. Narrar a experiência de vida de quem se encontra mero fragmento de suas passagens, é uma tarefa difícil e instigante.

Quando leio a documentação disposta no MuBan tento sempre dimensionar aquelas vivências oitocentistas, quando Goiás ainda era capitania, e seu território ainda se estendia pelo norte, enquadrando ao que hoje é o estado do Tocantins. Mas, também sou tomado por minhas próprias vivências. Igualmente ao que se observa na maior parte das capitânicas e províncias, há um predomínio de mulheres entre as pessoas alforriadas. Por vezes, a justificação desta tendência recaía meramente ao estabelecimento de laços afetivos entre senhores e suas escravizadas, pretensas forras.

Para tanto, confesso que mesmo antes de desenvolver uma retórica contundente, permeada de fundamentação teórica e análise documental, não me contentava com a explicação anteriormente descrita. Quiçá, a trajetória das mulheres da minha família, mães solo, aguçassem minha pretensa teimosia. As leituras me conduziram a outras interpretações. Peter Eisenberg (1989, p. 265) amplia, pois, dadas circunstâncias da família de escravizados, as mulheres poderiam ser preteridas na obtenção das alforrias, afinal, a condição legal dos filhos dependia da condição legal da mãe – mulher escravizada gerava filho escravo, enquanto livres e libertas gerariam filhos livres.

12. Orlando Patterson denominou de “morte social” este processo de “dessocialização”, que paralelamente era acompanhado do processo de despersonalização. Mesmo que o escravizado vivenciasse a desventura de estar socialmente morto, ele ainda assim permanecia um elemento da sociedade.

Permeando estes arranjos coletivos, familiares, assim chegamos a terceira Maria. Durante a sua adolescência, na década de 1970, resguardada por uma ideia de liberdade ao observar homens e mulheres que transitavam se apresentando de cidade a cidade, ela sonhava em fugir com o circo. A garantir o sustento da extensa família, Maria das Graças Alencar tornou-se telefonista. Sempre a feita às letras e aos causos de seu pai – Firmino Alves (vô *China*), garimpeiro, cultivou riqueza em causos e os repartiu entre filhos e netos – Maria consegue concluir o antigo colegial (educação básica) somente na vida adulta, e com o casal de filhos já crescidos.

As fugas de Maria das Graças ganharam dimensão literária. Certo dia minha mãe me apresentou o seu livro de memórias, intitulado *Memórias da Graça (no prelo)*. Por achar que poderia ajuda-la no projeto de publicação – e para ela, esse processo é basicamente: correção ortográfica e impressão de algumas unidades – solicitou que eu revisasse seu texto. Acompanhar este processo de produção e seu interesse por registrar suas memórias, impulsiona também meu apreço pela a escrita. A leitura da obra sempre me emociona, pois, além da narrativa que informa sobre mim e os meus, é narrada em trato afetivo por quem foi na minúcia do que lembrar e esquecer.

O objetivo desta escrita era o de narrar parte da minha experiência de pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras, quando na oportunidade analisei as cartas de liberdade salvaguardadas pelo Arquivo. Permeada de minha subjetividade, essa iniciativa não se dispôs de mera incursão descritiva do campo, segui atravessado por uma vontade coletiva da voz, desejando acesso a histórias adormecidas nos arquivos.

Bibliografia

Fontes

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE VILA BOA - (CPO-VB), Cidade de Goiás

Notas 1835-1838 (Museu das Bandeiras -Livro N° 68)

Refêrencias

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. 2010. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IESA/UFG, Goiânia.

EISENBERG. Peter L. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MOURÃO, Samara Ariana Ribeiro. **Arquivos em Museus: o estudo no Museu das Bandeiras**. 2020. Monografia (Graduação em Museologia) - UnB, Brasília.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. (Org.) Alex Ratts e Bethânia Gomes; ilustrado por Iléa Ferraz e revisado por José Henrique de Freitas Santos. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. (Org.) Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social**: Um Estudo Comparativo. Tradução de: Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da USP, 2008.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

VARTULI, Silvia M. Amâncio Rachi. **Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial**. 2014. 287f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGC/UFMG, Belo Horizonte.

VEGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamile P. Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

UM LUGAR E MUITAS MEMÓRIAS: O MUSEU DAS BANDEIRAS E MINHA FORMAÇÃO DE HISTORIADOR

Jason Hugo de Paula

Estive na Cidade de Goiás diversas vezes e em diferentes momentos de minha vida. Como estudante, a passeio, a trabalho, acompanhando alunos e, nos últimos tempos, como pesquisador. De todas as idas guardo bons momentos porque sempre fui recebido com hospitalidade e presteza. Tenho carinho enorme por sua gente e pelos servidores das instituições privadas e públicas.

Até aceitar o desafio de discorrer acerca da minha relação com o Museu das Bandeiras (Muban), não tinha dimensão do quão essa cidade e suas instituições foram decisivos na minha formação. À medida que escrevia esse texto me surpreendi com a quantidade de vezes que voltei a essa cidade e de como algumas das boas estórias de minha vida foram passadas ali.

É sabido que temos episódios marcantes, engraçados, ocasiões especiais etc., que nos acompanham pela vida afora. Estes se tornam uma espécie de lembrança necessária, daqueles que não se pode comentar determinada quadra de nosso caminhar sem fazer menção àquela situação e aos seus personagens. Eu também me componho de um tanto desses momentos e vários deles se passaram naquela cidade e no MuBan. De modo que, ao elaborar uma narrativa sobre mim, satisfaço a necessidade de me olhar estranhamente no tempo, de buscar sentido ao que tenho feito enquanto servidor da educação e de me sentir existindo.

Escarafunchando memórias, escritos e álbuns, constato que me restam mais lembranças do que fotos. Entre fotografar documentos e a mim, tenho que a preferência pendeu fortemente para os manuscritos. Sim, sempre que precisei digitalizar documentação para minhas pesquisas eu contei com o apoio de muita gente e instituições. E é sobre essa relação com a Cidade de Goiás e, mais particularmente com o MuBan, que passo a discorrer nesse texto.

Atualmente, decorridos mais de vinte anos, minha memória já não divisa mais a ordem real de como as visitas ao MuBan se deram e, por isso mesmo, vou organizá-las a meu modo, pela minha preferência e escolhas que fiz em tantas vezes que visitei esse lugar tão especial. Memórias, todos sabemos, são carregadas de emoção, de cores, sabores, pulsões e ressignificação, etc. Por isso, peço licença para explorar alguns desses meus sentimentos.

A primeira vez em que estive na Cidade de Goiás foi como aluno de graduação. Creio ter sido por volta do ano de 1999, uma época em que as excursões universitárias não se chamavam “visitas” e nem tinham a reducionista perspectiva de formação técnica. Era tempo de poucos recursos para as universidades, e nós, alunos naqueles anos noventa do século passado, economizávamos em cópias e outros gastos a fim de custearmos a estadia, alimentação e pagarmos a entrada em edifícios históricos que os professores indicavam, já de antemão, a necessidade de fazermos.

Eu estava na graduação, no segundo ano de Licenciatura em História, pela UFG/Regional Catalão e fazia minha primeira viagem. Primeira viagem da vida! Nunca, em todo meu ensino básico (fundamental e médio), tive a oportunidade de excursionar com colegas e professores. Essa possibilidade simplesmente não existia nas perspecti-

vas educacionais de quem se formou em escola pública nos anos de 1990. Tampouco as condições financeiras familiares permitiam uma “extravagância” dessas. Vale dizer que conhecer uma cidade histórica por turismo ou para estudos é, ainda hoje, inviável para boa parte das famílias brasileiras.

Mas tive o privilégio de ter cursado ensino superior em uma instituição federal que, apesar do sucateamento vivenciado em todas as áreas (ensino, pesquisa e extensão), tinha corpo docente que insistia na necessidade de que pudéssemos visitar cidades históricas brasileiras, pesquisar em museus, casas de cultura, arquivos, conhecer manifestações culturais, apresentações artísticas etc. Eu aproveitei o quanto pude!

A ansiedade da primeira viagem, as raras máquinas fotográficas (lembro-lhes que não havia popularizado as máquinas digitais, os smartphones etc.), os poucos recursos a garantirem primeiro a hospedagem e, depois, a comida, não me tiraram a expectativa de visitar e guardar até hoje duas fotos feitas na primeira vez em que visitei o MuBan.

Na primeira das fotos estou de pé, dentro da sala do segundo pavimento do Muban, apoiado em uma daquelas portentosas janelas. Afastado a uma curta distância, fato que fez cortar a metade de meu corpo, estava o fotógrafo, colega de infância que reencontrei na Universidade e que jurava ser aquele o melhor ângulo. Convicto de sua técnica, me fez fotografá-lo na mesma posição. A intenção era a de que fosse retratada nossa presença naquela imensidão de prédio e a natureza, como plano de fundo, compusesse o restante do cenário. Esse amigo abandonou a universidade logo depois. Doente, se encantou antes do que nós esperávamos e nunca tive a oportunidade de lhe entregar as fotos que, fato comum à época, fizemos dividir em uma única máquina.

Revelada a fotografia, nada do esperado ocorreu. Suspeito que a luminosidade, a inexperiência dos fotógrafos e qualidade dos equipamentos deixaram a imagem distante da pretendida. Conquanto isso, tenho imenso afeto por essa foto, pois ela é a representação de minha pessoa naquele contexto: deslumbrado com lugar e com as informações que ouvia, mas sem compreensão histórica do que tudo aquilo representava para a história do Brasil, da América, África e Europa. Mal sabia que, duas décadas depois, ainda me faz companhia aquela sensação de inquietude e de pequenez diante do tempo representado pela “janela” que se abriu desde então.

Na segunda foto tentamos repetir a lógica da primeira com “técnica” diferente. Fui fotografado na última janela da esquerda, contudo, com a imagem sendo capturada do paço do prédio, num ângulo em aclave. Com a imagem cortada pela metade, aparecem apenas duas das oito janelas, detalhes do edifício e do telhado. Sem plano de fundo, é o próprio edifício a cena principal. E é absurda a desproporção entre o prédio, as janelas e minha pessoa.

A verdade é que eu não me cabia de curiosidade e, desejoso em capturar todo o desconhecido, subia e descia a escada que dava acesso ao piso superior. Fervilhava na imaginação o quanto cada tronco, tábua e pedra desgastada daquele edifício tivera experimentado de passado, que teriam sido as minudências e os acasos que lhe trouxeram aos pés de camaristas, guardas e tantos outros. Afinal, aquele mundo de assoalhos de madeiras, paredes largas, espaços de poder explicitado na câmara e cadeia, de ruas de calçamento em pedras, era-me totalmente estranho. Eu estava em processo de encantamento e de estranhamento.

Desta primeira ida ao MuBan, lembro que uma vez feitas as fotografias, o guia continuava a rápida exposição do prédio, destacando seus usos, técnicas de construção, detalhes de cada peça e mobiliário ali exposto. Gostei de tudo. Mas me encantei mais pela explicação de como os presos eram descidos às celas e de como era feita a limpeza das mesmas. Ainda hoje a minha mente reconstrói cada *frame*, desde a descida do preso pela escada içada do teto, até o trajeto do escravizado-tigre carregando o pútrido tonel para ser lavado nas águas do Rio Vermelho.

Como me feriram aquela descrição. Pude imaginar as dores que o sal, espalhado na cela como solução às infecções e doenças, causavam aos pés feridos dos encarcerados; percorreu em minha alma a agonia da escuridão úmida e calorenta que transformava aquele lugar em prévia do inferno; na vã ilusão de reconstruir o isolamento daqueles prístinos tempos, tentei conectar com o exterior buscando o burburinho vindo da rua.

Naquela época não entendi direito a narrativa de que alguns escravizados ou mesmo condenados viam no transporte do tonel um momento de liberdade, mesmo tendo sido destacado que desciam pelas ruas afastados de guardas (por motivos óbvios da parte da guarnição), sorvendo ar puro e tagarelando com conhecidos. Na minha ainda incipiente formação, nada podia ser mais degradante do que ser carregador de dejetos. Somente anos depois, quando pesquisava a escravidão na capitania de Goiás, é que pude perceber os rastros da noção de desigualdade e hierarquização das pessoas até mesmos entre os escravizados.

A visita e a exposição seguiam aos outros cômodos e salas e me veem na memória a dramaticidade nas palavras do guia explicando sobre os instrumentos de mineração, as peças de mobília, a hierarquia e demonstração de poder em

cada uso dos pavimentos do prédio. Já o poço, no quintal, sombreado de frondosas árvores, foi, em cada vez que ali estive, meu cantinho de descanso e de reflexão. Era o momento de admirar, refazer as falas dos servidores, tentar otimizar as informações com as que eu já possuía. Escrever esse texto é, de certa maneira, viajar novamente ao MuBan, é reelaborar cada encontro, repensar as discussões construídas a partir da riquíssima documentação que consultei no seu arquivo.

Como já dito, muitas outras vezes estive no MuBan. Durante alguns anos, especialmente quando combinava o trabalho docente na rede estadual e no ensino superior, pude refazer com meus alunos as viagens a cidades históricas que tanto foram importantes na minha formação. Hoje entendo o quão foram experiências desafiadoras essas excursões com adolescentes e acadêmicos, posto que tínhamos o compromisso, juntamente com pais, alunos e servidores, sobretudo das escolas públicas, de organizarmos os recursos para a viagem e todas as outras despesas através de rifas, bingos e sorteios com prêmios doados pela comunidade escolar e comerciantes.

Na base da superação porque todos de origem humilde e sem qualquer auxílio financeiro do Estado, por duas vezes visitamos o MuBan como parte final de uma disciplina optativa sobre História de Goiás que criei e ministrei no Colégio Estadual Abrahão André, na cidade de Catalão-GO. Eram alunos do primeiro ano do Ensino Médio que, tal como eu anos antes, tinham a primeira oportunidade de participar de uma atividade extracurricular, do dormirem em hotel e de almoçarem em um restaurante. As visitas ao MuBan sempre me pareceram especiais porque representavam janelas que se abriam a esses alunos. De algum modo eu me via nos olhares daqueles adolescentes.

Eu também já tinha sido impactado com o conhecimento, a cultura, a história e as narrativas ali ouvidas.

Para essa atividade no MuBan, um dos momentos que mais geravam intervenção dos alunos era intitulada no plano de criação da disciplina de História de Goiás de “exercício de imaginação histórica”. Às vezes debandava a ser mais um olhar crítico sobre o que se ouvia dos guias do que um exercício de criação, de construção de cenários e enredos verossímeis. Mas no geral, tratava-se de suscitar uma situação imaginária, porém plausível, que envolvesse o conhecimento construído nas visitas. Era comum o estranhamento quanto às técnicas de construção dos prédios históricos, o calçamento das ruas, os móveis, as vestimentas, as ferramentas de extração e pesagem do ouro etc.

Essa atividade, que podia ser realizada simultaneamente à visita ou em uma ocasião posterior, funcionava melhor quando realizada ali no calor da exposição dos guias, aproveitando o ambiente gerado pela narrativa e das intervenções dos alunos. Outras vezes eram embaixo das árvores da praça que o fio da discussão era jogado e a trama construída.

Recordo-me de discutirmos sobre uma variedade de temas, dentre os quais estava o lugar dos indígenas e negros escravizados nas narrativas selecionadas para constar no roteiro dos guias do MuBan. Como, quando e em que situação os escravizados e indígenas foram lembrados? Ao ser lançada, essa provocação gerava incômodo e era notório o quanto de presente havia naquela questão feita às narrativas sobre o tempo passado. Alguns alunos viam suas vidas e a de seus ancestrais, sua história familiar reduzidas ao trabalho, às dores causadas pela diáspora. Perguntar sobre o passado era mais do que interessar-se pelo que se passou, e também questionar as condições que faziam aquelas narrativas ainda serem presentes na vida de muitos dos alunos.

E nada mais havia a ser dito? E onde, nessa narrativa, entravam a alegria das festas, o som do tambor e matracas, as cores de fitas e bandeiras, os improvisos de versos, a fé, a hierarquia passada pelos generais e capitães, os saberes de rainhas e bandeirinhas? Tudo isso muitos daqueles alunos conheciam de casa, de herança imemorial dos anciãos dançadores de congo. Era, então, o momento de reescrita da narrativa, de reconstruir a partir do presente, de se verem partícipes da história e de reivindicarem lugar naquele roteiro minuciosamente preparado.

Como as visitas são, em geral, rápidas, esse espaço de mobilização dos alunos por meio da imaginação histórica permitia algo próximo de “estender do tempo”. Na mesma praça que se estendia em frente ao MuBan, acomodados nos bancos e protegidos do sol inclemente pelas sombras de árvores, revisávamos ensinamentos, informações e saberes consolidados. O objetivo sempre fora o de lembrá-los de que o conhecimento é temporário, sofre interferência de quem o produz e responde a finalidades variadas.

Todos esses momentos de afeto, aprendizagem e construção de saberes, teceram minha maneira de conceber o ensino de História. Digo que aquelas visitas ao Muban foram responsáveis por me despertar a noção de que o conhecimento e pensamento histórico não estavam localizados ou dados nos artefatos e nos discursos, mas na interpretação que, de ambos, faziam os alunos. Eram as questões que os inquietavam no presente que permitiam lançar questionamentos àquelas narrativas. Eles, jovens, de posse de suas leituras de mundo, organizavam o saber cotejando seus questionamentos e saberes prévios com as narrativas oficiais e os sentidos gerados ao conhecerem o MuBan.

Das outras oportunidades em que o MuBan marcou minha vida, destaco um momento especial, o da pesquisa para meu doutoramento, em que fui recebido prontamente pelos servidores e pude acessar uma documentação importante sob o ponto de vista dos mecanismos da administração colonial portuguesa na capitania de Goiás.

Desde o ano de 2013, quando tomei conhecimento de que o MuBan tinha a guarda de preciosa documentação pertencente à Real Fazenda, já tinha acertado com a orientadora que parte da minha pesquisa teria que ser realizada ali. Contatos por e-mail em busca de informações acerca da existência de fundos e coleções que fizessem referência ao arraial de Santa Luzia – meu espaço de pesquisa – levaram-me à historiadora e arquivista Milena Bastos Tavares. Ela não apenas me encorajou sobre a viabilidade da pesquisa naquele acervo, como me franqueou informações do acervo, material digitalizado, índice onomástico, bibliografia, dados sobre ofícios e ocupações, cartas de sesmarias, documentos genealógicos etc., que muito serviram de orientação quando de minha visita em fim de 2014 e início de 2015. Sou muito grato àqueles gestos de empatia e solidariedade, pois minoraram o sofrimento e angustia daquele pós-graduando.

Devido a obras emergenciais de conservação e restauro no MuBan, pelo que soube à época duraram quase dois anos, minha pesquisa seria adiada por quase todos os anos de 2013 e 2014 não fossem os contatos por e-mail já relatados. Quando, enfim, pude acessar a documentação da Real Fazenda, os dados referentes às entradas e aos registros fiscais, especialmente aqueles ligados aos caminhos que cruzavam pelo arraial de Santa Luzia (*Recenseamento de 1798*. Cx. 157. Série/Referência: 04.01.016.; *Pasta Entradas de Arre-*

pendidos I (1794-1799); Cx. 58. Série/ Referência 01.01.006.; *Pasta: Imposto de Entrada (1760-1822)* - Entrada Assuntos Diversos. Cx. 152. Série/ Referência 04.01.006.; *Pasta intitulada "Entradas – Deliberação da Junta da Fazenda Real*. Cx. 152. Série/ Referência 04.01.006.; *Impostos: Escravos – Assuntos diversos. (1779-1821)*. Caixa:153. Série/Referência: 04.01.007.; *Coleta Literária de São Bartolomeu*. Cx. 12. Série/ Referência: 01.01.002.), puderam ser cotejados aos do Códice 249 – sob guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) – e aos arquivos paroquiais do Santuário da Matriz de Santa Luzia. Com isso, na minha pesquisa uma lacuna se fechava e eu me informava acerca da entrada de cativos em Goiás em boa parte do século XVIII e início do XIX.

Reitero que esse cruzamento de dados com outras fontes de outros arquivos se fez necessário porque a parte da documentação que se destinaria ao registro das mercadorias transportadas em farnéis, comboios, bruacas, barris, cargas e fangas, anteriores ao ano de 1794, não foram localizadas nem mesmo no MuBan. Essas fontes administrativas e contábeis certamente existiram e dariam conta de todos os tipos de carregação, nomes de condutores, destino das mercadorias e encomendas, detalhamento descritivo da mercadoria, peso e valor pago em impostos. Essas são informações que nos ajudariam a conhecer mais sobre as atividades comerciais, os diálogos culturais e a propagação de saberes e experiências no contexto do século XVIII.

Indicações da dinamicidade que caracterizava esses sertões goianos no *Setecentos* estão desde a sorte de gêneros mercadejados por aqui e que podem ser consultados na documentação do MuBan, como nas mais variadas formas de nomeações de grupos sociais, dentre os quais lembramos os pardos, cabras, caboclos, tapuias, casta da terra etc., presentes noutras fontes coetâneas.

Recupero aqui o impacto que eu tive ao observar nas anotações feitas pelos vários “fieis dos registros” a presença de termos como “moleques novos e molecas novas, ladinos”. Estes foram termos que eu ouvi na infância e que, ainda hoje, estão presentes no léxico de muitos brasileiros. Todavia, surpresa foi conhecer sua associação com a escravidão e notar que, bem mais do que indicar a idade de escravizados, esses termos eram recursos utilizados na inscrição social destes sujeitos dentro dos valores propagados pela sociedade da época. A identidade e a história de um povo é, também, a história de sua língua.

A documentação do MuBan abriu-me a perspectiva de conhecer sobre os ofícios dos condutores de comboios e de destacar a presença de mulheres no transporte de cargas. Mulheres e escravizados transitavam por picadas, estradas e trieiros, percorriam os muitos caminhos que traziam à capitania de Goiás e, nesse trânsito, conectavam realidades distintas, abasteciam as minas e arraiais goianos, ora acompanhados da família, ora a serviço de seus senhores.

Essa afirmativa, contudo, não significa que as atividades comerciais, que como sabemos dependiam de autorização dos camaristas, estivessem ao alcance de todos. Absolutamente! O fato de as câmaras das vilas regularem as autorizações para os variados tipos de comércio podem indicar desde a preocupação para com o abastecimento até o papel desta instituição na construção/conservação dos níveis de hierarquizações sociais. O fato é que pouco ainda conhecemos acerca desse comércio miúdo, restrito aos arraiais e estratégico sob o ponto de vista do abastecimento ordinário da população.

Entendo que essa documentação referente às entradas deve ser explorada para além do que pretendi na minha

pesquisa que era, em linhas gerais, obter dados quantitativos e qualitativos acerca da contínua entrada de escravizados na capitania mesmo após o período de maior exploração aurífera. Casos como os do condutor Francisco da Costa Araújo que, em 1805, trouxe do Rio de Janeiro um comboio de 58 escravos novos diretamente para Vila Boa, merecem maior atenção e não são os únicos registros documentais a apontarem para a entrada de escravizados no século XIX. Pesquisas futuras e que identifiquem quem foram os compradores ou destinatários destes cativos podem apontar para um quadro de atividades laborais já não mais centrado na exploração do ouro em Vila Boa naquele início de século, mas ainda dependente do escravizado.

Outrossim, quando neste documento consta que esse condutor transportava mais de cento e cinquenta arrobas de mercadorias secas, barris de pólvora e chumbo, louças, cera, cobre, bacias etc., evidencia-se que há outros interessantes caminhos de pesquisas ainda a serem trilhados, tais como os que identificariam os homens de negócio e comerciantes que transitaram por Goiás e, quiçá, tenham aqui estabelecidos seus lares, imiscuindo-se nas mais diferentes hierarquias familiares e sociais existentes.

Acredito que esse testemunho, dividido em três momentos, possa expressar um pouco do papel do MuBan na minha trajetória e, certamente, na de muitos outros pesquisadores. Ali estive como aluno, buscando um novo sentido às minhas descobertas e aprendizagens, formei afeto por muitos e por cada cantinho desse edifício. Como professor, o museu ajudou-me na mobilização do pensamento crítico, instigou a imaginação histórica de jovens e colaborou na ampliação da consciência histórica de todos os envolvidos. Também nos seus arquivos pude pesquisar, investigar tra-

jetórias, compreender traços das atividades econômicas e administrativas da capitania de Goiás. Essa interatividade propiciada é, para mim, seu maior legado.

De maneira que, ainda hoje, me sinto o jovem fotografado na janela, ansioso por conhecer um mundo de enredos guardados em milhares de fólios amarelados pelo tempo, em dezenas de artefatos. Ainda carrego a nostalgia do burburinho dos acadêmicos a conversarem pelas ruas à noite, uns vindo do jantar, outros retomando discussões e diálogos. Fecho os olhos e viajo. Vejo frentes suadas, adolescentes reclamando dores, mas infinitamente felizes por estarem ali, por terem conhecido um museu, por vivenciarem algo muito maior do que imaginavam merecedores.

O MuBan ofereceu mais do que eu procurava. Quando eu nem sabia o que buscar, alguém trazia uma informação, citava uma fonte, compartilhava uma transcrição, se oferecia para ajudar. Os artefatos, as narrativas e documentos que nesse espaço encontrei são portadores de sentido na medida em que auxiliaram na constituição da minha identidade, influíram na minha formação profissional, no trabalho com educação histórica e nas minhas pesquisas. Posso dizer que essa interação foi muito importante também para os alunos, visto que nas visitas que fizemos foram perceptíveis o crescimento educacional, a troca de saberes e a perspectiva de (re)construção de conhecimento. No MuBan aprendi com e sobre a história; com ele construí minhas memórias à medida que conhecia as memórias de outros.

A MUSEOLOGIA, O MUSEU DAS BANDEIRAS E EU: UMA RELAÇÃO AFETIVA (E) DE PESQUISA

Lara Pelhus Gomes Claudino

A Museologia que não serve para a vida, não serve para nada.
Mario Chagas.

Museóloga “aposentada” de profissão, trabalhando em novos ares, surge, no dia 19 de julho de 2021, um convite um tanto quanto surpreendente! Pois bem, depois de longos quatro anos distante da instituição, sou chamada a participar da revista que aqui vos fala para tratar sobre um relacionamento longo que tive com o Museu das Bandeiras. Intensificou-se durante o período de 2014 a 2017, quando estive produzindo uma pesquisa afetiva e calorosa que deu resultado ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Samambaia.

Usando como suporte, a estrutura do que foi feito no TCC, razão de estarmos aqui, comecemos com a apresentação da autora de forma a compreender o vínculo com a instituição.

A Museologia, entrou de forma inesperada e nova em minha vida, mas escolhida por uma causa: a forte relação que tinha com as instituições museais da cidade Goiás, onde nasci, me criei, saí para estudos e cá estou eu vivendo novamente em minha terra natal!

Antiga Arraial de Sant’Ana, popularmente conhecida como “Goiás Velho, está localizad[a] entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho” (Palacin, 1972, p. 29), foi fun-

dada e popularizada no século XVIII pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva (filho) como parte da rota de extração de ouro.

Assim que o mineral “acabou” os moradores tiveram que se reorganizarem com outros meios de economia. A solução mais viável na época, foi a agropecuária, com produção de leite e compra e venda de gado. Nesse período, fazendas da região, principalmente mais localizadas ao sul, foram bastante valorizadas, aumentando as produções. É importante frisar que ainda temos uma forte representatividade da região na agropecuária.

Até então, a cidade era foco, tanto pela nova economia em movimento, como por ser a capital do estado. Porém, no início do século XX, “a vitória política de Vargas, no plano local, implicou na nomeação de Pedro Ludovico Teixeira – representante dos grupos oligárquicos do Sudoeste” (Tamaso, 2007, 38-39) como interventor em Goiás, que usando de diversos argumentos, resolveu mudar a capital para outro local. Assim, “o primeiro anúncio [...] foi em 1930. Em 1937, Pedro Ludovico assinou o decreto transferindo a capital de Goiás para Goiânia” (Tamaso, 2007, p. 40). Um dos fatores que herdou o popular nome de “Goiás Velho” que tanto incomoda alguns vilaboenses (principalmente quando dito por turistas).

Tendo de se reinventar novamente, com a brusca mudança, Goiás passa a investir em sua cultura, seus museus e suas tradições, principalmente religiosas. Logo, “a partir da década de 50, o [até então] Sphan¹, com apoio de uma parte da elite cultural, iniciou o processo de patrimonialização da cidade, que se estendeu por toda a segunda metade do século XX” (Tamaso, 2007, p. 16).

1. Sigla para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Iphan.

Então, no ano de 2021, comemorou-se, também, exatos 20 anos de título de Patrimônio Cultural Mundial da Humanidade, concedido pela Unesco, responsável por impulsionar a cidade como ponto turístico e também, por dar visibilidade aos eventos locais como é o caso do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), que já acontece na cidade desde o ano de 1999 e que em 2021, devido a pandemia, ocorreu em sua maior parte, de forma online e em data diferente do casual, mas não deixando de ser um marco no calendário cinematográfico mundial, contando com diversas mostras de filmes de curtas e longas metragens com seus variados temas relacionados com o meio ambiente.

Não diferente de qualquer vilaboense, sempre estive presente nos eventos culturais locais, como Fica, Procissão do Fogaréu, Carnaval e outros. Porém, os museus, estiveram presentes com maior intensidade em minha vida! Parte de minha alfabetização foi “desenvolvida” no quintal do Museu Casa de Cora Coralina e outros aprendizados no pátio do Museu das Bandeiras. Descobri o que era arte na casa de Goiandira do Couto, além de ter muitas tarefas escolares relacionadas aos museus locais, como quase todas as crianças da cidade.

Sou muito grata pela Escola Letras de Alfenim, que hoje já não existe, mas que me proporcionou uma educação extramuros incomparável, aprendendo a ler através de poemas, poesias e teatro, descobrindo a educação de forma prazerosa, através desses momentos descontraídos e educativos em espaços culturais e museais, como os citados anteriormente.

O Colégio Sant’Ana, hoje também fechado, mas tendo o seu prédio utilizado como sede da regional UFG da cidade de Goiás, também estará marcado em minha memória como um espaço educativo com atividades lúdicas extramuros, em espaços diversos na cidade, me ensinando o poder que existe

no sentimento de pertencimento. Durante esse período, inclusive, foi quando mais estive participando de eventos e visitando exposições no Museu das Bandeiras, afinal, as instituições eram vizinhas e acabavam fazendo muitas parcerias.

Passado o ciclo da infância e adolescência, ao contrário da maioria dos jovens, no ensino médio, cursado agora, em colégio público – Colégio Professor Alcide Jubé, que apesar de inúmeras modificações feitas pelo governo, ainda permanece funcionando, não me distanciei da cultura, da história e dos museus! Nas aulas extramuros e em salas de aula, descobri que eu poderia e queria trabalhar com museus e/ou com a cultura para além da realidade de ser professora. Começava a descoberta da existência de outras profissões que lidavam com esses assuntos e então, em 2013, período de pré-vestibular, em uma consulta pelo Catálogo do Espaço das Profissões da UFG, o nome Museologia surgiu, pela primeira vez em minha vida.

Por não ter conhecimento do que se tratava essa formação, mas estando muito curiosa com o nome, decidi pesquisar, me informar mais, conhecer profissionais da área e em pouco tempo, já estava encantada e decidida sobre minha opção acadêmica. Então, em 2014, entre alguns cursos, fui aprovada no vestibular da UFG. Uma imensa aventura, morando longe da minha família pela primeira vez, em uma nova cidade e em um curso absolutamente desconhecido pelos meus familiares e amigos! Não imaginava, inclusive, que me engajaria tanto!

Entre descobertas dentro do curso, sobre correntes teóricas, o que é museu, o ato de colecionar, sobre o significado de pertencimento, sobre memória e entre tantos conteúdos, aprendi que as memórias podem ser usadas, fora ou dentro de espaços museais/culturais, tanto “para dominação e domesticação quanto para a sua libertação” (Le Goff, 1984, p. 47).

Refletindo sobre o ato de dominar e libertar, inspirada no livro de *Há uma gota de sangue em cada Museu*, de Mario Chagas, seguindo a corrente que mais me engajei, a Nova Museologia “um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos foram centrais para a renovação dos museus do século XX, como o serão ainda para a renovação dos museus do século XXI” (Duarte, 2013, p. 112), que se esforça para fazer com que “todas as atividades do museu se tornem objeto de reflexão teórica e política” (Duarte, 2013, p. 112), resolvi juntar a novidade agradável ao conhecido, ao meu pertencer.

Entre aprendizagem, memórias e personagens, chegamos, novamente, ao Museu das Bandeiras, agora como pesquisadora, depois de longos anos participando como “público”. Direcionei a pesquisa que se iniciava para as ações que eram do meu interesse: desenvolvidas durante os anos 2007 a 2013, tinham o objetivo de colocar em prática os princípios da Nova Museologia, porém, em um Museu considerado convencional, que é o caso do Museu das Bandeiras e praticamente todos os outros locais.

O objetivo de apresentar essas ações e propor reflexões sobre as mesmas se intensificou cada vez mais na medida em que os estudos eram desenvolvidos, que os debates em sala de aula focavam para essa corrente apenas em instituições não convencionais e também, por buscar entender o porquê de, apesar do crescente número de visitantes nas ações firmadas nos preceitos da Nova Museologia na instituição, existiam críticas de que essas mesmas ações não deveriam acontecer, pelo menos, não ali, em um espaço visivelmente elitizado por longos anos, apesar de ter sediado uma cadeia em seus primórdios.

A pesquisa, apesar de árdua, era sempre curiosa, ao mesmo tempo em que obtinha dados das exposições de curta duração, registros fotográficos de ações, descrição do que havia acontecido, me encantava com o “passado” daquele lugar, com as narrativas que eram feitas da origem do prédio e de sua função. Entre tantos documentos, artigos e entrevistas, um documento chave para o desenvolvimento do meu trabalho foi o Plano Museológico da instituição, disponível naquele período, online, que mesmo quase não sendo citado, contribuiu muito para, principalmente, a comparação do que o prédio era, do que o prédio é e o porquê de as ações poderem ser realizadas naquele espaço: afinal, havia justificativas mais que plausíveis para isso.

No decorrer das pesquisas, o primeiro passo a se justificar as ações, foi a mudança da missão do Museu. Desde 1993, era a de “preservar e divulgar os testemunhos da história da ocupação do território goiano, em especial do bandeirantismo e do ciclo do ouro” (IBPC, 1993, p. 2 apud Rosa, 2016, p. 78) e que em 2007, passou a ser:

Preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação bandeirante na região Centro-oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos sociais presentes neste processo; visando contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país e para a promoção da dignidade humana, da universalidade do acesso e o respeito à diversidade cultural. (MuBan, 2013, p. 16)

A mudança tinha um simples, porém, valioso motivo: incluir! Buscar maior vínculo de pertencimento com a comunidade vilaboense não assídua em espaços culturais, como andarilhos, deficientes, a comunidade LGBTQI+,

dependentes químicos, entre tantos outros que fazem parte do cotidiano local, mas que não são convidados a estarem nesses locais, em especial, nos museus.

O não frequentar, muitas vezes se justificava pela falta do pertencer! Pois além de suas presenças físicas nos espaços, suas memórias também eram colocadas a margem. E assim,

Por cerca de sete anos o MUBAN esteve vivo entre outras comunidades, se encaixou no cotidiano de crianças, jovens, adultos e idosos e tornou-se um ponto de referência para outros grupos sociais, antes não integrados à vida cultural vilaboense, como, por exemplo, os andarilhos, homossexuais e demais pertencentes às classes marginalizadas. (Claudino, 2016, p. 26)

A pesquisa cada vez me encantava mais e me formava como profissional da área! Era isso que eu queria: transformar os museus de Goiás! Trazer e/ou valorizar o novo, o diferente, o desconhecido e o marginalizado! Afinal, estava no período de sonhar. E ver que os sonhos poderiam ser reais por ter acompanhado e estudado tais ações no Museu das Bandeiras era um motivo de me dedicar mais para conseguir alcançar tantos objetivos.

Decidida que essa posição que decidi seguir, confirmaria a minha colocação na geração de malcriados da cidade Goiás, assim como Cora Coralina foi taxada muitos anos atrás, estava eu em um caminho sem volta, mas orgulhosa dos resultados! E... meus caros, “Trilhar os caminhos de Cora é andar descalço nas pedras de sua cidade, ouvir as casas cochichando umas com as outras, folhear um livro portador e provocador de sentidos” (Britto, 2007, p. 118).

Uma missão nada fácil, porém, instigante! Afinal, estava eu seguindo os passos de Cora, falando e participando do proibido em uma criação e realidade extremamente conservadora! Estava eu me desviando dos preceitos da família tradicional vilaboense? Pois com muito orgulho me desviei e assim como os poemas e poesias de Cora, quis retratar e tratar de “uma diversidade de elementos importantes para a compreensão do mundo social” (Britto, 2007, p. 118).

Não sei se consegui fazer o que pensei na produção. Sei que aprendi muito depois de formada, sei que tive oportunidades de agir como esperei em outro espaço convencional vilaboense. Sei que tentei deixar marcas e memórias! Agir em prol e ainda tento... Aos trancos e barrancos!

Trancos e barrancos que já me acompanharam desde o final de minhas pesquisas para o TCC. Na luta para concluir tantas pesquisas tive alguns grandes contratemplos próximo da data de entrega, que me fizeram bem no final, abrir meus olhos quando tive que retornar, presencialmente na instituição para uma pesquisa calorosa em seus dados dos arquivos de registro e público. Fui muito bem acolhida e atendida pela servidora Milena Bastos Tavares, que esteve me acompanhando e ajudando durante toda a minha pesquisa de campo na instituição, assim como fazia com outros pesquisadores.

A ida ao Museu já no final da pesquisa, bem como a organização de acervos digitais disponibilizados, textos, poemas e memórias narradas, me faziam viajar no tempo, imaginando a cadeia funcionando, como as pessoas se vestiam, como andavam, como eram tratadas, me fez também lembrar as idas com os colegas nos tempos do colégio, a organização da procissão de Farricoquinhos realizada

pela Escola Letras de Alfénim, em alusão a procissão do Fogaréu, que sempre saía do Museu das Bandeiras, as recordações de exposições em que estive e pude participar, as visitas mediadas no Ensino Médio, que para alguns eram chatas e para mim sempre com alguma novidade não observada anteriormente. Me mostrou o quão forte era o meu vínculo com esse Museu, com esse espaço e com a cidade!

Além do vínculo, nessas mesmas idas, vendo outros colegas pesquisando sobre outros assuntos, sobre outros acervos, me fez questionar algumas falas do meu próprio trabalho a ser entregue em poucos dias e assim, abrindo meus olhos para novas conclusões!

Concluí que mesmo a pesquisa sendo calorosa, não diferente de outras instituições, a parte de documentação de público e eventos, mesmo que existente, era “esquecida”, talvez pela correria, falta de funcionários na equipe ou simplesmente por ter acontecido, me fez ter dificuldades de apresentar fatos verídicos do aumento de público, na intensidade que observei participando. Mas que o cuidado de guardar e preservar tantos documentos, é muito árdua e não tem como passar por alguns desafios como esse.

Concluí que o ato de pesquisar com o que se tem afinidade é extraordinariamente mais agradável e confortável! O escrever em primeira pessoa, de fato me encanta (seria uma característica vilaboense?) e me faz ter certeza que mesmo as produções mais científicas, mesmo que embaçadas em tantas teorias, pesquisas e autores, produções acadêmicas são construídas, a princípio, motivadas por interesses e dúvidas pessoais. E nesse caso não foi diferente. E não tem sido diferente desde então, apesar dos desafios que as normas acadêmicas nos impõem! Sigo um tanto

quanto “aposentada”, por esses e outros motivos e por isso, peço que os leitores considerem tanta informalidade. Apesar de desejar que tenham tido uma leitura agradável.

Pois bem, de conclusões só obtive essas! O restante que obtive, foram novas dúvidas e novas ideias, que mesmo distante, me questiono, questiono profissionais da área e acompanho como posso! Afinal, é sempre desafiador começar e manter relações afetivas de/com as pesquisas feitas no mundo acadêmico.

Hoje, sigo longe da Museologia e até mesmo dos museus. Tenho distantes notícias, mas as memórias de pertencimento desse período continuam vivas e usadas como métodos de muito aprendizado!

Refêrencias

BRITTO, Clóvis Carvalho. Das cantigas do beco: cidade e sociedade na poesia de Cora Coralina. **Rede de Revistas Científicas de América Latina, Caribe, Espanha e Portugal**, v. 10, n. 1, p. 115 -129, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/jVUi3L>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CLAUDINO, Lara Pelhus Gomes. Acessibilidade social “invadindo a praia” de um museu tradicional da Cidade de Goiás. *In: SEMINÁRIO AMA – ARTE, MUSEUS E ACESSIBILIDADE*, Goiânia, 2016. [Anais] Goiânia: REM-Goiás, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/8qehbY>. Acesso em: 10 maio 2017.

DUARTE, Alice. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In: Enciclopédia Einaudi*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 47.

MUBAN. Dossiê museus IBRAM em Goiás: gestão 2006/2013. Goiás, GO: Museu das Bandeiras, 2013. [manuscrito].

MUBAN. **Plano museológico**. [Goiás], 2007. Disponível em: <https://goo.gl/aLtzfj>. Acesso em: 01 mai. 2016.

PALACIN, Luiz. **Goiás: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1972.

ROSA, Mana Marques. **Sistema museológico: por uma etnografia dos museus na Cidade de Goiás (GO)**. 2016. 192 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social - UFG) - Programa de Antropologia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. 2007. 787f. Tese (Doutorado em Antropologia - UnB) - Instituto de Ciências sociais da Universidade de Brasília - UNB, Brasília.

MUSEU DAS BANDEIRAS: TEMPO DE LEMBRAR

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Meu primeiro contato com o Museu das Bandeiras deu-se de forma inusitada, quando uma amiga paulistana veio à Cidade de Goiás em busca de documentos para sua tese de doutorado. Quando voltou, mostrou-me fotocópias (ainda não havia xerox) de valiosíssimos papéis dos séculos 18 e 19. Tive a curiosidade despertada e prometi a mim mesma uma visita a essa instituição.

Frei Simão Dorvi – dominicano e pesquisador radicado na antiga Vila Boa – convidara-me insistentemente para conhecer a documentação de interesse histórico existente na Cidade de Goiás, tanto nos arquivos religiosos como nos leigos. Com um grupo de alunos e professores do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, deslocamo-nos para a antiga capital, com extensa agenda de encontros e visitas, dentre as quais o Museu das Bandeiras. Nessa ocasião, conheci a edificação e percorri rapidamente seus cômodos, inclusive as enxovias.

Foram-me mostrados, outrossim, catálogos, listagens de papéis, maços e mais maços que guardavam (guardam) a história de Goiás e do Brasil, em sua complexidade e originalidade. Anotei alguns títulos que me chamaram a atenção, com vistas a retornar e trabalhar com eles, sobretudo com as Atas da Câmara de Vila Boa de Goiás.

Mas o homem põe e Deus dispõe. Somente dois anos depois (1972) pude passar algumas semanas na Cidade de Goiás, com minha família. Ficamos na bela Chácara de Dona Sinhá Cupertino, que nos foi cedida pelo dr. Augusto da Paixão Fleury Curado. No gozo de férias, todos os dias

pela manhã, ainda cedo, eu saía a pé com Fernando e Luíza, que eram crianças e seguiam a correr pelas ruas e ladeiras.

Nosso primeiro destino era a casa de Cora Coralina, em cuja porta chamávamos: “Ó de casa!”. Com autorização para entrar, cumprimentávamos e demorávamos pouco: a poetisa estava escrevendo em um caderno escolar, dicionário ao lado, chaves na cintura. Da cozinha, vinha um cheiro bom de frutas e de calda de açúcar. As crianças pediam licença e desciam a escada para beber água na biquinha; logo nos despedíamos e nossa amiga os brindava com doces cristalizados. Em alegre companhia, seguíamos rumo ao Museu das Bandeiras.

O sol já estava alto, o calor começava. No Largo do Chafariz, os meninos abriam as torneiras e se refrescavam; subiam nas amuradas, espirravam água. Outras crianças apareciam, brincavam de correr e de pegar. E eu adentrava a imponente porta do Museu, onde passava à leitura e cópia manual de documentos selecionados.

Procedia-se, então, à limpeza, desinfecção e catalogação dos documentos relativos ao período colonial. Muitos estavam cobertos de poeira; outros, mergulhados em camadas de BHC, único desinfetante disponível para combater insetos e fungos. E que, igualmente, afetava a saúde de funcionários e pesquisadores, a despeito de usarem máscaras e luvas.

Como resultado desses (poucos) dias de pesquisas no Museu das Bandeiras escrevi alguns textos que publiquei e que estão relacionados *in fine*. Lamentei quando tive de parar com o trabalho, por injunções da minha carreira profissional e de minha vida familiar. Ainda estive em Goiás muitas vezes e revisitei aquele notável centro de documentação histórica. Sempre fui bem atendida por dirigentes e

funcionários, que se desdobram em bem servir, a despeito de dificuldades sem conta.

Voltei a trabalhar com documentação primária do Museu das Bandeiras quando escrevi o livro *Poder e paixão. A saga dos Caiado*. Nessa ocasião, pesquisei dados sobre a Velha República, resultando em dois volumes que versam sobre a história da família Caiado, tendo como pano de fundo a História de Goiás. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atribuiu ao livro Menção Honrosa do prêmio Pedro Calmon, 2011.

Com Brasilete Caiado – vilaboense ilustre e professora idealista – colaborei na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cora Coralina, do que muito me orgulho. Eu era membro do Conselho Federal de Educação e fui relatora do processo de reconhecimento dessa Faculdade, cujas démarches estenderam-se por muito tempo, inclusive com o apoio do então prefeito dr. Jerônimo Carvalho Bueno. E de muitos outros vilaboenses, cidadãos e cidadãs que amam sua cidade e se engajam na valorização da educação e da cultura.

Goiânia, 12 de janeiro de 2022.

Refêrencias

Artigos que escrevi sobre Villa Boa de Goyaz, com a utilização de documentos pesquisados no Museu das Bandeiras

FREITAS, Lena Castello Branco. Correição em Villa Boa de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n.18. Goiânia: 2004, p. 87-106

FREITAS, Lena Castello Branco. Cidade de Goiás: Patrimônio mundial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n.17. Goiânia, 2002, p. 55-64.

FREITAS, Lena Castello Branco. Vila Boa e Goiânia: diferentes ou semelhantes? Goiás Cultura. **Revista do Conselho Estadual de Cultura**, n. 5. Goiânia, 2001, p. 23-37.

FREITAS, Lena Castello Branco. **Arraial e coronel**. Dois estudos de História Social. São Paulo: Ed.Cultrix, 1978.

FREITAS, Lena Castello Branco. **Poder e paixão**. A saga dos Caiado. V. 1. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, 2 v.

SUBINDO ESCADAS PARA CONHECER MAIS HISTÓRIA(S): O QUE PODE NOS ENSINAR O ARQUIVO DO MUBAN

Maria Lemke

Antes de subir as escadas que dão acesso ao rico acervo documental sob a guarda do Arquivo do Museu das Bandeiras, inevitavelmente, algumas perguntas vêm à tona. Quem reinava na ocasião em que o prédio foi construído? Dom José. Quem governava a capitania de Goiás? Dom João Manuel de Melo. Ao bom observador basta atentar para a placa no *hall* de entrada e muito sobre reis e governadores está respondido.

Vou em direção do que não está nas placas. Vou em busca da desdita sorte dos que viviam ao redor daquele edifício. E, não menos evidente, movo-me em direção às teias de afeto e inimizades que marcam esse lugar de cárcere. Sendo mais explícita, as perguntas me levam para baixo, para as enxovias. Não custa parafrasear Brecht: quem foi preso nessa cadeia? Acaso receberam ajuda aqueles que conseguiram fugir? Quem era o cozinheiro? Quantos foram encontrados mortos e quem os encontrou? A cadeia que hoje agrega o museu e o arquivo tem aproximadamente 260 anos. Por lá passaram muitos. Homens e mulheres, em diferentes épocas. São tantas histórias, tantas questões...

Estas páginas, caro leitor, não se referem à antiga cadeia; mas, àqueles cujas trajetórias podem ser rastreadas. Quiçá, em algum momento ou outro, você se divirta imaginando brigas pueris na vizinhança, amizades e afetos desfeitos; o emprego de um sem número de recursos para

sair de lá e nisso se incluem, evidentemente, a importância do compadrio, a busca pela graça e liberalidade real. E é pela época dos reis que começamos.

Corriam os 27 dias do mês de outubro do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1761, quando o rei D. José escreveu ao então governador da capitania de Goiás, Dom João de Melo. Na missiva, referiu-se à precariedade das cadeias “pelas quais pelo decurso do tempo fogem os presos de modo ordinário”. Confiando na religião, probidade e prudência do governador, o rei mandou que se edificassem cadeias “tão sólidas, que delas não possam fugir os criminosos”; já os réus que merecessem alguma pena corporal, deveriam trabalhar na dita construção.¹ Quem eram os criminosos aos quais o rei se referia? Que crimes teriam cometido?

Em 1763, o então sindicante Manuel da Fonseca Brandão informava ao secretário de estado da Marinha e Ultramar que estavam presos, entre outros, Fernando José Leal, Antônio José de Barros, Guilherme José Pereira; na denúncia sobre os graves prejuízos que causavam ao erário régio, Domingos Lopes Fogaça, por exemplo, trocaria o ouro de melhor toque por um de qualidade inferior depois de já ter sido separado o quinto real. Todos foram acusados de corrupção na Casa de Fundição a ponto de redundar em uma devassa que implicava o governo de Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora, o Conde de São Miguel.²

A cadeia levou bons anos para ser concluída. Enquanto isso, governantes lidavam com o desafio de manter os criminosos presos. Numa missiva de 1765, João Manuel de Melo manifestou sua preocupação ao sindicante Manuel da Fonse-

1. Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU. AHU_ACL_CU_008, Cx. 18, D.1060.

2. AHU_ACL_CU_008, Cx. 19, D. 1144.

ca Brandão sobre onde aqueles citados na devassa deveriam ser mantidos. Já que a cadeia não estava pronta e a casa forte, cheia de “negros criminosos, e outros réus de crimes graves”, a solução seria alugar casas, observando-se a segurança, pois muitas eram construídas de modo tão precário, bastando que se cutucasse a parede com um pau para saírem rapidamente.³

Nem todos saíram da cadeia fugindo ou escoltados para o Rio de Janeiro. Vicente José, por exemplo, procurou a mercê do imperador para sua soltura. Sua vida era uma desventura em série. Morador no termo de Vila Boa, para as bandas do Currallinho, o documento que o cita José Vicente nos informa a miséria da vida, os infortúnios que só a contingência que é a vida pode dar: um morto para carregar, aguardente, homens trôpegos, um pequeno acidente e alguém maledicente. Foi o suficiente para parar na prisão. Perdoe-me, caro leitor, todas essas rimas. Mas para além de sabermos como se carregava um morto até o cemitério, e de que sua prisão e sua fortuna⁴ era resultado de um “ato de caridade”, outros elementos me chamaram a atenção. Em sua carta de seguro, na qual pedia clemência para ser solto da cadeia, afirmava que queria voltar a trabalhar para sustentar a mulher e filhos:

Porque indo o Suplicante com o Suplicado Manoel Jozé e outros conduzindo por caridade hum corpo que faleceu no bairro onde mora o Suplicante, para se dar a Sepultura na Capella do Currallinho, lá repartio-se Agoardente, para todos os carrega-

3. AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D. 1278.

4. Emprego fortuna no sentido daquela época: fado, sorte, destino. Cf. BLUTEAU, Pe. D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição on-line. Disponível em: <http://bit.ly/2J6NvSs>. Verbete fortuna. Acesso em: 24 fev. 2022.

dores, que ficando embriagados, na volta por todo caminho vinhão testando (?), e cahindo huns sobre outros como aconteceu com o Suplicante; por ser de natureza fraco, cahio por baixo do Supplicado Manoel Jozé, em occaziam que ferio-se na Barriga em hum trinxete que trazia o Suplicante dentro de um imbornal no pescosso, e sendo o ferimento na Barriga, sem perigo algum fica evidente que se fosse feito de prepozito, iria ao vão, e teria perigo de vida deste acazo nem se ressentio o Suppplicado, e menos se queixou à Justiça; e nem a pessoa alguma, pessoa mal intencionada, hé que vindo a esta Cidade, fez o cazo, e mais do que era athe que chegou a noticia da Justiça que a ex-officio foi tomar conhecimento sem que houvesse queixa da parte do supplicado Manoel Jozé, por isso desistiu de ser parte; o Supplicante Illmo Senhor *hé um homem pobre cazado carregado de filhos* por isso procura livrar-se para poder *ser útil ao Público com o seu trabalho no seio de sua Família vivendo pacificamente como sempre viveo* [...] para solto tratar de seu livramento e igualmente de sua numeroza família, que não tem outro amparo que o suplicante, e por quem pede a graça. (grifo nosso)

A primeira solicitação foi negada pelo juiz de fora, em 13 de janeiro. No primeiro requerimento Vicente alegou apenas que, no dia seguinte à queda, foi acometido de vários sezões. Há mais de cinco meses vivia com dores horríveis que o colocaram em tal estado de pobreza que sequer poderia pleitear sua soltura. Mais dramático na segunda carta – a que transcrevi – obteve o tão almejado “está deferido”. Era 15 de janeiro do quinto ano da Independência do Brasil quando Vicente descobriu que poderia voltar para casa. Trabalho, mulher e sete filhos o esperavam.⁵ Apesar

5. Cartório de Família da Cidade de Goiás: maço 1827. “Requerimento de Vicente Jozé”, f. 2.

de viger a constituição brasileira, a estrutura jurídica mantinha seus traços de antigo regime “espera receber mercê”.

Caberá ao interessado em saber quantos foram os presos daquela cadeia subir as escadarias. Depois, deverá se debruçar sobre a documentação, pacientemente. Quem sabe, poderá encontrar maiores informações sobre como o preso José Joaquim Antônio, preso em 1827, acusado de matar a crioula Manoela, escrava de dona Joana Nepumocena, “nas praias do Rio Bacalhau”, viveu por sete anos naquele cárcere. Seu curador Francisco Pedro de Almeida alegou que José Joaquim era vítima de muitas calúnias não provadas como for de Justiça; e que o dito réu estava preso, sem “lenitivo, sofrido inauditas misérias, e calamidades pelo que se espera que recaia sobre si a equidade com retidão da Justiça, para que solto, e livre, possa ir em paz”. Além de ter matado Manoela “tiranicamente”, José Joaquim era acusado de vários crimes. Descobrir como era viver sete anos naquela cadeia, se criou amizade com algum carcereiro, se era visitado por alguém, é algo para ser descoberto.

Faustina de Siqueira, mulher do crioulo forro José da Rocha, também conheceu o que era passar um tempo na cadeia. Aliás, moravam “na rua de trás da cadeia” e eram vizinhos do sargento da Cavalaria Militar, João Fernandes de Gouveya, casado com Francisca de Tal que, segundo depoimento de outros vizinhos, era “mulher rixosa, bulhenta e vingativa”. Antes, as mulheres eram tão amigas, a ponto de serem comadres. No entanto, por conta de algumas desordens – não citadas no documento – o sargento prestara queixa contra Faustina e desde então “existe inimizade e disputas”. A discórdia entre Rocha e Gouveya era agravada pelo fato de serem vizinhos. Coisa de morar frente a frente, tornando inevitáveis as pendengas. Algumas teste-

munhas a favor de Rocha moravam na mesma rua: Manoel Silvestre, Francisco Tavares, pardo, oficial de alfaiate; João Vieira, também pardo que, apesar de arrolado e morador na mesma rua, não prestou depoimento. Ana Paracatu mudou-se alegando não suportar o comportamento do sargento. Manoel Silvestre Ferreira da Silva contou que, no dia de Corpus Christi, passando em frente à casa do Gouveya, viu Jozé da Rocha com umas galinhas mortas na mão, rogando ao sargento que apenas enxotasse e não matasse suas criações para fora do quintal, alegando que “as criações não conhecem qual casa é sua”.

Em seu depoimento Jozé da Rocha alegou que sempre se comportou humildemente para com todos e não obstante se esquivar de “brigas e barulhos”, perdeu sua costurada paciência. Depoimentos de ambas as partes, como sói ser, Rocha afirmou que toda a vizinhança se queixava da mulher do sargento que “move brigas, descomposturas e depois incita o marido para a vingança athe a ponto de lhe dizer que se não hé homem, lhe dê os calções que ella se desforçaria”; Francisco Tavares, oficial de ferreiro que também morava naquela rua, contou o mesmo: a mulher do sargento vivia dizendo ao marido que lhe desse os calções se não fosse homem.⁶ O problema nessa história, como afirmaram as testemunhas, é que a rixa era antiga. Antecedia os maus tratos que o sargento fazia aos animais de criação da vizinhança e envolvia Faustina, mulher de Rocha. Após ser denunciada, por um delito que não foi comentado no processo, pelo sargento Gouveya Faustina foi presa na cadeia da cidade onde levou várias “palmatorizadas”. E desde então, existe inimizade entre as famílias.

6. Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás: 1812. “Justificação cível e crime, partes, João Fernandes de Gouveya contra Jozé da Rocha”, f. 5-5v. (grifo meu);

Ao longo do século XIX e XX a cadeia continuou funcionando. E muito de seu funcionamento está registrado naquela documentação. Afinal, o Fundo Colônia contabiliza vinte metros lineares, o Fundo Império, 127 metros; o Fundo República agrega outros 110 metros lineares. Neste, é possível encontrar outros presos e é importante que compreender que o Brasil já havia mudado: estrutural e conjunturalmente. Se perdemos essa noção, perderemos junto o que de mais caro existe na história: a compreensão das especificidades de cada tempo e lugar.

Quando Vargas assumiu o governo em 1930, Goiás não tardou em mudar de capital. Em 1936, pelo menos trezes presos passaram para a dita cadeia. Nos documentos em formato de fichas constam nomes, ocupações, idade, cor, crimes e delitos. Tais fichas esperam algum investigador que se deixe levar pelo vocabulário social da época. A Série Delegacia Especial de Polícia tem muito a ser pesquisado.

Apesar de a estrutura política administrava da cidade de Goiás ser deslocada, o uso do prédio como cadeia permaneceu até 1950. Dimitri Rechetnikow, responsável pela cadeia, escreveu a Rodrigo Melo Franco de Andrade, na ocasião diretor geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que embora solicitasse reiteradamente a retirada dos presos para desocupar o prédio e torná-lo Museu das Bandeiras, a situação era bastante incômoda. Segundo Rechetnikow, o arquiteto Edgard Jacinto da Silva, em sua última inspeção, vira a situação degradante na qual os presos viviam: havia uma latrina provisória no pátio e, “cheia de excrementos [sic]” levando os moradores vizinhos a se queixarem do mau cheiro; as reclamações relativas aos formigueiros tampouco eram consideradas. Do formigueiro dera cabo às próprias custas; mas a limpeza da latrina não encontrava operários para fazer este “nojento serviço”. Por

fim, reclamou que as autoridades locais não se importavam com suas solicitações.⁷

Quantos presos encarcerados teriam passado pela cadeia ao longo de seu funcionamento? Em cada época, crimes e delitos específicos. Em um e outro momento, perseguições e desavenças, quiçá, falsos testemunhos. Quem poderá dizer?

Nesse instante, vem à mente uma história que, segundo João Fragoso, era bastante utilizada pela professora Maria Yedda Linhares para com seus alunos.

Seguia-se uma conversa entre Mao Tsé-tung e um líder da esquerda espanhola, na China, em fins da década de 1940. No enredo, provavelmente criado pela professora Linhares, o jovem líder fora ao outro lado do mundo para discutir os acontecimentos de uma Espanha, que, aos seus olhos, poderia tornar-se comunista a qualquer momento. Como argumentos citava o avanço das forças democráticas contra a direita monarquista e franquista; a iminência de uma sublevação camponesa; o alto grau de consciência da classe operária etc. Com sua paciência chinesa, Mao perguntara ao jovem líder e interlocutor:

- Você nasceu em que lugar da Espanha?

Ele respondeu que era de uma pequena aldeia do interior.

Diante da resposta, Mao prosseguiu:

- Quantas pessoas vivem na sua aldeia? Como é a distribuição da propriedade de terra na Vila? Qual a sua principal atividade econômica? E, finalmente, quantos bois existem por lá?

Atordado, o jovem revolucionário não soube responder a nenhuma das indagações. A esse desconhecimento, Mao Tsé-tung aconselhara o camarada europeu a voltar para o seu país e contar o número de pessoas e bois da sua

7. Muban. Caixa

aldeia. E só depois regressasse para contar-lhe os caminhos da revolução comunista na Espanha.⁸

Neste momento, o eventual leitor estará se perguntando: o que tem a ver Mao Tsé Tung com o convite para adentrar no arquivo do Museu das Bandeiras? É que lá estão muito mais do que histórias de presos. Lá, muito da história dos primeiros anos está à espera de ser inquirida e, para contá-las, é preciso contar bem: sua população, seus presos, seu governo, seu gado. E tudo isso está lá. Basta subir as escadas.

Acredito que o caminho para o conhecimento é fazer perguntas e estas podem tornar-se inúmeras. Para tanto, basta subir as escadas do prédio que um dia foi uma Casa de Câmara e Cadeia. Quantos foram presos, quantos morreram? Quantos fugiram? Quantos eram inocentes? São perguntas sem resposta até mais pesquisadores se debruçam sobre os mais de 250 metros lineares de documentos. Para isso, insisto, é preciso subir as escadas e permitir-se ser levado a um outro tempo pelo leve farfalhar dos papéis antigos. Apenas quem sobe aquelas escadas é capaz de ouvir as perguntas brotarem naquele silêncio. Eis o meu convite.

8. Agradeço, penhoradamente, a João Fragoso por ter permitido citar essa conhecida historietta que Dona Yedda Linhares contava a seus alunos.

OS SUCESSOS DE AGOSTO: UMA REVOLUÇÃO “FRANCESA”, TARDIA E EFÊMERA, EM VILA BOA DE 1831

Milena Bastos Tavares

Um maço de documentos envoltos em papel camisa, amarelado e ressecado pelo tempo, veio parar em minhas mãos. Era uma coletânea original de Americano do Brasil, uma das muitas que foram legadas ao Museu das Bandeiras para a posteridade. Isso foi no ano de 2001, limiar do novo milênio, e já havia 02 anos que eu e minha equipe percorríamos as salas lotadas de documentos do arquivo fazendário, experienciando e ensaiando as primeiras leituras paleográficas.

O primeiro contato real que tive no arquivo desse museu deu-se quando cursava o 2º ano do Curso de Licenciatura em História, pela Faculdade de Filosofia Cora Coralina-FFCC/UEG em 1997, quando fomos agraciados com o curso “Introdução aos Conceitos da Arquivística”, ministrado pela profa. de Arquivologia da UNB, Rosane Montiel, de saudosa memória.

O arquivo fazendário ainda era um mistério para mim. Tantos e tantos pacotes, amarrados, atados, envoltos em papel impermeável, em caixas, na vertical e horizontal, maços de documentos em branco, livros pesados do Quinto do Ouro, cadernos de impostos de diversas localidades da Capitania de Goiás. Tudo isso me era novo, mas já sabia que ali eu poderia fazer algo que fosse útil à minha comunidade, estudantes e pesquisadores em geral. Sentia que tinha que continuar o trabalho iniciado e dar a minha colaboração por pequena que fosse.

Foi a motivação dos alunos de Rosane Montiel, em grande medida, que me atraiu ao arquivo do museu. A desenvoltura, a alegria e o entusiasmo deles, a forma com que lidavam com um “mundo novo” me levaram também mais que ao mundo da história, mas ao mundo da memória. Diria que cheguei ao Museu das Bandeiras com a comitiva de Rosane Montiel.

Mas o meu primeiro trabalho em arquivo e que nos deu grande experiência, foi o do Arquivo do Poder Judiciário da comarca de Goiás. Trabalho favorecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, representado por Salma Saddi Wares de Paiva, chefe da 17ª Sub-Regional e nossa colega do curso de História.

Desenvolvido de setembro a dezembro de 1997, identificamos, organizamos, catalogamos e acondicionamos parte da documentação da Escrivania do Crime e de Família, séc. XVIII até 1937. Infelizmente, sem a devida manutenção o trabalho se perdeu. Hoje, o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central-IPEHBC, na figura do seu diretor, Antônio César Caldas Pinheiro, faz frente através do Projeto Lavras, coordenado por Yuri Baiocchi, para a sua organização e disponibilização ao público.

Em 1999 iniciamos os trabalhos no arquivo do MuBan. Começamos pelo período republicano que ainda estava sem identificação. Usamos a metade do piso superior para nos facilitar a identificação e separação dos manuscritos e impressos.

Os manuscritos foram separados cronologicamente apenas, porque o foco naquele momento era a documentação impressa. Esta, em papel extremamente vulnerável ao tempo e às circunstâncias de acondicionamento, estava de há muito em processo de degradação, seja por agentes biológicos, umidade, acidez, desidratação do suporte e fungos, o que nos fazia sempre lembrar a nossa primeira instrutora, no tocante aos cuidados com a saúde.

Assim montamos vários grupos de impressos como: Diários Oficiais, Boletins do Exército, Diários do Congresso, Relatórios da Fazenda, Circulares, Ordens do Dia, entre vários outros impressos e separamos os exemplares repetidos para futura permuta entre arquivos.

Maria de Fátima Sócrates do Nascimento, também colega de curso, coordenava os trabalhos de organização do acervo e no ano seguinte iniciaria como a nova diretora do Museu das Bandeiras. Eu a acompanharia.

Enquanto trabalhávamos o período republicano mirávamos o período colonial, pois nosso foco de interesse principal estava voltado ao que considerávamos o *filé mignon* do acervo. Este somava quase 20m/1 de documentação, exposta nas prateleiras, a maioria sem nenhuma proteção ou invólucros.

A equipe que perdurou mais tempo era formada por Neuza Maria de Souza, Rosa Maria dos Santos, Sued Fernandes Santana Batista, Milena Bastos Tavares e Maria de Fátima Sócrates do Nascimento. Outros nomes passaram pela equipe como Aguiel Lourenço, Carmen Lúcia de Brito, Fátima Cançado, Raquel Godinho, afora alguns estagiários.

A organização do período colonial deu-se entre 2004 e 2005, sendo promovida pela 14ª SR/Iphan e executada pela AT & AT Consultoria Museológica, representada pela museóloga Célia Maria Corsino, que nos guiava e providenciava toda a compra de materiais necessários.

Esse trabalho foi desenvolvido concomitantemente à restauração e revitalização do prédio, onde houve a aplicação da nova Lei de Acessibilidade, com a construção de rampa para cadeirantes e implantação de uma cápsula de suspensão para pessoas com mobilidade reduzida. Houve também a instalação de um sistema contra incêndio e alarmes de segurança.

Ressalto que mantivemos o arranjo original feito pelas equipes anteriores. O trabalho magistral da sra. Yeda Sócrates do Nascimento e Maria Luíza Brandão, assessorados, autorizados e endossados por Rodrigo Melo Franco, que era o diretor da DPHAN e outros nomes como Carlos Drummond e Sérgio Buarque, chamavam nossa atenção e merecia ter continuidade.

Não podemos deixar de mencionar a importante contribuição que o sr. Wanderley de Oliveira Silva e Jurema de Brito Gonçalves deram ao arquivo do Museu das Bandeiras. Ambos com curso de restauração recuperaram muitos documentos já em fase de quase perda total.

Inicialmente, aplicamos e adaptamos o arranjo dentro das normas da Isad(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, para, posteriormente, aplicarmos a Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, que surgiria em fins de 2006.

Outras etapas de organização do acervo vieram após 2006. A linha de frente seria o período imperial do fundo fazendário: reorganizamos e adaptamos à Nobrade, as subséries: Enfermaria Militar, Presídios e Colônias, Força de Linha e Força Fora de Linha, todas da série Ministério da Guerra. Ressalto que só essas subséries foram acondicionadas em 185 caixas.

O Fundo Lyceu de Goyaz foi organizado através de uma parceria do Museu das Bandeiras com a UEG/Campus Cidade de Goiás. Trabalho esse, sob a coordenação da profa. Joana Darc Paiva, de saudosa memória. Constitui-se de 222 itens documentais entre livros de pontos de professores, matrículas, assentamentos, diários, atas, promoções de alunos, notas, Correio Oficial, livros, enciclopédias, dicionários, afora outros.

Os documentos datados desde a fundação do Liceu até 1934, estavam em Goiânia e retornaram a Goiás em 25 de julho de 1977, nas solenidades de comemoração do aniversário da Cidade de Goiás. O Lyceu de Goyaz foi o 13º colégio de nível secundário criado no Brasil e foi equiparado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro em 1907.

Outras fases de organização se seguiram, como a higienização, identificação, organização, catalogação em planilha digital e acondicionamento dos documentos do período republicano do fundo fazendário, 1890-1898. Um trabalho em parceria com a UEG/Campus Cidade de Goiás, desenvolvido em 2017, sob a coordenação da prof. Derotina de Brito Alvarenga, perfazendo um total de 85 caixas. Ressalto que o arquivo, agora sem a mencionada parceria, continuou essa organização, estando finalizada a documentação do ano de 1899.

As fotografias também receberam tratamento de conservação, sendo higienizadas, identificadas, relacionadas em planilha digital e acondicionadas. Sendo digitalizadas e montadas em pastas virtuais da Coleção Zoroastro Artiga. Importante contribuição tivemos nesse trabalho, a participação pessoal do nosso diretor o sr. Tony Willian Boita, na higienização e trato a essa coleção.

Todos os catálogos manuais que serviam como instrumentos de busca, foram digitados em planilha em Excel, inclusive, os do período colonial. O catálogo de Sérgio Buarque de Holanda foi atualizado com a nova codificação.

As fichas antigas, que serviam também como instrumentos de recuperação dos documentos, foram organizadas e acondicionadas. Alguns conjuntos de fichas foram digitados em planilha, devido à riqueza de informações que possuem.

O Fundo Cartório de 1º Ofício de Registro de Bens Imóveis e Tabelionato chegou ao MuBan em janeiro de 2013, não antes de serem identificados e dispostos também em planilha todos os livros notariais, condição expressa pela Corregedoria.

Vários outros trabalhos foram e/ou estão sendo desenvolvidos no arquivo do Museu das Bandeiras, como a organização da Coleção Americano do Brasil e Fundo Delegacia Especial de Polícia, fora a documentação administrativa que foi organizada segundo a tabela do Conarq.

A partir de outubro de 2013, veio somar aos esforços de conservação, pesquisa e disponibilização ao público, a arquivista, Técnica em Assuntos Culturais, Tatielle Brito Nepomuceno, a qual oficialmente muito tem se empenhado em prol das demandas do arquivo.

Dito isso, como um mero resumo do que foi desenvolvido ao longo de alguns anos, e que não tem a pretensão de corresponder a todo o trabalho de muitas mãos que já passaram pelo arquivo do museu, voltemos ao limiar do séc. XXI.

Em 2001 estava à procura de um tema para a elaboração do trabalho de final do curso de Especialização em História do Brasil e Região, tendo como cicerones Eduardo José Reinato, Noé Sandes Freire (i.m.) e Paulo Bertran (i.m.), grandes e imorredouras figuras às quais me servia, presencialmente ou não.

Não era fácil escolher um assunto em meio a uma diversidade de documentos que a cada dia nos surpreendia com algo novo e desconhecido. Lembro-me que ficamos surpresas com o “Gloriozo Santo Antônio”. Custamos a descobrir que se tratava do santo mesmo. Estávamos separando seus vencimentos, os soldos, e pensávamos que era um soldado, um militar. As doenças tinham nomes engraçados, ora uma denominada “febre de mau caráter”, ora outra na qual o paciente havia morrido de um “calo arruinado”.

A Cidade de Goiás é um lugar de memórias. Originada da mescla de sementes diversas e de todos os matizes, com uma história peculiar, em que pese elementos humanos e topográficos, em um contexto sociopolítico e administrativo presentes desde o início do séc. XVIII.

A região central do Brasil foi alvo e serviu aos interesses da coroa lusitana. Primeiramente, empurrando o marco divisório do Tratado de Tordesilhas para mais além, sempre acrescentando para si pedaços da terra espanhola. Serviu-se, em um primeiro momento, da pregação de povos indígenas para alimentar suas lavouras de cana e algodão. Logo mais, substituídos pelo elemento escravizado, humano e demasiado humano, vindo de África.

Mas não passaria muito tempo para que os ventos do Iluminismo chegassem ao interior do Brasil. Vila Boa, representada pela elite conservadora, sempre esteve com os pés mais perto da Europa que da Corte no Rio de Janeiro, já dizia um antigo chiste. Estava sempre a par do que de mais inovador havia para copiar seus modelos, suas vestes e seu modo de pensar. Agora, mais empobrecida devido à exaustão aurífera, sonhava com os ganhos, com os cargos e com o lugar dos europeus nas cadeiras quase vitalícias.

Em um contexto de supremacia branca e europeia os nativos brasileiros se rebelam, principalmente no ano das grandes sublevações que foi o de 1831. Foi iniciado turbulentamente, provocado pela abdicação do Imperador em favor de seu filho ainda em tenra idade, e penalizado pelas grandes revoltas que sacudiram todo o país, levando os ventos da revolução “francesa” tardia para a pequena Vila Boa. Cidade capital da Província e reduto de letradas cabeças, principalmente as dogmáticas luzes de um grupo de sacerdotes que pensava diferente da conservadora Igreja Católica de então.

Já havia 10 anos que esse grupo representado por D. Francisco Ferreira de Azevedo, o bispo cego, Luiz Bartolomeu Marques e Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, ansiavam por um rompimento de laços com a predominância europeia nos mais altos cargos político-administrativos da Província de Goyaz.

Luiz Palacin nos diz,

Chegava-se, assim, em Goiás a uma situação cultural análoga ao início da Baixa Idade Média, em que os sacerdotes constituíam o único grupo profissional detentor de certo grau de cultura. Isto é o que explica que tenham desempenhado um papel tão ativo, mesmo no campo da política, durante as escaramuças que precederam à independência e nas duas décadas seguintes. Basta lembrar a este respeito que foram padres dois dos três primeiros presidentes goianos da Província e seis dos treze membros do Conselho da Província. Muito maior era ainda o peso do clero na educação e no campo da cultura. A educação, que hoje chamaríamos de segundo grau, estava inteiramente em suas mãos ao começar a década de trinta, tanto na Capital como nos arraiais. (Palacin, 1986, p. 51-51)

Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, natural de Meya Ponte, hoje Pirenópolis, foi o redator do jornal *A Matutina Meiapontense*, primeiro jornal goiano editado em Goiás, um veículo condutor das ideias liberais e libertárias da época. Mas eram ideias moderadas, diga-se de passagem, pois censurava nas entrelinhas do *Meiapontense*, a ação dos revoltosos de Luiz Bartolomeu Marques.

Pe. Marques, vice-presidente no governo de Miguel Lino de Moraes (1827-1831) era mais aguerrido, trazia consigo o

ímpeto dos “sans-culottes” franceses. Queria muito mais que a “vitoriosa” emancipação política do Brasil, queria que os brasileiros adotivos e de sangue europeu, deixassem seus cargos administrativos para os brasileiros natos.

D. Francisco, conhecido como “Língua de Prata”, título trazido na bagagem ao chegar às terras goianas em 1824 e adquirido no Rio de Janeiro, devido à sua eloquência em defesa das ideias libertárias. Era conhecido também como o “Pregoeiro da Independência” e foi o 1º bispo de Goiás. Com suas ideias liberais foi imprescindível na formação ideológica do Pe. Marques. Quase tudo e todos gravitavam em torno da figura de D. Francisco, que aqui chegou já cego em consequência de uma conjuntivite adquirida em 1821.

Outra figura ímpar nos anais históricos goianos foi o governador de armas, Felipe Antônio Cardoso. Considerado o mais interessante perfil revolucionário e autêntico independentista, Felipe Antônio Cardoso nasceu em Cavalcante em 1773 e faleceu em Goiás em 1868. Lutou contra a presença dos portugueses na Província de Goiás, e essa luta estendeu-se depois da “emancipação política” brasileira. Considerado o mentor da sedição de 14, 15 e 16 de agosto de 1831, e quem “aliciava” povo e tropa.

Várias foram as figuras de relevo que nesses acontecimentos também fizeram parte, como o Pe. Luiz Antonio da Silva e Souza, autor de *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*, que veio a lume em 1812. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e colaborador no jornal *A Matutina Meiapontense*, protegido por diversas alcunhas.

João Gomes Machado Corumbá, graduado em matemática pela Universidade de Coimbra, foi tesoureiro e escrivão da Junta da Fazenda, além de deputado da Assembleia

Legislativa Provincial e professor. Ficou na história como o doador do prédio do Lyceu de Goyaz.

O Comendador Joaquim Alves de Oliveira, membro do Conselho Geral da Província, fundador do jornal *A Matutina Meiapontense* e dono do Engenho São Joaquim - hoje Fazenda Babilônia, em Pirenópolis - elogiado pelo viajante Pohl e Saint Hilaire.

Essas personagens fizeram parte de um movimento insurrecional que de há muito vinha sendo preparado. Abortado em 1821, mas vitorioso dez anos depois, e em um mesmo 14 de agosto. Movimento articulado pelos principais representantes do clero e das milícias de Vila Boa, que souberam aproveitar o desprestígio crescente do presidente perante a população, motivado por ideias consideradas extravagantes e sem nenhuma aceitação. Ideias essas, como a mudança da capital para Água Quente e a inoculação do “puz vaccinico” na população, para combater a varíola.

A oposição explorou o fato de tôdas as maneiras, chegando mesmo a afirmar, com convicção, que “o palácio era um foco de varíola”... que a varíola desenvolvia-se em consequência do pús vindo da Côte. (Revista Oeste, 1944, p. 784)

Apareceram vários pasquins, pequenos panfletos “incendiários” contra o governo e os adotivos, afixados em diferentes lugares da cidade. Impressos (já haviam algumas tipografias na cidade) ou manuscritos, eram colocados por baixo da porta das residências à noite, ou em lugares públicos como o pelourinho, igrejas e postes de iluminação.

Enquanto isso cresce a revolta insuflada pelos pasquins, pelos revoltosos do Pe. Marques e pelo mentor da sedição, Felipe Antônio Cardoso, que ideando um novo 14 de agosto

põe a tropa e o povo em atitude de franca “rebeldia”. Adota ele a ideia da deposição do governo, aliás, já era uma ideia antiga, quando, pela luta em prol da Independência, pensavam em depor o capitão-general Manoel Inácio de Sampaio da Presidência, e justamente em um “14 de agosto”.

No dia 13 de agosto de 1831 foram colocados à noite, pelos “revoltosos periquitos” (alcunha recebida devido à cor do uniforme dos soldados), ramos de fumo entrecruzados com ramos de café, nas janelas de todas as casas de Vila Boa. Era o sinal para o “combinado” do dia seguinte, e este ficou sendo o símbolo dos sediciosos pela causa de um Brasil mais brasileiro e menos europeu.

Os ramos entrecruzados, emblema de riqueza comercial no nosso Escudo de Armas, estavam para os vilabonenses “aperiquitados” assim como a “árvore da liberdade” para os sans-culottes e demais revolucionários franceses. Lá, eles dançaram em torno dela em comemoração pelo “sucesso” da Revolução Francesa. Aqui, os ramos ornamentaram as casas, colocando todos a postos para a sublevação.

O Marechal de Campo, Miguel Lino de Moraes, ao perceber que tudo era hostilidade contra ele, deu ordens secretas ao capitão José Antônio da Fonseca, comandante do Batalhão nº 29 de 1ª Linha, para que municiasse e pusesse em estado de alerta o dito Batalhão, caso houvesse que defender os adotivos.

Começava aí a revolta propriamente dita, “estava, portanto, levantada a luva e era inevitável qualquer intervenção com o fim de pacificar os ânimos” (Acervo Americano do Brasil, em fase de organização, Museu das Bandeiras).

Felippe Antônio Cardoso sentindo-se afrontado em seu posto de comandante das armas, viu-se desautorizado perante seus subalternos e enviou ao vice-presidente Luiz

Bartholomeu Marques e à Câmara, um ofício explicando as manobras de Miguel Lino.

No dia 14 de agosto, Lino de Moraes convocou o Conselho Geral, mas ninguém compareceu. Seus membros achavam-se reunidos na Câmara, com os vereadores, fazendo os últimos acertos para a deposição do presidente. D. Francisco aí também se encontrava. Lino ao perceber que a causa tumultuária vinha crescendo em dimensão, e inevitável era o seu desfecho, pediu sua demissão. Quando ia ser lavrada a ata da reunião do Conselho, o secretário do governo, sobrinho de D. Francisco e genro de Lino de Moraes, Antônio Ferreira dos Santos Azevedo, entra na Câmara e entrega a demissão do presidente. Esta foi imediatamente concedida. Diz-se que D. Francisco ao recebê-la gritou: Viva!

Nesse mesmo dia, foi empossado no cargo de presidente, Luiz Bartholomeu Marques.

Nesse ínterim, a tropa havido saído dos quartéis, e em armas juntamente com parte da população, tomavam as ruas e se posicionavam em frente à Casa de Câmara. Foi quando o governador das armas dirigiu uma Proclamação a tropa e povo reunidos, congratulando-se com eles pelo sucesso dos acontecimentos.

O Conselho do Governo então se reuniu e, já sob novo presidente, foram propostas medidas para cessar então os tumultos na capital.

Mas o povo queria ainda a saída dos adotivos. O Conselho recebeu um ofício contendo as últimas informações sobre a sedição. Nele se dizia que 120 homens em armas pediam a deposição dos europeus. Como a referida representação não trouxesse assinatura alguma, o Conselho resolveu enviar aos revoltosos, dois dos seus membros, o cel. Felipe Antônio Cardoso e o vogal Joaquim Gomes de Siqueira, para colherem as devidas assinaturas.

Essas assinaturas foram colhidas, muitas, sob coerção e força. Muitos reclamaram depois no A Matutina Meiapontense.

Mas o povo não foi demovido de seu intento. Recusaram as medidas de pacificação que lhes foram propostas por uma segunda comissão enviada pelo Conselho. Queriam expulsar os adotivos. Então a Câmara, não tendo alternativa, resolve pela deposição dos brasileiros adotivos empregados na Província.

O brigadeiro Miguel Lino de Moraes, ficou exilado no Palácio Conde dos Arcos, escondendo-se depois em uma residência. Restou ao já ex-presidente da Província adotar um modelo de estratégia conhecido e ainda na lembrança do povo, quando a fuga de um nobre rei pode servir de exemplo para a fuga de um nobre governador. Enquanto Luiz XVI e Maria Antonieta fugiram do Palácio de Versalhes disfarçados de criados, Miguel Lino e família fugiram à noite, disfarçados de escravos.

Dos brasileiros adotivos sabe-se que o português João Nunes da Silva, tesoureiro que foi da Casa de Fundição, em meio aos tormentos de uma moléstia adquirida, cavalgou sem rumo certo.

...depois das 5 horas da tarde do dito dia 29 sahi immediatamente do modo que pude da Cidade, não obstante os meus encommodos physicos, e estação chuvosa, que mos tem augmentado sobremaneira; porem quando se nos apresentam montões de males por todos os lados, he forçoso lançar-mos mão d'aquelles que a nossa vista fazem menor vulto; tal me parece o que escolli no presente caso: sentindo inferito não poder voar, por molesto, aos lares do grande espirito, que Deos conserva para procteger a afflita humanidade, ao Solio, e Patria das Almas ge-

nerosas; mas o meu destino mo não concede, resta-me pois conformar-me com a minha sorte, para que o mal de que fujo não seja menor do que o que sigo. João Nunes da Silva. Em Caminho, 2 de Novembro de 1831. (Matutina, nº 255, 1831, p. 4)

Os adotivos não foram somente depostos de seus cargos, foram praticamente expulsos à força.

Meia Ponte e Santa Luzia prontificaram-se para receber os exilados. O cel. João José do Couto Guimarães, trisavô de Cora Coralina, e o ten. cel. João Nunes da Silva, foram para Meia Ponte; José da Costa Gomes deixou a cidade, os negócios e a esposa, que inconformada clamou no Matutina Meiapontense; Ponce de Leão, também inconformado, expediu um aviso dizendo que não era europeu e partiu para ser Ouvidor em Cuiabá; o Marechal de Campo, ex-presidente, partiu às pressas para o Rio com a família.

Estava enfim cumprida a vontade do povo e da tropa, e consumada a peleja dos idealistas da “revolução”. Os ramos de café e fumo entrecruzados, estariam soerguidos ainda algum tempo em Vila Boa.

Mas só a tempo de a Regência ficar a par da situação e ouvir as queixas dos inconformados. O governo do pe. Luiz Bartolomeu Marques durou somente três meses. Em 31 de dezembro inicia-se o governo José Rodrigues Jardim, nomeado pela Regência Trina Permanente (1831-1835) ... que de permanente só teve o nome.

As ideias, que são imorredouras, continuavam a palmilhar o sertão dos lendários goyazes. Em breve ouviríamos o canto da Marselhesa em frente ao Palácio Conde dos Arcos, trazendo um novo sistema de governo, a República.

Refêrencias

A MATUTINA **Meiapontense**. Goiânia: Líder, Secretaria do Planejamento e Coordenação, 1979. 4 vol. Edição Fac-símile, 1830-1834.

ARQUIVOLOGIA UNB – Professora Rosane Montiel – Arquivo Permanente – Goiás Velho, no Museu das Bandeiras em 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3uH48es>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COL. **Americano do Brasil**, em fase de organização, Museu das Bandeiras.

CORRESPONDÊNCIAS, Arquivo Histórico, Museu das Bandeiras. Pct. 1294, fl. 97.

PALACIN, Luis. A Ideologia Liberal. *In*: PALACIN, Luis. **Quatro Tempos de Ideologia (1822-1840)**. Goiânia: CERNE, 1986. p. 45-69.

SALES, Gilka V. F. de. **A Sociedade Goiana nas três primeiras décadas do séc. XIX**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

REMEMORANDO AS PESQUISAS NO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUBAN

Nádia Mendes de Moura

Ao ser convidada para relatar a minha experiência de pesquisa no Arquivo do Museu das Bandeiras (MuBan), fiquei feliz por ter a oportunidade de retribuir a forma como fui recebida na instituição. Após o término do doutorado, voltei ao MuBan e entreguei uma cópia digital (DVD) da tese “Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)”¹ como forma de agradecimento e coloquei-me à disposição para discussões sobre o tema. Muitas vezes as pesquisas circulam apenas no meio acadêmico e vejo nessa iniciativa do MuBan em convidar os pesquisadores para relatar suas experiências a partir de seus estudos uma oportunidade de fazer o conhecimento circular em outros meios, chegando de forma mais leve aos leitores.

Antes de tratar da pesquisa, gostaria de falar das minhas impressões acerca da antiga Casa de Câmara e Cadeia. Como arquiteta urbanista, é impossível olhar o edifício dissociado do largo onde ele está localizado. Sempre me recordo da forma como Paulo Santos (2001, p. 76, 77) descreve o grande largo, a partir de uma posição diferente de quem sobe a praça, tendo o Morro do Cantagalo e a Igreja de Santa Bárbara como fundo:

(...) o piso desce fortemente, da entrada da praça para os fundos; à esquerda fica a casa da Câmara, de

1. A tese está disponível para *download* a partir do link: <https://bit.ly/3oEwz8T>.

aspecto singelo e saborosas proporções; de repente, o espectador depara com um monumental chafariz de formas alentadas, barrocas, e motivos rococós, dos mais grandiosos do Brasil! O choque do contraste é violento: de um lado, o traçado ingênuo do conjunto; do outro lado, a opulência aparatosa do chafariz, que sacode a quietude e placidez do lugar e cria ressonâncias que jamais desaparecem da lembrança de quem uma vez os tenha contemplado.

Depois do choque de apreciar essa que é, sem dúvida, uma das visuais mais significativas e belas do Brasil colônia, fica o convite para observar a edificação a partir da sua fachada principal. A monumentalidade do bem é acentuada por suas dimensões e por sua implantação, em cota mais alta. Além do mais, essa é uma das poucas construções de dois pavimentos não só de Vila Boa, mas de toda a Capitania de Goiás. O projeto da casa de câmara e cadeia veio de Portugal, foi edificada, com algumas modificações e foi concluída em 1766 (Coelho, 2013). A partir da década de 1950, a edificação passou a abrigar o museu, tendo passado por algumas adaptações para receber o novo uso, que não descaracterizaram a edificação.

Conheci o MuBan muitos anos antes de iniciar minhas pesquisas de doutorado. Tive conhecimento da existência do arquivo por meio do meu professor Gustavo Coelho, que já tinha realizado pesquisas no lugar. Eu não me recordo como foi a minha primeira visita ao museu, mas retornei algumas vezes, inclusive com as turmas da disciplina *Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo*, quando era professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO.

Após alguns séculos, a sensação que se tem é que a energia do lugar foi transmutada, mesmo que o espaço

expositivo do térreo preserve os pranchões de madeira das paredes de taipa e as grades de ferro das enxovias. O arquivo está localizado no segundo pavimento, de onde se vê a vista de todo o largo e o panorama de montanhas que circundam a cidade. Certa vez, enquanto quebrava a cabeça transcrevendo documentos do século XVIII, me peguei viajando ao som do ensaio dos farricocos. Um convite a uma pausa, descansar a vista na paisagem e lembrar que um grande feriado estava por vir – o da Semana Santa.

A primeira vez que estive no museu para pesquisar foi em 2014, ano de ingresso no doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Inicialmente fui ao arquivo para conhecer a documentação do acervo, tal como estava fazendo com outras instituições como na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi², também na Cidade de Goiás, o Arquivo Histórico do Estado de Goiás e o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)³, os dois últimos em Goiânia. No arquivo do MuBan, a arquivista Milena Bastos me recebeu de braços abertos e desde então me forneceu uma listagem com a documentação existente para pesquisa. Ela me explicou todo o fundo documental e me avisou que parte da documentação havia sido microfilmada em idos dos anos 1970 e estava disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda (Caph), vinculado ao Departamento de História da FFLCH/USP. Considerando que eu morava em São Paulo, essa informação era valiosa. Mas com o andamento da pesquisa, acabei optando pelo Muban, pois precisava fazer viagens constantes a Goiás para pesquisar em outros arquivos e para realizar os trabalhos de campo.

2. Onde fui muito bem recebida pela Fátima Cançado.

3. Onde sempre fui bem recebida pelo Antônio César Caldas Pinheiro.

Antes de falar da pesquisa, vou apresentar o resumo da minha tese (Moura, 2018):

Por muitos anos, a história que foi contada da Capitania de Goiás se resumia aos feitos heroicos dos bandeirantes, à riqueza do ouro e à decadência que arrasou toda aquela região com o fim do ciclo minerador. Nesta tese, ao abordarmos o processo de urbanização das *Minas de Goyaz* e das *Minas do Tocantins* na passagem do século XVIII para o XIX, detectamos que há muito a ser revelado a respeito do discurso da decadência. A diversidade era a tônica da Capitania de Goiás, expressa em sua paisagem, no seu povo e na forma como esses vastos sertões foram sendo apropriados. *Sertões de mar a mar*, que recebiam gente de todas as partes, atravessando o coração da colônia ou fincando novas raízes. A trama da *filigrana*, ao mesmo tempo fina, forte, delicada e rebuscada, é uma imagem possível desse emaranhado de vida que animava a capitania e sugere que nem tudo é o que parece ser. O gado coexistindo com as atividades mineradoras e comerciais, a mulher tomando frente pelas estradas dos ermos gerais e uma rede de julgados ditando o tom da urbanidade dos arraiais – essa é a Capitania de Goiás que se revelou para além da decadência.

Por esse breve resumo, é possível ver que questiono o discurso de “decadência” cunhado pela historiografia tradicional, que teria acometido toda a capitania com a queda da produção aurífera. Antes de mais nada, é preciso ter em mente que a extração do ouro na Capitania de Goiás foi mais alta que a de Mato Grosso, entretanto foi muito inferior à da vizinha Minas Gerais, ou seja, a opulência nunca fez parte do cenário da nossa realidade naquele

momento (Moura, 2018, p. 38). Na primeira parte da tese, ao apresentar o processo de urbanização da Capitania de Goiás, fica claro que se trata de um território heterogêneo em todos os sentidos – aspectos físicos e geográficos, humanos e econômicos. Logo, a crise se instalou de forma diversificada nesse amplo território, que também produzia outros produtos além do ouro.

Na segunda parte da tese a análise se deu na escala do intraurbano, mais precisamente em quatro núcleos, todos com origem atrelada à mineração, mas cada qual com características próprias, de modo a avaliar o peso da “decadência” em cada um desses lugares. Para o estudo, trabalhei com Vila Boa⁴, o centro administrativo da capitania e a única vila na virada do século XVIII para o XIX; Meia Ponte⁵, entreposto comercial, favorecido por sua localização no entroncamento de estradas vindas de leste, sul e norte com direção a oeste; o arraial de Pilar, tido pelo governador José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho como o mais próspero do ciclo do ouro (Coelho; Pinheiro, 2006) e Natividade, localizada no atual estado do Tocantins, onde havia a produção de gado concomitante com a extração aurífera. Foram inúmeras as fontes utilizadas na tese⁶, mas para esse ensaio escolhi apenas três, que se encontram no MuBan: a Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyas de 1782⁷, as Décimas

4. Atual Cidade de Goiás e antigo Arraial de Santana.

5. Atual Pirenópolis.

6. Além de vasta bibliografia.

7. Encontrei outras cópias muito parecidas dessa planta, localizadas no Arquivo da Casa da Ínsua, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Biblioteca Mário de Andrade (Coleção de Obras Raras e Especiais). As cópias da Casa da Ínsua e do AHU são as que guardam mais semelhanças com a planta do MuBan.

Urbanas de Vila Boa, Meia Ponte, Pilar e Natividade e documentação das Contagens e dos Registros.

A Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyas já foi amplamente publicada em livros e teses que tratam da urbanização do período colonial. Não cabe nesse espaço traçar uma análise mais aprofundada sobre a fonte (que se encontra na tese), mas sim relatar a emoção que foi, enfim, tê-la em mãos. É sempre bom lembrar que as mãos estavam devidamente protegidas por luvas e eu estava usando máscara durante todo o processo de pesquisa.⁸ Aproveito o espaço para sugerir a digitalização do material em alta resolução, para disponibilizar para futuros pesquisadores. Ainda assim, tenho certeza que alguns investigadores não vão abrir mão de conhecer também o original, para apreciar os mínimos detalhes do mapa com o auxílio de uma lupa. Emociona ver o papel amarelado, a tinta viva do Rio Vermelho e das chácaras, o verde da vegetação, a caligrafia delineada pelo Dragão Manoel Ribeiro Guimarães.

A planta foi feita a pedido do governador Luís da Cunha Menezes e apresenta dados muito importantes da vila, como o nome e a sinalização de todos os logradouros, a indicação dos principais equipamentos como igrejas, chafariz, casa da câmara e cadeia, dentre outros. Ao circular pela cidade atualmente, fica a sugestão de tentar entender os antigos nomes das ruas, becos e largos, que foram alterados ao longo dos anos. Um exemplo é pensar

8. O cuidado no armazenamento e no manuseio de documentos históricos é essencial para a sua conservação e também para a segurança de quem os manuseia (sobretudo no caso de contato com agentes biológicos como fungos, por exemplo).

a respeito da Rua Nova do Theatro e do Beco do Theatro. Teria existido um teatro na esquina a atual Rua do Carmo com o beco? Por incrível que pareça, após pesquisar bastante, não encontrei nenhum registro a respeito da provável existência desse equipamento cultural na vila. O governador José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho (futuro Barão de Mossâmedes) em seu diário de viagem relata ter assistido óperas em teatros nos arraiais de Pilar e São Felix em 1773, mas não fez nenhuma menção à existência de um teatro em Vila Boa (Coelho; Pinheiro, 2006, p. 84 e 100).

Essa documentação apresenta outros elementos muito importantes para a leitura de Vila Boa no ano de 1782, como o número de habitantes totalizando 3000 pessoas e a quantidade de “moradas de casas” correspondente à 554. A planta se destaca por apresentar não só o núcleo urbano consolidado, mas também ruas a serem ocupadas, todas retilíneas e regulares, definindo os vetores de crescimento urbano do sítio. Visando o ordenamento urbano, o documento disponibiliza também a feição que as casas deveriam seguir, ao apresentar uma fachada que deve ser tirada como padrão para novas construções e reformas, obedecendo o alinhamento das casas existentes.



Mapa 1. Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral de Goyas levantada no ano de 1782

Fonte: MuBan.

A iconografia de época e a cartografia revelam aspectos da cidade nem sempre tratados em outras fontes históricas, como os manuscritos. Por anos, essas fontes foram relegadas ao status de meras ilustrações, sendo ignorado seu valor documental. Mas, nem tudo o que está representado realmente correspondia à realidade. É preciso ter um olhar crítico, entender os discursos da época e saber ler nas entrelinhas.

Ainda trabalhando na escala da cidade, a pesquisa no MuBan seguiu com as Décimas Urbanas. Confesso que desconhecia essa fonte, fui apresentada a ela pela minha orientadora de doutorado, a professora Beatriz Bueno. Beatriz havia trabalhado com a Décima Urbana de São Paulo anteriormente, analisando aspectos do mercado imobiliário da cidade em 1809 (Bueno, 2005, 2016) e sugeriu o estudo das Décimas por oferecer índices palpáveis de análise dos reflexos da “decadência” no intraurbano, uma vez que essa documentação apresenta o valor do imposto cobrado, o *status* de ocupação do imóvel e o seu estado de conservação.

Antes de tudo, é importante revelar o que seria a Décima Urbana. Em uma linguagem bastante simplificada (e anacrônica), tentando trazer para os dias atuais, a décima seria equivalente ao IPTU. Trata-se de um imposto que incidia sobre os imóveis urbanos e passou a ser cobrado na Capitania de Goiás a partir de 1810, dois anos depois de ser implementado pela Coroa⁹. O nome “décima” fazia menção ao valor cobrado, que era de aproximadamente um décimo do rendimento líquido anual dos bens de raiz. Nem todos os imóveis eram tributados, caso dos imóveis pertencentes às Santas Casas de Misericórdia, de casas em obras, arruinadas, desocupadas ou cujos moradores (inquilinos ou proprietários) eram classificados como miseráveis.

9. Inicialmente, o imposto incidia sobre os “lugares notáveis” da faixa costeira.

Com eventuais falhas de um ano ou outro, o MuBan possui as Décimas Urbanas do intervalo de 1810 a 1822¹⁰ dos seguintes núcleos urbanos: Vila Boa, Araxá, Arraias, Bonfim (Silvânia), Carmo, Cavalcante, Conceição, Crixás, Desemboque (distrito de Sacramento), Flores, Meia Ponte (Pirenópolis), Natividade, Pilar, Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), São José (Niquelândia) e Traíras (Tupiraçaba). Essa listagem engloba cidades e distritos dos atuais estados de Goiás, Tocantins e Minas Gerais, viabilizando um sem-número de novas pesquisas. Além de disponibilizar o endereço completo do imóvel tributado, a Décima revela o nome do/a titular do bem (e do/a inquilino/a, no caso de imóvel alugado), ou se a casa era propriedade de alguma irmandade religiosa. Se engana quem pensa que apenas pessoas ricas possuíam imóveis em Vila Boa e nos demais arraiais da capitania. Pelo valor cobrado na Décima e pelo estado de conservação do imóvel, era possível identificar que os proprietários pertenciam a um espectro econômico e social bastante variado.

Foi com grande alegria que encontrei no MuBan as Décimas Urbanas que precisava para trabalhar no doutorado. A escolha do ano de estudo da Décima se deu em função do cruzamento com outras fontes que estava trabalhando, como os relatos de viajantes que por lá passaram na mesma época¹¹. Com o cotejamento de fontes variadas, inclusive

10. Algumas Décimas Urbanas de anos posteriores a 1822 podem ser encontradas no Arquivo Histórico de Goiás, localizado em Goiânia.

11. Os “viajantes” europeus que percorreram a Capitania/Província de Goiás na primeira metade do século XIX desvelaram aspectos físicos dos núcleos urbanos em meio a questões referentes à economia e ao modo de vida da população. Lá estiveram os bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius em 1818; o botânico boêmio Johann Emmanuel Pohl, que permaneceu na capitania de dezembro de 1818 a junho de 1820; o naturalista francês Saint-Hilaire em 1819; o ilustrador e botânico inglês William Burchell, que circulou pela província de agosto

iconográfica e cartográfica, além de bibliografia que abordava os núcleos estudados, consegui traçar a materialidade de Vila Boa, Meia Ponte, Pilar e Natividade no início do Oitocentos. A metodologia, todo o processo de análise e os resultados estão na tese, fica aqui o convite para a leitura.

Em posse das Décimas Urbanas, obtive a autorização do MuBan para fotografá-las. No arquivo, sempre contei com o atendimento atencioso de Milena para localizar a documentação e eventualmente me auxiliar na transcrição. Cada escrivão tinha uma caligrafia própria, e em alguns casos não podemos colocar a culpa só na pena. Como nos dias atuais, algumas pessoas têm o dom do garrancho e só a Milena para me ajudar a decifrar o que a tinta ferrogálica do século XIX estava dizendo. A ajuda vinha também à distância, quando já me encontrava em São Paulo e recorria à ela em casos extremos. A ajuda sempre vinha e a pesquisa fluía!

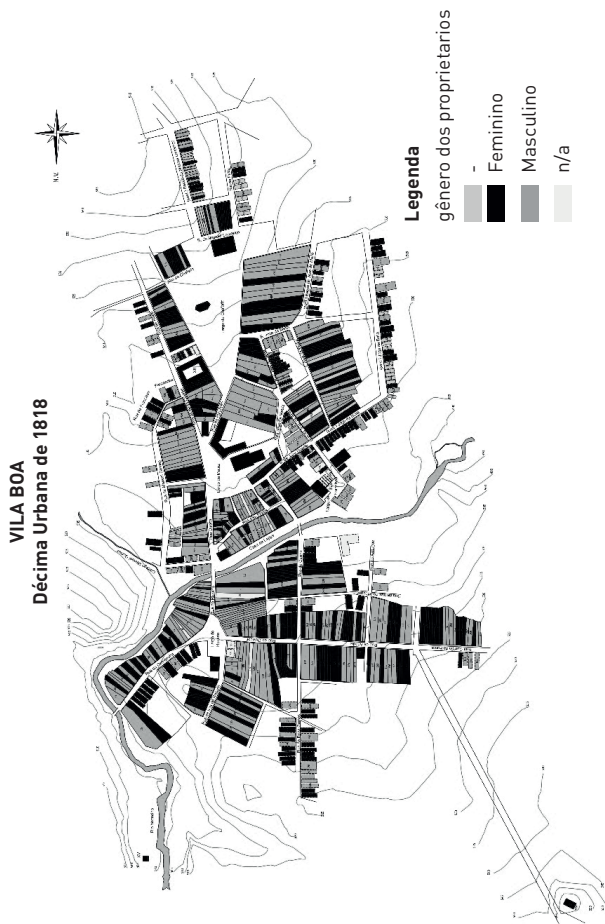
Além das Décimas, consultei outros documentos no MuBan, como os registros de Entradas e Contagens. Cito esses documentos pois me proporcionaram um misto de alegria e surpresa, ao encontrar nomes de mulheres responsáveis por transportar mercadorias pelas estradas da Capitania. De início, ao ler os primeiros nomes, recorri à Milena para ter certeza de que eu havia transcrito corretamente e que realmente tratava-se de mulheres. O número de homens “tropeiros” era bem superior, mas foi interessante ver o caso de Inez Gomes, que transportava cabeças de gado “por con-

de 1827 a abril de 1829; o médico e naturalista escocês George Gardner, que lá virou o ano de 1839 a 1840 e o naturalista Conde de Castelnau, que passou quase todo o ano de 1844 naquela região. Mesmo não estando no rol de “viajantes”, o governador de armas de Goiás em 1823 Raymundo José da Cunha Mattos e o sargento mor Luiz D’Alincourt que relatou sua passagem pela Capitania em 1818, foram figuras importantes por suas obras e em muitos pontos se assemelham às narrativas deles.

ta do Alferes Antonio Francisco da Costa”, segundo consta documentação da *Contagem de Pilar* de 1791¹². Passou pela mesma contagem, alguns meses depois, a D. Theodora, que transportava nove arrobas de carne seca, quatro arrobas de peixe e duas cargas de queijos. Ao que tudo indica, ela não estava prestando serviço para terceiros, visto que não consta nenhum tipo de informação nesse sentido, como ocorreu no caso de Inez Gomes. Casos como esses se repetem em outras contagens, comprovando que mulheres circulavam destemidas pelas estradas, caminhos e picadas da capitania entre os séculos XVIII e XIX.

A presença das mulheres também se fez notar nas Décimas Urbanas. Com os dados devidamente transcritos, sistematizados em planilhas e espacializados georreferencialmente em mapas temáticos hipotéticos, a sua presença fica ainda mais evidente. Muitas vezes relegadas a segundo plano nos estudos históricos, as mulheres da Capitania de Goiás estão bastante presentes nas fontes primárias, como proprietárias de imóveis, inquilinas e “tropeiras”, além daquelas que sequer entram na documentação oficial, caso das escravizadas que circulavam ativamente nos núcleos urbanos, cumprindo suas jornadas de trabalho forçado.

12. Fonte: MuBan – Caixa 76, Pasta 01.01.006 – Pilar I. “Entradas”.



Mapa 2. Mapa temático de Vila Boa - distribuição dos imóveis por gênero.

Ocre - proprietários homens; Telha - proprietárias mulheres; Bege - outros proprietários (irmandades, senado da câmara); Cinza - imóveis sem informação

Fonte: Moura, 2018.

Esses dados, que estavam surgindo na documentação consultada, me chamaram muito a atenção ao longo da pesquisa. Como esse assunto não estava entre os objetivos da tese, não foi possível fazer um estudo mais aprofundado naquele momento. Na defesa do doutorado mencionei que esse seria o assunto de um próximo capítulo – um pós-doutorado. Em breve pretendo compartilhar novidades a respeito dessa pesquisa que se inicia, e que contará novamente com o apoio do MuBan.

Refêrencias

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <https://bit.ly/3rD82mz>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BOAVENTURA, Deusa M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII.** 2007. 280f. Tese. (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *In: Anais do Museu Paulista.* [online]. 2005, vol.13. Disponível em: <https://bit.ly/3HJgs1c>. Acesso em: 1 jan. 2022.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica:** São Paulo (1809 – 1950). São Paulo: EDUSP, 2016.

COELHO, Gustavo Neiva; PINHEIRO, Antônio César Caldas (Orgs.). **Diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771/1773.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-boense.** Goiânia: Editora UFG, 2013.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII.** Brasília: Edições Alva; CIORD, 1997.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Moreira Salles e Fundação Nacional próMemória, 1981.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas - manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830).** 2018. 556f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vila e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: FUPAM, 2000. CD ROM.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Período Colonial.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

ACERVOS CULTURAIS GUARDADOS POR UM MONUMENTO: SENSIBILIDADE, PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUSEU DAS BANDEIRAS

Raquel Miranda Barbosa

Para entender a importância do Museu das Bandeiras – MuBan, na Cidade de Goiás, como referência cultural para pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, requer dedicação, engajamento social e a ousadia para acionar uma rede colaborativa com a finalidade de reunir experiências de pesquisa e educação neste que será, em breve, um referencial de narrativas metodológicas construídas por meio de diferentes vivências na produção de conhecimento a partir das potencialidades científicas que esse lugar emana.

Convém destacar que estamos falando de uma instituição complexa que, a meu ver, prioriza sua atuação em três eixos principais: cultura, preservação e memória. Considero que esses aspectos potencializam seu impacto social e, por sua vez, deve ser observado entre duas balizas simultaneamente: produtora e receptora de conhecimento oriundas tanto no que se refere ao protagonismo do monumento arquitetônico edificado em 1766¹ na paisagem urbana colonial

1. “O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu das Bandeiras, é um dos melhores exemplos da arquitetura oficial civil portuguesa no Brasil e o mais significativo do Centro-Oeste. A construção do prédio data de 1766 e foi realizada segundo o projeto da Coroa Portuguesa, projeto esse preservado pelo Arquivo Colonial da Marinha e Ultramar, em Portugal. A parte superior do edifício é formada por salões que atendiam as necessidades administrativas e judiciárias da Vila Boa

local, quanto a partir da relevância e vastidão do acervo documental² e do variado acervo permanente que dão sentido aos espaços de visitação, os quais se tornam fontes para diversos estudos que retornam a instituição com fins educativos ou releituras historiográficas da narrativa museal.

Postas as primeiras considerações, optei por dividir minhas experiências de campo no Museu das Bandeiras em três partes. São elas: produção autoral de conhecimento, orientação de trabalho acadêmico e formação de professores. Considero esse formato de abordagem necessário porque entrecruza-se ao meu ofício profissional de professora-historiadora e pesquisadora cultural, atividades indissociáveis da minha representação social tanto no meio acadêmico ou fora dele.

No ano de 2007, ingressei na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, no programa de mestrado em história, com um projeto de pesquisa voltado para os estudos culturais sobre religiosidade popular. Como se tratava de uma localidade adjacente a Cidade de Goiás, ainda imersa

de Goiás. Na sua parte inferior situava-se a cadeia, com duas enxovias, as celas individuais e a casa de armas. As paredes externas e internas são de taipa de pilão, entremeadas com pedras para dar segurança desejada à cadeia. Nas enxovias, forradas de vigas de madeira, as paredes têm 80 cm de espessura. O prédio funcionou como cadeia até 1950, quando foi doado ao Patrimônio Histórico que o transformou em Museu.” *In*: <https://bit.ly/34uopZK>, Acesso em: 18 out. 2021.

2. “O núcleo inicial do seu acervo foi constituído pelo próprio edifício e pelo arquivo documental da Fazenda Pública da Província de Goiaz. Esse conjunto de documentos representa uma das fontes de informação mais importante sobre a administração pública da região Centro-Oeste no período colonial, Império e República, sendo enriquecido por aquisições e doações de móveis, utensílios e equipamentos, pratarias e outros objetos dos séculos XVIII, XIX e início do XX.” Disponível em: <https://bit.ly/34uopZK>. Acesso em: 18 out. 2021.

em “sombrias”, o arquivo do Museu das Bandeiras foi uma das primeiras instituições que busquei para responder perguntas, compreender em que medida a tradição oral popular se cruzava com a “verdade” e situar temporal e administrativamente a Povoação do Bacalhau em relação a Cidade de Goiás localizada distante da antiga capital cerca de cinco quilômetros, em sentido sul. Atualmente, trata-se de bairro da referida cidade. No entanto, no século XIX, recorte temporal desta pesquisa, era considerada um distrito com a importante função de entreposto fiscal.

O Bacalhau surge oficialmente na segunda metade do século XIX como um distrito da então capital da província. Segundo Ferreira (1980), por determinação do décimo segundo presidente, Antônio da Cruz Machado, entre os anos de 1854 e 1855, autorizou-se a criação do entreposto fiscal (...). O clima, a natureza e as águas do rio Bacalhau eram indicados para aqueles que necessitavam convalescer de alguma enfermidade, a medicina oficial e popular, afirmava que os ares bucólicos, a exemplo do pequeno lugarejo, eram considerados essenciais no reestabelecimento do doente. (Barbosa, 2012, p. 20-e 21)

Trazer esse fragmento da pesquisa tem por objetivo considerar um importante documento, um balancete fiscal, encontrado nos arquivos do MuBan. Ainda que seja vilaboense de nascimento, ter ido inúmeras vezes visitar esse museu, foi, durante a pesquisa de mestrado, o meu primeiro contato com a arquivologista da instituição e que abriu as portas do arquivo documental e pude contemplar, pela primeira vez, tamanha riqueza salvaguardada no interior desse monumento. A época, o arquivo não podia ser manipulado por pesquisadores. Contudo, a dedicação da pessoa humana

investida de boa vontade e do desejo pelo conhecimento em produção e movimento, fotografou o primeiro indicio da oficialização do lugar: um documento que instituiu a criação do entreposto fiscal, aspecto que explicou o propalado nome popular desta localidade: Bacalhau da Barreira.

A partir desse testemunho outras pistas e rastros dessa atividade político-administrativa foram se juntando, dando sentido a pesquisa e preenchendo lacunas importantes quanto a memória e os constructos culturais da população moradora desta localidade que, todos os anos no mês de setembro, celebra uma festa tradicional em Louvor a Nossa Senhora da Guia e, por sua vez, trouxe outro fôlego para as discussões de história e identidade previstas, à época, no Projeto Político Pedagógico - PPP - do Colégio Estadual Dr. Albion de Castro Curado. Entre o acúmulo de experiências oriundas desta pesquisa, destaco a organização e publicação do livro, *Nas Fronteiras do Sagrado: cotidiano, identidades e religiosidades na Povoação do Bacalhau*, no qual contribuo com o primeiro capítulo, e a palestra promovida pela referida instituição escolar para a comunidade em geral.

Ainda sobre meu protagonismo no campo da pesquisa autoral, na etapa seguinte da minha formação acadêmica, o doutoramento, tive a oportunidade de retornar à instituição com o objetivo de coletar testemunhos visuais do traçado urbano da antiga Vila Boa, a fim de compara-los à produção artística pictórica de Goiandira do Couto, notável artista plástica, produtora cultural e guardiã de tradições local.

No primeiro capítulo da tese intitulada, “Muito além das telas douradas: cidade e tradição em Goiandira do Couto”, busquei reconstruir a biografia da personagem central e, por razões genealógicas e estéticas, o “Prospecto de 1751, vista do norte para o sul”, fundamentou uma dis-

cussão importante sobre a antiga Casa da Real Fazenda, atualmente, Museu Casa de Cora Coralina, com a genealogia paterna da personagem em estudo. Novamente, no terceiro capítulo, propus uma análise comparada da cópia do documento real com a tela, “Largo do Rosário, vista da cidade, 1976”, com o objetivo de problematizar como a arte, em Goiandira do Couto, reafirma algumas tradições ao representar o eixo de poder delimitado entre o Largo do Rosário e o Largo do Chafariz, por uma perspectiva que, em relativa medida, evoca o documento oficial oitocentista.



Figura 1. Prospecto de Vila Boa. Vista no sentido inverso, isto é, do Norte para o Sul, em 1751 (cópia)
Fonte: MuBan – Cidade de Goiás.



Figura 2. Largo do Rosário - vista da cidade, areia sobre fibra de madeira, (143 x 93), 1976
Fonte: Thais Helena Machado Ferreira, 2011.

A partir das figuras 1 e 2 temos uma visão reduzida, porém inicial, do potencial discursivo que essas imagens possuem no debate historiográfico sobre cultura, tradição e poder na Cidade de Goiás. Não é pauta deste artigo rediscutir esse tema. Contudo, a oportunidade me possibilita ensaiar uma das problematizações que trago na minha tese, as quais me oportunizaram compor o rol dos pesquisadores goianos que se dedicam aos estudos sobre a goianidade. Nesse sentido, destaco na Figura 1, em último plano, a representação da Casa de Câmara e Cadeira,

atual prédio do Museu das Bandeiras, como uma *imagem sobrevivente*³ do ideal do colonizador. Todavia, felizmente, nos dias de hoje, tem seu uso e função ressignificados a favor da cultura, do conhecimento, da liberdade e da alteridade. Fazer parte desse projeto de ressignificação, iniciado nos anos de 1950, torna essa experiência ímpar, pessoal e, transversalmente, coletiva.

Seguimos para a segunda parte dessa proposta com algumas considerações sobre o itinerário de orientação de um trabalho acadêmico, em específico, que dedicou-se analisar o protagonismo do MuBan, durante 6ª Primavera dos Museus (2012), ocasião em que uma exposição temporária intitulada: “Sim, estou vivendo, registros fotográficos de uma sociedade plural”, notabilizou grupos sociais estereotipados ou invisibilizados localmente por meio de fotografias reproduzidas em banners e dispostas nas salas do piso superior museu.

O despertar do interesse por esse tema na graduanda, Dhyovana da Silva Cardoso, que, à época, cursava o segundo ano do curso de história, veio de conversas informais sobre as questões da tradição e oficialidades na cidade de Goiás, dos eventos e atividades de estudo e pesquisa que desenvolvia com o alunado do curso de graduação. Em nossos encontros, eram recorrentes as problematizações em torno da relação poder, tradição, memória e patrimônio na Cidade de Goiás. Entre as prioridades desta pesquisa, a autora, então minha orientanda, tinha como objetivo geral:

3. Conceito apropriado do filósofo e historiador cultural da arte, Georges Didi-Huberman, na obra: *A imagem sobrevivente: história da arte e o tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*.

Evidenciar a presença de personagens que, por algum tempo, estiveram ausentes das narrativas tradicionais que se consolidaram no centro histórico vilaboense é repensar o passado e, a partir daqueles que, de fato, foram silenciados pela história urbana da localidade. O convencional, tradicional vai aos poucos se desnaturalizando. (Cardoso, 2017, p. 12)

Buscando aproximar sua problemática de um referencial empírico dessa referida desnaturalização que, a meu ver, considero como ações de enfrentamentos possíveis, apresentei a possibilidade de análise a partir do conteúdo e proposta da exposição ocorrida em 2012, organizada por Girlene Bulhões que, naquela época, era a diretora dos Museus Ibran na Cidade de Goiás.

Observando o cartaz de divulgação repleto de presenças ausentes das narrativas tradicionais, percebe-se esse documento como testemunho de um fato cultural relevante para se repensar a história social vilaboense. Sendo a fotografia um documento histórico potente para interpretação do discurso e suas intencionalidades, sugeri que ela, minha então orientanda, Dhyovana Cardoso, fosse em busca dessas fontes a fim de analisá-los a partir das suas inquietações de pesquisa e à luz das contribuições da *nova museologia*⁴, para debater a “rigidez” dos trânsitos identitários na Cidade de Goiás, especialmente, nos espaços de poder localizados no centro histórico.

4. (...) “cada vez mais profissionais passaram a se questionar como suas práticas estavam colaborando ou não com as questões sociais que afligiam as comunidades nas quais as instituições museais estavam inseridas. Para quê? Para quem? Como os museus tratavam tais assuntos passaram a ser preocupações constantes” (Claudino apud Cardoso, 2017, p. 37).

Considerando o legado visual da exposição - “Sim, estou vivendo: registros fotográficos de uma sociedade plural” - é perceptível a preocupação com a inclusão de representantes da população local, pertencente aos arredores da cidade tombada pela Unesco, silenciados por camadas e camadas estereotipadas da tradição. Os registros selecionados dessa exposição podem ser entendidas como testemunhas que capacitam o historiador aproximar-se da experiência do real buscando com o objetivo de compreender seus sentidos. Sendo assim, resta-nos ver algumas imagens do que foi visto e vivido no espaço museal do MuBan, em 2012:

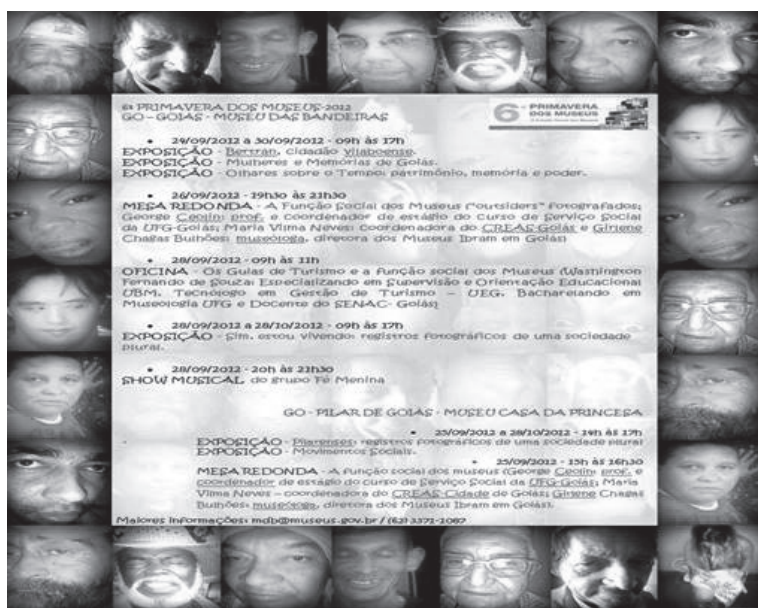


Figura 3. Cartaz de Divulgação, 6ª Primavera dos Museus 28/09/2012

Fonte: Acervo de Gilrene Bulhões, apud, Cardoso, 2017.

Evidencia-se no cartaz de divulgação (Figura 1) a materialidade da proposta idealizada para esse evento: a integração e visibilidade de uma parcela da sociedade que pairava “invisível”. As cores vibrantes, os rostos diversos, a ênfase nos personagens em torno da programação salienta que a experiência seria pautada nas histórias de vida, nas memórias guardadas em si, experiências compartilhadas longe monumentalidade do patrimônio material vilabonense. Os atores principais margeiam a programação e se apresentam como são, ou seja, munidos de suas identidades para além dos rótulos.

Dessa experiência destaco a importância da tomada de decisões e da clareza de posição do MuBan com essa ação cultural que visava introduzir reflexões acerca da desconstrução dos totens da tradição oficial local e dar lugar ao princípio foucaultiano da *heterotopia* que significa, grosso modo, a universalização do espaço considerando o outro e suas diferenças.

Finalmente, a terceira vivência a ser compartilhada refere-se a minha atuação como docente da Universidade Estadual de Goiás, ministrando a disciplina de Didática e Metodologia da História e supervisiono as atividades do estágio visando a formação de outros professores de história. Por isso, compreendê-las como conhecimento interdisciplinar, interinstitucional e intercultural são prioridades epistemológicas elencadas desde o primeiro ciclo entre teoria e prática.

Esses domínios possibilitam vivências escolares que se conectam ao estudo processual da história ampliando as noções de sentido e protagonismo histórico. Por essa perspectiva, é possível compreender que a formação dos professores de história visa estabelecer integração entre

os saberes escolares para o exercício crítico da cidadania. Grosso modo, é propiciar experiências que possibilitem o rompimento do senso comum brasileiro que atribui à prática da cidadania, apenas, pelo viés político. Segundo Freire (1997), “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (p. 28) que, a nosso ver, inicia-se na academia com a formação de professores e estende-se para as diferentes realidades escolares como princípio se construir a educação na coletividade.

Partindo dessa reflexão, a educação patrimonial tornou-se uma estratégia metodológica para dialogar, entre teoria e práticas, as questões sobre história, cultura, diversidade e poder na Cidade de Goiás. Localizados, universidade e escolas campo, em uma cidade patrimônio protegida por instituições responsáveis pela preservação dos bens culturais nela existentes entrecruzar o ensino de ensino de história a esses domínios é primordial enquanto devolutiva institucional, me refiro a Universidade Estadual de Goiás, à comunidade vilaboense.

Nesse sentido, proponho, após a fase da observação escolar, a elaboração de um projeto de educação patrimonial a ser desenvolvido como primeira ação de intervenção dos estagiários na escola campo. Após as leituras sobre essa proposta pedagógica, os estagiários introduzem teoricamente o tema em sala de aula. Posteriormente a visita de campo acontece subsidiada de conhecimentos sobre identidade, cultura, etnicidade, história urbana e poder. O projeto de intervenção escolar na área do patrimônio cultural⁵, entende que:

5. “O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (Horta; Grunberg; Monteiro, S/D, p. 7)

Depois de definidas as diretrizes, o público alvo, as metodologias e as estratégias internas de aplicação do projeto, seguimos para mediação com o empírico. É nessa fase que o Museu das Bandeiras protagonizou vivências e experiências pedagógicas essenciais para concretização da proposta. Os gestores e agentes culturais da instituição sempre se dispuseram a acolher a proposta e compartilhar os *saberes* desse lugar para os fins educacionais e respaldo pedagógico ao criterioso processo de formação de professores. De maneira geral, o MuBan atuou e, ainda atua, em relação a UEG, como uma referência extensionista que nos possibilita articular ensino e pesquisa ao alcance de todos. A democratização do conhecimento só ocorre quando o conhecimento acadêmico se articula com a comunidade e outras instituições produtoras de cultura para os mesmos fins.

e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade” (Horta; Grunberg; Monteiro)

No caso das práticas pedagógicas desenvolvidas a partir do estágio supervisionado em história, inegavelmente, considero o Museu das Bandeiras um agente e parceiro que possibilita a difusão cultural do conhecimento por meio da valorização e inclusão social.

Considerações finais

Participar desse projeto tem um sentido de realização pessoal indescritível. Sou vilaboense, moradora dos arredores da cidade. Visitei, pela primeira vez o MuBan, aos quatro anos de idade. Nessa memória pessoal tão pretérita, lembro de agachar de frente a urna indígena e ficar por longo tempo observando-a. Durante a construção de mim - pessoal e acadêmica - na Cidade de Goiás, vivenciei realidades culturais que, mais tarde, se tornaram objetos de reflexões e conhecimento. A oportunidade de escrever um texto, partindo das minhas experiências acadêmicas, pessoais e profissionais potencializam o desejo de continuar contribuindo para a democratização do conhecimento seja na pesquisa, no ensino ou na extensão. E, quando esse ciclo encerrar, meus *saberes* e *fazeres* estarão à disposição de todas essas fronteiras.

Refêrencias

BARBOSA, Raquel Miranda; BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito (Orgs). **Nas fronteiras do Sagrado:** cotidiano, identidades e religiosidade na Povoação do Bacalhau. Coleção Goiânia em Verso e Prosa. Goiânia: Kelps, 2012.

CARDOSO, Dhyovana da Silva. **Identidades Sociais e Representações na história e no espaço urbano da Cidade de Goiás**

(2012/2017). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina; cidade de Goiás, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e o tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Taís Helena Machado. **A Cidade de Goiás e as areias coloridas na trajetória de Goiandira Ayres do Couto**. 2011. 230f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática**. Coleção Leitura. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

Anais Eletrônicos

PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS BANDEIRAS. Disponível em: <https://bit.ly/34uopZK>. Acesso em: 18 out. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Maria de Lourdes Parreiras. GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em: <https://bit.ly/3Ji1orJ>. Acesso em: 30 nov. 2021.

O ESTADO NOVO NO ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS: UMA ANÁLISE DO FUNDO “DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA DE GOYAZ”

Rildo Bento de Souza

O arquivo do Museu das Bandeiras sempre me fascinou. Uma rica e importante documentação que contempla desde o longínquo século XVIII até tempos recentes. É um local que, antes de fascinar, amedronta e intimida o pesquisador, uma vez que a responsabilidade se agiganta diante de nomes, histórias, conflitos, tramas, enredos e, sobretudo, vida. Fazer jus a essas vidas, desnudar nuances até então soterrados do passado e, principalmente, permitir que o eco de vozes historicamente excluídas, chegue até nossos dias, considero como o principal compromisso do historiador.

Por isso, compreender os arquivos como lócus privilegiado para o historiador é fundamental para que ele consiga produzir sua narrativa fundamentada sobre o passado. Nesse sentido, os arquivos:

não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.¹

Outrossim, eu sempre me lembro do termo utilizado por Jacques Le Goff: um “senhor da memória e do es-

1. Cook, Terry. *O Conceito de Fundo Arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017, p. 9.

quecimento”, que “é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.² Ou seja, “o controle do arquivo é controle da memória”.³

Foi imbuído dessas leituras e experiências de outras pesquisas em arquivos⁴ que eu iniciei a minha pesquisa no Museu das Bandeiras entre os meses de março e Maio de 2021. Nesse período eu me encontrava de licença capacitação, a que o servidor público tem direito a cada cinco anos; o objetivo é que ele se capacite visando aprimorar seus conhecimentos para o trabalho. Minha atuação como professor da Universidade Federal de Goiás, nos cursos de bacharelado em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em História, justificou a escolha em relação ao Museu das Bandeiras.

Feito os trâmites legais, iniciei a pesquisa e, desde já, ressalto que fui bem recebido na instituição e deixo aqui os meus agradecimentos para toda a equipe do Museu das Bandeiras,⁵ pelo carinho e gentileza com que fui atendido, em especial ao seu Diretor, o Museólogo Me. Tony Boita, que me abriu as portas da instituição e me permitiu reali-

2. Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 422.

3. Assmann, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 368.

4. Em 2009 pesquisei no arquivo do Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás durante seis meses. Digitalizei quase 10 mil documentos. Boa parte foi sistematizada e deu origem a minha dissertação de mestrado defendida em 2010 e publicada em 2014: Souza, Rildo Bento de Souza. *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiá: Paco Editorial. 2014.

5. Adrielle Gomes, Etheila Santos de Oliveira, Gisela Dias da Silva, Luiz Otavio da Silva Pereira, Maristella Soares Gomes Silva, Milena Bastos Tavares, Wariane de Faria Machado, Rodrigo Dias de Azevedo, Ruth Vaz Costa, Tatielle Brito Nepomuceno, Vando Rodrigues da Cunha.

zar essa pesquisa, mesmo sendo um período conturbado para todos nós, devido a pandemia do covid-19.

Primeiramente, consultei no Arquivo do Museu das Bandeiras os documentos do Fundo Delegacia Especial de Polícia de Goyaz que estavam localizados em três caixas, organizados por temas em envelopes, pela servidora da instituição Milena Bastos Tavares. Obedecendo a organização feita, digitalizei todos os documentos com o auxílio da Museóloga Me Michele Ferreira Martins, de forma a permitir que os futuros pesquisadores pudessem lê-los sem a necessidade de manuseá-los fisicamente.

A partir de então, comecei a analisar os documentos e percebi o quão rico e importante eles eram para as pesquisas sobre História de Goiás, que envolviam as duas décadas posteriores à Revolução de 1930, um período que contempla a tomada do poder por um novo grupo político (em Goiás, liderado por Pedro Ludovico Teixeira e, nacionalmente, por Getúlio Vargas), a perda do *status* de capital para Goiânia, o período do Estado Novo (1937-1945) e sua intensa repressão aos *excessos* políticos, sociais e culturais, com perseguições a prostitutas, loucos, comunistas, políticos opositores, alemães, italianos, japoneses, até a retomada democrática com o governo Dutra.

Embora contemplem o período entre 1924 e 1951, os documentos das décadas de 1920 e 1950 representam apenas cinco em um universo de 2.383 páginas digitalizadas, ou seja, a grande maioria pertence às décadas de 1930 e 1940. Para facilitar aos futuros pesquisadores o acesso a essas fontes, fiz uma descrição detalhada de cada documento, situando o ano, o tipo e, quando julguei conveniente, a transcrição de partes mais importantes e até mesmo, em alguns casos, a transcrição integral, respeitando a or-

dem deles dentro do envelope, que é a mesma dentro do arquivo digital. Tentei respeitar ao máximo o título dos envelopes dados quando da sua organização, mas alguns necessitaram de revisão, tanto em relação aos conteúdos quanto ao período abrangido.

Nesse universo tão rico resolvi me aprofundar no período do Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial civil liderado por Getúlio Vargas, “garantido pelas forças armadas, em que as manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime”. Ou seja, o Estado Novo “não queria saber de povo nas ruas”. Era um “regime autoritário, não totalitário ao estilo do fascismo, do nazismo, ou do comunismo” e encontra-se “mais próximo do salazarismo português, que misturava repressão com paternalismo, sem buscar interferir exageradamente na vida privada das pessoas”.⁶

Embora o objeto de pesquisa esteja no passado, o que o faz ser escolhido pelo historiador são as inquietações que o tema provoca no presente. E, devido a isso, o atual governo foi o responsável para que eu olhasse o passado, mais especificamente o período estadonovista, de modo a refletir sobre o presente, já que foram várias as vezes em que membros do atual governo patrocinou ataques a democracia e as instituições democráticas. Meus questionamentos envolviam: como as mulheres e os homens se comportaram nesse período? Será que o governo conseguiu fazer com o povo, realmente, não fosse às ruas? Como funcionava efetivamente o controle por parte do governo?

6. Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 109.

Ora, se há um governo autoritário, que reprime a oposição e que promove o cerceamento da liberdade de opinião, o controle, por óbvio, se daria diante da força policial e de prisões efetuadas pelo delegado. Por isso, para tentar responder as minhas inquietações julguei que a maneira mais efetiva fosse fazer um recorte nos documentos da Delegacia Especial.

E nas 2383 páginas digitalizadas, 694 documentos foram encontrados. Como documento considero todas as suas partes; ou seja, o documento que referenciarei é, por exemplo, um processo, que, por sua vez, pode ter várias páginas, bem como os relatórios, livros de ata, dentre outros. E dos quase 700 documentos que compreendem o período entre 1920 e 1950, 379, ou seja, mais da metade, abarcam o Estado Novo. E dentre esses, um universo riquíssimo se descortinou para mim. Vários temas de grande interesse desnudaram o período com muita vivacidade e me permitiu observar outros nuances sobre essa época na Cidade de Goiás, posto que é justamente em 1937 que ela pede o título de capital do estado, devido a transferência para Goiânia. Isso, por si só já, nos permite contemplar uma cidade viva e pulsante, diferentemente do quadro desabonador pintado por historiadores e memorialistas em relação ao pós-transferência da capital.⁷

Para além dos documentos relacionados ao cotidiano da Delegacia, como prisões, solicitações de habeas-corpus, material de trabalho, móveis, problemas relacionados a cadeia, como tratamento de doentes e alimentação dos (as)

7. Bernardo Élis, na crônica “Receita goiana para mudar uma capital” diz que tão logo efetivada a transferência da capital para Goiânia, a antiga “era uma cidade derrotada. Derrotada pela paixão política”. Ademais, a Cidade de Goiás “despovoava-se, malgrado o heroico esforço em reagir e lutar. Na falta de ocupantes, os prédios fechavam-se e aos poucos iam arruinando.” (Élis, Bernardo. *Obra Reunida*. Volume 4. Coleção Alma de Goiás. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 76).

prisioneiros (as), fornecimento de energia elétrica, conflitos entre policiais e prisioneiros (as), violência policial, há, nos documentos, também, temas muito interessantes para estudos futuros, tais como: defloramentos (estupro de menores), violência contra a mulher, situação de menores de rua, e casas de prostituição. Porém, nesse artigo deslindarei documentos que nos forneçam um quadro mais amplo do papel da Delegacia na conjuntura do Estado Novo.

O golpe que instituiu o período estadonovista foi deflagrado em 10 de novembro de 1937 e, menos de um mês depois, em 8 de dezembro, os presidentes dos partidos UDE, PSR e AIB receberam um comunicado do delegado Ariosto de Moraes Sarmiento dizendo que pelo decreto lei nº 37, de Getúlio Vargas, “foram dissolvidos todos os partidos políticos existentes no país, sendo proibidas quaisquer atividades dessa natureza, sob qualquer forma”. Ademais, estavam vedados o “uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos, cabendo-lhe, portanto, determinar imediatamente completo fechamento desse partido nesta Cidade”.⁸

Porém, não foram somente os partidos políticos os afetados, a censura por meio do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁹ se abateu também

8. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 01. Documento nº 14-40.

9. “O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores. Pelo contrário, tratou de formar uma opinião pública a seu favor, censurando críticas e informações independentes e elaborando sua versão da fase histórica que o país vivia. A preocupação do governo Vargas nessa área vinha desde seus primeiros tempos, quando em 1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934 foi criado no Ministério da Justiça um Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939. Nessa data, o Estado Novo constituiu um verdadeiro Ministério da Propaganda – o Departamento de Imprensa e

sobre as expressões artísticas, como quando o então delegado da Cidade de Goiás, Adherbal Antunes de Oliveira, comunicou ao gerente do Cine-Progresso a proibição de “qualquer filme cinematographicos da fábrica ‘Nero’, de Paris e de Roberto Leodmak, conforme solicitação do Diretor do Departamento de Propaganda”.¹⁰

A liberdade de imprensa também foi combatida. Em um ofício ao delegado da Cidade de Goiás oriundo do Gabinete do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, de 17 de setembro de 1940, por exemplo, há uma ordem “no sentido de não ser permitido a publicação, em jornais e revistas, de comentarios e referencias menos respeitosas ao Governo.”¹¹

Por conta disso, havia uma intensa celebração em torno das figuras de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas. Isso fica evidente no ofício de agradecimento, datado de 4 de agosto de 1941, do prefeito Zaquel Alves de Castro, ao delegado Ariosto de Moraes Sarmento, pela colaboração

Propaganda (DIP) -, diretamente subordinado ao presidente da República. O DIP recebeu funções bastante extensas, incluindo o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura ‘social e política’, a organização do programa de rádio oficial do governo, a proibição de entrada no país de ‘publicações nocivas aos interesses brasileiros’, a colaboração com a imprensa estrangeira a fim de se evitar que fossem divulgadas ‘informações nocivas ao crédito e à cultura do país’. Foi responsável pela transmissão diária do programa *Hora do Brasil*, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo” (Fausto, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 207-208).

10. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 15. Documento nº 04.

11. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 12. Documento nº 06.

nos festejos aqui realizados em homenagem ao maior vulto da nossa história, o Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal deste Estado, por ocasião de sua visita oficial a esta cidade.¹²

Ademais, no ano seguinte, em 9 de novembro, o mesmo prefeito convidou o delegado para a abertura das comemorações do Estado Novo, por meio do II Congresso de Brasilidade do município. “Tratando-se de importante solenidade comemorativa do advento da nova política de reconstrução nacional, em boa hora implantada pelo grande Presidente Getúlio Vargas”.¹³

Para além da política, o Estado Novo também procurava controlar a vida das pessoas, como numa circular endereçada ao delegado onde constava que de acordo com a legislação penal vigente

são proibidos todos os jogos que se praticam em logares públicos ou acessíveis ao público, excéto bilhar, dama, xadrez e outros em que o resultado dependa principalmente da dextrêsa, da habilidade ou do calculo dos jogadôres.¹⁴

Nesse ínterim, jogo de cartas só eram permitidos em casas de família, se todos forem da mesma família, caso contrário, também estariam sujeitas as penalidades da lei.¹⁵

12. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 01. Documento nº 29.

13. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 13. Documento nº 07.

14. Museu das Bandeiras. Fundo *Delegacia Especial de Polícia de Goyaz*. Caixa 01. Envelope 17. Documento nº 03.

15. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 17. Documento nº 03.

Havia, como os há ainda hoje (e em grande quantidade!) os ficais da vida alheia, aqueles que se preocupavam sobremaneira com a moral e os bons costumes e encontraram num governo autoritário um contexto que lhe desse eco aos seus pontos de vista, como no caso do cidadão João Propiciano Ribeiro que solicitou ao delegado que usasse a polícia para um “saneamento moral”, pois a cidade estava infestada de “magia negra, feitiçaria a chiromancia de exploração cartomancia (...) namoros escandalosos”. Ele chega a falar até mesmo em um feiticeiro.¹⁶ Talvez João Propiciano Ribeiro nem soubesse, mas a promiscuidade que ele tanto procurava na vida alheia poderia estar se desenrolando na cadeia. Em 1942, por exemplo, o delegado José Monte das Ilhas solicitou ao Comandante do Contingente:

providencias no sentido de ora em diante ser recomendado a todas as praças o modo pelo qual devem proceder quando de guarda, principalmente quando de serviço na Cadeia Pública desta cidade, a fim de evitar promiscuidade com presos, o que vem trazen-do grande embaraço no serviço daquela guarnição.¹⁷

Não obstante, percebe-se pelos documentos também, uma sociedade que muito festejava. São vários os convites para eventos de cunho cultural, como quando, em 1942, o secretário do Grêmio Literário prof. Ferreira convidou o delegado para “uma sessão Litera-Musical-Dansante, que este Gremio promoverá em homenagem a uma Senhora de nossa sociedade”.¹⁸ Ou quando, em 1943, Goiás

16. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 02. Envelope 07. Documento nº 49.

17. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 02. Envelope 01. Documento nº 28.

18. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 12. Documento nº 22.

do Couto, diretor do jornal *Cidade de Goiás*, agradeceu ao delegado Tubertino de Souza pela cooperação nos festejos carnavalescos, onde “não se constatou o menor incidente, transcorrendo todas as festas num ambiente confortador de confiança, disciplina e alegria”.¹⁹

E já nesse período começava-se a ter uma preocupação com a venda de drogas alucinógenas, conhecidas no período como “drogas preparadas”.²⁰ Para além da questão dos entorpecentes, a documentação oferece temas interessantes como os menores de idade e depredação do espaço público. Em 1944, o advogado José de Carvalho dos Santos Azevedo solicitou ao delegado:

enérgicas providências contra um bando de creanças vadias, alguns até já quase rapazes, que, em horas do dia e da noite, vive assaltando vários quintais das casas que dão fundo para o chamado Beco da Vila Rica, causando sérios estragos, principalmente nos muros que os cercam.²¹

Um ano antes, o Encarregado do Expediente da Prefeitura pediu ao delegado providências contra

grandes depredações, principalmente nos chafarís, jardins e praças, sendo que, na noite de ontem para hoje, um dos postes de iluminação do jardim público foi quebrado, e arrancado fora do alicerce.

Pede apuração e punição.²²

19. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 12. Documento nº 09.

20. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 02. Envelope 11. Documento nº 08.

21. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 10. Documento nº 62.

22. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial

Mas o pedido de policiamento e controle não se restringia a depredações do espaço público, uma vez que era usado principalmente para controlar manifestações populares, como quando, em 1942, o delegado Jonathas da Rocha Santos solicitou que a polícia mantivesse a ordem pública nos protestos convocados pela “massa popular desta cidade”, “protesto dos últimos acontecimentos contra a tranquilidade da nossa Pátria, levado a efeito pela Europa sanguinária”.²³ Possivelmente, o documento se referia aos cinco navios mercantes brasileiros afundados em agosto de 1942 por submarinos alemães que fez com que Brasil entrasse na guerra ainda naquele mês.

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos aliados, em agosto de 1942, intensificou o controle do governo em relação aos estrangeiros, principalmente os de origem do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Nas proximidades da Cidade de Goiás se instalou, em 1924, dezenas de famílias alemãs que formaram a então Colônia Agrícola Alemã do Uvá, assim denominada por se localizar nos arredores do rio de mesmo nome. Foi a “primeira iniciativa dirigida pelo Estado” que se favoreceu pela situação de crise na Alemanha e a falta de oferta de terras do litoral brasileiro.²⁴

Ou seja, havia na Cidade de Goiás uma grande população estrangeira, majoritariamente alemã, que sentiu os efeitos da guerra que se desenrolava, principalmente, na Europa. Na Colônia do Uvá, seus moradores tiveram casas invadidas e vários bens confiscados por ordem policial²⁵ como se observa,

de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 21. Documento nº 02.

23. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 13. Documento nº 08-2.

24. BRITO, Maria Helena de Oliveira. *A Colônia Alemã do Uvá: uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954)*. (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1981, p. 44.

25. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial

a partir de 1942, nos autos diversos autos de entrega e apreensão, onde se destacam: dois mapas do continente europeu por parte do alemão Carlos Frederico Brunken;²⁶ um rádio Guarany 27.2407, de propriedade de Carlos Frederico Brunken.²⁷ O mesmo se aplicava a aparelhos de ótica e de fotografias.²⁸

Ademais, era proibido aos “súditos alemães, italianos e japonezes” expor emblemas políticos desses países, fazer palestras em público no idioma de origem, viajar sem licença, negociar armas, explosivos, mudar de residência sem prévio aviso.²⁹ Essas normas fizeram o alemão Eduardo Masur procurar o delegado para se defender de denúncias de que havia criticado a referida portaria e que não disse nada em língua alemã.³⁰

Destarte, era função do delegado municiar o governo de informações sobre os estrangeiros da sua jurisdição. Em 1943, por exemplo, foi solicitado informações sobre todos “os elementos componentes do núcleo de alemães existentes nessa cidade e tudo mais que possa interessar à Segurança Nacional”,³¹ que consistia num minucioso levantamento de dados como nome, quantidade filhos, cônjuges,

de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 67.
26. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 64.
27. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 65.
28. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 38.
29. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 61.
30. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 62.
31. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 40.

fonte de renda, dentre outros.³² Outrossim, era função do delegado conceder salvo-condutos para os estrangeiros poderem circular por todo o território nacional, já que era exigido aos cidadãos do “Eixo Totalitário”, “até mesmo para viagens que fizerem dentro do Estado”³³.

No arquivo do Museu das Bandeiras também existem vários documentos que registram o controle do estado por parte dos estrangeiros em relação à educação, uma vez que os colégios eram obrigados a enviar ao delegado uma “lista de filhos de estrangeiros matriculados neste Ginásio. Outrossim, quero frisár que muitos desses alunos são filhos de estrangeiros naturalizados”.³⁴ Há documentos semelhantes do Ginásio Oficial de Goiás, do Colégio Santana, do Grupo Escolar Professora Nhola e do Grupo Escolar Estadual.

Como um epílogo interessante desse texto há um documento, datado de 31 de outubro de 1945, apenas dois dias após a deposição de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, o fim do Estado Novo, em que o então prefeito da Cidade de Goiás, Divino de Oliveira, compartilhou ao delegado Luiz Alves de Carvalho a preocupação com a informação de que os adeptos da UDN pretendem “invadir casas e repartições onde houver retratos do eminente patricio ex-presidente Vargas para quebra-los e incinera-los”. Pede providencias para que isso não ocorra.³⁵ Infelizmente, não sabemos se os protestos dos vilaboenses, após tantos anos de intenso controle do estado, conseguiram “invadir as casas e repartições”...

32. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 34.

33. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 08. Documento nº 57.

34. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 03. Envelope 12. Documento nº 09 e 11.

35. Museu das Bandeiras. Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás. Caixa 01. Envelope 13. Documento nº 06.

Refêrencias

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BRITO, Maria Helena de Oliveira. **A Colônia Alemã do Uvã: uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954)**. 1981. 170f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COOK, Terry. **O Conceito de Fundo Arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

ÉLIS, Bernardo. **Obra Reunida**. Volume 4. Coleção Alma de Goiás. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MUSEU DAS BANDEIRAS. **Documentos Avulsos da Delegacia Especial de Polícia da Cidade de Goiás**.

SOUZA, Rildo Bento de Souza. **Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)**. Jundiá: Paco Editorial. 2014.

PARTE 2

**REVISTA DO ARQUIVO DO
MUSEU DAS BANDEIRAS
NÚMERO II**

ORGANIZAÇÃO:
TONY WILLIAN BOITA
TATIELLE BRITO NEPOMUCENO

OS OBSERVATÓRIOS METEOROLÓGICOS E ASTRONÔMICOS DE GOIÁS VELHO

Marcia Cristina Alves

Marcus Granato

Introdução

A partir do levantamento de fontes documentais, inclusive no arquivo do Museu das Bandeiras – MuBan, conforme veremos no decorrer do artigo, foi elaborado um breve histórico sobre os Observatórios Meteorológicos e Astronômicos de Goiás Velho, a antiga capital do estado de Goiás e Patrimônio Mundial da Unesco desde 2001.

Inicialmente, a pesquisa apontava para existência de um observatório situado na Rua Ernestina sem número e, posteriormente, foi possível identificar na mesma rua no nº 25, uma outra edificação construída para abrigar um Observatório Meteorológico e Astronômico – OMA. Trata-se de um estudo inédito que identifica a existência dos dois únicos observatórios construídos naquela região no período de fins do século XIX e início do século XX. A pesquisa situa-se no âmbito dos estudos sobre do patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

O Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e a pesquisa sobre os Observatórios Brasileiros

O Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia abrange os observatórios brasileiros históricos que estão relacionados na pesquisa assim:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural. (Araujo; Ribeiro; Granato, 2018, p. 17)

Na pesquisa realizada, convém ressaltar que em 2004 a Unesco formou um comitê temático sobre Astronomia para identificar possíveis sites para o Patrimônio Mundial e, em 2009, a Unesco firmou parceria com a *International Astronomical Union* - IAU apoiando, desde então, o reconhecimento, a promoção e a proteção de todos os tipos de patrimônio no âmbito da Astronomia (Cotte; Ruggles, 2010, p. 12). Para tal, foram estabelecidas algumas temáticas temporais e históricas, como por exemplo, “Astronomia do Renascimento até meados do século 20” (Cotte; Ruggles, 2010, p. 12), período cronológico no qual também se insere este trabalho.

A partir daí, tomando como base também os pressupostos do Patrimônio Cultural de C&T, destaca-se também o que foi estabelecido, no âmbito da Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia de maio de 2017:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios

astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de idéias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados. (Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, 2017, p. 3-4)

É fato que no decorrer do século XIX e início do século XX, no Brasil as cidades passaram por grandes transformações a fim de desconstruir a cidade colonial em prol da modernidade e de uma cidade industrial. Sendo que é neste contexto que se insere o desenvolvimento científico e a construção dos observatórios. Observa-se que durante o período do Império no Brasil, entre 1822-1899, foram instalados observatórios em várias cidades brasileiras, dentre elas, a Cidade de Goiás que teve seu primeiro observatório instalado, no ano de 1888 e um segundo foi construído por volta de 1908. Propõe-se, neste artigo, apresentar a pesquisa sobre esses dois únicos observatórios construídos na região Centro-Oeste do país, neste período, que vai de fins do Império e o início da República e analisar suas características construtivas, buscando conhecer também as suas funcionalidades.

O primeiro Observatório Meteorológico e Astronômico de Goiás

Registramos com prazer a criação de um pequeno observatório em Goiás [...]. Muitos trabalhos po-

derão ser executados ali, em região cientificamente inexplorada, e contamos com a boa vontade do Sr. Julio da Cunha, para nos serem enviados os principais resultados colhidos, a fim de daí-os à publicidade nesta Revista. (Revista do Observatório, 1889, p. 24)

Conforme vimos na citação anterior, foi publicada na *Revista do Observatório* uma nota sobre a inauguração de um observatório na Cidade de Goiás (Revista do Observatório, 1889, p. 24). Ainda segundo a nota, a criação da referida repartição tinha sido uma iniciativa do de Júlio Alves da Cunha¹, na época, engenheiro fiscal de obras civis e de navegação fluvial da Província de Goiás (Cunha, 1889, p. 24). O ponto de partida para a pesquisa sobre o observatório foram as informações contidas inicialmente na Revista do Observatório. Posteriormente, foi levantado também um segundo artigo, publicado na *Revista na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* (1889, p. 47), que fazia referência ao artigo publicado no *Correio Oficial de Goiás*, em 24 de

1. Engenheiro civil. Bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1882, estava em comissão na Província do Pará. Foi nomeado em finais de 1884, engenheiro chefe da comissão encarregada da discriminação de terras públicas e juiz comissário do município de Santa Cruz, no Espírito Santo. Foi exonerado deste cargo pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas em abril de 1885. Em seguida mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1888, foi nomeado fiscal das Obras civis da Província de Goiás.[...]. Em 1898, era Fiscal da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, em Laguna (SC). De 1900 a 1903 residiu em Belém do Pará, Fiscal, por parte do Governo Federal, da E. F. de Alcobaca a Praia da Rainha. (Ribeiro, 2019, p. 96) e (Revista de Engenharia, 1889, p. 35-36).

dezembro de 1888, sobre a inauguração deste observatório, em Goiás, e a descrição da edificação.

O Decreto nº 225, de 1 de dezembro de 1894, dispôs que o Presidente da República Prudente José Paulo Moraes de Barros (1894 -1898) cedeu imóveis ao estado de Goiás, inclusive aquele em que estava instalado o Observatório Meteorológico (Brasil, 1894). No arquivo do MuBan, foram encontrados diversos documentos acerca do Observatório Astronômico e Meteorológico de Goiás², dentre eles, a Ata de instalação, onde veremos na citação a seguir, um trecho transcrito acerca da inauguração do Observatório:

Aos dezesseis dias do mês de Dezembro de 1888, nesta cidade de Goias, á rua Ernestina, lugar em que foi construído o edifício destinado ao Observatório Meteorológico e Astronômico, presentes o Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo, Vice Presidente da província em exercício, o Secretário do Governo Joaquim Manoel Correa, Ajudante de Ordens da Presidência Tenente Antônio Basílio da Fonseca, os reverendos [franciscanos] Frei Raymundo Madré e Frei Gil diversos deputados provinciais, Vereadores da Camara Municipal, oficiais militares da guarnição, diversos funcionários públicos e pessoas do povo pelo reverendo Frei Madré competentemente au-

2. Sobre os documentos acerca do Observatório Meteorológico de Goiás consta carta solicitando a entrega dos imóveis cedidos pelo presidente de República através do Decreto nº 225 de 1 de dezembro de 1894, datado de 15 de março de 1895 sendo: Chácara comprada para a residência do Bispo Diocesano e o Observatório Meteorológico. Carta assinada por Jose [?] Moreira de Brito. Além deste constam documentos acerca de manutenção, obras e compra de material para o referido observatório. Acervo: Arquivo MuBan.

thorizado, foi dada a benção ao estabelecimento no qual se achavam expostos os respectivos instrumentos, tendo antes pronunciado um discurso religioso análogo ao ato. Em seguida foi feita pelo Doutor Engenheiro Fiscal das Obras Públicas da Província Julio Alves da Cunha, uma exposição sobre a fundação e construção do Observatório a seu cargo e sob sua direção, pedindo ao Administrador da Província que o recebesse e o inaugurasse, visto ter sido construído por conta do Estado ao qual fica pertencendo. (Goiás, 1888, p. 1)

Assim, no dia 16 de dezembro de 1888, foi inaugurado o Observatório Meteorológico e Astronômico, na cidade de Goiás, atual Goiás Velho, contando com diversas autoridades, inclusive com o governador da província, na época, o sr. Felicíssimo do Espírito Santo.³

Algumas dessas informações também constam na placa de inauguração, sob a guarda do Museu das Bandeiras. Na *Revista Geográfica do Rio de Janeiro*, identificou-se a autoria da placa e o texto,

Observatório Astronômico. Administração do Exmo. Sr. Brigadeiro Felicíssimo do Espírito-Santo. Execução do Engenheiro Dr. Júlio Alves da Cunha. 16 de dezembro de 1888. Tendo sido o serviço de inscrição executado pelo Capitão Cincinato Pedreira (Revista Geográfica do Rio de Janeiro, 1889, p. 49)

3. Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (1835 - 1905), brigadeiro e governador da Província de Goiás, de dezembro de 1888 a março de 1889. Participou como auxiliar na Comissão Exploradora do Planalto Central, em 1882. É bisavô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Bento, 2001, p. 101).

Observa-se que alguns detalhes na inscrição já estavam desgastados e ilegíveis (Figura 1), a seguir:



Figura 1. Pedreira, Cincinato. Pedra gravada, 16/12/1888. Placa de inauguração: Observatório Astronômico. Presidido pelo sr. Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo, sob a direção do engenheiro Júlio Alves da Cunha. (Revista Geográfica do Rio de Janeiro, 1889, p. 49)

Acervo: Museu das Bandeiras. Disponível em: <https://bit.ly/3HHqK21>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Segundo a ata (Goiás, 1888), o Observatório Meteorológico de Goiás foi uma iniciativa daquele estado, instalado numa edificação situada na Rua Ernestina s/nº. Na *Revista Geográfica do Rio de Janeiro*, temos, com relação à localização do observatório, a seguinte descrição: “O pavilhão está colocado numa eminência do terreno sito à margem da Rua Ernestina e tem frente perpendicular a direção da linha meridiana” (*Revista Geográfica do Rio de Janeiro*, 1889, p. 48).

No referido artigo, há também a descrição do pavilhão instalado, que fora construído de alvenaria, com cerca quatro metros de fachada, havendo um primeiro andar com escada que dava acesso a uma guarita de madeira, tipo chalé “chinês” (*Revista Geográfica do Rio de Janeiro*, 1889, p. 48). Com relação ao estilo chalé do mirante do observatório, Campos descreve:

A popularidade dos chalés fez com que os elementos decorativos típicos das coberturas dessas construções passassem a guarnecer telhados de mirantes - corpos estreitos, situados acima da linha da cumeeira e mantidos recuados em relação às fachadas das casas [...] ao alto, no eixo central da fachada, viam-se mirantes achalezados, não raro providos de janelas de arco quebrado, de influência medievalizante. (Campos, 2008, p. 81)

A partir desta descrição, com a incorporação do chalé na construção, é possível afirmar que a edificação foi construída em estilo eclético, característico do período. No Observatório de Goiás, foram inicialmente instalados os seguintes instrumentos, segundo consta na *Revista Geográfica do Rio de Janeiro*, (1889, p. 49):

a) para observações astronômicas:

- Um teodolito *Sestoule e*
- Dois cronômetros;

b) para observações meteorológicas:

- Um termômetro padrão;
- Uma termômetro de máxima e mínima *Casella*;
- Um psicrometro;
- Um higrômetro de *Saussurre*;
- Um barômetro holostérico;
- Barômetros aneroides;
- Um anemômetro;
- Um pluviômetro;
- Outros instrumentos.

No Decreto de nº 225, de 1 de dezembro de 1894 (Brasil, 1894), como mencionado anteriormente, informa-se sobre a concessão do prédio do observatório, que pertencia ao governo federal do estado de Goiás. A partir daí, a pesquisa não revelou maiores informações acerca do funcionamento deste observatório. Posteriormente, obtivemos informações acerca do abandono e demolição desta edificação.

Em 1947, o redator do jornal *Cidade de Goiás*, acerca da demolição da cadeia pública da cidade, sugere que se preservem a Cadeia Pública para ser um museu (MuBan) e o Observatório Meteorológico, de 1888 (Couto, 1947, p. 1). Possivelmente, tendo sido a edificação do Observatório demolida ao final da década de 1940, a placa de inauguração do observatório foi transferida e instalada no prédio da Antiga Casa de Câmara e Cadeia, de 1766, e atual Museu de Bandeiras, criado em 1949.

O segundo Observatório Meteorológico e Astronômico de Goiás - OMA

Como foi dito inicialmente, no decorrer da pesquisa, a fim de conhecer o local do observatório, a partir de imagem por satélite, identificou-se também a existência de uma construção, posterior a de 1888, situada na Rua Ernestina nº 25, na qual encontra-se escrita, na fachada, a sigla “OMA”, possivelmente designando Observatório Meteorológico e Astronômico, com data de 1908. A partir daí, a pesquisa foi direcionada a fim de obter maiores informações acerca desta segunda construção também destinada à um observatório e, assim, foi possível identificar que a edificação realmente era de um “novo” observatório. Com relação às atividades e funcionamento deste segundo observatório, não foi possível identificar maiores informações. Contudo, em levantamento realizado nos periódicos da época, foi constatado o que ocorreu com a edificação.

No periódico *Correio Oficial* da Cidade de Goiás, de 10 de fevereiro de 1911, informou-se que havia sido marcado o leilão para o dia 25 de fevereiro, às 11 horas, do prédio do Observatório, situado à Rua Ernestina, cujo terreno pertenceria ao sr. Antônio de Castro (Moraes, 1911, p. 4), tendo sido o mesmo deliberado pelo Cel. Secretário de Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas de Goiás, “o amanuense Pedro Valentim Marques” (Moraes, 1911, p. 4). A seguir, vemos a edificação de 1908, em estilo eclético, posta em leilão naquela ocasião (Figura 2).



Figura 2. Edificação situada na Rua Ernestina nº 25, de 1908, tendo na fachada a sigla OMA

Foto da autora, a partir do Google Earth, 2018.

Atualmente, o antigo observatório, é uma residência de propriedade particular que passou por reformas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, atual Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – Iphan⁴ e está sob

4. Informações retiradas do processo IBPC 028/93. Disponível em: <https://bit.ly/3HHqK21>. Acesso em: 23 out. 2020.

proteção federal e municipal, por fazer parte do conjunto e do entorno da Cidade de Goiás Velho. Na descrição da edificação pelo Iphan, não constam informações acerca do observatório.

Próximo ao local da edificação deste segundo observatório, através do levantamento da área via satélite, foi observado, na mesma rua, a existência de uma estação meteorológica. Segundo o meteorologista sr. Edmundo Lucas, do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, havia ali uma estação meteorológica convencional que funcionava desde 1946 e foi desativada para dar lugar a uma nova estação automática de nº 0014, em funcionamento na parte posterior do terreno. Essa consulta ao INMET ocorreu pelo fato de termos na mesma Rua Ernestina uma estação meteorológica (Figura 3), na qual haviam sido instalados anteriormente dois observatórios, sendo o primeiro, de 1888, demolido por volta de 1940, e a estação instalada naquela década. Assim, foi levantada a hipótese de que a estação meteorológica poderia ter sido instalada no antigo terreno deste observatório. Infelizmente, as informações levantadas durante pesquisa acerca da identificação da localização desta primeira construção, não foram conclusivas.



Figura 3. Estação Meteorológica situada na Rua Ernestina, s/nº, sob jurisdição do INMET

Foto da autora, a partir do Google Earth, em 23 de outubro de 2020.

A partir das informações coletadas e visando compreender os desdobramentos acerca da construção e funcionamento do Observatório de Goiás, podemos dizer que, inicialmente, a pesquisa buscou informações sobre um observatório inaugurado em fins do século XIX, situado na rua Ernestina s/nº, na Cidade de Goiás, atual Goiás Velho. Esse primeiro observatório, de 1888, e que, por volta de 1947, encontrava-se junto ao edifício da cadeia da cidade, foram ambos destinados à demolição. O prédio da cadeia permaneceu, sendo hoje a sede do MuBan e o antigo observatório, possivelmente, foi posto abaixo, nesse período.

Paralelamente à existência do observatório de 1888, foi construído, por volta de 1908, um novo Observatório Meteorológico e Astronômico (OMA), situado no nº 25 da mesma Rua Ernestina. Em 1911, por estar em terreno particular, a edificação foi leiloada. Atualmente, o prédio de 1908, foi transformado em residência e encontra-se sob a proteção do Iphan.

Ainda na mesma rua Ernestina s/nº, por volta de 1946, foi instalada uma estação meteorológica. É provável que a estação tenha sido posta no mesmo terreno que, anteriormente, abrigava o primeiro observatório, de 1888, tomando como premissas para tanto, o fato de o terreno para a construção do observatório pertencer ao governo federal e ter sido doado ao estado de Goiás pela União. O primeiro observatório destinava-se à realização de observações astronômicas e meteorológicas, e pressupõe-se ter sido instalado em local apropriado para ambas.

Durante a pesquisa, com relação ao desenvolvimento das atividades e trabalhos realizados neste observatório, não foram encontradas maiores informações. Também não obtivemos dados acerca dos instrumentos que foram instalados no observatório de 1889 e qual teria sido a desti-

nação dos mesmos. Com relação aos instrumentos, existe a possibilidade de que tenham sido redistribuídos para instituições de ensino, pois em consulta ao MuBan, não haviam sido encontrados instrumentos oriundos dos observatórios. Com relação às hipóteses apontadas na pesquisa, por causa da pandemia de covid-19, não foi possível ir à Goiás, para presencialmente, aprofundar tais informações.

Ressalto que se faz necessária a preservação desta segunda construção situada na rua Ernestina nº 25, remanescente que atualmente é uma residência particular e que encontra-se tombada como conjunto arquitetônico e urbanístico pelo Iphan (0345-T-42, p. 19), dos documentos e instrumentos, se houver, oriundos desses observatórios tendo em vista que andam no âmbito do Patrimônio Cultural de C&T, conforme indicam Granato e Santos, a seguir:

considera-se o conjunto tangível e intangível relacionado à C&T, a que se atribuem valores que justificam a sua preservação para as futuras gerações. Inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além dos saberes, das práticas de ensino e pesquisa, e de todos aqueles artefatos e espécimes que são testemunhos dos processos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, considerando documentos em suporte papel (arquivísticos e bibliográficos), instrumentos científicos, máquinas, montagens, coleções científicas de natureza diversa como arqueológicas, etnográficas, biológicas, além de construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos-laboratórios, observatórios, paisagens e jardins. (2015 p. 79)

Esses observatórios são os únicos construídos na região Centro-Oeste do país e o fato de serem dois; um primeiro,

construído durante o período Imperial e um segundo, pós República, determina a importância dessas instituições e a necessidade da continuidade da pesquisa, visando buscar maiores informações acerca das atividades desempenhadas, bem como, a destinação dos objetos científicos que foram, provavelmente, ali utilizados.

Conclusão

O primeiro observatório situado na Rua Ernestina s/nº foi demolido no momento em que se encontravam ameaçadas, também, a Casa de Câmara e a Cadeia, atual Museu das Bandeiras – MuBan, da Cidade de Goiás, instituição que faz parte do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. O prédio da cadeia não foi demolido, não sendo possível verificar o real motivo da não demolição de um e a demolição do outro, o observatório.

Na pesquisa, vimos que a placa de inauguração e os documentos levantados sobre o observatório demolido encontram-se no acervo do MuBan. Em consulta ao Museu, foi possível ter a informação que não existem naquela instituição instrumentos e outros materiais oriundos do Observatório de Goiás. Mesmo assim, se faz necessário aprofundar a pesquisa objetivando identificar informações acerca dos instrumentos do Observatório.

Uma segunda edificação erguida, foi identificada na pesquisa como sendo o Observatório Meteorológico e Astronômico de Goiás – OMA. Com relação à segunda edificação, segundo Porta (2012, p. 240), em 2004, passou por obras emergenciais e está classificada como bem cultural. Mas, se faz necessária a devida correção junto ao Instituto do Patrimô-

nio Histórico Artístico Nacional – Iphan, a partir do que foi levantado nesta pesquisa, para o reconhecimento da existência dos dois observatórios astronômicos e meteorológicos de Goiás, sendo os únicos construídos, na região Centro-Oeste no período de meados do século XIX e início do século XX, no qual concentra-se a pesquisa sobre os observatórios brasileiros. Finalmente, ambos os casos podem se caracterizar como possíveis patrimônios culturais relacionados à Ciência e Tecnologia no país. Finalmente, caracteriza-se aqui a necessidade de novas pesquisas e buscas documentais que possam ampliar o conhecimento sobre esses observatórios, suas atividades e especialmente sobre os instrumentos científicos que certamente foram utilizados nas mesmas.

Referências

ARAUJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela e GRANATO, Marcus. (Orgs.) **Cadernos do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**: produção e desdobramentos. Instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro. MAST, 2017, 332p. Disponível em: <https://bit.ly/33f1UaM>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BENTO, Cláudio Moreira. Raízes familiares no Exército do Presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 410, jan-mar. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3gHmfs8>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL, DECRETO nº 225, de 1º de dezembro de 1894. Concede ao Estado de Goiás diversos próprios nacionais, situados no mesmo Estado e de que a União não precisa para os serviços federais. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1894**. Poder Legislativo. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1895. - partes I e II vol. 1. p. 47.

CAMPOS, Eudes. Chalés paulistanos. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 47-108, jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3GGxH1R>. Acesso em: 21 out. 2020.

CARTA do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. 2017. p. 3-4. Disponível em: <https://bit.ly/3LoXhvN>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COTTE, Michael; RUGLES, Clives. **Heritage Sites of Astronomy and Archaeoastronomy in the contexto of the UNESCO World Heritage Convention: A Thematic Study**. ICOMOS. Paris, 2010, 272p. ISBN 978-2-918086-01-7 (e-book). [Book]. Disponível em: <https://bit.ly/34pB5Bq>. Acesso em: 18 jun. 2021.

COUTO, Goiás do. Deverá ser demolida a cadeia. **Cidade de Goiás**. Ano X, 16 de nov. de 1947. n 363. Disponível em: <https://bit.ly/3uClf0H>. Acesso em: 23 out. 2020.

CUNHA. Julio Alves. Observatório de Goiás. **Revista do Observatório**, Anno IV, nº 2 p. 24, fevereiro de 1889. Disponível em: <https://bit.ly/3LsNBki>. Acesso em: 23 out. 2020.

GOIÁS. (PROVÍNCIA). **ATA nº116, de 21 de dezembro de 1888**. Acervo Arquivo do Museu das Bandeiras.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda Pires. Os museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. *In*: GRANATO, Marcus (Org.). **Museologia e Patrimônio - Coleção MAST: 30 anos de pesquisa**. Volume 1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 78-119.

IPHAN 0345-T-42. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico: Goiás**. Anexo v. III edificação nº F77482, 1942. p. 19. Arquivo IPHAN.

MORAES, José Ignacio C. de. **Correio Oficial Estados Unidos do Brasil**. Anno 1, Goiás 10 de fev 1911 nº5, p. 4. Disponível em: <https://bit.ly/3oGrzAK>. Acesso em: 23 out. 2020.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010** / Paula Porta. -- Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3GHekWH>. Acesso em: 05 nov. 2021.

REVISTA da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. **Observatório Astronômico e Meteorológico da Cidade de Goiás**. Rio de Janeiro. Tipografia PERSEVERANÇA. Tomo V, 1º Boletim, 1889, p. 47-50.

REVISTA de Engenharia, 1889 edição 00203, n.2, p. 35-36. Disponível em: <https://bit.ly/3GFPPZK>. Acesso em: 05 nov. 2021.

REVISTA do Observatório. **Observatório de Goiás**. Anno IV, fevereiro de 1889, nº 2, p. 24. Disponível em: <https://bit.ly/3LsNBki>. Acesso em: 05 nov. 2021.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na Capitania e na Província do Espírito Santo**. - Vitória, ES: EDUFES, 2019. 286 p. Disponível em: <https://bit.ly/3BabvMC>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SOBRE A ÁGUA PARA BEBER. VIAGEM ENTRE OS AÇORES E O BRASIL A BORDO DE UM FILTRO DE PEDRA

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

Introdução

Os Açores são um arquipélago de origem vulcânica composto por nove ilhas situadas no Atlântico Norte, entre os 36° e os 43° de latitude Norte e os 25° e os 31° de longitude Oeste, a meio caminho, portanto, entre a Europa e o continente americano ocupadas e povoadas por Portugal desde o século XV.



Figura 1. Localização do arquipélago dos Açores

Fonte: <https://bit.ly/3yGckh3>.

As povoações primitivas foram-se instalando junto dos cursos de água que as ilhas com orografia mais declivosa possuem em abundância, abastecidos por nascentes que um regime de pluviosidade frequente proporciona.

Dada a sua localização, os Açores constituíram-se, desde o século XVI, como uma espécie de placa da circulação atlântica de gentes entre as parcelas do império colonial português de modo que podemos dizer que os contactos entre as ilhas e o Brasil eram frequentes, ocasionados pelo vaivém das colocações da administração régia, dos contingentes militares, e do intenso comércio triangular que ligava os territórios da África Ocidental, Lisboa e os portos brasileiros. Aliás, as ilhas não só apoiam as “torna viagens” do Brasil como os próprios ilhéus participam no processo de construção do espaço brasileiro, designadamente na consolidação do povoamento das suas regiões fronteiriças setentrionais e meridionais, o Maranhão e Santa Catarina, ainda no século XVIII (Riley, 2003, p.144), se bem que, enquanto fenómeno migratório, indicie um inicial carácter colonial visto corresponder a uma decisão política da coroa portuguesa.

É só depois do advento do Liberalismo e da consolidação de uma monarquia constitucional em Portugal (1834) que a emigração voluntária, umas vezes legal e, muitas vezes, ilegal, de açorianos para o Brasil-Império se constitui como o principal destino dos abundantes, e constantes, fluxos emigratórios dos ilhéus, condição que tem especial relevo entre as décadas de 1830-1860¹.

1. Nos últimos anos o interesse pelos estudos sobre a emigração portuguesa para o Brasil tem contado com valiosos contributos dos dois lados do Atlântico. Um incontornável repositório dessa produção, bem como da indicação de conjuntos documentais fundamentais, pode ser consultado no site do projeto Remessas. rede em emigração desenvolvido pelo Cepese/Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, disponível em: <https://bit.ly/34YAICT>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Para o caso que agora interessa, importa relevar que entre este coletivo anónimo de uma maioria de camponeses que se destinam, muito frequentemente, às plantações de café e açúcar, há, também, representantes de uma pequena burguesia urbana e letrada que por motivos económicos, políticos ou mesmo judiciais, se vê impelida a emigrar (Riley, 2003, p. 149). Esse grupo, francamente minoritário e que se radica, sobretudo, nas grandes metrópoles do litoral, integra lojistas, caixeiros, pequenos comerciantes, escriturários, homens de ofícios especializados e, ainda, um subgrupo de bacharéis e intelectuais *que desenvolverão, invariavelmente, uma intensa atividade no campo do jornalismo e/ou no âmbito de instituições literárias e científicas* (Riley, 2003, p. 150). Imbuídos de uma empenhada crença positivista no progresso das suas localidades (de origem e de adoção), estes indivíduos serão ativos agentes de oportunidades de negócio que favorecessem as duas comunidades e, por isso, moviam-se, frequentemente, no círculo das relações familiares ou de amizade onde o denominador comum da ilha de origem se revelava determinante para o estabelecimento de contactos e de redes de importação/exportação, algumas contando, também, com os auspícios das relações entre lojas maçónicas de ambos os lados do Atlântico².

2. Os estudos biográficos de muitas destas personalidades e do seu impacto quer nas comunidades de origem, quer nos locais de adoção, estão, em grande parte, por fazer. A título de exemplo refiram-se os seguintes: Piazza, Walter. 1955. "Roteiro de um jornalista açoriano: Estudo biobibliográfico". In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, IHIT, p. 1-25; Idem. 1997. "Revisitando Raposo d'Almeida". *Revista Arquipélago-História*. 2ª série, vol. 2: 245-279; Ávila, Edison. 1999. "Um açoriano tardio na história de Itajaí: Manoel António Fontes, sua contribuição ao progresso social e político da cidade". *Revis-*

Apesar de manter uma matriz económica marcadamente agrícola, durante a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX na ilha Terceira existiu dinamismo e capacidade de reconversão e diversificação do reduzido sector comercial através de protagonistas muito atentos às possibilidades dos mercados, mesmo os internacionais, e às suas oportunidades, embora escassas (Sousa, 2000, p. 127). Era um grupo de grandes comerciantes que jogavam, também, com o setor das representações e dos transportes, já que alguns eram proprietários de navios e embarcações e aqueles que mais dispunham de capital financeiro disponível investiram na pequena indústria local (Sousa, 2004, p. 6), daí que, na década de 1880, se verifique o tímido arranque industrial do distrito de Angra do Heroísmo (Sousa, 2000, p. 147).

A indústria de filtros de água em pedra vulcânica parece corresponder a este tipo de dinamismo em que se articularam oportunidades locais, necessidades internacionais, e indivíduos dotados de capacidade de risco que nas suas trajetórias individuais sustentaram a diversificação e a inovação do sector³.

ta Arquipélago-História. 2ª série, vol. 3, p. 265-273; Martins, Rui de Sousa. 2003. "O Museu Terceirense. Benemerência brasileira e cultura insular no século XIX". In: Ernesto do Canto. Retratos do Homem e do Tempo: Atas do Colóquio. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/ Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada.

3. Curiosamente, através da imprensa brasileira de meados do século XIX apurámos valiosa informação sobre outros aspetos da indústria de pedras açorianas, nomeadamente a exportação para terras brasileiras de pedras de moer oriundas de uma outra ilha açoriana – o Faial- desde 1860, em quantitativos que fazem suspeitar ser negócio com giro considerável. Este assunto é retomado mais à frente.

Ao fazer luz sobre a insuspeitada indústria de filtros em pedra na ilha Terceira, este artigo procura analisar os processos através dos quais esta manufatura surgiu no mercado interno e, por outro lado, compreender as dinâmicas e os agentes externos que propiciaram o seu desenvolvimento como indústria de exportação com uma presença no mercado sul-americano que se prolongou por cerca de 50 anos.

Filtros de água em pedra: uma indústria açoriana sem história relevante- Estado da Arte

A primeira referência, com caráter historiográfico, à produção de filtros de água em pedra na ilha Terceira surge numa publicação periódica angrense da década de 1980 onde um investigador local, alertado por um colecionador, publica algumas informações sobre documentação do arquivo de uma casa comercial da principal cidade da ilha - Angra do Heroísmo - entre a qual estava a fatura de um comerciante brasileiro “importador de filtros em pedra” datada de década de 1880 (Merelim, 1982, p.16). A publicação não suscitou grande interesse na comunidade académica nem nos historiadores locais, muito embora, por essa altura, cerca de uma dezena de filtros semelhantes aos que ilustravam a fatura tivessem sido recolhidos pelo museu da cidade e por particulares num armazém da dita casa comercial possuidora da fatura - a Basílio Simões & Irmãos Lda⁴.

4. Sobre esta empresa familiar estabelecida em Angra do Heroísmo desde 1860 cf. Ribeiro, Maria Manuel Velasquez.2001. *Basílio Simões & Irmãos: Estratégias de implantação no mercado de uma família de comerciantes angrenses*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho académico da cadeira de Antropologia Cultural dos Açores no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Museologia, Património e Desenvolvimento.



Figura 2. Fatura da firma Eduardo L. da Silva Ribeiro com publicidade aos filtros em pedra

Fonte: Documento pesquisado pela autora

Na comunidade urbana de proximidade não existem memórias ligadas à utilização de objetos semelhantes nos quotidianos domésticos nem, tão pouco, nas restantes comunidades rurais da ilha e, por outro lado, também não consta do reportório de memórias registadas por etnógrafos que desde o princípio do século XX foram descrevendo a vida rural e tradicional das ilhas.

Alusões locais a filtros de água em pedra ou à sua produção foram encontradas numa pesquisa, ainda em curso, mais fina, à literatura oficial (Relatórios Anuais do Governo Civil, Inquérito Industrial, Manifestos de Carga da Alfândega de Angra) que contem valiosos registos estatísticos de exportações, dados esses que têm sido objeto de cruzamento com os, até agora, desconhecidos dados do arquivo da Basílio Simões & Irmãos, Lda.

No âmbito da literatura de memórias e da correspondência surgem referências como a registada na carta em que

um candidato a emigrante dá orientações quanto ao destino dos pertences que deixava na ilha: “*Escusa ter o incômodo de mandar a pedra de filtrar, venda-a lá pelo que lhe derem*”⁵ (Riley, 2003, p.162), referências que, embora indelévels, permitem ir construindo um quadro de compreensão da presença e da difusão de filtros de pedra nos ambientes domésticos.

Foi a pesquisa num âmbito geográfico mais alargado que o da ilha que revelou a existência de bens semelhantes em museus e no mercado de antiguidades brasileiros, e a sua comparação com os filtros conhecidos nos Açores atesta a semelhança dos materiais empregues e das respetivas formas.

A escassa bibliografia brasileira que analisa, ou alude, à questão da filtração doméstica da água de consumo, à existência de filtros de água e à indústria que lhe estaria relacionada tem três artigos de Júlio César Bellingieri como únicos representantes. O autor reconhece os filtros cerâmicos com velas filtrantes como um dos primeiros produtos da indústria brasileira largamente difundidos pelo país desde os primeiros anos do século XX e do seu importante papel enquanto equipamento doméstico de higienização da água, mas desconhece os antecessores filtros em pedra porosa açoriana confundindo-os com importações francesas do princípio do século XX⁶. Na historiografia brasileira a presença, datação e origem dos filtros de água em pedra apaga-se, bem como

5. Carta que Mariano José Cabral, açoriano da ilha de S. Miguel, envia a um amigo em 15 de outubro de 1870 quando se preparava para emigrar para o Brasil. Sobre a figura de Mariano José Cabral cf. o já citado texto de Carlos Riley.

6. Bellingieri aponta como antecessores dos filtros cerâmicos “*Filtros Fiel*” *umas cubas em pedra porosa, francesas, que chegavam ao Brasil através de um importador do Rio de Janeiro, de nome Eduardo L. da Silva Ribeiro, e utilizados durante as primeiras décadas do século XX em algumas residências de municípios paulistas e de outros Estados* (Bellingieri, 2004, p. 14). Estes dados de proveniência, datação e importador serão comentados mais à frente.

o reconhecimento da difusão que tiveram cerca de 30 anos antes do final do século XIX, circunstância que se repete, aliás, no arquipélago açoriano onde o tema não tem expressão bibliográfica, nem relevância historiográfica.

Da necessidade à comercialização: Tipologias e destinos da produção de filtros de água açorianos

Num arquipélago abundante em chuvas e cursos de água⁷, a recolha direta nas ribeiras e/ou o armazenamento em cisternas domésticas foram as modalidades de recuperação e consumo de água mais óbvias e económicas. A par desses processos, desde cedo na cidade de Angra se procedeu ao encanamento das ribeiras de maior caudal de forma que no final do século XVII, entre chafarizes públicos e privados, a localidade contava com mais de duzentos (Maldonado, 1989: III-302). Até princípio do século XX esses encanamentos serão feitos em canos de barro de fabrico artesanal, permeáveis e sujeitos à constante perfuração das paredes pela vegetação envolvente, enquanto as caixas repartidoras do caudal que pontuavam o cano ao longo do seu percurso se constituíam como verdadeiros focos de contaminação por não serem estanques e estarem sujeitas à penetração de todas as imundícies que a circulação de pessoas e animais, que se efetuava por cima delas, proporcionava (Sampaio, 1904, p.326).

O oitocentismo será confrontado com surtos epidémicos devastadores, pelo que, no âmbito dos debates sobre a evolução urbanística e arquitetónica das localidades, a salubri-

7. O clima nos Açores é caracterizado por elevados índices de humidade do ar, amenidade térmica, taxas de insolação pouco elevadas, chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos. Sobre o assunto cf. Forjaz, V.H. *et al. Atlas Básico dos Açores*. Ponta Delgada, OVGA, 2004.

zação, higienização e distribuição pública de água para consumo doméstico foi tema caro ao positivismo racionalista das elites locais. Os estudos sobre as características da água e a sua relação com a saúde pública foram surgindo como afirmação do Progresso pelo que desde a década de 1860, quer a imprensa, quer as autoridades sanitárias e o próprio Governo Civil alertavam a edilidade para a necessidade de introduzir alterações ao sistema de abastecimento de água⁸ que se veio a traduzir num significativo alargamento da rede de chafarizes, especialmente nas zonas rurais. Mas foi, certamente, a insuficiência das medidas que estimulou a iniciativa de privados na produção de equipamentos como os filtros que auxiliassem a sua higienização doméstica.

O modelo para a produção de filtros domésticos poderá ter sido inspirado nos filtros que as boticas usavam para a obtenção de água destilada, ou em exemplos franceses que desde o “XVIIIe siècle, certaines fontaines particulières étaient pourvues d’un filtre en grès très mince et poreux à travers lequel l’eau s’écoulait goutte à goutte” (Buffet; Evrard, 1951, p.190). Mas o certo é que, conforme já referido, a notícia da sua utilização nos ambientes domésticos insulares é escassa e tal facto poderá ter explicação quer na frugalidade das viúvas e dos equipamentos domésticos que caracterizavam as habitações populares, quer no preço a que tais acessórios eram disponibilizados, condições que asseguraram a conversão da sua produção numa indústria de exportação.

8. Em 1863 é nomeada uma comissão municipal com o fim de estudar os meios de levar a efeito a substituição dos canos de barro por encanamentos de ferro (*O Angrense* de 26 de novembro de 1863), mas que parece não ter tido sucesso já que em 1875 o Governo Civil oficia à Câmara Municipal apontando-lhe a necessidade de melhorias na higiene urbana, nomeadamente quanto às canalizações (*O Angrense* de 21 de fevereiro de 1875).

Os exemplares encontrados nos Açores no âmbito desta pesquisa têm características que os tornam de fácil utilização e portabilidade: trata-se de um bloco em pedra com o formato de um paralelepípedo quadrangular escavado ao centro formando uma bacia; a superfície, as arestas laterais e o bojo são lisos, e as suas medidas variam entre os 27 e os 43cm de altura máxima, e os 20 e 34,5cm de diâmetro máximo. A filtragem efetuava-se gota a gota sendo a água recolhida num recipiente colocado por baixo do bojo do filtro; filtro e recipiente deveriam estar colocados num suporte apropriado, no entanto nenhum dos exemplares conhecidos tem suporte ou está associado a qualquer recetor da água escorrida.

São construídos na pedra vulcânica da ilha, variando entre o traquito e o ignimbrito⁹ e, por isso, apresentam colorações entre o cinza-claro e o cinza-escuro/preto, e texturas, respectivamente, com granularidade grossa composta por fragmentos de pedra-pomes, e granularidade fina pontuada por cristais, ambos provenientes das pedreiras da ilha¹⁰. Tais materiais pétreos garantiam-lhes a leveza e um peso reduzido.

9. As rochas vulcânicas utilizadas como pedra de cantaria nos Açores são o ignimbrito, o basalto, o traquito e o tufo surtseiano as quais são facilmente identificáveis pelas suas características distintivas em termos de textura e coloração: o ignimbrito de cor cinza-claro tem granularidade mais grossa e é composto principalmente por fragmentos de pedra-pomes, o basalto com cor cinza-escuro ou preto, geralmente com granularidade fina e cristais de silício, alumínio e ferro visíveis a olho nu; o traquito com cor cinzenta clara, compacta e de granularidade fina onde é possível observar cristais de feldspato. Sobre o assunto cf. informação disponível em: <https://bit.ly/3LxtqS4>. Acesso em: 9 dez. 2021.

10. Portugal. Ministério da Obras Públicas, Comércio e Indústria / Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Inquérito Industrial de 1890. Vol. 1. Indústrias extrativas. Minas e pedreiras*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1891, pp.263-264.

Apenas um exemplar possui informação escrita - aquele que se encontra na posse da firma Basílio Simões & Irmãos; embora partido e com falta de uma parte, apresenta uma inscrição incisa em baixo-relevo que permite perceber a ilha de origem (ilha Terceira) e o produtor (António Pedro Simões) patriarca da família Simões. As palavras incompletas OSITOR / OSIÇÃO / REANA - que se interpretam como EXPOSITOR / EXPOSIÇÃO / AÇORIANA - permitem registar que este exemplar se destinava a participar numa exposição, como se sabe um privilegiado instrumento do ideário positivista para o registo e divulgação dos progressos da industrialização e da procura por novos mercados, o que demonstra a preocupação do empresário na estratégia de divulgação do produto.

Com efeito, a imprensa açoriana informa que António Pedro Simões participou com os seus filtros em pedra na grande Exposição de Indústrias, Artes e Ciências e Feira Franca que se realizou em Ponta Delgada (ilha de São Miguel- Açores) no contexto da primeira Visita Régia ao arquipélago, em 1901¹¹, e na qual foi premiado com uma medalha de prata¹²; por outro lado, a imprensa brasileira também anunciou a participação

Em 1890 as pedreiras em laboração na ilha eram quatro (Posto Santo, Espigão, Ribeira do Testo, e Castelo) embora só as duas primeiras retirassem materiais traquíticos e ignimbritos. Em conjunto empregavam cerca de 40 homens (cabouqueiros e ajudantes) durante nove meses ao ano. No ano do inquérito a matéria-prima recolhida destinou-se, exclusivamente, à construção civil.

11. A imprensa periódica terceirense dá conta do acontecimento realçando a qualidade dos produtos exibidos. Num dos filtros as faces estavam decoradas com representações das quatro estações do ano esculpidas em alto relevo pelo mestre Manuel Sá e Silva. Sobre o assunto cf. *Almanach Açores para 1955*. Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, pp. 57-62.

12. *A União*. Angra do Heroísmo. Ano 9, n.º 2425, de 18 de fevereiro de 1902, p.2.

do mesmo industrial com o mesmo produto na Exposição do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e julho de 1923¹³.

Pelos registos do arquivo da firma Basílio Simões & Irmãos, a compra e exportação desse tipo de bens está documentada desde 1880 até 1932, apurando-se que a firma comprava filtros a um fornecedor/produtor ainda não identificado ao preço de 4\$900 réis a unidade, mas com a sua entrega ocorria, em simultâneo, a receção das respectivas caixas em madeira de forma que o conjunto (filtro + caixa) orçava em cerca de 9\$250 réis¹⁴. Estes preços não sofreram alterações durante o período documentado.

As aquisições ao produtor eram, geralmente, de 20 unidades mensais, remessa exportada na íntegra uma vez que cada lote era, sempre, acompanhado pelas caixas de acondicionamento que seriam desnecessárias caso a venda se destinasse ao mercado interno. Aliás, na década de 1910-1925¹⁵ o registo de vendas indica que, ao balcão, foi vendido um filtro em março de 1911 por 8\$500 réis, outro em junho de 1912 por 6\$500 réis, e dois em julho do mesmo ano por

13. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 96, n.º 123, 5 de maio 1922, p.1. Apesar deste anúncio, o resumo que o mesmo jornal faz da Exposição no dia 7 de dezembro não refere a participação dos filtros terceirenses. Todavia, é curioso verificar a relevância que, na Exposição, teve a área da saúde a ponto de o Departamento Nacional de Saúde Pública ter organizado uma exaustiva Mostra da sua ação.

Sobre o assunto cf. Acedido em 15 de dezembro de 2021.

14. Valores calculados com base no preço pago a cada lote de 20 filtros, com e sem caixas, inscrito nos *Livros de Razão* da *Basílio Simões & Irmãos*.

15. Firma Basílio Simões & Irmãos. *Livro de Razão 1909-1925*.

A pesquisa em curso ainda só conseguiu compulsar os anos de 1910 a 1925 dado o estado de desorganização do arquivo antigo da Basílio Simões, razão pela qual não se apresentam quadros anuais de quantitativos.

8\$650 réis cada um, variação de preço que deve relacionar-se com o respetivo tamanho.

Se a fatura divulgada em 1980 esclareceu o destino da produção, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, noticiou, em agosto de 1881, que o lugre *Flor de Angra*, propriedade de António Pedro Simões, chegava ao Rio de Janeiro com 38 caixas contendo filtros, além de 1516 pedras para moenda, 36 barris com peixe e uma grade de louro. A mercadoria foi consignada a Eduardo Leopoldino da Silva Ribeiro confirmando-se o seu papel de representante brasileiro no negócio.

Abastecimento público, defesa da saúde e salubridade da água de consumo doméstico no Brasil: algumas notas de enquadramento

O ancestral processo de acesso à água e sua distribuição pública também se baseou, desde os primeiros tempos do Brasil-colônia, quer na recolha direta em ribeiros, lagoas, charcos, mangais ou poços, quer através do abastecimento em chafarizes alimentados por encanamentos de barro que faziam chegar a água das nascentes ao centro das localidades e povoados. A operação era atribuída à mão de obra escrava também responsável pelo despejo de águas e resíduos, mas a manutenção da higiene da água e dos locais de recolha não estava isenta de dificuldades e queixas dos munícipes a que os responsáveis tinham que acudir, às vezes sem sucesso (Bellingieri, 2004, p.165-166 para o caso de S. Paulo; Almeida, 2011 para o caso do Rio de Janeiro).

A crescente urbanização e expansão das cidades e a substituição de mão de obra escrava por assalariada, na decorrência da abolição da escravatura, determinaram alterações significativas nos processos de acesso e distribuição da água tais como o incremento da construção de encanamentos e de sistemas de distribuição domiciliária,

mas essas melhorias revelaram-se lentas, graduais e de desigual cobertura do território. Mesmo em cidades como o Rio de Janeiro - que por meados do século XIX se consolidava como importante núcleo urbano do país e placa de articulação entre as ricas zonas produtoras de café, as outras províncias e os mercados internacionais dispor de água no domicílio dependia da aprovação da Inspetoria de Obras Públicas, órgão ligado ao Ministério do Império que tinha como critério de seleção o rendimento do morador restringindo a sua concessão aos (poucos) que tinham capacidade de pagar pelo serviço prestado (Almeida, 2011, p. 4).

É de crer, portanto, que um contexto de intenso crescimento demográfico e urbano conduziu à intensificação da exploração dos locais de recolha da água e ao decréscimo da sua qualidade, razões para que a própria sociedade e o mercado se tivessem encarregado de encontrar soluções de purificação e limpeza doméstica da água de consumo, ações que foram encontrando apoio na proliferação de análises e pareceres que o mundo académico vinha produzindo e nas quais se relacionava a qualidade da água com o surgimento de epidemias de tifo e febre amarela. Os exemplos de implementação de sistemas públicos de abastecimento de água potável, sobretudo no mundo anglo saxónico, eram tema do debate político que a imprensa agitava e difundia, ao mesmo tempo em que a importação de filtros ingleses em cerâmica não era novidade nos jornais do Rio de Janeiro de 1872 conforme se depreende da notícia de um leilão de filtros ingleses e louça realizado por ordem da casa importadora¹⁶.

16. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 51, n.º 134, 14 de maio de 1872, p. 5, col.2.

Na década de 1870 várias fábricas inglesas produziam e exportavam filtros em cerâmica: a Lipscombe & Co. ou a Doulton eram duas delas. Funcionando pela ação da gravidade, estes filtros cerâmicos de duas

Comercialização de filtros de pedra açorianos: estruturação de um negócio tropical

As pedras açorianas já eram conhecidas na sociedade brasileira devido à sua utilização na indústria cafeeira e são divulgadas pela imprensa carioca desde 1860. Em anúncio desse ano o *Jornal do Comércio* informa ter o depósito na Rua Municipal, n.º 4, junto à Rua Nova de S. Bento, pedras açorianas para moinhos de despolar e moer café, descascar arroz, moer milho e fazer cangica¹⁷, e no ano seguinte acrescenta não serem poucos os fazendeiros que as possuíam dado os bons resultados demonstrados, provavelmente com algum exagero publicitário, há *mais de 50 anos*¹⁸. O vendedor e seu introdutor, o comendador José Avelino da Silva Braga, recebia-as diretamente da ilha açoriana do Faial garantindo serem as legítimas, o que leva a supor que haveria alguma concorrência que também reclamava legitimidade.

De fato, no mesmo ano de 1871 em que “Um Brasileiro” assina no *Jornal do Comércio* um elogio às pedras açorianas daquele fornecedor¹⁹, a empresa Lagos & C^a instalada na Rua Theophilo Ottoni, n.º 94 e sucessora de José Joaquim Borges, promete disponibilizar pedras para moinhos e uma novidade: *pedras para filtrar água e filtros montados de diversos tamanhos*²⁰.

cubas sobrepostas tinham como elemento filtrante blocos de carbono fixados no fundo da cuba superior

17. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 35, n.º 222, 11 de agosto de 1860, p. 3, col.6.

18. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 36, n.º 285, 15 de outubro de 1861, p. 4, col.1.

19. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 50, n.º 66, 8 de março de 1871, p. 1, col.7.

20. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 50, n.º 292, 17 de outubro de 1871, p. 6, col.4.

Desde então, e até final do século, no Rio de Janeiro venderam-se *pedras vulcânicas* na Rua do Rosário n.º 85 (em 1880)²¹, *pedras das ilhas dos Açores para moinhos e descascar* mais baratas 30% do que em qualquer outra loja na Rua 1º de Março n.º 25 (em 1882)²² e na Casa Ferreira & C^a, na Rua Theophilo Ottoni, n.º 119 (em 1883)²³, e no estabelecimento de Manuel da Silva, na Rua da Prainha n.º 99 (entre 1884 e 1902, embora desde 1887 com a designação Firma Viúva Silva & C^a) casa que, em março de 1888, anuncia a extraordinária chegada de um *enorme e variado sortimento de 1000 pedras para moinhos*²⁴. Contudo, a referência a filtros de água só volta a aparecer em 1881 quando Eduardo Leopoldino da Silva Ribeiro os divulga como provenientes das melhores pedreiras da ilha Terceira declarando-se seu único representante. Numa eficaz estratégia publicitária informa terem os filtros açorianos sido aprovados pela Junta Central de Higiene Pública e terem sido analisados por um dos mais abalizados químicos do Rio de Janeiro. Como, para além disso, dispunham da apreciação favorável de muitas entidades médicas, as suas opiniões e explicações encontravam-se registadas num *memorial* distribuído gratuitamente aos interessados naquele *poderoso instrumento de purificação da água*²⁵.

Em 1880 esta mesma loja identifica-se como a *casa das pedras açorianas* e informa os leitores da sua mudança para a Rua de S. Pedro n.º 2. (*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 59, n.º 127, 7 de maio de 1880, p.3, col.6).

21. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 59, n.º 147, 27 de maio de 1880, p. 6, col.2.

22. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 61, n.º 303, 2 de novembro de 1882, p. 6, col.7.

23. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 62, n.º 357, 24 de dezembro de 1883, p. 4, col.4.

24. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 66, n.º 83, 23 de março de 1888, p. 4, col.8.

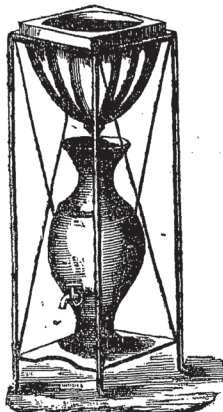
25. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 60, n.º 317, 14 de novembro de 1881, p. 5, col.5.

PEDRAS AÇORIANAS
PARA FILTRAR AGUA
 APPROVADAS PELA EXCELENTISSIMA
JUNTA DE HYGIENE PUBLICA

DEPOSITO

163 A, RUA DA QUITANDA, 163 A

Rio de Janeiro



Rio de Janeiro

163 A, RUA DA QUITANDA, 163 A

DEPOSITO

O importador das excellentes **Pedras Açorianas** de filtro, convida a todas as pessoas que desejarem fazer uso de agua perfeitamente limpida e absolutamente isenta de toda e qualquer impureza, a fazer aquisição de uma destas pedras e a lêr o Memorial que sobre este assumpto distribue a todos que o procurarem em seu estabelecimento.

Estas magnificas pedras, approvadas pela illustrada Junta de Hygiene Publica e submettidas á analyse de um dos mais abalizados chimicos desta capital, que faz dellas o melhor conceito, merecerão igualmente da parte de muitas illustrações medicas honrosos attestados, em que as aconselhão como um dos meios mais recomendaveis á conservação da saude, muitas vezes alterada pelo uso quotidiano de aguas impuras.

Tão valiosas opiniões são ainda corroboradas pelas declarações firmadas por muitos e respeitaveis cavalheiros, todos unanimes em assegurar a muita satisfação com que fazem uso da agua filtrada pelas **Pedras Açorianas**, attenta a forma extraordinaria por que a conservação sempre fresca, leve e crystalina.

Sem recelo de ser desmentido, afirma que as **Pedras Açorianas** por si importadas, são as melhores que têm apparecido no mercado, e ninguém deveria deixar de usa-las pelos numerosos e reconhecidos beneficios que vem trazer á saude.

EDUARDO L. DA SILVA RIBEIRO
 DEPOSITO
163 A, Rua da Quitanda, 163 A
RIO DE JANEIRO

Figura. 3. Almanak Lammaert 1883. Divulgação de Eduardo da Silva Ribeiro

Fonte: Documento pesquisado pela autora

Comparativamente, nos filtros até agora identificados (os dos Açores, aquele da imagem publicitária de Eduardo

L. da Silva Ribeiro, os exemplares recolhidos em museus brasileiros e os que circulam no mercado dos antiquários do Rio de Janeiro e S. Paulo) o favado do bojo das cubas e a incisão das legendas EDUARDO L. / DA SILVA / RIBEIRO/ RIO DE JANEIRO só aparecem nos exemplares brasileiros, enquanto os filtros existentes nos Açores se mostram despidos de qualquer ornamentação²⁶. Esta diferença sugere que se procederia à exportação em bruto com finalização no destino por conta do importador que, certamente, também lhes acrescentaria o suporte e a tampa metálica com que muitos ainda se apresentam e a publicidade ilustra.

A expressão “filtro de fazenda” com que alguns são identificados no mercado de antiguidades, poderá ter resultado do facto de terem sido recolhidos em antigas fazendas paulistas e fluminenses, mas a sua identificação na localidade mineira de Itaúna, na localidade fluminense de Vassouras, nas paulistas Pindamonhangaba e Jaboticabal, e na goiana Bandeiras²⁷ denuncia uma difusão pelas regiões da exploração cafeeira e da geografia da dispersão migratória de açorianos nesse contexto.

Nenhum dos filtros musealizados no Brasil possui o depósito em barro original para aparar a água filtrada (a talha), mas algumas peças divulgadas por casas leiloeiras mostram o que deve ser a talha original em barro vermelho e com aplicação do brasão municipal da cidade de Angra do Heroísmo

26. À exceção de um que aparente ser mais tardio e com função essencialmente decorativa. O desconhecimento da sua origem sugere que não tenha como proveniência as mesmas oficinas dos fornecedores da firma Basílio Simões & Irmãos.

27. Informação cedida por Museu Casa da Hera (Vassouras - RJ), Museu de Bandeiras (Goiás - GO), Museu Francisco Manoel Franco (Itaúna - MG), Museu Casa da Bandeira (Pindamonhangaba - SP) a quem agradeço, bem como ao Professor Doutor Júlio César Bellingieri a colaboração na pesquisa.

em relevo, a encimar a bica metálica²⁸. Sobre a exportação para o Brasil destas talhas não há, até agora, dados que a expliquem, mas curioso é verificar-se que nem a indicação toponímica que o brasão ostenta em listel fez alterar a suposição de ser um produto francês importado pelo Brasil.



Figura 4. Filtro com suporte metálico e talha com brasão açoriano à venda em casa leiloeira do Rio de Janeiro

Informação disponível em: <https://bit.ly/3GPekUk>. Acesso em: 12 dez. 2021.

De qualquer forma, percorrendo os anúncios de leilões que a imprensa carioca divulgou nas duas últimas décadas de oitocentos é possível construir uma ideia do significado social dos filtros no âmbito da hierarquia dos equipamentos domésticos ao encontrá-los, geralmente, instalados nas

28. No decurso desta investigação encontrei algumas destas talhas a fazerem conjunto com os filtros da marca *Fiel*, produção cerâmica da indústria brasileira da primeira década do século XX.

copas, salas de jantar e salas de visitas, à vista das visitas e prontos a serem úteis, colocação e prestígio que o poema de Ivo Barroso, embora remeta para uma memória de infância mais recente, fixa elucidativamente:

No silêncio da sala, gota a gota, transborda o filtro...
A intermitente nota fura-me o cérebro, um olhar me
vidra, me ataca os nervos a estranha clepsidra.
(...)
Deixa cair um pingo... espaço... um pingo. Enquanto
o filtro transborda na sala, A nota de um sino ao
longe badala Na cristalina manhã de domingo.²⁹

Filtros de pedra e concorrência: o fim de um negócio

A sobrevivência do negócio dos filtros em pedra vai ser posta em causa por duas ordens de razões: a inovação científica e a diversificação de agentes interessados na comercialização de sistemas de higienização da água. Ambas acabam por se confundir porquanto nos últimos anos do século XIX os estudos sobre a água enquanto meio de propagação de doenças ocasiona que a qualidade da água de consumo adquira um significado social e político premente, e que a própria argumentação científica dê origem à produção de objetos de consumo para esse fim.

A concorrência aos filtros em pedra açorianos manifesta-se na imprensa em 1888 muito embora surja de forma isolada e sem continuidade: nesse ano o engenheiro Carlos Conteville, residente na Rua de S. José n.º 101, no Rio de Janeiro, identifica-se como *único representante no Império dos filtros anti-micróbios, sistema Pasteur*, os quais vendia por 20\$000 réis³⁰.

29. O poema está datado de 1948 e refere-se à meninice de Ivo Barroso. Disponível em <https://bit.ly/3sADLnE>. Acesso em: 29 dez. 2021.

30. Almanak Laemmert. 1888, p. 922.

O “sistema Pasteur” de filtragem da água consistia numa técnica e ferramenta laboratorial criados e usados pelo pioneiro da microbiologia, Louis Pasteur, para isolar micróbios da água e que, em 1884, um seu assistente, Charles Chamberland, desenvolveu e começou a comercializar como equipamento doméstico³¹. Os filtros Chamberland são compostos por um grande cilindro cerâmico no interior do qual um recipiente metálico contém elementos filtrantes em porcelana perfurada através dos quais a água passa, projetada sob pressão.

A mundialização da sua comercialização beneficiou da participação na Feira Mundial de Chicago, em 1893, e a partir de 1892 são importados de França e distribuídos no Rio de Janeiro por uma nova empresa, a firma Emanuele Cresta & C^o que os promove através de uma intensa campanha publicitária de anúncios e artigos, quase diários, onde se descreviam os seus méritos, mas, sobretudo, se desvalorizava a eficácia dos filtros em pedra numa estratégia de pedagogia científica que visava eliminar a concorrência³².

Entretanto, o próprio processo de distribuição com exclusividade para o mercado brasileiro de filtros em pedra é perturbado por um pequeno importador que, de alguma forma, consegue fazer chegar ao Rio de Janeiro uma remessa de filtros em pedra. Nessa circunstância, Eduardo da Silva Ribeiro vê-se obrigado a apresentar queixa contra António

31. Informação disponível em: <https://bit.ly/33jsIGK>. Acedido em: 22 dez. 2021.

32. Pela mesma época, o engenheiro alemão Wilhelm Berkefeld desenvolvia outro filtro cujo agente filtrante é o diatomito, uma rocha sedimentar, e o seu sucesso tinha sido comprovado durante a epidemia de cólera em Hamburgo, em 1892. O equipamento é composto por dois compartimentos cerâmicos, um contido no outro (ou sobrepostos) e a água passa de um ao outro por ação da gravidade. Sobre a difusão de filtros com esta marca não foram encontradas referências na imprensa consultada, embora Bellingieri os refira (Bellingieri, 2004:169).

da Rocha Lopes e fazer valer os direitos de “ter o privilégio para só fazer e vender n’este Império filtros de pedra vulcânica açoriana” do que resultou a apreensão da carga. A notícia com a transcrição das peças da devassa e do acordo resultante, bem como a defesa daquele exclusivo é, significativamente, divulgada na imprensa angrense³³ e brasileira³⁴.

Outro fator de perturbação é sugerido pelo *Jornal do Comércio* de maio de 1901 ao referir a chegada ao Rio de Janeiro de 20 caixas com filtros, mas o pormenor de terem sido transportadas por um navio alemão via Lisboa³⁵ é relevante porque faz luz sobre como as vicissitudes do transporte marítimo contribuíram para o decréscimo do interesse do negócio: o *Flor de Angra*, a embarcação de António Pedro Simões que fazia o transporte direto de passageiros e mercadoria Terceira/Rio de Janeiro/Terceira tinha deixado de navegar e as condições dos outros operadores oneravam o custo final da mercadoria.

Com efeito, o Almanak Lammaert de 1903 (Almanak, 1903, p. 1095) apresenta a firma José Aires Soares & C^a como sucessora de Eduardo da Silva Ribeiro e única importadora dos filtros açorianos, mas na década seguinte só esporadicamente a imprensa se referirá à venda e importação de filtros em pedra. E muito embora aluda, em 1922, à sua presença na representação açoriana a figurar na exposição do Centenário do Rio de Janeiro, tal não chegou a verificar-se como já se referiu.

33. *O Industrial*. Angra do Heroísmo. Ano 1, n.º 33, 1 setembro de 1889, p.2, col. 3 e p.3, col. 3-4-5.

34. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 68, n.º 248, 5 de setembro de 1890, p. 2, col. 7.

35. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 81, n.º 135, 16 de maio de 1901, p. 5, col.4.

Considerações finais

Facto inesperado numa economia periférica como a açoriana da transição do século XIX para o XX, os dados até agora recolhidos confirmam a existência de uma vigorosa, embora efémera, indústria açoriana de produção de filtros de pedra basáltica destinados à exportação. Com uma produção que oscilou entre as cerca de 500 peças/ano nas últimas décadas de oitocentos e as 30 dezenas /ano na segunda década de 1900, o negócio promoveu um giro financeiro que não era despiciendo e contribui para a caracterização da elite comercial local e da sua estratégia de diversificação e aposta na inovação do setor industrial.

A preocupação com a salubridade da água de consumo público e a implementação de um sistema público de distribuição da água foi-lhe contemporânea, mas muito embora não tenha dado origem à disseminação de filtros nas habitações locais, o que parece certo é que se orientou para a exportação com base nas redes familiares e de amizade entre os açorianos das duas margens do Atlântico com base numa certa solidariedade atlântica dada a falta de infraestruturização das redes públicas de abastecimento de água potável no Brasil.

No Brasil disseminaram-se por Minas Gerais, Rio de Janeiro e S. Paulo, seguramente nos ambientes rurais das casas de fazendas para onde boa parte da emigração açoriana se dirigiu e num dado momento finissecular tornaram-se equipamento colocado nas copas e salas de jantar, exibição reveladora da ostentação da casa.

A concorrência que o sistema Pasteur introduzirá no mercado de filtros de água é responsável pelo início da tra-

jetória da produção brasileira de filtros cerâmicos que se inspirarão nos filtros Chamberland/Pasteur. Os dois depósitos cerâmicos sobrepostos comunicando entre si, e com uma torneira de saída no depósito inferior que caracteriza os filtros franceses, darão lugar aos filtros Fiel, também em cerâmica e com um protetor metálico, produzidos no Rio de Janeiro e divulgados, pelo menos desde 1915 em S. Paulo e no Rio de Janeiro.

O sucesso da sua difusão por todo o Brasil, aliada ao crescimento do número de outras empresas ceramistas produtoras de filtros que, com o tempo, se concentrarão em Jaboticabal-SP, muito contribuiu para a generalização da prática da higienização da água de consumo doméstico, mas fez esquecer os filtros açorianos em pedra que passaram a ser objeto de uma memória difusa cuja origem também se perdeu.

Refêrencias

ALMEIDA, Gilmar Machado de. Dos mananciais para as freguesias: a distribuição da água no espaço urbano do Rio de Janeiro no decênio 1850-1860. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH [Anais] São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3BlaOA4>. Acesso em: inserir acesso.

BELLINGIERI, Júlio César. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista, vol.12, jan-dez., p.161-191, 2004

BELLINGIERI, Júlio César. A indústria cerâmica em São Paulo e a “invenção” do filtro de água: um estudo sobre a cerâmica Lamparelli-Jaboticabal (1920-1947). V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. [Anais] e 6ª CONFERÊNCIA

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Disponível em: <https://bit.ly/3gILRFI>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BELLINGIERI, Júlio César. Origem e evolução da aglomeração de empresas fabricantes de filtros de água em Jaboticabal-S. Paulo (1920-2005). **História econômica & história de empresas**. V. 10, n. 1. Disponível em: <https://bit.ly/37MdSux>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BUFFET, Bernard e EVRARD, René. **L'eau potable a travers les ages**. Liège: Editions Solédi, 1951.

MALDONADO. Pe. Manuel Luís. **Fénix Angrése**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1990 [edição fac-similada a partir do original de 1670].

MERELIM, Pedro de. Continentais no comércio de Angra. António Pedro Simões. **Revista Ilha Terceira**. Angra do Heroísmo: Tipografia Cruz, n.º 41, maio, p. 12, 1982.

MERELIM, Pedro de. Papéis velhos. Contas do Flor de Angra. **Revista Ilha Terceira**. Angra do Heroísmo: Tipografia Cruz, n.º 46, novembro, p. 16, 1982.

MERELIM, Pedro de. Papéis velhos. Preços antigos. **Revista ilha Terceira**. Angra do Heroísmo: Tipografia Cruz, n. 43, julho, p. 21, 1982.

RILEY, Carlos. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **Revista Arquipélago-História**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2ª série, vol. 7, p. 143-172, 2003.

SAMPAIO. Alfredo da Silva. **Memória sobre a Ilha Terceira**. Angra do Heroísmo: Imprensa Municipal. Açores: 1904.

SOUSA, Paulo Silveira e. As atividades industriais no Distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: um mundo de possibilidades escassas. **Arquipélago-História**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2ª série, IV, n. 2, p. 127-186, 2000.

SOUSA, Paulo Silveira e. Meios burgueses e negócios em territórios periféricos: o distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910). **Atlântida**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLIX, pp.9-43, 2004

PERIÓDICOS

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro. 1880-1910.

ANGRENSE (O). Angra do Heroísmo. 1870-1900.

INDUSTRIAL (O). Angra do Heroísmo. 1888-1891.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1860-1925.

UNIÃO (A). Angra do Heroísmo. 1898-1920.

REVISTA ILHA TERCEIRA. Angra do Heroísmo. 1978-1985.

O ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS – MUBAN: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO LYCEU DE GOYAZ

Lucas Lino da Silva

Fernanda Barros

Introdução

O Lyceu de Goyaz, criado no contexto de expansão do ensino secundário no Brasil, exerceu um papel de destaque na formação das elites goianas. Essa instituição, inicialmente vista com descaso e apatia pela população local, tornou-se o principal instrumento de elevação dos filhos abastados aos cursos superiores e a ocupação de altos postos políticos. Além disso, a instituição permitiu que ideais modernizadoras se disseminassem na Província, caracterizada por parte da historiografia como decadente.

Os estudos sobre o Lyceu de Goyaz têm sido desenvolvidos, em sua maioria, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão – UFCAT e da Universidade Federal de Goiás – UFG. Arquivos físicos e digitais têm sido os principais repositórios de fontes para as investigações sobre a instituição, dentre esses, daremos destaque ao Museu das Bandeiras – MuBan.

Tomando o arquivo do MuBan como um dos principais repositórios de fontes sobre o Lyceu de Goyaz, esse estudo possui como principal objetivo apresentar como seu acervo tem contribuído com as investigações sobre a instituição nos períodos imperial e republicano sob a ótica da História da Educação. Assim, sua construção foi norteadada pela se-

guinte questão: como o acervo do MuBan tem contribuído com as investigações sobre o Lyceu de Goyaz?

Os tópicos a seguir apresentam algumas considerações sobre o ensino secundário brasileiro pós publicação do Ato Adicional de 1834, que pode ser considerado como o marco principal de organização da instrução secundária no país, visto que desencadeou um movimento desordenado de criação de instituições por todo o território nacional, dentre elas, o Lyceu de Goyaz. Esse contexto foi demarcado por constantes crises estruturais decorrentes da falta de alunos, prédios adequados e fundos para a manutenção das atividades educativas.

Foram destacados os estudos de Fernanda Barros (2006), (2012), (2017), (2018) e Amanda Cléscia Rodrigues Guedes Evangelista (2021)¹. Nesse momento também foram descritas as especificidades e exigências da instituição para a coletas de documentos.

Por fim, é possível afirmar que o MuBan, juntamente com o Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Goiânia-GO), a Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, o site Oficial da Câmara dos Deputados e o acervo do próprio Lyceu são os principais locais para coleta de dados.

O Lyceu de Goyaz e a formação da elite goiana

O Lyceu de Goyaz foi uma instituição fundada na capital goiana em meados do século XIX. Sua criação se deu em um contexto de transformações sociopolíticas em que conflitos de teor separatista eram recorrentes entre as províncias. A instituição foi o principal estabelecimento de instrução

1. O estudo de Evangelista (2021) se encontra na fila de publicação do Repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC da Universidade Federal de Catalão - UFCAT.

secundária de Goiás, atendendo majoritariamente os filhos das elites locais. O ensino ofertado possuía teor propedêutico com expectativas de entrarem no ensino superior.

O ensino secundário brasileiro

Até o início do século XIX não se via no Brasil um movimento direcionado à organização do ensino secundário. Esse processo possui como marco a publicação do Ato Adicional de 1834, que atribuiu as Assembleias provinciais a responsabilidade de sistematização desse ensino em seu território. Como indicado pelo artigo 10 inciso 2.

[...] Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promovel-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. (Brasil, 1834)

No momento de publicação da Lei, o ensino secundário era inexistente no Brasil. Esse ensino, ainda seguindo o modelo de aulas régias, reduzia-se a um conjunto de aulas avulsas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio. Em meio a esse contexto, a publicação do Ato Adicional propiciou a manifestação das primeiras ações para a organização da instrução secundária no país (Haidar, 2008).

Em decorrência das possibilidades de organização da instrução secundária indicadas pelo Ato Adicional, foi criado um estabelecimento com o objetivo de tornar-se um modelo nacional. O Decreto de 2 de dezembro de 1837 estabeleceu a transformação do Seminário de São Joaquim, localizado no município da Corte, em Collegio Pedro II.

Art. 3. Neste collegio serão ensinadas as linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os princípios elementares de geographia, historia, philosophia, zoologia, meneralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia. (Brasil, 1837)

Essa instituição possuía um público majoritariamente masculino.

Durante seu percurso na instituição, os alunos lidavam com uma série de conhecimentos, atividades e práticas escolares que visavam distingui-los e prepara-los para o exercício das tarefas públicas nos negócios, na política e no poder. (Cunha Junior, 2008, p. 47)

Aos finalizarem os estudos no Collegio Pedro II os alunos recebiam o título de Bacharel em Ciências e Letras, que era a exigência para ingresso no ensino superior. “Aos bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II foi concedido direito a matrícula em qualquer das Faculdades do Império, independentemente de novas provas” (Haidar, 2008, p. 21).

O Ato Adicional possibilitou a criação de instituições secundárias, mas não estabeleceu regras para sua execução, resultando em um processo diferente em cada Província. As instituições recém-criadas tinham problemas como, a falta de frequência dos alunos e a escassez de fundos para sua manutenção (Haidar, 2008). As instituições foram criadas na seguinte ordem:

Ateneu no Rio Grande do Norte 1834; Lyceu Paraybano em 1836; Lyceu da Bahia em 1836; Lyceu de Pernambuco em 1837; Colégio de Santa Catarina em 1837; Colégio de Pedro II no Rio de Janeiro em

1837; Lyceu do Maranhão em 1838; Lyceu Imperial no Rio de Janeiro em 1839; Colégio de Minas Gerais em 1839; Lyceu do Pará em 1841; Lyceu do Ceará em 1844; Lyceu Dom Afonso no Rio Grande do Sul em 1846; Lyceu de Curitiba em 1846; Lyceu de Taubaté em São Paulo em 1846; Lyceu de Goyaz em 1846; Lyceu de Sergipe em 1847; Lyceu do Mato Grosso em 1848; Lyceu de Alagoas 1849; Lyceu do Amazonas em 1859. (Barros, 2017, p. 47)

A escassez de alunos decorria do fato do não reconhecimento das aprovações expedidas pelos liceus, atheneus e ginásios. Devido a isso

[...] os jovens aspirantes aos cursos superiores, embora iniciassem seus estudos nas Províncias, cedo abandonavam os liceus preferindo concluí-los na Corte ou nas Províncias sedes de faculdades, onde poderiam obter os necessários certificados de aprovação. (Haidar, 2008, p. 22)

Considerando a não validade dos certificados de aprovação emitidos pelas instituições secundárias criadas após o Ato Adicional e a decorrente crise de frequência de alunos, alguns estabelecimentos do país declararam estar à beira do fechamento.

A má qualidade do ensino secundário provincial desaconselhava o reconhecimento incondicional das aprovações conferidas pelos liceus locais; o alvitre não se afigurava viável nem mesmo aos defensores dos interesses provinciais. (Haidar, 2008, p. 27)

No Piauí, em 1861, as cadeiras de Geografia, Retórica e Gramática Filosófica da Língua Nacional foram extintas.

Em decorrência da redução do número de cadeiras e da abertura de um colégio particular, extinguiu-se o Liceu provincial (Lopes, 2019).

Nesse contexto, pautou-se possibilidade de equiparação ao Colégio de Pedro II. Após discussões acerca dos Estatutos do colégio foi reconhecida a conveniência em conceder as demais instituições os mesmos privilégios de que gozava a instituição da Corte,

[...] a abdicação, por parte dos poderes gerais, de uma parcela das atribuições que detinham, implicava, da parte das Províncias, na aceitação de diretrizes fixadas pelo Governo Central e consubstanciadas nos estatutos e regulamentos do Colégio de Pedro II. (Haidar, 2008, p. 27)

Feita a contextualização do ensino secundário brasileiro pós publicação do Ato Adicional de 1834, nos atentaremos especificamente ao Lyceu de Goyaz.

A criação do Lyceu de Goyaz

O Lyceu foi criado no século XIX inspirado na instituição aristotélica. O Lyceu grego se caracterizou como ginásio de formação da elite sob os ideais da paidéia grega. “O Lyceu era um centro de investigação com um marcado caráter enciclopedista e acumulava todo o necessário para realizar suas tarefas: desenhos, livros, mapas, plantas, minerais, etc.” (Barros; Araújo, 2018, p. 23).

A criação do Lyceu de Goyaz se deu em meio ao contexto de criação do ensino secundário brasileiro.

O Lyceu de Goyaz, o 17^o na ordem de criação, foi criado pela Lei n^o9 de 20 de junho de 1846 e instalado em 23 de fevereiro de 1847, e durante todo o restante do século XIX, a apatia beirava a instituição que não era mais que uma reunião de aulas avulsas [...]. (Barros, 2017, p. 49)

O Lyceu, assim como grande parte das instituições de ensino secundário criadas após o Ato Adicional, enfrentou um conjunto de problemas para sua instalação. As aulas inicialmente foram ministradas em uma casa incompatível com suas necessidades. “Sem sede própria o Lyceu ficou refém de empréstimos de prédios públicos até o ano de 1857, quando foi transferido para a casa doada pelo Dr. Corumbá [...]” (Barros, 2017, p. 47).

A escassez de recursos para a organização dos estabelecimentos de instrução secundária foi enfrentada por várias províncias. Goiás, de acordo com a historiografia tradicional, se encontrava em situação de atraso em decorrência de sua localização de difícil acesso e pela ruína da empresa aurífera no século XVIII. Esses percalços impactavam diretamente as ações de administração da Província.

A carência de transportes e estradas, as grandes distâncias, o parco contingente de pessoas aptas ao exercício dos cargos e a ausência de uma polícia faziam com que a administração sofresse toda a sorte de limitações para exercer o poder público. (Chaul, 2001, p. 37)

Nasr Chaul (2001) aponta que, dentre os argumentos utilizados pelos pesquisadores para reafirmar o estado de apatia da província goiana no século XIX

Alguns colocavam ênfase nos aspectos econômicos, outros na política e administração da época, muitos na formação do povo, na questão da raça, destacando aspectos levantados por viajantes, como o ócio, o marasmo e a preguiça. (Chaul, 2001, p. 70)

No entanto, o autor tece algumas críticas quanto a essa visão consolidada, visto que as análises acerca das características da sociedade goiana

[...] se fazem com base no futuro ou no passado e nunca no presente. Futuro não de possibilidades, mas um futuro determinado a priori, pelo modelo de desenvolvimento dos países modernos, progressistas, desenvolvidos. (Chaul, 2001, p. 72)

Alguns argumentos adeptos à visão de decadência se sustentavam em noções anacrônicas, pautando-se em comparações entre sociedades com traços sociais, culturais, políticos e geográficos distintos.

Nesse sentido, “A pobreza que caracterizava Goiás naquela época impedia que a população fosse mais escolarizada e dificultava o surgimento de uma intelectualidade provincial mais ativa” (Cruz, 2019, p. 111). No entanto, deve-se considerar que a instrução nesse contexto não possuía quaisquer princípios igualitários. Sua difusão era pautada em concepções elitistas.

Em decorrência do distanciamento espacial da antiga capital goiana, uma forma particular de organização social foi sendo estruturada. Nesse contexto, os grupos formados adquiriram características próprias e sua atuação no cenário regional foi determinante na organização da instrução secundária, e conseqüentemente do Lyceu (Barros, 2017).

Esses grupos detentores do poder local eram o público principal do Lyceu de Goyaz.

O ensino ofertado possuía caráter propedêutico. Em seu primeiro regulamento foram criadas as cadeiras de Latim em prosa e verso, Francês em prosa e verso, retórica e poética, Filosofia lógica, metafísica e ética, Aritmética e geometria, História e Geografia (Barros, 2017).

O arquivo do MUBAN e o acesso aos documentos do Lyceu de Goyaz

O Museu das Bandeiras – MuBan está situado na cidade de Goiás, antiga capital do estado. Construído entre 1761 e 1766 sob o título de Casa de Câmara e Cadeia, foi convertido em 1949 em museu através do Decreto-Lei nº 394/49, vinculando-se ao Instituto Brasileiro de Museus Ibram. O prédio foi tombado pelo Iphan em 1951, sob o nº395, fl.77 (Lima; Lima, 2017). Possui uma construção de 225 m² em um lote 1060,8 m², há mais de 500 objetos museológicos preservados pela instituição (MuBan, 2021). Segundo o site oficial do museu, sua principal missão consiste em:

[...] preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação na região Centro-oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando a universalidade do acesso, a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, e contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual; e do respeito aos direitos e à dignidade humana. (MuBan, 2021)

A instituição comporta um rico acervo de documentos sobre o estado de Goiás: Coleção de Partituras (1865-1923); Coleção “Escrituras e Testamentos do Arrayal do Meia Ponte” (1755-1828); Coleção “Americano no Brasil” (1918-1925); Fundo Lyceu de Goyaz (1847-1934); Fundo Real Fazenda (1736-1957), dividido nos períodos: Brasil Colônia, Império e República; Coleção Zoroastro Artiaga (1626-1954); Coleção Hospital São Pedro de Alcântara (1839-1968); Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916); Coleção Ofélia Sócrates (1847-1967) (MuBan, 2021).

Dentre os documentos sobre o Lyceu de Goyaz o arquivo possui: atas, fichas de matrícula, cadernos caixa, cadernos de frequência, cadernos de exames, guias de recolhimento, livros de escrituração, relatórios de inspeção, relatórios de recebimento de doações, dentre outros. Além disso, o arquivo também abriga edições dos principais jornais goianos, como o *Correio Oficial* e o *Correio da Manhã*.

Esse acervo permitiu com que Evangelista (2021) compreendesse o negro no interior do Lyceu, ou melhor, sua ausência na documentação e seus significados.

A pesquisadora tomando os documentos enquanto produções de um tempo e sociedade, pode contribuir com o avanço das pesquisas em História da Educação. Como afirma Le Goff (2013, p. 495) “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto d sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder”.

A pluralidade de fontes do acervo do MuBan reafirma a não uniformidade do tempo histórico como afirma Marc Bloch (2001), afinal, mesmo que referentes a um mesmo objetivo e/ou contexto, os documentos permitem a construção de interpretações plurais. Essas fontes, sob a óti-

ma dos Annales, devem ser tomadas como monumentos e submetidas aos instrumentos da ciência histórica (Le Goff, 2013). Nesse sentido, o arquivo constitui-se enquanto terreno fértil para o ofício de historiador.

Cabe ressaltar que outros arquivos da cidade de Goiás também abrigam documentos do Lyceu, como o arquivo Frei Simão e o arquivo da própria instituição. No entanto, o MuBan destaca-se por sua organização, afinal, possui um catálogo que permite localizar a documentação com maior facilidade. Os documentos ficam alocados em caixas com descrições do conteúdo e período ao qual se refere. Em contraposição, o acervo próprio do Lyceu não possui um catálogo ou organização definida, parte dos documentos ficam alocados em caixas sujeitos a ação de insetos e da umidade.

O acervo do MuBan pode ser acessado de duas formas, através da visita presencial e por meio de solicitação da documentação digitalizada via e-mail. Para a coleta presencial de documentos a instituição exige a reserva de horário com no mínimo 05 dias de antecedência, que é definido segundo disponibilidade do pesquisador e horário de funcionamento do arquivo. A coleta pode ser realizada através da transcrição ou fotografia dos documentos. Para ambos os processos é exigido o uso de máscara e luvas e, apenas o pesquisador pode permanecer no interior do arquivo. Para a captura de fotografias é proibida a utilização de *flash*, visto que a luz excessiva pode comprometer o estado de preservação dos documentos (MuBan, 2021).

O acesso à documentação digitalizada pode ser feito através da solicitação e preenchimento de formulário encaminhado via e-mail pela direção do museu. No formulário de acesso são solicitadas as seguintes informações: Nome;

RG; CPF; Raça/cor; Local de Residência; E-mail; Telefone; Objetivo da solicitação; Autores; Título da pesquisa; Editores e instituição de desenvolvimento. Ao fim do preenchimento deve ser assinado o termo de compromisso, construído com base nas disposições legais de utilização e divulgação de dados de domínio público.

Após aprovação do acesso à documentação é realizada a separação do acervo segundo os temas de interesse do pesquisador. Após a separação, o material é encaminhado via link do Google Drive e o receptor tem até 07 dias úteis para efetuar o download. A instituição também exige o envio de uma cópia do trabalho finalizado para composição do acervo (MuBan, 2021).

Nem toda a documentação possui uma versão digital, afinal, o acervo é muito extenso e o processo de manejo e digitalização é lento. No entanto, quando solicitado o acesso via-email, recebe-se um retorno informando sobre o estado e disponibilidade das fontes, permitindo assim o planejamento da visita presencial caso necessário. Durante as visitas um colaborador qualificado auxilia no processo de identificação dos documentos. Estudantes do curso de História da Universidade Estadual de Goiás também participam de projetos no arquivo, atuando enquanto facilitadores da coleta dos documentos.

Cabe ressaltar que, quando se trata das pesquisas documentais sobre o Lyceu de Goyaz, o acervo do MuBan divide espaço com outros arquivos. O Arquivo Histórico Estadual de Goiás, a Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil e o site Oficial da Câmara dos Deputados são outros repositórios constantemente acessados. No entanto, o arquivo se destaca pela disponibilidade de materiais particulares aos diferentes períodos da história de Goiás.

Considerações finais

O Lyceu de Goyaz tem sido objeto de diversos estudos nos últimos anos. No que se refere a pesquisas baseadas em documentos arquivísticos, Fernanda Barros e Amanda R. G. Evangelista situam-se dentre as principais estudiosas da instituição. Essas investigações, em sua maioria, têm sido desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação de instituições públicas do estado de Goiás como a UFG e a UFCAT, indicando um eminente crescimento da historiografia da educação goiana.

O arquivo do Museu das Bandeiras – MuBan tem atuado como um repositório de documentos essencial para a expansão das pesquisas sobre o Lyceu. A organização do acervo e a consequente facilitação do acesso às fontes tem permitido com que aspectos específicos da instituição sejam analisados, como a conjuntura de criação, as características do ensino ofertado, o perfil do público e as relações com as elites locais. Assim, a expansão dos estudos sobre a instituição sob a ótica da História da Educação tem atuado na desconstrução da visão até então hegemônica de Goiás enquanto local decadente e infértil.

Por fim, espera-se que as políticas e estratégias de organização arquivística aplicadas ao MuBan sejam apropriadas pelos demais acervos da região, uma vez que parte desses carecem de investimento.

Refêrencias

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz**: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia,

Uberlândia. Disponível em: <https://bit.ly/3uCuqyk>. Acesso em: 08 out. 2021.

BARROS, Fernanda. **O Tempo do Lyceu em Goyaz: formação humanista e intelectuais**. 2012. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em: <https://bit.ly/3GFRtKU>. Acesso em: 08 out. 2021.

BARROS, Fernanda. **O Tempo do Lyceu de Goiás: formação humanista e intelectuais (1906-1960)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BARROS, Fernanda; ARAÚJO, J. C. S. Uma genealogia do Liceu aristotélico: a formação humanista e propedêutica para as elites. *In*: BARROS, Fernanda; CARVALHO, C. H. **Inspirações (in)acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XIX-XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 384.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei n.16 de 12 de agosto de 1834**. Rio de Janeiro. 1834.

BRASIL. **Decreto de 2 de Dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1837.

CHAUL, Nassr Fayad. **Caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: UFG Editora, 2001.

CUNHA JUNIOR, Carlos F. F. D. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

Haidar, Maria de Lourdes M. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Andressa Rocha; LIMA, Rayanne Cristynne Rosa. Museu das Bandeiras: “lugar de memória” na Cidade de Goiás. *In: IV CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2017, Goiás-GO. [Anais]* Goiás-GO: Universidade Estadual de Goiás, 2017. p. 01-05. Disponível em: <https://bit.ly/3Lp79WA>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LOPES, A. D. P. C. A constituição do Liceu do Piauí (1845 a 1861): projetando um centro de civilização para o Piauí. *In: FERRONATO, C.; CONCEIÇÃO, J. T. D. Liceus e Ateneus no Brasil nos Oitocentos: História e Memória.* Jundiaí: Paco Editorial, 2019. Cap. 4, p. 240.

MUBAN - Museu das Bandeiras. Instituto Brasileiro de Museus - Museus Ibram Goiás. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sAjY81>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTA CRUZ, Fábio. Santos. **Província Imensa e Distante:** Goiás de 1821 a 1889. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

ENCHENTES DO RIO VERMELHO: IMPACTOS SOBRE O TECIDO URBANO DA CIDADE DE GOIÁS

Lucas Italo Silva Ribeiro

Karine Camila Oliveira

Introdução

Durante o período de colonização do território onde hoje se constitui o Brasil, foram empreendidas diversas caravanas de sertanistas rumo ao interior do continente sul-americano. Essas incursões, que posteriormente passaram a ser denominadas “bandeiras”, partiam das regiões litorâneas nas quais a ocupação portuguesa já estava mais consolidada e buscavam expandir o domínio do Reino de Portugal sobre a colônia. No trajeto, os bandeirantes ainda procuravam encontrar riquezas naturais, capturar indígenas para servir de mão de obra escrava e destruir quilombos. Nesse contexto, algumas bandeiras passaram pela região de Goiás entre os séculos XVI e XVII (Tamaso, 2007), mas apesar de terem encontrado o que buscavam, não houve a iniciativa de se fixarem no território até o início do século seguinte.

A ocupação da área se efetivou com a bandeira do capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva (o segundo Anhanguera), que buscava encontrar ouro na mesma região onde esteve quando criança enquanto acompanhava seu pai, o primeiro Anhanguera. Após três anos em busca do local, a bandeira chega na região de aluviões do Rio Vermelho no ano de 1725 e retorna a São Paulo com a notícia. Em 1726, a bandeira liderada pelo segundo Anhanguera, volta

ao interior de Goiás para fundar o Arraial de Sant'Anna e dar início à ocupação e extração de minérios. Devido ao povoado se localizar a oeste do Tratado de Tordesilhas¹, esse núcleo urbano primário é considerado “[...] a primeira congregação populacional fundada para além dos termos do Tratado” (Oliveira; Fonseca, 2019, p. 109). Portanto, passou a ser de interesse da Coroa Portuguesa fomentar o desenvolvimento do arraial para que, assim, esse novo eixo de expansão do império na colônia se efetivasse.

No dia 1º de agosto de 1739 o arraial é elevado para a categoria de vila na divisão administrativa colonial e a povoação passa a ser denominada Villa Boa de Goyaz, mas mantendo-se como parte da Capitania de São Paulo. Com o desenvolvimento do povoado e da atividade mineradora, surgiram dificuldades para administrar os novos núcleos urbanos que se formavam nessa porção do território distante da sede paulista, então houve a iniciativa da divisão da área da Capitania de São Paulo. Nesse contexto foi criada, em 1749, a Capitania de Goyaz, governada pelo Conde dos Arcos Marcos José de Noronha e Brito e tendo sua capital sediada às margens do Rio Vermelho na Villa Boa de Goyaz.

A partir da segunda metade do século XVIII, a agricultura e a pecuária passaram a receber diversos incentivos oferecidos pelo império a fim de estimular uma diversificação da economia da capitania, visto que, devido ao declínio da atividade de mineração houve uma perda paulatina nos

1. Documento assinado pelos Reinos de Portugal e Espanha em 1494 que definia as áreas descobertas e por descobrir que cada reino detinha no chamado “Novo Mundo”. A divisão foi feita através de uma linha meridional imaginária situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, que na época pertenciam ao reino português. O território a oeste da linha pertencia ao reino espanhol e a parcela leste ao reino português. Esse documento vigorou até o 1750, quando foi firmado o Tratado de Madri.

rendimentos locais. Na cidade onde antes já “havia produzido 25 mil quilos de ouro por ano, agora não chegavam a render oito mil quilos” (Bertan, 1991, p. 42). Apesar da lenta implementação dessa nova atividade econômica na região, a agricultura e a pecuária conseguiram suprir a lacuna financeira que a escassez do ouro provocou.

A economia de Goiás esteve baseada na mineração até o fim do século XVIII. A produção de ouro em Goiás foi crescente até 1753. Após essa data, os números apresentam sistemático decréscimo na produção do minério. A extração de ouro já não compensava mais os investimentos na mão de obra escrava e demais custos. Tornada produtividade cada vez mais escassa, muitos habitantes das regiões mineradoras se deslocaram para as regiões onde praticavam a agropecuária de subsistência. (Tamaso, 2007, p. 37)

A cidade se manteve como capital da Província de Goyaz, após a independência que transformou a colônia em Império do Brasil. Título esse que permaneceu com a virada republicana no Brasil em 1889, até que em 1937 a capital do Estado de Goiás é transferida para a cidade de Goiânia. A justificativa para a mudança da capital do Estado foi que a antiga sede padecia de problemas como “tipologia do sítio, problemas e limitações relativos ao clima, ao abastecimento de água, à rede de esgoto e ao tipo de habitações” (Tamaso, 2007, p. 89).

Com essa mudança, a cidade passou por um processo de estagnação econômica e populacional que contribuiu para que o aspecto que se tem atualmente fosse preservado. Goiás é um documento material do desenvolvimento de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica da co-

lonização portuguesa no território brasileiro. Seu conjunto urbano é um exemplo de adaptação de características europeias aplicadas em diferentes condições físicas e culturais. Na década de 1950, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou algumas edificações de maneira isolada e, em 1978 o órgão tombou o conjunto do centro histórico como um todo. Por fim, em dezembro de 2001, a cidade recebeu o título de Patrimônio Histórico e Cultural Mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Poucos dias após o recebimento do título de Patrimônio Mundial, a cidade enfrentou uma das mais terríveis e devastadoras enchentes do Rio Vermelho, que arrasou com inúmeros imóveis e monumentos. Busca-se aqui delinear os impactos dessas enchentes na estrutura urbana e no imaginário da população, passando pelas diversas relações que a cidade estabeleceu com o curso d'água desde sua fundação.

Rio Vermelho

O Rio Vermelho é um dos principais cursos d'água do estado de Goiás, ao longo dos seus 282 km de extensão, atravessa cinco diferentes municípios da região noroeste do Estado e desenha parte do limite entre essas cidades. Suas nascentes se localizam a cerca de 17 km de distância da sede do município (Cavalcanti; Lopes; Pontes, 2008), onde também recebe as primeiras contribuições no seu volume de água por meio de pequenos córregos e riachos. A foz do Rio Vermelho se dá no encontro com o Rio Araguaia, no município goiano de Aruanã. Suas águas correm a partir dos contrafortes da Serra Dourada e, nesse percurso, formam um vale no qual se assentou a antiga capital goiana.

Durante o período colonial do Brasil, os rios urbanos desempenhavam funções essenciais para o desenvolvimento dos povoamentos. Era através de muitos deles que se obtinha alimentos, se extraía minérios, praticava o lazer ou realizava a navegação, mas apesar disso, as cidades davam as costas aos cursos hídricos. Era comum que os lotes urbanos tivessem os fundos voltados para os rios, assim, as edificações ganhavam um certo distanciamento das atividades que se desenvolviam às suas margens (Figura 1). Esse costume possui origem na forma da organização espacial aplicada em muitas cidades, que se inspiraram nas vilas portuguesas que por sua vez, possuíam traçado medievaresco. Aplicado “sem grandes inovações [...] com estruturas básicas que se formavam a partir de um sistema bipolar, com dois rossios ou terreiros unidos por um eixo, cortado por transversais” (Boaventura, 2007, p 105).



Figura 1. Planta da cidade de Goiás em 1782. Indicações, na ordem numérica crescente de 1 a 8, respectivamente são: Igreja de N. Sra. do Rosário; Igreja de N. Sra. da Lapa; Igreja de N. Sra. do Carmo; Igreja de São Francisco de Paula; Igreja de N. Sra. de Sant'Anna (matriz); Palácio do Governo; Igreja de N. Sra. da Boa Morte; Casa de Câmara e Cadeia

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. Modificado pelo autor.

O traçado urbano da cidade de Goiás se desenvolveu de forma orgânica, moldado pelas condições naturais do sítio, adaptando-se a topografia e aos cursos hídricos. As vias públicas foram traçadas com essa observância ao nível do solo, mas “buscando sempre que possível, mantê-las paralelas e perpendiculares entre si, mostrando suas linearidades e uma tendência à regularidade.” (Boaventura, 2007, p. 105). Nesses quesitos o Rio Vermelho se destaca pois, por conta de seu tamanho e importância, acabou determinando a conformação urbana no centro da cidade com seu desenho natural. Inicialmente, a ocupação da cidade aconteceu nos trechos favoráveis à extração de ouro de aluvião, isto é, em curvas ou pontos de erosão onde a vazão das águas desacelera.

O rio se configura como o principal elemento estruturador da paisagem no centro histórico, fazendo a divisão física e simbólica do centro da cidade. Com a decisão da Coroa Portuguesa de se estabelecer na região, foram instalados os equipamentos públicos que permitiram a elevação do arraial à vila, bem como sua administração. Neste momento, já estavam edificadas duas capelas: uma localizada na margem esquerda do rio, dedicada a Nossa Senhora de Sant’Anna (que dava nome ao arraial), e outra dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na margem direita.

Nota-se que nos espaços públicos de poder há maior concentração de habitações com volumetria similar àquela dos prédios públicos. Assim é que do lado de Santana se encontram as habitações de maior porte, se constituindo no lugar da ordem, nobre, branco, pardo e puro [...]. Do outro lado do rio, o lado do Carmo (também chamado de lado do Rosário), as “habitações são mais modestas, tanto em escala quanto em tratamento arquitetônico” [...]. À margem direita do rio restava o lugar do impuro. (Tamaso, 2007, p. 56)

Outro aspecto que difere a cidade de Goiás de outros núcleos urbanos coloniais que tinham a mineração como mote do crescimento é a localização das frentes de expansão inicial. Geralmente os “arraiais do século do ouro se caracterizam por uma linearidade que invariavelmente acompanha o curso d’água, em função principalmente da distribuição das datas mineradoras” (Coelho, 1997, p. 104). No então Arraial de Sant’Anna, os núcleos de expansão se localizavam de forma perpendicular em relação ao Rio Vermelho, sendo eles: o largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário; e o largo do Chafariz da Boa Morte, onde também se localizava uma das principais sedes de poder regional, a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 1).

A conexão entre as duas margens no centro da cidade, é hoje feita por cinco pontes que conectam a malha viária (Figura 2). As mais recentes são as pontes da Abadia e a do Mercado, ambas foram construídas ao longo do desenvolvimento urbano entre os séculos XIX e XX (Silva; Júnior, 2018). Com o crescimento urbano e o aumento da demanda por terrenos, se passou a construir residências nos fundos de lote, fato esse que modificou a característica morfológica do macroparcelamento que pode ser visto em mapas mais antigos da cidade. Além disso, a construção de aterros sucessivos para construção de uma via pública margeando o rio, atualmente nomeada Avenida Sebastião Fleury Curado, alterou substancialmente a paisagem e a forma urbana. Fato que pode ser considerado com base nos “indícios de camadas antropogênicas, possivelmente de depósitos tecnogênicos construídos para elevação e terraplanagem do terreno que configura a paisagem atual” (Oliveira; Dantas; Oliveira, 2019, p. 85).

Do centro histórico até aos bairros mais afastados da cidade, o Rio Vermelho se apresenta como um símbolo importante para as dinâmicas locais de identidade, história e simbologia do estado de Goiás². A fundação do arraial se deu por conta da extração mineral empreendida neste curso hídrico, portanto, todo o desenvolvimento do núcleo urbano de Goiás possui uma forte correlação com o rio.

2. O Rio Vermelho faz parte “do mito de origem” do estado de Goiás, se conta que Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, ao chegar na região em busca de ouro insistiu para que os indígenas indicassem onde se encontravam as jazidas desse minério. Após a negação, segundo (Tamaso, 2007) o líder da bandeira ateou fogo em uma bateia com álcool, simulando estar colocando fogo em água. E, após ameaçar fazer o mesmo com o rio, passou a ser chamado de Anhanguera pelos indígenas, alcunha que possui o significado de “Diabo Velho”.



Figura 2. Rio Vermelho e pontes no centro histórico. Indicações, na ordem numérica crescente de 1 a 5, respectivamente são: Ponte da Cambaúba; Ponte do Carmo; Ponte da Abadia; Ponte do Mercado
Fonte: Google Earth, 2020. Modificado pelo autor.

O Rio Vermelho também é onde se localiza um dos principais pontos de lazer da cidade, sobretudo o trecho que atravessa o Parque Municipal da Carioca. No local, é possível encontrar pequenas cascatas, poços e até uma pequena faixa de areia. Além disso, o parque possui equipamentos como pistas de caminhada, parque infantil, campo de futebol, área para *camping*, trilhas e um restaurante. Todas as atividades desenvolvidas nesses espaços são beneficiadas por estarem em meio a grandes árvores às margens do curso hídrico, que conformam um microclima agradável aos visitantes. De acordo com Passos (2018) já houve outras tentativas por parte do poder público de viabilizar infraestrutura para lazer no Rio Vermelho. Apesar das poucas informações a respeito do espaço, existiu na cidade um balneário público. Construído em 1943, a estrutura contava com uma grande piscina e uma edificação usada como vestiário.

O curso d'água integra também a paisagem da cidade, de forma que é difícil imaginá-la sem ele e vice versa. Mesmo nos trechos onde o acesso direto é limitado, o contato visual com o rio é presente, o configurando como um elemento de fruição da paisagem. Durante o dia, é comum ver turistas parados nas pontes admirando a vista e olhando os peixes no rio. Esse contato também é observado nos bancos localizados junto às cabeceiras das pontes da cidade, onde é comum ver as pessoas conversando enquanto estão sentadas nos momentos de sol menos intenso. O comércio local que possui maior proximidade às margens do rio também aproveita sua presença, sobretudo da brisa durante a noite, e dispõe mesas e cadeiras nas calçadas da orla para que seus clientes possam desfrutar da paisagem (Figura 3).



Figura 3. Orla do Rio Vermelho

Fonte: Demes Gomes (Google Maps), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34MZMay>.
Modificado pelo autor.

Apesar dos aspectos positivos do curso d'água atravessar a cidade, há também desafios que demandam que soluções sejam tomadas por parte do planejamento urbano local. No caso do Rio Vermelho isso se mostra essencial, visto que há diversos registros de enchentes que arrasaram parte da cidade. Assim, o rio é visto “ora um problema [...], ora mecanismo de sobrevivência, como referência cultural” (Gomide, 2007, p. 166).

Esse fenômeno é recorrente no Rio Vermelho por conta das condições físicas do território no trecho onde ele passa pela Cidade de Goiás. Um dos principais contribuintes para as cheias trágicas é o percurso do rio, o formato de vale implica na aceleração das águas neste trajeto, especialmente quando há um volume de chuvas maior do que o natural. Isso faz com que chegue muito rapidamente uma grande vazão de águas na cidade, com grande força de destruição. Além disso, o bioma Cerrado também influi nessa dinâmica, pois

ele possui dois períodos bem definidos e intensos: chuvoso e de estiagem. O período das chuvas na região se concentra nos meses de outubro a abril e é comum que nessa época a chuva caia de forma torrencial e em um curto período.

Considerando as rochas, a geomorfologia bastante acidentada, os solos rasos e repletos de afloramentos rochosos, além, da bacia do Rio Vermelho ser circular e com condição de vazão intensa quando o volume de águas é mais intenso do que o normalmente suportável, é possível inferir que de fato a Bacia do Rio Vermelho apresenta características naturais de propensão para ocorrência de enchentes. (Silva; Barbalho, 2016, p. 2248-2249)

Além dos fatores naturais, a ação do homem na região também influi no fenômeno das cheias de forma direta, desde o início da ocupação da área com a escavação das margens do rio para a extração de minério até o desenvolvimento de um modelo de agropecuária agressiva ao meio ambiente. Ambas as atividades contribuíram para a modificação do leito do rio e degradação da cobertura vegetal natural. Devido o atual estado do solo, com vegetação debilitada, o escoamento superficial das águas é facilitado e direcionado aos riachos e córregos que deságuam no Rio Vermelho. O desmatamento da vegetação ciliar também contribui nesse processo que deixa as margens mais fragilizadas e suscetíveis ao assoreamento. A intervenção negativa do homem também é observada dentro do perímetro urbano da cidade. Por conta da impermeabilização do solo, as águas que caem sobre a cidade escoam diretamente e com muita rapidez para a calha do rio, contribuindo para uma cheia repentina (Filho; Ribeiro, 2006). O canal de

arrimo construído nas margens do rio agrava ainda mais esse cenário, por tomar o lugar da vegetação ciliar, o fluxo do Rio Vermelho toma ainda mais velocidade nesse trecho durante um aumento repentino do volume de água.

Enchentes

De acordo com Cavalcanti, Lopes e Pontes (2008) as enchentes mais danosas aconteceram nos anos de 1782, 1839, 1864, 1981, 1989 e 2001. Os registros mais antigos que se tem das enchentes são escassos e, em sua maioria, relacionados aos estragos e prejuízos financeiros que a cidade sofreu, visto que essa era uma das principais funções da escrita na época. Uma característica em comum que pode ser observada é que o período do ano em que as enchentes do Rio Vermelho aconteceram coincide, de dezembro a março. Justamente os meses nos quais se concentram as chuvas mais fortes no bioma Cerrado.

A enchente ocorrida no primeiro mês de 1782 é a primeira de maior proporção que se tem registro, documentos mostram que houve danos de grande impacto para a cidade. Foram levadas pela força do rio as três únicas pontes que ligavam as duas porções da cidade na época (Figura 2: ver indicação das pontes 1, 2 e 3). Por conta disso, a cidade ficou dividida e sem comunicação por quase um ano, como se pode constatar na passagem de um cronista anônimo da Descrição da Capitania de Goiás e Tudo que Nela é Notável até o Ano de 1783:

Vila Boa é Capital desta Capitania. Está situada em uma baixada do Rio Vermelho, cuja corrente a divide quase em duas partes iguais, e se comunicam seus moradores por três pontes de madeira, destruídas inteiramente pela força de uma grande cheia no dia

9 de janeiro de 1782, e hoje edificadas pelo melhor método do Exmo. Sr. Luiz da Cunha Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás. (Descrição, 1783, p. 73 apud Oliveira, 2014, p. 311)

A enchente ocorrida em 19 de fevereiro de 1839 também foi uma das maiores que se tem registro. Os prejuízos financeiros foram enormes, houve danos em muitas casas, comércios, chácaras, pontes e até nos muros e em algumas paredes do Hospital de Caridade São Pedro (Oliveira, 2014), que se localiza às margens do rio. Esses enormes danos se explicam por conta do rompimento de contenções ao longo do curso do Rio Vermelho e do córrego Manoel Gomes que contribuíram para a elevação repentina do nível das águas, dando força para a destruição que se sucedeu. Além de todos esses grandes danos à Cidade de Goiás, a perda mais significativa durante esse evento trágico foi a destruição por completo da Igreja de Nossa Senhora da Lapa.

A Igreja de Nossa Senhora Lapa foi construída em 1749, a mando de Vicente Vaz Rocho, e acolhia a Irmandade do Santíssimo Sacramento (Boaventura, 2007). Possuía arquitetura simples, com paredes feitas em taipa de pilão e caiadas de branco, se localizava onde hoje passa a Avenida Sebastião Fleury Curado, logo à frente do monumento da Cruz do Anhanguera (Figura 1: ver indicação 2). Devido a tamanha intensidade das águas do Rio Vermelho, as paredes de terra da Igreja não suportaram e ruíram, como mostra a carta³ do então presidente da Província de Goyaz, Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Freury ao Ministro do Império, Bernardo Vasconcelos:

3. Reprodução do documento cedida pelo Museu das Bandeiras, Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, do Ministério do Turismo - MTur (Autorização nº 10/2020).

A chamada serviu para despertar os habitantes d'ambos os lados da cidade, mas já sem comunicação por terem caído as pontes; houve, porém em toda parte a mesma energia, a mesma boa vontade e todos se empregavam em livrar e auxiliar os desgraçados. A capela de N. Sra. da Lapa solidamente edificada, sendo sua torre e paredes de pedra e cal, não pôde conservar-se e aluídos seus alicerces por estar junto ao caes do rio caiu toda, cavando o rio o próprio terreno em que ela tinha existido. (Estado de Goyaz, 1893, p. 3)

Na década de 1980, houve uma sequência de três grandes cheias do Rio Vermelho, em ordem crescente de destruição (Passos, 2018). A primeira aconteceu no dia 20 de fevereiro do primeiro ano da década e derrubou paredes de casas próximas às margens. A segunda aconteceu na tarde do dia 29 de março de 1981 e segundo os registros, as águas chegaram a subir 2,80 metros acima do nível normal do rio. Mas a maior dessa sequência atingiu a cidade em 1989 no dia 17 de dezembro durante uma tarde na qual o Rio Vermelho subiu 3,25 metros e invadiu diversas casas, comércios e danificou as estruturas dessas construções.

O ano de 2001 trouxe à Cidade de Goiás o reconhecimento como Patrimônio Mundial, fato que revigorou o orgulho dos vilaboenses que antes se viam esquecidos e injustiçados com a transferência da capital para Goiânia. Mas infelizmente essa alegria se transformou drasticamente, poucos dias após o título dado pela Unesco, pois uma grande enchente atingiu a cidade e causou enormes danos, sobretudo no trecho mais próximo ao Rio Vermelho (Figura 4). Esse acontecimento marcou de forma negativa a população e se mantém muito presente na memória dos vilabo-

enses e dos turistas que visitam a cidade, pois esse fato foi notícia em todo o país devido às suas grandes proporções.



Figura 4. Frames de reportagem mostrando os estragos da enchente de 2001

Fonte: *Jornal do Meio Dia*, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33aWddQ>.

Em relação aos danos físicos, houve a destruição de diversas construções particulares e públicas. As pontes da Cambaúba, da Lapa e do Carmo foram destruídas, assim como parte da Rua Sebastião Fleury Curado, à beira do Rio Vermelho. Diversas residências foram levadas pelas águas do rio, fazendo com que cerca de 195 pessoas ficassem desabrigadas. O monumento da Cruz do Anhanguera foi destruído e a cruz de madeira que coroava o monumento desceu enxurrada abaixo. A casa onde viveu a poetisa Cora Coralina foi inundada e uma parte do acervo do museu, instalado na edificação em sua homenagem, foi comprometido.

A grandiosidade dessa enchente foi tamanha que a faz ser apontada como a maior que já ocorreu na cidade até então, com prejuízos que alcançavam R\$8,5 milhões de acordo com a Prefeitura de Goiás (Oliveira, 2014). Apesar dos danos e dos valores exorbitantes, o processo de recuperação da porção do centro histórico da cidade afetada pela catástrofe foi realizado com rapidez e em um período de menos de um ano, os danos foram solucionados e a cidade voltou a ter aspecto similar ao de anteriormente.

Soluções Aplicadas

Após a enchente de 2001, considerando o impacto de grandes proporções na estrutura urbana e arquitetônica da cidade, diversas medidas foram adotadas para a recuperação física das construções e prevenção de novas enchentes de dimensões catastróficas. De acordo com Filho e Ribeiro (2006), foi por esse motivo que órgãos públicos já existentes na cidade foram estruturados e novos foram implantados. Apesar de serem insuficientes para a efetiva prevenção de novos desastres, essas instituições auxiliam no monitoramento e análise de dados relacionados a esses eventos.

A subunidade regional do Corpo de Bombeiros, que já funcionava na cidade anteriormente a enchente de 2001, passou por uma série de melhorias em seu espaço físico com uma nova sede, e os combatentes foram capacitados por meio de cursos de prevenção e controle de enchentes. O órgão monitora constantemente o nível do Rio Vermelho à jusante e à montante do nível onde a Cidade de Goiás se consolida. É feito também um acompanhamento meteorológico focado nos índices pluviométricos para que, assim, haja respaldo nas ações a serem desenvolvidas frente a um possível cenário de risco. Em 2005, foi criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) para acompanhar com maior proximidade as ações de prevenção de desastres e salvaguarda da integridade física dos habitantes das áreas suscetíveis às enchentes na cidade. Entretanto, as ações da Defesa Civil já vinham sendo implementadas antes da criação da representação municipal do órgão.

[...] a Defesa Civil teve e tem papel importante na prevenção de danos decorrentes de novas enchen-

tes na área urbana do Município de Goiás, vez que através do pareceres técnicos nº 013 e 016/2002 da DIDE24 , elaborados por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, apontou a necessidade de demolição das edificações atingidas pelas enchentes, na Av. dom Prudêncio, que margeavam o Rio Vermelho e dificultavam o escoamento de águas, em caso de intensa precipitação hídrica no local. (Filho; Ribeiro, 2006, p. 16)

Além da demolição de algumas edificações danificadas pela enchente de 2001, que deram lugar a uma maior área para a calha de escoamento do rio, poucas soluções estruturais foram implementadas. É possível observar, ainda, um alargamento da calha do Rio Vermelho no trecho próximo ao prédio da Prefeitura Municipal, que também é uma tentativa de ampliação do leito para evasão das águas. Outra intervenção possível de ser observada é a existência de pedras no rio, posicionadas de maneira contínua e perpendicular em relação ao fluxo hídrico, formando pequenas quedas artificiais em alguns trechos. Também podem ser vistas grandes pedras colocadas em seu leito para desacelerar sua vazão.

A relação com o rio em uma cidade histórica protegida passa a impactar até mesmo nas decisões de restauro empreendidas. É o que pode ser notado no caso das recentes reconstruções das pontes do Carmo (2011) e da Cambaúba (2015) (Figura 2: ver indicação das pontes 1 e 3). Ambas as estruturas, originalmente de madeira, já haviam passado por sucessivas reconstruções com este mesmo material. Até que fora determinado pelo Iphan a reconstrução com fundação, pilares e vigas de concreto, tendo em vista a vulnerabilidade da madeira frente aos ciclos fluviais. Trata-se

de uma interessante mudança de perspectiva, devidamente fundamentada, que resulta em impacto paisagístico e de referência de sistema construtivo.

Considerações finais

As sucessivas enchentes que impactaram a cidade de Goiás no decorrer dos séculos fizeram com que se desenvolvesse uma relação de muitos significados com o Rio Vermelho. As interações entre a ocupação urbana e o rio, ao longo do tempo, se modificaram devido às mudanças de necessidades da cidade e de seus habitantes. O rio é muito presente na vida dos vilaboenses ainda hoje, principalmente nas atividades relacionadas ao lazer e à fruição da paisagem. Atualmente se reconhece sua importância como um elemento estruturante da cidade, para além da constituição da paisagem urbana, mas também como um importante eixo de circulação. Esse papel estruturador não é estático, a dinâmica do rio com suas cheias e os períodos de seca modifica a paisagem e as relações que as pessoas estabelecem com ele: perdas, ressignificações, reconstruções, recuperação, travessias, entre outros.

O rio que já foi produtor de riquezas e essencial para a vida urbana que se desenvolveu às suas margens, é também um ameaçador da integridade do conjunto nos períodos de maior precipitação. Essa relação de temor é muito presente até os dias atuais e reforçada na época de maior precipitação na região, acompanhada da curiosidade dos habitantes em saber sobre o estado do rio após uma chuva mais intensa. E, apesar de se observar algumas intervenções na tentativa de solucionar esse problema, fica claro que, em sua maioria, foram aplicadas apenas medidas paliativas e de pouco impacto que não contribuem muito para uma relação mais

segura entre os vilaboenses e o curso hídrico. Seria importante o desenvolvimento e aplicação de medidas estruturais para resolver o problema de forma permanente para que, assim, desastres como os que já aconteceram no passado não voltem a oferecer risco a cidade

Refêrencias

A GRANDE ENCHENTE. **Estado de Goyaz**. Goiás, ed. 85, 1893. 03-04.

ARQUIVO Público do Distrito Federal. **Planta da cidade de Goiás**. Distrito Federal, 1985. Arquivo Histórico do Exército. Disponível em: <https://bit.ly/3oAKe0v>. Acessado em: ? ago. 2020. Acesso em: 16 ago. 2020.

BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na Capitania de Goiás. **Ciência Hoje**, SPPC, Vol. 12, n. 70, 1991.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP. São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, M. A.; LOPES, L. M.; PONTES, M. N. C. Contribuição ao entendimento do fenômeno das enchentes do Rio Vermelho na Cidade de Goiás, GO. *In: Boletim Goiano de Geografia*, v. 28, n. 1. Goiânia, 2008.

COELHO, Gustavo Neiva. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro**: O caso de Vila Boa. 1997. p. 131. Dissertação (Mestrado em História e Região) – UFG. Goiânia.

FILHO, Benjamin Martins de Assunção; RIBEIRO, Sebastião Nolasco. **Ações públicas preventivas a enchentes nas margens urbanas do Rio Vermelho – Cidade de Goiás**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3NIHzCc>. Acesso em: 30 maio 2022.

GOMIDE, Cristina Helou. **Antiga Vila Boa de Goiás** - Experiências e memórias na/da cidade patrimônio. 2007. p. 192. Tese (Doutorado em História Social) – PUC/SP. São Paulo.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. As tragédias como evento hermenêutico: As enchentes do Rio Vermelho na Cidade de Goiás. *In: História e Cultura, Franca*, v.3, n.3 (Especial), p. 306-324, 2014.

OLIVEIRA, Karine Camila; FONSECA, Thalita Pereira. A não reconstrução na recuperação da paisagem cultural da cidade de Goiás. *In: NEVES, Rachel Myrrha de Paula e Silva; SILVA, Vânia Myrrha de Paula e. Estudos brasileiros sobre patrimônio: Vol. 1.* Belo Horizonte: Poisson, 2019. 109-119.

OLIVEIRA, Marcelo Iury de; DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel. As transformações na paisagem: o Mercado Municipal da Cidade de Goiás. *In: Revista Mosaico*, v. 12. Goiânia, 2019. 68-90.

PASSOS, Elder Camargo. **Goyaz de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

RETROSPECTIVA 30 ANOS TV SERRA DOURADA ENCHENTE RIO VERMELHO. Jornal do meio dia. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33aWddQ>. Acessado em: agosto de 2020.

SILVA, Adriana Aparecida; BARBALHO, Maria Gonçalves da Silva. Os fatores naturais, o uso, a chuva e a enchente no Rio Vermelho na Cidade de Goiás-GO em 2001. *In: XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA: VARIABILIDADE E SUSCETIBILIDADE CLIMÁTICA: IMPLICAÇÕES ECOSSISTÊMICAS E SOCIAIS*. Goiânia, 2016. 2244-2253.

SILVA, Elias Manoel da; JÚNIOR, Wilson Vieira. **Goyaz: Guia de cartografia histórica**. Brasília: Ace Comunicação e Editora, 2018.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio** – Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. p. 768. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UnB. Brasília.

AS DÉCIMAS URBANAS E SUA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DAS CIDADES

Nádia Mendes de Moura

O que revelam as Décimas Urbanas? ¹

A Décima Urbana foi promulgada em junho de 1808 e, inicialmente, se restringia às cidades, vilas e “lugares notáveis” do litoral. No ano seguinte, a tributação se estendeu aos núcleos urbanos do interior, conforme consta no Alvará promulgado em 03 de junho de 1809². Como o próprio nome diz, a aplicação da Décima Urbana se limitava aos bens localizados dentro do perímetro urbano então definido para tanto, fazendo parte do rol de imóveis

casas, chácaras ou quintais, cocheiros, cavalariças, senzalas, barracas, telheiros, trapiches, armazéns, lojas, theatros, estalagens, fabricas, quaisquer outros edifícios, seja qual fôr a denominação e a forma que tenham³.

Alguns bens de raiz, entretanto, estavam isentos, como por exemplo aqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia (“pela piedade do seu instituto”⁴), os imóveis em obras,

1. Esse texto (com exceção das Considerações Finais) é um excerto do Capítulo 4 da tese de doutorado “Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)”, defendida em 2018 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

2. Um ao depois, temos o registro do lançamento das Décimas Urbanas de alguns núcleos da Capitania de Goiás – Vila Boa, Meia Ponte, Bonfim, Santa Luzia, Pilar, Crixás, São José, Traíras, Cavalcante, Arraias, Conceição, Carmo e Natividade.

3. Conferir o Decreto nº 152 de 16 de abril de 1842.

4. Conferir o Alvará de Ley de 03 de junho de 1809.

os arruinados ou desocupados e as casas cujos moradores (proprietários ou inquilinos) vivessem em estado de pobreza.

O valor cobrado pelo imposto estava diretamente ligado ao potencial rendimento de aluguel anual do imóvel. No caso de edificação alugada, o valor cobrado pela Décima era facilmente identificado. Se não estivesse alugada, era realizada uma avaliação do bem com base no seu potencial locatício anual, chegando-se a um valor estimado. Ao analisarmos as Décimas Urbanas da Capitania de Goiás, não fica claro quais critérios foram utilizados nas estimativas de valor. Tendo como base os estudos da Décima Urbana de São Paulo de 1809 realizados por Beatriz Bueno (2005, p. 68), o número de pavimentos e a quantidade crescente de lanços⁵ interferia na valorização do imóvel.

Não podemos afirmar que a localização influísse de maneira decisiva na valorização dos imóveis nos arraiais⁶ da Capitania de Goiás do Oitocentos, uma vez que a diversidade dos valores atribuídos ao rendimento anual dos bens localizados num mesmo logradouro era marcante. Ao lado de edificações muito valorizadas, encontramos bens que pagavam baixos tributos. Diante disso, podemos nos aproximar do que Le Goff (1992, p. 185) classifica como *sociotopografia urbana*, ou seja, a forma como grupos sociais distintos se espacializam no sítio urbano, formando um espaço heterogêneo. Num mesmo logradouro de Meia Ponte encontramos o imóvel mais caro do sítio, tendo como vizinhos senhores de alta e baixa patente, “Donas”, imóveis arruinados e casas medianas.

5. Os lanços correspondem à largura da testada do imóvel na fachada frontal, caracterizada pelo ritmo das aberturas – portas e janelas. Trabalhando como um módulo, em média cada lanço, na São Paulo da taipa de pilão, correspondia a 4,40 m (Bueno, 2005, p. 68) e em Cunha media 5,50 m (Borsoi, 2013, p. 173).

6. Embora, em Vila Boa, isso se faça notar.

Fato semelhante também ocorria em núcleos urbanos maiores como Rio de Janeiro ou São Paulo. No entanto, Bueno (2005) e Cavalcanti (2004) observaram certas lógicas. Os imóveis mais valorizados estavam situados nas zonas mais bem atendidas pela infraestrutura caracterizada por ruas calçadas, iluminação pública, proximidade com equipamentos administrativos, enfim, o “(...) lugar da agitação comercial, dos negócios, dos grandes eventos sociais, políticos e culturais da vida tipicamente urbana” (Cavalcante, 2004, p. 248).

A Décima revela nas suas linhas e entrelinhas uma série de informações preciosas, como dá a ver o número de imóveis de cada núcleo. A título de comparação, de acordo com as Décimas urbanas de 1808, o Rio de Janeiro possuía 7.548 imóveis (Cavalcante, 2004), ao passo que em 1809, São Paulo tinha 1.281 imóveis (Bueno, 2005), Vila Rica, em 1812, apresentava 1.651 imóveis (Carrara, 2001) e Vila Boa, em 1810, 698 casas. A cidade de Mariana, em 1811, tinha 607 imóveis (Carrara, 2001), a Vila de Paranaguá, em 1808, 294 bens (Kato, 2011), Curitiba, em 1810, 244 imóveis (Kato, 2011) e a Vila de Cunha, em 1809, 119 casas (Borsoi, 2013), o que equivalia aos congêneres Meia Ponte, Pilar e Natividade, em ordem de grandeza (Tabela 1).

Núcleo Urbano	Ano ⁷	Número de Imóveis
Vila Boa	1818	725
Pilar	1816	284
Meia Ponte	1819	308
Natividade	1817	198

Tabela 1. Décimas Urbanas da Capitania de Goiás⁸

Fonte: MuBan - Pasta 1.1.4. “Lançamento da Décima e Receita”.

7. A escolha desse recorte temporal específico se deu em função de outras fontes encontradas referentes aos respectivos núcleos, visando o cruzamento de dados na análise de cada caso.

8. Analisadas na tese “Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)” (Moura, 2018).

Verificamos que o valor atribuído à taxação não equivalia exatamente ao percentual de 10% do rendimento anual dos im oveis. Por exemplo, um im ovel cujo “rendimento anual”   de 1\$800 r eis, a cobrança do imposto não   \$180 r eis, e sim \$162 r eis. Kato (2011, p. 16) nos esclarece melhor essa questão:

Como exemplo hipotético, partimos do preço de um aluguel anual no valor de 1\$000 r eis. Retirava-se deste valor 10%: 0\$100 r eis. Desta última cifra se subtraía 10% para consertos das fachadas: \$010 r eis. A importância restante era o imposto predial: \$090 r eis. Ou seja o imposto representa 9% do aluguel.

As Décimas Urbanas da Capitania de Goiás foram localizadas no arquivo do Museu das Bandeiras (MuBan), na cidade de Goiás. Além da documenta o referente   Vila Boa, identificamos as Décimas de Araxá e Desemboque (desmembradas da Capitania de Goiás em 1816), Arraias, Bonfim, Carmo, Cavalcante, Concei o, Crixás, Flores, Meia Ponte, Natividade, Pilar, Santa Cruz, Santa Luzia, São José e Traíras. Vale ressaltar que nem todos os *cadernos* encontram-se em bom estado de conserva o, embora atualmente estejam armazenados de maneira adequada sob os cuidados de especialistas⁹.

Salvo algumas exce es, por ano, foram encontrados dois volumes referentes às Décimas: o primeiro onde constam as informa es referentes aos im oveis identificados por *Caderno de Lançamento* e o outro em que ficam registrados os pagamentos, o *Caderno de Receitas*. Este último apresenta a listagem com o valor dos impostos dos im oveis, apontando proprietário e a situa o da quita o do tributo.

9. Os principais danos encontrados nos cadernos dizem respeito ao ataque de xilófagos, a o corrosiva da tinta ferrog lica no papel e manchas de umidade. A despeito disso, os documentos consultados apresentavam bom estado de conserva o.

Núcleo Urbano	Ano de Arrecadação	Núcleo Urbano	Ano de Arrecadação	Núcleo Urbano	Ano de Arrecadação
Araxá (MG)	1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819	Arraias (TO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821	Bonfim (Silvânia - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820
Carmo (Monte do Carmo - TO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817	Cavalcante (GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817	Conceição (Conceição do Tocantins - TO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820
Crixás (GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814	Desemboque (Distrito de Sacramento - MG)	1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1824	Flores (Flores de Goiás - GO)	1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817

Meia Ponte (Pirenópolis - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822	Natividade (TO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817	Pilar (Pilar de Goiás - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821
Santa Cruz (GO)	1818, 1819, 1820, 1821	Santa Luzia (Luziânia - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822	São José (Niquelândia - GO)	1810, 1811
Traíras (Tupiraçaba, distrito de Niquelândia - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818	Vila Boa (Goiás - GO)	1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822		

Tabela 2. Identificação das Décimas Urbanas da Capitania de Goiás

Fonte: MuBan - Pasta 1.1.4. "Lançamento da Décima e Receita".

Os cadernos eram supervisionados pelo Superintendente da Junta da Décima e transcritos por um escrivão ou um tabelião. O trabalho de campo era atribuição de mestres carpinteiros e pedreiros. Os responsáveis pelo lançamento das Décimas eram nomeados pelo Superintendente da Junta.

Abrindo o trabalho de registro dos imóveis no *Caderno de Lançamento*, era de praxe a manifestação do Superintendente apresentando os membros da *Junta da Décima* na folha de rosto, seguidas pelas páginas onde constavam o lançamento do tributo devidamente numeradas e rubricadas. Na última página, era comum encontrar uma nota de encerramento do lançamento da Décima daquele ano, constando a assinatura do escrivão/tabelião e do superintendente. Após analisar uma quantidade significativa de *Cadernos de Lançamento*, percebemos que as formalidades da folha de rosto e da página de encerramento variaram ao sabor daqueles que as preencheram.

Conforme listado no parágrafo 2 do artigo 8º do Decreto nº 152/1842, para o lançamento da Décima dos prédios urbanos, era necessário o cadastro de alguns dados, como a

(...) declaração dos nomes das ruas, travessas, praças, etc.; numeração das casas, com declaração dos andares e lojas que tiver, debaixo dessa mesma numeração; estado em que se acharem, se em ruína ou em obra, se desabitados ou ocupados pelos proprietários, ou alugados; capacidade e rendimento annual dellas; nomes dos proprietários e dos inquilinos; e todas as mais circunstancias essenciais para a feitura do lançamento.

De maneira geral, o *Caderno de Lançamento* concentrava o cadastro dos imóveis em um único volume – com exceção do caso de Vila Boa, que apresentava um núme-

ro muito superior de bens arrolados, afinal era a única vila e a sede administrativa da Capitania. Dessa forma, Vila Boa apresentava os bens cadastrados em dois volumes: um correspondente ao distrito do Rosário e o outro englobando os imóveis do outro lado do Rio Vermelho, referente ao distrito de Santana.

<p>Lançamento da Décima do Bairro do Rozario Rua do Rozario (Lado Direito)</p> <p>1º [A] Propriedade de Pedro Domingos Ferreira arbitrado o rendimento. de sete mil e duzentos reis por anno de que vem a Decima seiscentos e quarenta e oito reis que sae.....</p> <p>..... \$648</p>
<p>Lançamento da Décima [Santana] Rua Direita (Lado Direito)</p> <p>N. 272. Propriedade de N. Snra. da Lapa de q he Inquil. o Rdo. João Pera. Cardozo, q declarou debaixo de juramento pagar por anno de aluguel sete mil e duzentos reis, de q vem a Decima seiscentos quarenta oito reis.....</p> <p>.....\$648</p>

Tabela 3. Transcrição paleográfica de extratos dos *Cadernos de Lançamentos da Décima Urbana de Vila Boa - 1818*

Fonte: Muban - Pasta 1.1.4. "Lançamento da Décima e Receita".

Analisando os *Cadernos de Lançamentos* das Décimas Urbanas da Capitania de Goiás, encontramos uma variedade interessante na forma com que os imóveis foram listados e descritos. Essa diferença não se limita apenas aos diversos núcleos urbanos: essa variante está presente nos cadernos do mesmo ano da Décima de Vila Boa¹⁰. Não só pela grafia, pela tinta utilizada ou pela disposição das informações,

10. Caso semelhante foi retratado por Cavalcanti (2004, p. 263) no lançamento das Décimas Urbanas do Rio de Janeiro de 1808. O perímetro urbano na cidade (composto por 5 freguesias: Sé, São José, Engenho Velho, Candelária e Santa Rita) foi dividido em 2 conjuntos, inscritos em *Cadernos de Lançamentos* distintos. Para cada setor, foi nomeada uma Junta Administrativa distinta.

verificamos na Décima de Vila Boa de 1818 que o teor da informação disponibilizada nos dois *Cadernos de Lançamentos* é diferente, conforme observamos na transcrição paleográfica acima. A conclusão que chegamos é que cada lançador imprimiu a sua personalidade, sendo validada posteriormente pelos respectivos Superintendentes das Juntas.

Ao contrário do que ocorre com o lançamento das Décimas de São Paulo, Cunha ou Rio de Janeiro, as Décimas Urbanas da Capitania de Goiás não apresentam dados referentes à tipologia do imóvel (térreo, sobrado ou assobradado), ao número de lanços ou ao seu uso, impossibilitando análises mais aprofundadas como as que foram realizadas nesses núcleos urbanos. Kato (2011, p. 16) nos relata que, no caso do lançamento das vilas da comarca de Paranaguá, as informações eram ainda mais sucintas, constando apenas dados referentes à localização do imóvel, à identificação do proprietário e aos valores do aluguel e da taxa.

A ausência de informações sobre a profissão ou ofício dos proprietários compromete a análise dos resultados das Décimas Urbanas da Capitania de Goiás, problema acentuado pela carência de censos¹¹ mais detalhados na Capitania. No entanto, as hierarquias sociais são percebidas nos títulos honoríficos ou nas patentes militares e religiosas dos proprietários. Por outro lado, foram lançados dados referentes às outras camadas da população, compostas por

11. Como por exemplo o *Acento das cazas próprias, e de aluguer q' ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitania de São José do Piauí, suas Famílias, pessoas de hum, e outro sexo, mossos, e Escravos, seus Suburbios, e Arebaldes, cazas e rossas delles q'ó Ill.mo S.r João Pereira Caldas governador da dita Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.am mor da mesma Cid.e, e da governança della, de que foy Escrivão Luiz Ant.º Ribr.º da mesma governança, de 1762.* Referência das mais importantes utilizada por Arraes (2017) em sua tese.

proprietários de imóveis que eram pobres, miseráveis, enfermos, crioulos, negros forros e pessoas sem sobrenome. Ao nos aprofundarmos caso a caso, passamos a ter indicativos que contribuem na análise *sociotopográfica*.

Como denominador comum entre as várias Décimas analisadas da Capitania de Goiás, os lançamentos apresentam a localização dos imóveis (nome do logradouro e numeração do bem); a identificação do proprietário e do morador (considerando que em alguns casos o imóvel estava alugado ou cedido); a situação do imóvel (se estava arruinado, em obra, em uso, fechado ou “possuído por arreto”¹²) e a sua ocupação (ocupado ou desabitado); o rendimento anual do bem e o valor da Décima cobrada.

Em Natividade, na comarca de São João das Duas Barras, verificamos que as informações são mais completas em termos de detalhamento do programa edílico, constando o valor dos imóveis e os dados referentes ao número de quartos por edificação, além da sinalização da existência de varanda, cozinha ou quintal. O acréscimo dessas informações nos apresenta aspectos materiais ainda inexplorados referentes aos núcleos da comarca Norte e reforça a falta de uniformidade no preenchimento dos *Cadernos de Lançamentos*.

Um aspecto digno de nota identificado nas Décimas Urbanas de Capitania de Goiás diz respeito à intensa presença de mulheres como proprietárias de imóveis (também encontradas como inquilinas, em menor quantidade). Ao contrário de Goiás, dados referentes ao Rio de Janeiro de

12. O termo “possuída por arreto” foi encontrado apenas na Décima Urbana de Vila Boa. Não identificamos o significado do termo, mas acreditamos se tratar de “possuída por aresto”, ou seja, casa que foi possuída por meio de sentença judicial. O termo “arresto” foi localizado no dicionário de 1728 de Raphael Bluteau.

1808 mostram que os grandes proprietários de imóveis urbanos eram homens (74%). Cavalcanti (2004, p. 274) atribui esse fenômeno como sendo

(...) consequência de um traço cultural da sociedade, que os considerava [os homens] sempre como os cabeças do casal, titular e senhor dos bens, mesmo que originários de herança recebida pela esposa. Mulher com título de proprietária só aparecia quando era solteira ou em caso de viuvez, e assim mesmo depois do encerramento do processo do inventário e da conclusão da partilha dos bens.

A respeito do *status* civil das abastadas proprietárias de imóveis rentistas da São Paulo de 1809, Bueno (2005, p. 89) faz coro com Cavalcanti quando as identifica em sua maioria como solteiras. Na Capitania de Goiás, também se sobressai um número significativo de mulheres solteiras, mas com perfil distinto das de São Paulo, em geral pertencentes às elites, vivendo em recato, segundo os costumes vigentes no Antigo Regime.

Núcleo Urbano	Ano	nº de imóveis pertencentes a mulheres	Percentual
Natividade	1817	96	48,5 %
Vila Boa	1818	315	43,4 %
Meia Ponte	1819	131	42,5 %
Pilar	1816	118	41,5 %

Tabela 4. Presença do gênero feminino nas Décimas da Capitania de Goiás¹³

Fonte: MuBan - Pasta 1.1.4. "Lançamento da Décima e Receita".

13. Décimas Urbanas analisadas na tese "Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)" (Moura, 2018).

Os registros das Décimas revelaram a importante influência da Igreja nos núcleos, identificada através dos imóveis pertencentes às irmandades, aos párocos ou a outras entidades de cunho religioso, como o recolhimento de religiosos nos Hospícios dos Esmoleres da Terra Santa. A maioria dos imóveis pertencentes às irmandades encontravam-se alugados ou cedidos de favor, ou seja, com uma satisfatória taxa de ocupação.

Núcleo Urbano	nº de imóveis	Entidade religiosa
Vila Boa	1	Capela da Irmandade da Lapa
	1	Irmandade das Almas
	2	Irmandade de Nossa Senhora do Rozario
	2	[Irmandade] Nossa Senhora da Lapa
	3	[Irmandade] Nossa Senhora da Boa Morte
	7	[Irmandade] Sam/São Francisco de Paula
	1	[Irmandade] Nossa Senhora da Lappa e Almas
	1	[Irmandade] São Benedito
	1	Irmandade da Senhora Santa Anna
Meia Ponte	2	[Irmandade] Nossa Senhora do Carmo
	1	[Irmandade] Nossa Senhora da Lapa
	1	Irmandade do Santíssimo Sacramento
	2	[Irmandade] Senhor do Bonfim
	1	[Irmandade] Nossa Senhora do Rozario
	1	[Hospício dos Esmoleres da] Terra Santa
Pilar	1	Irmandade do Santíssimo Sacramento
	1	[Hospício dos Esmoleres da] Terra Santa
	1	Irmandade das Almas
Natividade	1	[Irmandade] São Benedito
	1	Santa Caza ¹⁴
	2	Confraria do Rozario
	1	Secretaria do Terço
	1	Confraria do Senhor do Bonfim

Tabela 5. Imóveis pertencentes às Irmandades/Confrarias/Hospício

Fonte: MuBan - Pasta 1.1.4. "Lançamento da Décima e Receita".

14. Não se trata de uma Santa Casa de Misericórdia, mas de uma unidade do Hospício dos Esmoleres da Terra Santa.

Um fato curioso detectado nas Décimas analisadas diz respeito ao estado de decadência em que se encontrava o arraial de Pilar em 1816. Dos 284 imóveis existentes, apenas 77 estavam em uso (taxa de ocupação equivalente a 27,1%) – os demais estavam *arruinados, vagos, inúteis* ou sequer apresentavam informação sobre seu estado de conservação e ocupação. Contraditoriamente, Pilar foi considerada pelo Barão de Mossâmedes (Pinheiro; Coelho, 2006, p. 87) como o núcleo mais próspero no último quartel do Setecentos e, ainda hoje, conserva edifícios que revelam o fausto de outrora. A situação crítica do arraial fica mais evidente ao compararmos o valor do rendimento anual do aluguel dos imóveis mais valorizados juntamente com dados dos outros núcleos, conforme verificamos na Tabela 6¹⁵.

Todos os imóveis mais valorizados da capitania eram térreos – não é de se espantar, se considerarmos que em todo o levantamento estudado, foram encontrados pouquíssimos sobrados, dentre eles dois no Largo do Rozario e um na Rua da Cambauba em Vila Boa e um localizado à Rua de Nosso Senhor do Bonfim em Meia Ponte – isento do pagamento da Décima Urbana de 1819 por estar desocupado.

Núcleo Urbano	Ano	Identificação do proprietário (localização do bem)	Rendimento anual
Vila Boa	1818	Senado da Câmara (Rua do Azougue, 267 . LE)	86\$400
Natividade	1817	Capitão Raimundo Fernandes Pereira (Largo da Praça, 126 . LN)	24\$000
Meia Ponte	1819	(herdeiros) Lourenço Fernandes (Rua das Bestas, 56 . LD) Tenente Coronel Joaquim Alves de Oliveira (Rua Nova, 232 . LE)	21\$600

15. Todos os imóveis em questão estavam sendo utilizados pelos proprietários.

Pilar	1816	Capitão Manoel Antonio de Siqueira (Rua Direita, 112 . LE) Rvdo. Vigário Thomaz Pinto Adorno França (Rua Direita, 120 . LE) Licenciado Joaquim Jozé Gomes Tição (Rua da Cadea, 180 . LD) Capitão Vicente Jozé Ferreira de Azevedo (Rua da Cadea, 198 . LD) Cap. Comandante Jozé Pera. de Oliveira e Lago (Rua da Cadea, 205 . LE)	7\$200
-------	------	---	--------

Tabela 6. Imóveis mais valorizados de Vila Boa, Natividade, Meia Ponte e Pilar (1816 - 1819)

Fonte: MuBan - Pasta 1.1.4. "Lançamento da Décima e Receita".

Considerações finais

Esse capítulo apresenta uma introdução às Décimas Urbanas e expõe potenciais estudos acerca dessa documentação. Essa fonte primária, em conjunto com outros documentos de época (incluindo cartografia), relatos dos viajantes e extensa bibliografia, viabilizou reconstituir a materialidade de Vila Boa em 1818, Natividade em 1817, Meia Ponte em 1819 e Pilar em 1816. Para a elaboração de mapas hipotéticos temáticos, criamos uma base de dados a partir da transcrição das Décimas Urbanas e espacializamos os dados com o auxílio de ferramentas de georreferenciamento, se valendo do SIG histórico (Sistema de Informação Geo-Histórico). Os mapas deram a ver aspectos que ficam implícitos nos manuscritos e revelaram peculiaridades de cada um desses núcleos. Todo o processo de análise e o resultado final podem ser consultados na tese "Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)"¹⁶

16. Disponível para *download* a partir do link: <https://bit.ly/3sz9dTL>.

(Moura, 2018). A espacialização torna possível desvendar a vizinhança na escala do lote, da casa, jogando luz nos atores (e nas “atrizes”) locais e abrindo possibilidades de pesquisa ao envolver questões sociais.

As Décimas Urbanas, ao apontarem a quantidade de imóveis ocupados e desocupados, arruinados ou não, além de expor o valor do imposto cobrado, revela os núcleos urbanos em que os imóveis estavam mais ou menos desvalorizados, servindo como um termômetro da economia naquela época. A Capitania de Goiás era muito extensa e heterogênea, o peso da crise foi sentido de forma diferente em cada região.

Dos núcleos urbanos estudados, Pilar chamou a atenção pela quantidade do número de proprietários cadastrados como indigentes, doentes, miseráveis, mendigos e pobres, equivalendo a 16% de pessoas do total elencado em 1816. Os imóveis também estavam muito desvalorizados, se comparados aos outros núcleos estudados. Se comparar esse cenário do início do Oitocentos ao que o governador José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho relatou quando lá esteve entre 1772 – 1773 em seu diário de viagem (Coelho; Pinheiro, 2006), é possível ver que os dias de prosperidade se foram junto com o ouro – e parte da população também, que decresceu do século XVIII para o XIX.

Meia Ponte, localizada na confluência de estradas vindas de leste a oeste, norte a sul, era o segundo maior núcleo urbano da Capitania. No entanto, de acordo com a Décima Urbana de 1819, apenas 131 casas do total de 308 estavam ocupadas e 46% dos imóveis naquele ano estavam arruinados, localizados principalmente nos acessos do arraial. Nesse momento, Meia Ponte passava por um processo de ruralização, que pode ser comprovado ao analisar o documento “Relação dos Habitantes aSituados no termo

da Freguesia d'Nossa Senhora do Rozario, Minas d'Meia Ponte, Comarca de Villa boa d'Goyas"¹⁷, elaborado em 1818 por Joaquim Alves de Oliveira, proprietário do Engenho São Joaquim (atual Fazenda Babilônia).

O arraial de Natividade, localizado no atual estado do Tocantins, desde o século XVIII convivia com a extração de ouro concomitante com a produção de gado, atividade que ficou ainda mais forte no Oitocentos. A Décima Urbana de 1817 apresentou uma taxa de ocupação de 82% dos imóveis e um baixo índice de proprietários classificados como miseráveis. Outro destaque diz respeito à valorização dos imóveis, que era maior se comparado aos dois arraiais anteriores.

Vila Boa gozava de uma posição de destaque entre os núcleos da capitania, por ser sede da capitania e por comportar em sua estrutura o aparato administrativo e benfeitorias urbanas como ruas calçadas, passeio público e chafarizes. A Décima Urbana de 1818 cadastrou 725 imóveis distribuídos entre os distritos do Rosário e Santana. Na vila se encontravam os imóveis mais valorizados, uma casa em obras e apenas dez edificações arruinadas arroladas na Décima Urbana, equivalendo a 1,3% do total.

Esse estudo não é conclusivo pois como analisa uma fonte que incidia sobre os imóveis urbanos, temos um panorama apenas sob a ótica do intraurbano. O arquivo do MuBan possui outras fontes que podem complementar esse estudo acerca da suposta "decadência" que teria atingido a Capitania de Goiás em função da diminuição da extração aurífera, tais como os Dízimos e as Entradas (documentação dos Registros e Contagens), só para citar alguns. Esperamos que esse artigo sirva de inspiração para novos estudos.

17. Fonte: Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Documentação Avulsa I - Caixa 9 - 1818 - Pacote 2.

Fontes

Fontes Primárias Impressas

BERTRAN, Paulo (Org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Ed. UCG-UFG e SOLO Editores, 1997.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às Regiões Centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CRULS, Luís. **Comissão exploradora do planalto central do Brasil**, Rio de Janeiro: H.Lombarts & C., Impressores do Observatório, 1894.

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. **Chorographia histórica da província de Goyaz**. Goiânia: Convênio Sudeco/Governo de Goiás, 1979.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva. O Descobrimento, Governo, População e Cousas Mais Notáveis da Capitania de Goyaz. **Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro**. VI. XII. Rio de Janeiro: Thyphographia de João Ignacio da Silva, 1874.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Vol. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

Arquivo do MUBAN - Museu das Bandeiras (Goiás - GO)

LANÇAMENTO da Décima e Receita (Meia Ponte, Pilar, Natividade, Villa Boa) - Caixas 18 - 23.

Refêrencias

ABREU, Mauricio Almeida de. **Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2vls.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecoss de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. 2017. 558f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponibilizado pela Brasileira USP pelo link: <https://bit.ly/3rD82mz>. Acesso em 09.jan.2018.

BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776 - 1817)**. 2013. 303f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na**

Décima Urbana de 1809. *In: Anais do Museu Paulista*. [online]. 2005, vol.13. Disponível em: <https://bit.ly/3HJgs1c>.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica: São Paulo (1809 – 1950)**. São Paulo: EDUSP, 2016.

CARRARA, Angelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808 – 1835). *Varia História*, Belo Horizonte, nº 25, 2001.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

COELHO, Gustavo Neiva; PINHEIRO, Antônio César Caldas (Orgs.). **Diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771/1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas – manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

GAUTHIEZ, Bernard; ZELLER, Olivier. Lyons, the Spatial Analysis of a City in the 17th and 18th centuries. Locating and Crossing data in a GIS Built from written sources. *In: Mapping Spatial Relations, their perceptions and dynamics. The city today and in the past*, Springer International Publishing Switzerland, p. 97-118, 2014, Lecture Notes in Geoinformation and Cartography, 2014.

KATO, Allan Tomas Tadashi. **Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX**. 2011. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KATO, Allan Tomas Tadashi. **Elites, negócios e imóveis no plural: São Paulo nas décimas urbanas e listas nominativas**. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, São Paulo.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MOURA, Nádía Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830)**. 2018. 556f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A CASA DE CÂMARA E CADEIA DA CIDADE DE GOIÁS NA LITERATURA DE VIAGEM/MEMORIALÍSTICA DOS SÉCULOS XIX-XX (PARTE 1)

Rildo Bento de Souza

Introdução

O objetivo deste ensaio é apresentar, nesta primeira parte, o modo como a antiga Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, que atualmente abriga o Museu das Bandeiras, foi retratada em palavras e imagens em dez relatos de viagem do século XIX, dos seguintes autores: Luis D'Alincourt, Johann Baptist Emanuel Polh, Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, Raimundo José da Cunha Matos, William John Burchell, François de Laporte de Castelnau, Virgílio Martins de Mello Franco, Joaquim de Almeida Leite Moraes, Oscar Leal e Henrique Charles Morize. O ensaio encontra-se dividido em duas partes, a primeira contempla o histórico do edifício e a segunda deslinda os relatos de viagem.

De Casa de Câmara e Cadeia a Museu das Bandeiras: um breve histórico

O Museu das Bandeiras, doravante denominado Muban, foi instituído pelo Decreto-Lei nº 394/49, de 03 de dezembro de 1949. Foi a primeira instituição museal da Cidade de Goiás e o segundo a ser criado no estado, apenas três anos após o Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Sua abertura ao público ocorreu em 1954. A partir

de 1950 “o MUBAN dividiu espaço com a Cadeia Pública Estadual: enquanto as atividades de pesquisa, reforma e adequação predial estavam sendo realizadas, seis presos continuaram na Casa, quase o ano inteiro” (Bulhões, 2017, p. 152). Sua criação ocorreu pelo então Departamento Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), e teve como núcleo inicial o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, tombado como patrimônio histórico em 1951. Ademais, o MuBan possui um arquivo com uma das mais

importantes fontes de documentação sobre a administração pública da Região Centro-Oeste nos períodos colonial e imperial. O acervo referente ao período republicano (...) é também de uma riqueza excepcional. O acervo do Museu das Bandeiras compõe-se de, no mínimo, onze fundos de arquivo, ou fragmentos de fundos, provenientes: da Delegacia fiscal do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda da Província de Goiás, do Ministério da Guerra da Província de Goiás, da Casa de Câmara e Cadeia, da Delegacia de Polícia, da Justiça Eleitoral, de fundos privados de famílias (não foi possível saber quantas), do Senado da Província de Goiás, da Junta da Real Fazenda, do Liceu de Goiás e Hospital de Caridade Pedro de Alcântara. Esse acervo possui um inestimável valor para a pesquisa, contendo documentos que datam de 1735 a 1954. (Montiel, 1977, p. 14)

Atualmente o MuBan está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão vinculado ao Ministério do Turismo. Para além do rico acervo que contempla a ocupação do território goiano, a instituição abriga também um dos mais importantes conjuntos arquivísticos sobre a história e a memória de Goiás, que abrange do século XVIII ao início da segunda metade do século XX.



Imagem 1. Museu das Bandeiras

Fonte: Suzi Rodrigues, 2021.

Embora a história do MuBan comece em 1949, ela encerra em seu espaço físico várias camadas de memória e de história incrustadas no tempo. Nesse sentido, recorro aos pressupostos de Reinhart Koselleck para justificar essa questão, posto que ele utiliza a expressão “estratos do tempo” como metáfora, uma vez que a mesma é usada para designar as formações geológicas e que foram modificadas ao longo do tempo. Ao enquadrar este termo à história humana, política ou social, “permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”. O autor defende esse modelo de análise em contraposição a narrativa linear e a narrativa circular, uma vez que “os tempos históricos consistem em vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros” (Koselleck, 2014, p. 19-20). A experi-

ência também deve ser pensada em três estratos no tempo: a singularidade, a repetição e a limitação.¹

É partindo desse pressuposto que defendo que o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia encerra em si várias camadas de memória, que precisam ser desnudadas pelos pesquisadores. Destarte, o prédio foi utilizado para vários fins em diversos momentos, casa de câmara e cadeia, só cadeia e museu. E no decorrer do tempo, várias foram as formas como esse prédio foi apropriado por diversas pessoas que teceram suas considerações. Nesse ensaio, o meu propósito é esquadrihar os olhares em relação a esse edifício realizados por viajantes e autoridades durante o século XIX.

A Casa de Câmara e Cadeia representava, para Portugal no período colonial, a sede da administração e da justiça e, juntamente com “as igrejas, figuram no primeiro plano do quadro das nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do país” (Barreto, 1997, p. 365). Na capital da então capitania de Goiás sua construção data de 1766,

1. Os estratos do tempo são decifrados analiticamente por Reinhart Koselleck em três partes que, por sua vez, configuram a experiência: “Quando investigamos o tempo nos processos históricos, a primeira constatação experiencial é, evidentemente, a singularidade. Em um primeiro momento, experimentamos os acontecimentos como ocorrências surpreendentes e irreversíveis”. Ademais, “essas singularidades são apenas parte da verdade. Vista como um todo, a história também repousa em estruturas de repetição que não se esgotam nas singularidades”. Por fim, “a fundamentação biológica, que esboçamos, e a limitação concomitantes das experiências históricas nos remetem a outro estado do tempo. Existem tempos históricos que transcendem a experiência de indivíduos e de gerações. Nesse caso, trata-se de experiências que já estavam disponíveis antes das gerações contemporâneas e que provavelmente continuarão a atuar depois do desaparecimento delas. A contínua reprodução biológica é somente um caso simples e ilustrativo que age além das unidades geracionais. Trata-se aqui daquele ciclo recorrente de concepção, nascimento e morte, que acolhe todas as histórias de amor e de ódio, todos os conflitos geracionais” (Koselleck, 2014, p. 21-24).

durante o governo de João Manuel de Melo, a partir de um projeto enviado de Portugal, sendo o segundo edifício erigido na cidade para essa função. O local da sua construção já estava previsto desde 1739, quando Luiz de Mascarenhas, o Conde D'Alva, demarcou o espaço para a fundação da vila. "Em seu local existe o registro, em 1751, de uma pequena edificação de apenas um pavimento, acanhada em relação aos demais de seu entorno" (Coelho, 2013, p. 111).

Sobre o início da sua construção, não há uma data unânime entre os pesquisadores. A maioria sustenta que se deu em 1761 (Azevedo, 1987, p. 110; Bulhões, 2017, p. 152; Castro; Bispo, 2017, p. 2; Passos, 2018, p. 60); e há quem afirme que sua construção começou em 1763 (Lima, 2017, p. 77). Se há controvérsias quanto ao início das obras, isso não existe em relação a sua inauguração, que ocorreu 1766. A partir de então, o segundo edifício da Casa de Câmara e Cadeia "passou a representar não só parcela de poder diante da comunidade mineradora como também o poder agora escudado na monumentalidade de um edifício de grandes proporções" (Coelho, 2013, p. 118). Situada no largo do Chafariz, estima-se que tenha sido gasto na sua construção "cerca de 20 contos de réis" (Azevedo, 1987, p. 110). Ademais, foi o único edifício institucional da cidade construído para um fim específico, pois os demais foram adaptações menos ou mais felizes de edificações residenciais – modificações, acoplagens, espichados, etc. (Lima, 2017, p. 78)

Analisando a fachada frontal, percebemos claramente o acesso do edifício por uma pequena escadaria de pedra que conduz à porta central de sobreverga reta – estilema que se repete nas demais aberturas da edificação. Ainda no pavimento inferior estão as janelas gradeadas das antigas enxovias, revestidas internamente com pranchões de madeira, visando dificultar a fuga dos presos que por ventura poderiam se aventurar a cavar as grossas paredes de

taipa de pilão. No pavimento superior eram realizadas reuniões e audiências e ali ficavam a câmara e o corpo judiciário. O segundo pavimento apresenta janelas de balcão entaladas com fechamento em folhas cegas de madeira, voltadas para as fachadas frontal e lateral. O acesso ao pavimento superior se dá por uma suntuosa escada de madeira guarnecida por guarda corpo de balaústres torneados. O acesso dos presos às enxovias se dava via alçapões no pavimento superior, com escadas retráteis – elemento que podemos observar em uma visita ao edifício, que desde a década de 1950 abriga o Museu das Bandeiras. (Moura, 2018, p. 218)

Em sua construção, voltada para o noroeste, percebe-se que é “em parte, fábrica de taipa; mas as paredes externas, de alvenaria de pedra, das enxovias, além de terem 0,80 ms. de espessura são ainda forradas com vigas pela banda de dentro” (Barreto, 1997, p. 399). Possui “um grande número de salas, inclusive para o cárcere, que contava com três celas de grandes dimensões e um considerável número de divisões no pavimento superior” (Coelho, 2007, p. 27). Ademais, possui o telhado em quatro águas, além de um pequeno campanário “provido de telhado acoruchado, isto é, em pirâmide de base quadrangular, tão elevado que não se pode andar sobre ele” (Barreto, 1997, p. 407).

Na parte superior, a madeira; na inferior, a pedra; em cima, os grandes vãos das portas-sacadas; em baixo, o gradeamento das janelas de dimensões não tão amplas. Na Câmara e sala de júri, as sobrevergas trabalhadas; nas celas, a lisura e a aridez da pedra e cal. (Coelho, 2013, p. 119)

Isso posto, sua arquitetura foi usada para “uma visibilidade que impusesse ao espectador o cenário próprio da

teatralização do poder (...) na qual o que realmente importa não é demonstrar funcionalidade, mas caracterizar o visual cenográfico” (Coelho, 2013, p. 119).

Dentre as singularidades desse edifício destaca-se o “sino de correr”, o único do estado; colocado na parte superior, marca o centro do edifício, razão de suas celas reforçadas internamente com barrotes de aroeira e com dupla grade nas janelas, foi a maior e mais segura edificação desse período em Goiás. (Coelho, 2007, p. 28)

Em relação a esse sino, sua função de extrema relevância posto que avisava “a hora de silêncio à noite, a fuga de algum prisioneiro, alarme em caso de incêndio, anunciando o julgamento de alguém e, festivo, quando chegava à Cidade algum visitante ilustre” (Lima, 2017, p. 78). Foi a partir do toque desse sino, por exemplo, que em 24 de março de 1921, quarta-feira santa, a cidade foi avisada do incêndio que consumia a Igreja da Boa Morte, que ocupava o “posto de prostrada Matriz de Santana”; ademais, “ironicamente, o alarde do incêndio veio justamente daqueles que não iriam participar das festividades da Semana Santa: os presos da cadeia de Goiás” (Oliveira, 2006, p. 178-179). A escritora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, em suas reminiscências, descreveu a importância do sino da cadeia:

Às nove da noite bimbalhava o sino da Cadeia:

- “É bem bom, bom!... É bem bom... bom!

Estava na hora!

Rodeando a mesa de jantar a família tomava o “chá”, última refeição do dia.

Nas noites de verão, quando o calor intensíssimo oprimia os habitantes da cidade, fazia-se roda nas portas da rua. Confortavelmente sentados em cadeiras, aspirando o ar um pouco menos abafado da

noite, homens e mulheres, moços ou velhos, conversavam calmamente.

As crianças, sentindo menos a pressão produzida pelo calor, corriam por todos os lados ou se entretinham em brinquedos “de roda”.

Mas, ao soarem as badaladas do sino da cadeia, todos entravam, tomavam seu chá e iam para as camas. E a cidade também adormecia. (Monteiro, 1974, p. 23-24)

Para além do sino, que até hoje pode ser visto no campanário, em relação ao seu acervo museológico, formado ainda na década de 1950, o MuBan conta com “coleções que refletem o conceito de patrimônio vinculado ao período colonial e que, portanto, não traduzem a memória dos diferentes grupos formadores da região”. Ademais, a pesquisadora Mana Rosa afirmou que quando o MuBan retratou esses diversos grupos, o fez

por meio de um discurso que apresenta o negro escravizado através da exibição de objetos como correntes e grilhões ou encerrando a história dos grupos indígenas ao período anterior à chegada dos colonizadores. (Rosa, 2016, p. 129-130)

Nesse sentido, a pesquisa Lara Pelhus Claudino chamou a atenção para o fato de que o MuBan “é responsável por narrar a construção cultural da região, representando todo o ciclo do ouro e a história dos diversos grupos sociais locais (ou deveria?)” (Claudino, 2017, p. 37).

Ainda reificando a sociedade local, por meio de sua expografia, o Museu das Bandeiras expõe objetos etnográficos no *hall* de entrada, apresentando-os como referência indígena antes da chegada dos bandeirantes, ou seja, dos chamados povos nativos. A nar-

rativa encerra-os ali no *hall* de entrada, deixando a ideia de que estes não teriam construído a história de Goiás, apresentada no restante das salas. Toda esta configuração expográfica e acervo encontram-se no museu desde a década de 1980 e, deliberadamente, não une ao processo histórico narrado à identidade dos povos indígenas, muito menos se considera a resistência e os aspectos culturais de povos afrodescendentes também ocupantes da região, a não ser como escravizados. Além disso, não há inclusão das memórias dos prisioneiros que viveram na cadeia do edifício por décadas. (Castro; Bispo, 2017, p. 6)

Incorporar outras narrativas, dando ênfase para negros (as), indígenas, mulheres que estão presentes na sua documentação, bem como o dos prisioneiros (as), que passaram parte de suas vidas nas celas da cadeia, é fundamental para que o MuBan continue tendo, e cresça ainda mais, sua relevância, não somente institucional, mas também cultural. Acredito que parte disso é reflexo do nome da instituição, *Museu das Bandeiras*, que dignifica e consagra um período cruel da nossa história: a colonização dos sertões. Por isso, penso que um nome que melhor contemple os objetivos do museu e do seu acervo seria, *Museu do Sertão Goiano*. Bem, mas isso são outras lutas, outras disputas, ou seja, outra (s) história (s).

A Casa de Câmara e Cadeia nos relatos de viagem do século XIX

O edifício que hoje abriga o MuBan possui encarnada no seu espaço físico vários “estratos de tempo”, como resaltei no tópico anterior. Esses estratos, ou camadas, constituem em relações de história e memória e nesse sentido emerge a “problemática dos lugares”. De acordo com Pierre Nora, a história “é a reconstrução sempre problemática e

incompleta do que não existe mais”, enquanto que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”; ou seja, nos lugares de memória, a reconstrução do passado, ou melhor, a representação do passado, só consegue ter um sentido se, pela memória, os indivíduos conseguem se identificar simbólica e afetivamente (Nora, 1993, p. 9). Não obstante, os lugares de memória compreendem como um momento de articulação onde a consciência “da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação” (Nora, 1993, p. 7).

Nessa perspectiva, no MuBan, houve uma *ruptura com o passado*, porque embora haja uma *memória esfacelada*, por entre os objetos e espaços (como a própria cadeia), os presos, políticos e membros da justiça que frequentaram aqueles recintos já não estão mais lá. Durante os 255 anos de existência do prédio ele foi apropriado de várias formas, encerrou várias histórias e permaneceu na memória como um espaço de sofrimento e (in) justiça, mas hoje encontra-se ressignificado pelo discurso museal. E ainda de acordo com Pierre Nora, se “habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (Nora, 1993, p. 8). Nesse sentido, a memória precisa de um suporte no presente para conseguir emergir e como ainda não a habitamos para ter a dimensão do todo, a memória passa por uma constante disputa de poder que elege o que deve ser lembrado ou esquecido.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações suces-

sivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latência e repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p. 9)

Isso posto, apresentarei como o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás foi descrito (por palavras e desenhos) nos relatos de viagem do século XIX. De acordo com Miriam Moreira Leite, até 1970 os relatos de viajantes estrangeiros “eram aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica”. Ela salienta também que “embora sejam fontes promissoras de dados qualitativos (principalmente) para a História Social, a documentação que fornecem precisa passar por um crivo analítico, que torne válida a sua contribuição”. Por outro lado, completa a autora, por não fazer “parte do grupo cultural visitado” os viajantes estrangeiros, principalmente, tinham “condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber” (Leite, 1997, p. 9). Ademais,

(...) podemos concluir que a chegada da família real ao Brasil representou a mola propulsora de um movimento científico e artístico e que através dos cientistas, viajantes e artistas estrangeiros que participando de missões científicas ou, atuando isoladamente, lançaram as bases do desenvolvimento de vários setores da atividade científica no Brasil. (Dols; Nunes, 1992, p. 75)

Dos sete principais viajantes estrangeiros que percorreram os sertões de Goiás na primeira metade do século XIX, apenas o médico e naturalista escocês George Gardner (1812-1849) que cá esteve entre 1839 a 1840, não passou pela capital da província, Vila Boa. Os outros seis: Luis D’Alincourt, Johann Baptist Emanuel Polh, Augustin Fran-

çois César Prouvençal de Saint-Hilaire, Raimundo José da Cunha Matos, William John Burchell e François de Laporte de Castelnau, passaram por ela e deixaram seus registros.

O primeiro, o militar português Luis d'Alincourt (1787-1841), empreendeu, em 1818, uma viagem do porto de Santos até a cidade de Cuiabá, seu objetivo era elaborar “um roteiro seguro que facilitasse futuras incursões, detalhando direção da estrada, qualidade de terrenos, rios e riachos que atravessou, povoações que encontrou” (Doles; Nunes, 1992, 77-80). Em comparação as casas “mediócras, e irregulares nos frontispícios, feitas de taipa, e mui poucas há que não sejam térreas”, e ao Palácio do Governo tido como “abarracado, e até não guarda simetria nas suas três faces”, d'Alincourt classifica a cadeia como “um bom edifício”, o mesmo com o quartel das companhias de Dragões “igualmente bom”. Sobre a praça do Chafariz, onde se localiza o MuBan, o militar português a chamou de, dentre várias, uma das “mais notáveis”, juntamente com a praça do palácio. Ademais, na do Chafariz, havia uma alameda, destruída no governo de João Manuel de Meneses, por acreditar:

que as raízes das árvores tornavam as águas más, e que dali vinha moléstia dos papos; mas, o certo é, que, esta continua da mesma forma, e o público perdeu em um momento, um recreio, que precisa anos para se obter, e que era bem útil em semelhante clima. (Alincourt, 2006, p. 68)

Destarte, em seu livro *Viagem ao interior do Brasil*, o médico e naturalista austríaco Johann Baptist Emanuel Polh (1782-1834), detalhou a respeito do percurso realizado entre os anos de 1817 e 1821 nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, onde permaneceu dois anos. Sobre as ruas e a praça do Chafariz, a maior, escreveu:

As ruas são mal calçadas, mas muito bem alinhadas. Das duas praças, a maior é a que ocupa uma encosta de colina, sem calçamento e coberta de ervas, formando um grande quadrilátero alongado; sua parte mais elevada se limita com a Casa do Senado e a Cadeia Pública. Um lado da praça é formado pelo quartel e o hospital; os outros são formados de casas de barro, térreas. No meio da praça há um grande chafariz de pedra que era antes orlado por uma alameda, que se mandou derrubar por se julgar que as árvores diminuían a afluência de água para a fonte. (Pohl, 1976, p. 140)

Por conseguinte, em 1819 foi a vez do botânico e naturalista francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853) percorrer os sertões goianos. “Sobre Goiás, o referido cientista registrou as suas impressões sobre a terra e o povo na memória intitulada *Viagem à Província de Goiás* (a memória foi escrita na década de 40 do século XIX, daí tratar Goiás como Província)” (Doles; Nunes, 1992, 75). Saint-Hilaire afirmou que Vila Boa não tinha “muita salubridade, e não tardaria a ser abandonada se nela não ficasse localizada a residência de todo o corpo administrativo da província” (Saint-Hilaire, 1975, p. 50). Sobre os prédios públicos e a cadeia, destacou:

Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez. (...) A Casa da Câmara e a da Fundação têm também dois pavimentos. Segundo o costume em todas as cidades do interior, o andar térreo do primeiro desses prédios é reservado à cadeia. (Saint-Hilaire, 1975, p. 51)

Sobre a praça onde se localiza a Casa de Câmara e Cadeia, o viajante francês destacou que o Chafariz que há no seu centro lhe “pareceu bastante medíocre, mas pelo menos não é grotesco” (Saint-Hilaire, 1975, p. 51).

Noutro passo, em seu itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás o militar e político português Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), relata suas andanças entre 1823 e 1826 pelos sertões do Brasil. Sua justificativa para tal empreitada se encontrava na “necessidade urgente de registrar os materiais coletados durante a incumbência das missões militares, que o levaram a percorrer um vasto sertão até o extremo norte da província de Goiás” (Graça Filho, 2004, p. 11).

Com a viagem para ser empossado no cargo de governador de armas, levada a termo entre 8 de abril e 16 de junho de 1823, nasce a idéia de escrever um *Itinerário* do Rio de Janeiro a Goiás. A obra (...) foi elaborada por essa personalidade prática, capaz de conciliar a missão militar com o estudo de um roteiro útil para os que viessem a se aventurar pelos mesmos caminhos. É essa a intenção velada do autor, a de beneficiar o novo governo com o apuro das características topográficas por onde passou. (Graça Filho, 2004, p. 14)

Cunha Matos, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, descreveu minuciosamente a Cidade de Goiás e classificou os seus edifícios como não sendo “maus”, destacou, dentre eles, “a cadeia e a casa do Conselho, levantadas em uma elegante praça ornada de um chafariz de copiosas águas” (Matos, 2004, p. 96).

O naturalista e desenhista britânico William John Bur-
chell (1781-1863), por sua vez, empreendeu sua viagem em
1827, com objetivo de alcançar o Peru via São Paulo, Goiás
e Cuiabá. Aqui chegou a agosto de 1827

e da sua estada na Província resultaram dezenas de
desenhos. Sobre a cidade de Goiás, produziu 22 de-
senhos, representando pela primeira vez, com de-
talhes, grande parte da cidade e de seus principais
edifícios. (Doles; Nunes, 1992, p. 80)

Em relação à Casa de Câmara e Cadeia três se destacam:
na Imagem 2, vê-se ao centro o pelourinho e o prédio da
cadeia ao lado direito; na Imagem 3, vê-se uma perspectiva
da cidade, com a cadeia ao fundo ao lado esquerdo; e na
Imagem 4, outra perspectiva da cidade, agora com a lateral
da cadeia ao centro.



Imagem 2. “Câmara e Cadeia de Goiás”, de 9-8-1828

Fonte: Ferrez, 1981, p. 133.

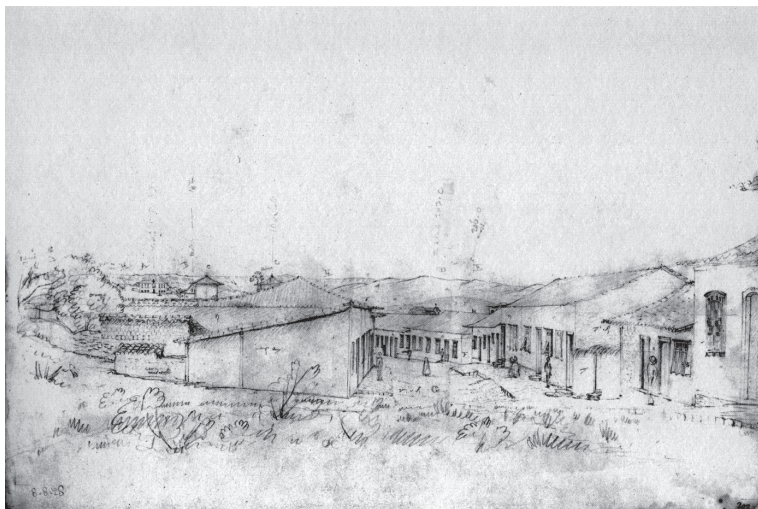


Imagem 3. "Uma rua de Goiás Velha", de 8-8-1828

Fonte: Ferrez, 1981, p. 132.

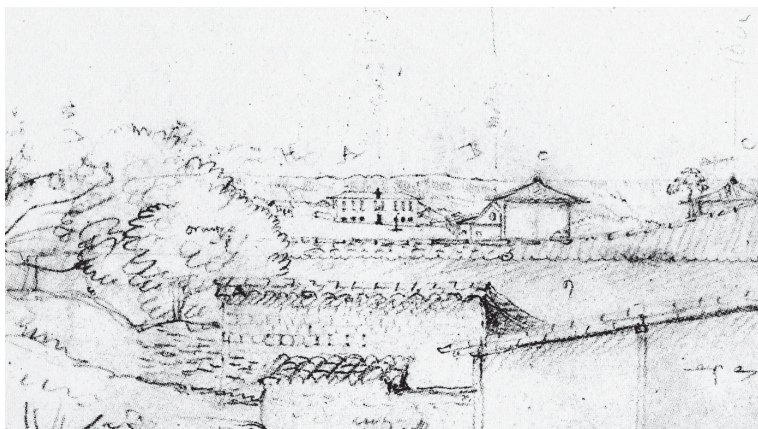


Imagem 4. Detalhe da Imagem 3, com a Casa de Câmara e Cadeia ao centro. "Uma rua de Goiás Velha", de 8-8-1828

Fonte: Ferrez, 1981, p. 132.

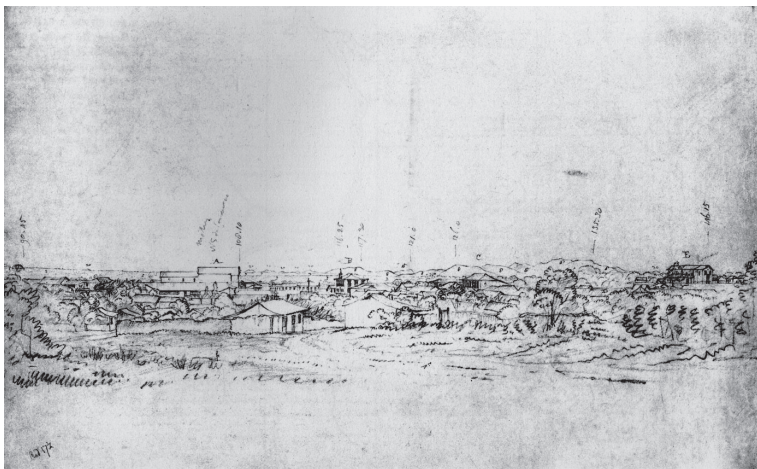


Imagem 5. "Aspecto de Goiás Velha", s/d

Fonte: Ferrez, 1981, p. 138.



Imagem 6. Detalhe da Imagem 5, com a Casa de Câmara e Cadeia ao centro. "Uma rua de Goiás Velha", de 8-8-1828

Fonte: Ferrez, 1981, p. 138.

Infelizmente,

até o presente momento não foram descobertos os Diários e Notas de viagem de Burchell ao Brasil. O que se sabe desta extraordinária expedição é através dos desenhos, manuscritos botânicos e de algumas cartas escritas a amigos e à sua família. (Ferrez, 1981, p. 15)

Por fim, o último dos estrangeiros foi naturalista inglês François de Laporte de Castelnau (1812-1880) que veio ao Brasil em 1843 chefiando uma expedição a serviço da França, que percorreu as Províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Em Vila Boa chegou em 1844 e destacou, dentre outras coisas, a fonte “da grande praça da cadeia”, “cuja arquitetura não é menos bonita do que a da igreja da Boa Morte”. Sobre “prisão”, descreve como “um edifício de dois andares, em cada uma de cujas células se descobrem os traços de uma evasão”. (Castelnau, 2000, p. 138). Porém, o relato mais interessante de conde de Castelnau foi seu encontro com um “velho chefe índio” que se encontrava na cadeia:

Informaram-me que havia na cadeia um velho chefe índio, que depois de ter sido durante muito tempo o terror daquelas redondezas, fora feito prisioneiro. Pedi que mo trouxessem para desenhá-lo. Tinha oitenta anos de idade, chamava-se Choitay e era o principal chefe dos Xerentes. Tratava-se de um homem forte, vigoroso e entroncado, de movimentos muito lentos, apesar da idade avançada. Não tinha um só cabelo branco; apresentava uma aparência de bonomia que contrastava singularmente com os instintos ferozes cuja história se via escrita nas numerosas cicatrizes que em si mesmo produzira, golpeando-se a faca, com o fito de perpetuar a lembrança de cada homem que matara e devorara: as do lado

direito indicavam, vítimas cristãs, as outras, pelevermelhas. Garantiam que nada menos que duzentas pessoas tinham sido mortas assim. Fora aprisionado quatro anos antes, no norte da província, no quintal de uma fazenda onde se tinha introduzido com os dois filhos, com o fito de espreitar os moradores e no dia seguinte massacrá-los. Mataram-lhe os filhos e a ele fizeram prisioneiro, enviando-o ao presidente, como uma grande curiosidade. Enchi-o de colares e jóias de imitação, o que me pareceu tê-lo alegrado bastante. Como lhe déssemos um macete ele se pôs a dançar à moda de sua terra; seus movimentos tinham semelhança com os do macaco e do urso, lembrando-me exatamente as danças que eu outrora vira executarem os índios da América do Norte. Esse homem era tido como de tal modo perigoso que o presidente deu ordem para que um soldado armado estivesse sempre presente, enquanto durassem as minhas entrevistas com ele. Procurei estudar a acuidade do espírito deste selvagem, o que foi facilitado pelo seu conhecimento já passável do português. Não tinha ele qualquer espécie de idéia religiosa, parecendo incapaz de conceber o pensamento da Divindade e da imortalidade da alma. Perguntei-lhe o que tinha sido feito dos filhos que foram mortos em combate; respondeu-me que tinham sido devorados, acabando-se tudo. Alguns eclesiásticos que em meu quarto assistiam a esses colóquios, puderam, como eu próprio, se assegurar de que na língua daquela gente nem nome existe para exprimir a Divindade. (Castelnau, 2000, p. 140)

Dos relatos da segunda metade do século XIX, início com o do magistrado e político mineiro Virgílio Martins de Mello Franco (1839-1922), que narrou em suas *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*, todo a trajeto que empreendeu em 1877. Dentre seus cargos, foi juiz de direito

da comarca de Palma, atual estado do Tocantins, e na comarca do Rio Maranhão, com sede em Meia Ponte, atual Pirenópolis. Sobre a capital da província disse que para “uma cidade tão internada nos sertões como é, Goyaz não é destituída de beleza. É, segundo se diz, melhor do que muitas outras capitais” (Franco, 1888, p. 26).

Em verdade quem a viu dividida em dous bairros limitados pelo rio Vermelho, communicando-se por diversas pontes, com suas ruas calçadas e arborizadas, com seu elegante chafariz publico, horto botanico, boa casa de camara e outras obras publicas de certa importancia, estranhará não encontrar-a hoje em estado mais lisongeiro do que está. (Franco, 1888, p. 26)

Embora tenha sido relatado como “boa” pelo juiz, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia foi descrito como “um dos melhores” pelo político paulista Joaquim de Almeida Leite Moraes (1835-1895), cujo livro é o resultado de suas viagens a Goiás por conta da sua nomeação como Presidente da Província, cargo que exerceu de fevereiro a dezembro de 1881. Tão logo tomou posse, em 1º de fevereiro:

percorri todos os compartimentos do *nosso palácio* e nos primeiros dias da administração visitei os estabelecimentos e edificios públicos, repartições, escolas, igrejas, matadouro, mercado, quartéis, cadeia, casa de relação etc. (Moraes, 2011, p. 70)

Ademais,

largo da Cadeia é uma bonita praça; arborizada, será magnífica. Neste largo estão a cadeia e o quartel. A cadeia, como edificio público, é um dos melhores, pela sólida construção e exterioridade decente. (Moraes, 2011, p. 73)

Noutro passo, na primeira de suas viagens a então província de Goiás, o dentista, viajante e escritor carioca Oscar Leal (1862-1910) chegou à Cidade de Goiás na virada do ano de 1884 para 1885. O pai era um comendador português, que bancou os estudos de Oscar Leal em sua terra natal, mas o viajante é carioca de nascimento, e não lusitano, como afirmam alguns de seus biógrafos. Em sua primeira viagem, 1884-1885, escreveu o livro *Viagem ao Centro do Brazil (impressões)*, publicado em Lisboa em 1886. O segundo e mais popular, *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)*, foi publicado, em 1980, pela editora da Universidade Federal de Goiás na já clássica *Coleção Documentos Goianos*, que é fruto de sua viagem empreendida em 1889. Embora tenha estado na capital da província/estado nas duas viagens ele a descreveu pormenorizadamente apenas no primeiro livro. “Tendo na minha *Viagem ao centro do Brazil*, descripto a capital goyana, apenas terei agora de citar o que de mais interesse possa attrahir a attenção do leitor” (Leal, 1980, p. 61).

No entanto, em seu primeiro relato ele afirma que quando chegou “ao largo do chafariz e tendo percorrido algumas ruas e viellas, convencido fiquei de que Goyaz está acima do juizo que a seu respeito me haviam feito formar” (Leal, 1886, p. 123). Ademais, se

bem não mereçam menção pela má construcção e falta de arte, são entretanto melhores os predios seguintes: Palacio do presidente, cadeia e a casa onde está estabelecida a thesouraria geral, ex-propriedade do celebre padre Tavora. (Leal, 1886, p. 126)

E, por fim, encerrando os relatos produzidos no século XIX sobre a Casa de Câmara e Cadeia, apresento o relatório do geógrafo, engenheiro industrial e engenheiro civil francês, naturalizado brasileiro, Henrique Charles Morize (1860-

1930) que integrou, entre 1892 e 1893, a *Comissão Exploradora do Planalto Central*, liderada por Luís Cruls, com objetivo descobrir um local que tivesse todas as condições para receber a nova capital do país. Findo os trabalhos para determinar os vértices do quadrilátero do novo Distrito Federal, o trio liderado por Morize recebeu de Luís Cruls novas ordens:

tínhamos que seguir para a Capital de Goyaz, levantando sempre o caminhamento e ahi esperarmos a chegada da turma em Uberaba para observar a posição geographica da Capital, aproveitando para isto telegrapho do Estado na determinação da longitude. (Morize, 1984, p. 157)

Em 1892, a “30 de dezembro, ás 2 horas da tarde, entramos na Capital Goyana, tendo-nos causado agradabilissima impressão o apparecimento dos primeiros postes da linha telegraphica”. Sobre a Cidade de Goiás conclui que vista da estrada de Meia Ponte, seu primeiro aspecto

não é muito lisongeiro; esta impressão porém muda á medida que se penetra nas primeiras ruas, e desaparece de todo quando se chega ao largo principal onde se gosa de excellente vista sobre toda a cidade. (Morize, 1984, p. 157)

Ademais:

Na margem direita existem diversos edificios públicos de importancia: os dois hospitaes, civil e militar, a Relação, hoje Tribunal Supremo, o Thesouro do Estado, o Convento dos Benedictinos, etc., etc., e muitas igrejas. Todas essas construcções são antigas e em geral mal conservadas, mas algumas têm aspecto pittoresco e são dignas de attenção por serem testemunhas do tempo colonial. Na margem

esquerda encontra-se mais o Palacio da Presidencia, velho casebre com pretenciosa fachada, que hoje está quase abandonado, e no qual esteve Saint-Hilaire por ocasião de sua viagem em 1819. Existiam igualmente no seu tempo o Quartel, a Cadeia e um chafariz de architectura genuinamente portugueza, que ainda hoje orna o largo principal da cidade e dá-lhe o nome popular. (Morize, 1984, p. 158)

Henrique Morize e sua equipe permaneceram na capital goiana até 6 de fevereiro de 1893 e tiveram algumas de suas fotografia incorporadas ao relatório final da comissão. Destas, destaco duas: uma do largo do Chafariz, onde, provavelmente, o fotografo estava em frente à Casa de Câmara e Cadeia, e a outra, que retrata uma vista panorâmica da Cidade de Goiás, com o prédio do atual MuBan no centro.



Imagem 5. “Largo do Chafariz - Goyaz”, 1893

Fonte: Cruls, 1984, p. 103.



Imagem 6. “Vista de Goyaz”, 1893

Fonte: Cruls, 1984, p. 107.

Nos vários estratos (camadas) de história e memória que se entrecruzam e entrelaçam no prédio da velha Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, tentei mostrar outras vozes e narrativas muitas vezes não emergindo de uma leitura superficial do edifício. O Muban encerra em si muitas camadas ainda por serem desbravadas, expostas e dialogadas, mediadas por esse passado que teima em ressurgir.

Refêrencias

ALINCOURT, Luís d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal, 2006.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910**. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 26. Brasília: IPHAN, 1997.

BULHÕES, Girlene Chagas. **Museus para o esquecimento: seletividade e memórias silenciadas nas performances museais**. 2017. 193f. Dissertação. (Mestrado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CASTRO, Stélia Braga; BISPO, Alba Nélida de Mendonça. O Museu das Bandeiras e as novas apropriações sociais do Patrimônio Cultural: memórias ocultas e empoderamento de narrativas. *In: 1º SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL - [Anais]* - Belo Horizonte, 2017.

CLAUDINO, Lara Pelhus Gomes. **Museologia Social em Museus Convencionais: um estudo de caso na Cidade de Goiás**. 2017. Monografia (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da Mineração em Goiás**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: relatório Cruls**. Brasília: CODEPLAN, 1984.

DOLES, Dalísia Elizabeth; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 3, n.1/2, jan/dez 1992.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826). In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e S. Paulo**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LEAL, Oscar. **Viagem ao Centro do Brazil (impressões)**. Lisboa: Tipografia Largo do Pelourinho, 1886.

LEAL, Oscar. **Viagem ás Terras Goyanas (Brazil Central)**. Goiânia: Ed. UFG, 1980.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da Cidade de Goiás**. Goiânia: Iphan-GO, 2017.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e S. Paulo**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Reminiscências (Goiás d'antanho) 1907-1911**. Goiânia: Ed. Oriente, 1974.

MONTIEL, Rosane. Arquivos: memórias vivas de Goiás: a criação de uma instituição de arquivo na Cidade de Goiás. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 1, 1977.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MORIZE, Henrique. Anexo I: Relatório de Henrique Morize. In: CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: relatório Cruls**. Brasília: CODEPLAN, 1984.

MOURA, Nádya Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830)**. 2018. 556f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC (10), dezembro/1993.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 372f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1976.

ROSA, Mana Marques. **Sistema Museológico: por uma etnografia dos Museus na Cidade de Goiás (GO)**. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. p. 129 e 130.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.

MUSEOLOGIA LGBT APLICADA: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUSEU DAS BANDEIRAS¹

Tony Boita

Rosana Maria Ribeiro Borges

Introdução

Cenas de violência contra pessoas dissidentes da matriz heterossexual nos museus costumam ser recorrentes no Brasil. Nestes espaços, a heteronormatividade está presente e age de forma opressora a diferença e a diversidade. Quando pessoas negras, indígenas, travestis, gays, transexuais, pobres, lésbicas, casais homoafetivos, adentram as portas abertas dos espaços museológicos, (...), são mal recebidos, ignorados, às vezes constrangidos e até expulsos destas instituições. Como exemplo, podemos citar um caso real ocorrido em 2016, no Rio de Janeiro e 2017 em Porto Alegre:

Quanto as censuras ocorridas em exposições é importante apresentar um breve histórico. O Centro Cultural Banco do Brasil, em 2016 registrou um caso de lesbofobia em 2017, a exposição *QueerMuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi censurada, não por questões de arte, mas sim pela homolesbotransfobia institucional. Curioso notar que ambas instituições são financiadas por bancos. É evidente que estas não foram as únicas instituições, o Museu da Diversidade, sofre constantemente algum tipo de vandalismo, assim como qualquer outro espaço em as palavras diversidade, sexualidade

1. Este artigo foi publicado parcialmente na edição de nº 17 do caderno de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Portugal.

ou LGBT estejam escancaradas. Sim, o Brasil é um país fóbico à diversidade sexual. (Boita, 2020, p. 73)

Não podemos esquecer que o Brasil é um país violento para mulheres cis, trans e pessoas LGBT. O Monitor da Violência (Velasco *et al.*, 2020), aponta que em 2019 foram 3739 homicídios dolosos e 1314 assassinatos violentos as mulheres, ou seja, a cada 7 horas (média) uma mulher foi assassinada, no país. Somente no primeiro semestre de 2020 foram assassinadas 1890 mulheres, um aumento de 2% comparado ao mesmo período do ano anterior. Segundo a Associação de Travestis e Transexuais (Benevides; Nogueira, 2020) em 2019 foram mortas 121 pessoas T (travestis e transexuais) e no primeiro semestre de 2020, 89 travestis e transexuais foram assassinadas. O Grupo Gay da Bahia, aponta que em 2013, 40% das mortes do mundo a LGBT, ocorreram no Brasil (Mott, 2018). Segundo o Transgender Europa, de 2011 a 2018, ocorreram mais de 2700 assassinatos a pessoas LGBT no Brasil, cerca de 1 morte a cada 28 horas (Boita, 2020). Estes são alguns dados estatísticos que demonstram o perigo constante que mulheres e LGBT sofrem diariamente.

De imediato, percebemos que as fobias ao gênero e as dissidências sexuais perpassam os museus. Mesmo assim ainda há uma resistência das pessoas que trabalham nos museus. Talvez muitas delas ignoram que os museus preservam memórias e vidas e não objetos estanques. Ressalta-se que estas instituições, devem ser espaços democráticos, livres, compartilhados e sustentáveis. São por natureza espaços de salvaguarda e comunicação do conhecimento. São, também, espaços políticos e de poder. E, acima de tudo, são lugares do povo.

No Brasil, os museus são regidos pelo Estatuto de Museus (2020). Nesse documento, propõe-se uma definição ampla e democrática para os museus brasileiros. Esta lei é um marco no país por aprimorar normas, procedimentos, técnicas e conceitos. Destaca-se o artº 2º, onde se prevê os princípios fundamentais que movem os espaços museais, a saber; a) Valorização da Dignidade Humana; b) A promoção da Cidadania; c) O cumprimento da Função Social dos Museus; d) A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; e) A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; f) Intercâmbio Institucional. Além desses princípios, estes espaços museológicos, documentam, conservam, expõe e desenvolve ações de pesquisa, educação e cultura.

Apesar de democráticos e preocupados com os direitos humanos, pouco é feito quando se trata do debate sobre gênero e dissidências sexuais. Dos mais de 3 mil museus existentes, são poucas as iniciativas que estão de fato preocupadas na superação da violência e de fobias a diversidade de gênero e sexual. Deste modo, entendemos que em parte, os museus, estão muito mais focados em institucionalizar o preconceito, o conservadorismo e a violência do que garantir o direito as memórias e histórias de minorias sociais.

Por outro, lado, percebemos tentativas pontuais e pouco preocupadas com a demanda social. Atualmente, observamos que muitos museus desenvolvem ações lacrativas para bombar nas redes sociais em uma tentativa de assumir para o público sua preocupação com a diversidade. Mas, percebemos que o debate a geração de renda e a defesa da dignidade humana pouco foi tratada. É comum a realização de eventos, exposições temporárias, lançamentos de livros, vídeos e tantas outras ações. Por um lado, tais ações visibilizam as insti-

tuições; por outro lado, essa visibilização apenas temporária e, efetivamente, nem sempre se traduz em ações afirmativas.

Mesmo assim, as casas de memória ainda estão presas no passado e pouco agem a cerca dessas práticas tão violentas, não só ao corpo, mas a memória e as vidas. Em diversas produções, Boita (2000) já foram apresentas o poder de transformação da memória aliada as demandas sociais. Ações constantes que visibilizem mulheres e pessoas LGBT são importantes para a superação da homolebotransfobia museológica,

Chamo de homolebotransfobia museológica todo e qualquer procedimento da cadeia operatória que é utilizado como argumento para invisibilizar e/ou ignorar as pessoas LGBT, priorizando, escondendo ou até estimulando a desinformação ou a deterioração dos bens culturais museológicos. Em resumo, ao estimular a invisibilização, os museus incentivam a homolebotransfobia. Ignorar um objeto pertencente a esse grupo é negar o direito às memórias da população LGBT, tão humilhada e maltratada pela sociedade e pelo Estado. (Boita, 2020, p. 107)

O presente capítulo irá refletir sobre os limites e potencialidades de atividades que envolvam, salvaguardam e comunicam a diversidade de gênero e dissidências sexuais em museus convencionais. Justifica-se pela necessidade de cumprir de forma prática os princípios fundamentais dos museus brasileiros (art. 2^o, Lei 11.904/2009), amplamente difundida, mas pouco aplicada. Objetiva em demonstrar e refletir sobre as ações realizadas entre 2018 a 2020 no Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás. A intenção é mostrar as estratégias utilizadas visando estimular que outras instituições se abram para valorizar a diversidade de gênero e as dissidências sexuais. Deste modo, entendemos

que todo museu é um espaço político e que possibilita a transformação social de seu entorno, priorizando a preservação e difundido memórias de dissidências sexuais. Para tal, pretendemos de forma prática, aplicar os preceitos de uma Museologia LGBT em um museu convencional,

O que denominamos Museologia LGBT é, por tanto, uma escolha política, onde a sigla LGBT é potência de discussão em Políticas Públicas, e uma escolha teórica, no caso do uso crítico do conceito Queer aplicado a partir de uma perspectiva interseccional, vi sando sobretudo a superação das desigualdades que pesam às comunidades dissidentes da matriz heterossexual hoje hegemônica. (Baptista; Boita; Wichers, 2020, p. 4)

De fato, museus a cada dia travestem-se. Muitos espaços museológicos optaram em não ser mais espaços inóspitos, contemplativos e apáticos. Em uma tentativa de revisão, vão tornando-se locais dinâmicos e preocupados com as demandas contemporâneas, sociais, culturais e políticas. Os museus ressurgem como espaços de resistência e debates. Transformam-se em locais ocupados pela garantia da dignidade humana e não somente pela preservação do objeto.

De Casa do Terror para Lar da Memória: uma breve história sobre o Museu das Bandeiras

Fundada em 1766 a Casa de Câmara e Cadeia, popularmente conhecida como a Casa do Terror da Capitania de Goyaz, foi criada para garantir a ordem e a segurança da província. Em seu interior eram depositados corpos em sua maioria negros, vítimas do sistema escravista que já estava prestes a ser abolido na região. Em um único espaço, era pos-

sível encontrar “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais” (Pollack, 1989. p. 13-14). Esse edifício possui muitas histórias que permearam três períodos distintos: sobreviveu a Colônia, ao Império e a República brasileira, fechando suas celas em 1949. A partir de 1952, a casa do terror reabre como um lar da memória.

Percebe-se que o nome proposto para o lar da memória da Cidade de Goiás se dá a partir de um outro fato histórico violento na região, as entradas e bandeiras. Em 30 de outubro de 1886, ao narrar a história da fundação da cidade, jornal Almanak de Goyaz aponta:

Este governador depois de ter dado posse a nova *villa*, que foi denominada *Villa Bôa de Goyaz*, (*) em *atenção* à Bueno seu descobridor e ao *indio Goyá* que habitava estes lugares, fez demarcação das praças e dos edifícios *principaes*, mandou construir o passo da *camara e cadêa* (...) (Jardim, 1886).

Destaca-se que a menção ao “descobridor” refere-se ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, filho do temido Anhanguera². grande parte dos grupos indígenas que ali viviam, em grande parte foram mortos e fundou-se o Arraial de Santana em 1727, posteriormente denominada Villa Boa de Goyáz, capital da província (Quintela, 2003). Neste contexto, décadas mais tarde foi construído décadas mais tarde um edifício que abrigaria uma camara e cadêa onde as pessoas condenadas eram enforcadas³. Em seu interior, rebeliões organizadas e algumas vidas presas, as vezes foram libertadas.

2. Bartolomeu Bueno da Silva (pai) era popularmente conhecido como o anhanguera, homem cruel que matou cruelmente diversos indígenas.

3. O enforcamento no Brasil foi proibido em 1835.

Para além da cadeia, localizada na parte inferior, havia a câmara. Um espaço de poder localizado na parte superior da edificação. Neste local, sua primeira função foi abrigar o judiciário e a câmara dos deputados da província de Goyaz, desativados após a mudança da capital na década de 30. Com isso, um longo processo de degradação e abandono assolou a edificação que mesmo em ruínas ainda gerava o pavor a uma cidade quase vazia.



Figura 1. Casa de Câmara e Cadeia / Museu das Bandeiras - 1930

Fonte: Acervo Arquivo do Museu das Bandeiras.

Em 1949, com o a decadência da cidade e a efervescência dos direitos humanos⁴ a cadeia passa por um segundo momento de transformação. Mas antes de seu fechamento por completo, já era articulada uma nova função, a de museu. Um ofício do governador Jeronymo de Coimbra

4. Em dezembro de 1948 é promulgada a declaração universal dos direitos humanos.

Bueno enviado à Assembleia legislativa em 8 de julho de 1945, já apontava importância de doação da edificação para o “governo federal, convenientemente adaptada para a instalação de um museu.”, uma vez que não servia mais para o cárcere humano “sem o mínimo conforto e higiene”, segundo o documento,

A cadeia pública da cidade de Goiás, reminiscência dos tempos da capitania, de há muito não pode ser utilizada como presídio, dado o seu precário e quase ruinoso estado e dadas as péssimas condições que oferece para que um ente humano, ainda que culpado do mais grave delito, habite sob o seu tecto.

Com o tempo, um lugar utilizado como símbolo do poder e da repressão, tornou-se um espaço representativo, afirmativo e inclusivo, através de ações estratégicas visando sua popularização. Na atualidade, este espaço museal tornou-se uma importante ferramenta para a superação de fobias a diversidade cultural.

Questionando as entradas e bandeiras, a partir de 2009 o Museu iniciou algumas ações pontuais. Entre 2009 a 2013 visando se afastar do seu discurso defasado e preconceituoso, a diretora Girlene Chagas Bulhões realizou exposições temporárias no pátio externo da instituição com o objetivo de incluir as dissidências sexuais do município, bem como, realizou em 2012 o Seminário do Babado, onde foi estendido uma bandeira do movimento LGBT na fachada do Museu. Posteriormente, entre 2014 a 2018, a gestão de Stélia Castro, valorizou a cultura afro-brasileira realizando parcerias para o desenvolvimento de eventos e oficinas. Ambas gestões foram importantes na difusão de memórias de grupos historicamente excluídos. No entanto, exposições e eventos passam e pouco alteram a realidade museal, da comunidade

e dos grupos socialmente oprimidos. Entre 2018 e 2020, período que debateremos neste artigo, o Museu das Bandeiras atuou de dentro para fora. Como ações basilares, a direção no museu apostou na institucionalização, capacitação e o diálogo, conforme veremos a seguir.

Aplicando a Museologia LGBT em um museu convencional

Durante o período de estudo deste artigo observamos alguns elementos importantes que devem ser refletidos para a preservação e difusão das memórias que envolvam o debate de gênero e dissidências sexuais nos museus convencionais. Visando desenvolver ações que possam reparar os contextos fóbicos onde se estabeleceram normas, missões e um discurso avesso a diversidade de gênero e as dissidências sexuais, realizou-se uma profunda reestruturação, a partir de um desejo de transformar a teoria em realidade

E se a leitora ou leitor atua no campo museológico, cabe uma reflexão: o que você, como profissional de museus, tem feito em relação a esta questão? “Isso não faz parte da missão do meu museu”, nos respondeu certa vez um diretor de um museu público-federal. “Tenho medo de abordar o tema”, muitas diretoras e diretores tem nos dito ultimamente. Os museus não devem se envolver com este tema, devemos nos ocupar com o que é cultural e patrimonial”, nos disse outro. E assim vai, sucessivos argumentos que revelam que nem sempre é necessário que o Estado pregue o ódio em políticas públicas. Os próprios agentes de cultura estão dispostos a mantê-lo. (Baptista; Boita, 2018, p. 253)

De fato, Museu das Bandeiras, desde 2018⁵ mostra que o diálogo e o trabalho em equipe são possíveis para garantir a mudança respeitando a diversidade de gênero e as dissidências sexuais. Talvez, o sucesso da gestão do Muban se dê por três etapas; 1) A institucionalização; 2) Formação e Pesquisa; 3) Ações de difusão a partir de demandas da comunidade local. Inicialmente, entendemos que a importância de se institucionalizar os temas presentes no Museu, alterando a missão e o plano museológico, visando garantir a perpetuação de ações e o encorajamento da equipe. A formação para as pessoas que trabalham na instituição, garante a capacitação e difunde o conhecimento evitando o medo e garantindo o diálogo, além de, reforçar os princípios democráticos. Por fim, a realizou-se ações, eventos, exposições, ações culturais e educativas e debates.

1) Institucionalização (Missão e Plano Museológico)

A institucionalização se deu a partir da atualização da missão, plano museológico e outras normativas internas. Em ambos documentos a diversidade de gênero e

5. O desenvolvimento do trabalho só tornou-se possível com o apoio da equipe técnica, composta por Tatielle Brito Nepomuceno (Diretora Substituta e Coordenadora do Núcleo de Arquivologia e Pesquisa), Etheila Oilveira (Chefe de Serviços), Ruth Vaz (Coordenadora do Núcleo de Ação Educativa e Comunicação Social), Luiz Otávio da Silva Pereira (Auxiliar Administrativo) e das pessoas que trabalham na segurança, recepção do público e limpeza e conservação do Museu das Bandeiras, a saber; Laura Batista (Segurança); Adriana Ribeiro (Segurança); Djari Pereira (Segurança); Maryna Lima (Estagiária); Vando Rodrigues da Cunha (Recepcionista); João Chaves (Segurança); Milena Tavares (Recepcionista); Rodrigo Dias (Recepcionista); Ruan Lucas Marciano (Estagiário); Gizela Dias (Recepcionista); Maria Anali Rodrigues Siqueira (Limpeza e Conservação); Waldim Jesus de Abreu (Segurança); Wariane de Faria Machado (Recepcionista); Cleimar Alves da Silva (Segurança) e Valdimari Domingas Fabino Arrais (Limpeza e Conservação).

sexual tornou-se uma das faces da instituição, garantindo que ações que visibilizem estas pessoas sejam realizadas constantemente e sem desculpas. Em conjunto, para além de ações esporádicas reforçam o diálogo do museu com a comunidade de mulheres e pessoas LGBT.

A nova missão reforça o discurso do museu e o torna um dos primeiros espaços museológicos convencionais brasileiros a incluir o debate de gênero e sexualidade. Isso pode até parecer algo simples, mas o impacto em uma gestão é enorme, uma vez que potencializa e visibiliza grupos que já utilizam a instituição, mas não são vistos por ela. Sua nova missão, aprovada em 2020, é

O MUBAN tem como missão preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação da região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando à universalidade do acesso, à sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, também contribuindo para o desenvolvimento do país por meio da promoção da inclusão social, **da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual e do respeito aos direitos e à dignidade humana.** (Grifo nosso)

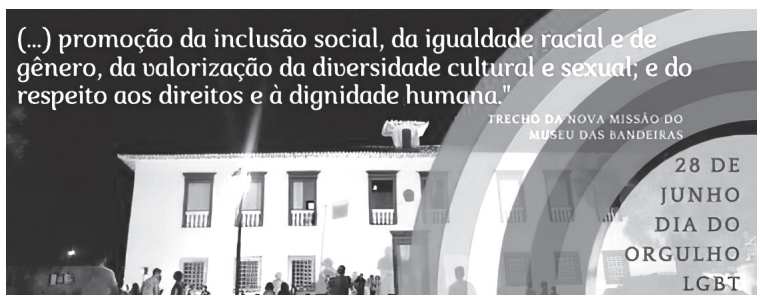


Figura 2. Arte publicada no Facebook do Museu das Bandeiras em comemoração do dia do Orgulho LGBT

Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Com a nova missão produzida e aprovada, passou-se a construir outros documentos normativos. O plano museológico foi o primeiro deles e sem dúvida o mais importante. Esta ferramenta estratégica de gestão, orienta as ações dos museus para os próximos quatro anos. Dentre as ações, foram incluídas atividades que garantam o desenvolvimento pleno da missão.

O Plano Museológico foi instituído por meio do art. 45 da Lei 11.904, que diz:

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

O Plano Museológico, foi produzido com a comunidade local e os colaboradores do Muban e teve duração de dezoto meses. Os participantes foram convidados a diagnosticar o museu e a refletir sobre a missão e seus objetivos frente a sociedade. Ao todo, participaram 22 pessoas, entre colaboradores do museu e membros da comunidade. Todas as pessoas que participaram, realizaram os diagnósticos que possibilitou verificar alguns temas silenciados, tais como a ausência do protagonismo de mulheres e dissidências sexuais. Como resultado dessa invisibilidade, ações foram tomadas visando atender as demandas apresentadas.

Desse modo, escutaram-se os moradores do entorno, da cidade, do centro histórico, as lideranças comunitárias, as pessoas que trabalham no Museu das Bandeiras, os professores dos diferentes níveis do ensino, os gestores públicos e os profissionais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e de outros museus. Além disso, buscou-se conversar constantemente sobre o tema durante as reuniões de equipe, bem como durante as capacitações promovidas pela instituição. Nesses encontros, indagávamos essas pessoas com as seguintes questões:

- Como o Museu das Bandeiras pode estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento?
- De que forma o Muban pode se aproximar da comunidade do entorno? (Museu das Bandeiras, 2020, p. 3)

Para tal, o diálogo entre a missão e o plano museológico garantiram o desenvolvimento das próximas etapas, ou seja, transformamos as ideias em ações. Isso foi fundamental para o encorajamento e a motivação da equipe, que já tinha o desejo em trabalhar com ações voltadas para os temas de gênero e sexualidade.

2) Formação e Pesquisa

Uma transformação nos espaços museológicos só é possível quando toda a equipe participa e constrói de forma colaborativa, do contrário é impossível. Destaca-se que todas as pessoas que atuam no Museu das Bandeiras, como limpeza, segurança, mediação do público, servidores e estagiários estiveram envolvidos nas construções de um museu plural, diverso e acolhedor. Deste modo, foi realizado capacitações constantes com toda a equipe e estímulo a pesquisa.

As capacitações foram realizadas em duas etapas. A primeira, o Programa de Formação do Museu das Bandeiras iniciado em 2019. Era realizada no último final de semana do mês com participação da equipe do museu e da comunidade local, sempre ministrada por um convidado externo, esta atividade totalizava 14 horas. A segunda etapa foi realizada em janeiro de 2020, exclusivamente para equipe, teve duração de três dias e totalizou 24 horas. Em ambos, discutiu-se temas visando capacitar e difundir o conhecimento da equipe e da comunidade.

O objetivo do Programa de Formação do Museu das Bandeiras, era capacitar colaboradores, pesquisadores e moradores da Cidade de Goiás sobre temas específicos sobre o museu, a cidade e história local. Para a realização foram convidados diversos profissionais de distintas áreas para refletir sobre os temas propostos. Cada proposta atendia demandas específicas do museu, visando o estímulo do debate e a disseminação de conhecimento.

Para cada formação, são disponibilizadas 30 vagas, sendo reservadas 20 para a comunidade e 10 para os trabalhadores dos museus da cidade. Para participar, os interessados devem realizar uma inscrição prévia e não há custos. Todos os temas abordados nas formações objetivaram coletar informações para nortear as ações. Por conseguinte, esta atividade tornou-se uma importante ferramenta para a produção de sugestões, as quais posteriormente acabaram sendo incluídas no documento. (Museu das Bandeiras, 2020, p. 15)

O Seminário Interno do Museu das Bandeiras, foi realizado nos dias, 28, 29 e 30 de janeiro de 2020 somente para as pessoas que trabalham na instituição. Para a condução

da iniciativa, optamos pelo tema em comemoração do dia internacional de museus (18 de maio), proposto pelo Conselho Internacional de Museus, “Museus pela igualdade: Diversidade e inclusão”. O objetivo ao utilizar este tema, era que fosse possível, capacitar e planejar em diálogo com a missão, os valores e o plano museológico do museu ações para 2020 de forma colaborativa. Na programação proposta, discutiu-se os temas de gênero, ação educativa, apresentação de pesquisa de público, reformulação dos horários de funcionamento e o plano de gestão de riscos, além de, realizar um planejamento das ações ao longo do ano. De todo modo, mesmo o museu estando fechado para a visita, foram desenvolvidas estratégias voltadas para pesquisas, visando a transformação dos espaços e um melhor entendimento sobre o gênero e sexualidades dissidentes.

O seminário foi dividido em três momentos visando um melhor aprofundamento dos temas que seriam debatidos. No primeiro dia, além da reunião de equipe, refletiu-se sobre a presença das pessoas negras e mulheres na cadeia. No segundo dia, debateu-se sobre os temas de gênero e sexualidade e sobre o programa de gestão de riscos. No último dia, a equipe realizou uma visita no museu onde propuseram ideias, sugestões de ações, mudanças expográficas e do discurso. Ao final, realizou-se uma avaliação onde verificou-se o sucesso da ação.

<p>DIA 28/01 TERÇA</p> <p>Local: Museu das Bandeiras 9:00 às 10:00 – Café da Manhã 10:00 às 12:00 – Reunião de Equipe 12:00 às 13:00 – Almoço 13:00 às 15:00 – Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão I: Ruth Vaz 15:00 às 15:30 – Café 15:30 às 18:00 – Pesquisas no Museu 1) O Pecúlio Como Forma de Conquista: A história Negra não contada - Luiz Otávio, Etheila Oliveira e Vando Rodrigues Cunha 2) Goiás na lente da imprensa: os negros nos jornais do Século XIX [1866-1890] - Wariane Machado 3) O Mito da democracia racial como sustentáculo ideológico da disparidade social no Brasil - Rodrigo Azevedo 4) Faria - Ruan Lucas Marciano 5) As fugas da casa de câmara e cadeia - Milena Tavares 6) A presença das mulheres na casa de câmara e cadeia - Maryna de Lima</p>	<p>DIA 29/01 QUARTA</p> <p>Local: Museu das Bandeiras 9:00 às 10:00 – Café da Manhã 10:00 às 12:00 – Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão 3: Tatielle Brito Nepomuceno 12:00 às 13:00 – Almoço 13:00 às 15:00 – Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão 2: Tony Boita 15:00 às 15:30 – Café 15:30 às 18:00 – Gestão de Riscos</p> <p>DIA 30/01 QUINTA</p> <p>Local: Museu das Bandeiras 9:00 às 10:00 – Café da Manhã 10:00 às 12:00 – Visita ao MASM/Visita MUBAN 12:00 às 13:00 – Almoço 13:00 às 15:00 – Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão – IV – Etheila Oliveira 15:00 às 15:30 – Café 15:30 às 18:00 – Reunião de Equipe</p>	<p>TODOS OS ANOS, DESDE 1977, O ICOM ORGANIZA O DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS, QUE REPRESENTA UM MOMENTO MUSEAL DE TODO O MUNDO.</p> <p>O OBJETIVO DO DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS É DE TRAZER AO CONHECIMENTO DE TODOS O FATO DE QUE MUSEUS SÃO IMPORTANTES MEIOS DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL, ENRIQUECIMENTO DAS CULTURAS E DESENVOLVIMENTO DO MÚTUO CONHECIMENTO, COOPERAÇÃO E DE PAZ ENTRE AS PESSOAS. ORGANIZADO EM 18 DE MAIO OU PRÓXIMO A ESSA DATA, OS EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADOS PARA CELEBRAR O DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS PODEM DURAR UM DIA, UM FIM-DE-SEMANA OU UMA SEMANA INTEIRA.</p> <p>ELE FOI CELEBRADO PELA PRIMEIRA VEZ HÁ MAIS DE 40 ANOS. EM TODO O MUNDO, MAIS E MAIS MUSEUS PARTICIPAM DESTA CELEBRAÇÃO. ANO PASSADO, MAIS DE 37 MIL MUSEUS PARTICIPARAM DO EVENTO EM CERCA DE 156 PAÍSES E TERRITÓRIOS.</p>
---	---	--

Figura 3. Programação do I Seminário Interno do Museu das Bandeiras

Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

As mudanças reais se dão a partir da produção de conhecimento. De fato, a pesquisa é o cerne dos museus. É dela que emana as ações educativas, as ações de documentação, conservação e expografia. Arriscamos dizer que museus sem pesquisas, são espaços de informações falsas. E por isso, estimulamos ao máximo a pesquisa entre toda a equipe, períodos que durante sua jornada de trabalho, acessar um documento ou tirar uma dúvida sobre algum item do acervo ou questionamento do público.

De fato, o Museu das Bandeiras é um equipamento cultural privilegiado. Além do edifício e de um rico acervo, a instituição detém um dos principais arquivos do país. Nele é possível encontrar fundos do período da colônia, império

e república. Muitas dúvidas e questionamentos podem ser respondidos a partir de pesquisas. E por isso, o estímulo às pessoas que trabalham na instituição tornou-se importante, uma vez, que a partir destes estudos geraram-se produções, exposições e eventos.

Como resultado destas pesquisas, foi publicado em novembro de 2020 a *Revista do Arquivo do Museu das Bandeiras*, nela é possível ver uma série de reflexões sobre acervos arquivísticos do arquivo do museu, entre eles, os trabalhos inéditos produzidos pelos colaboradores da instituição. Como exemplo, podemos citar a pesquisa da ex-estagiária e agora historiadora, Maryna Lima, sobre o mapeamento das mulheres e os motivos que levaram a prisão na casa de câmara e cadeia de 1935 a 1936, segunda ela, (Pereira, 2020, p. 172),

Eva Cordeiro dos Santos, presa duas vezes pelo mesmo crime (desordem); Andreлина Rosário, presa duas vezes pelo o crime de desordem; Ortençe Alves ou Hortencia Alves, presa duas vezes uma por embriaguez e desordem; Flora Cassiemira de Cruz, presa duas vezes, uma por desordem e outra por embriaguez; Bertolina Gomes dos Santos, presa três vezes, sendo a causa da prisão desrespeito, nalquias e desordem; Ozana Maria de Jesus, presa três vezes, pelos crimes de nalquia, embriaguez, alnaquias.

Deste modo, percebemos que o impacto da formação aliada a pesquisa favorece a produção de conhecimento. Isso fortalece o debate e enriquece ações, exposições, publicações e ações culturais e educativas na instituição. Agora, os espaços e objetos ganham nomes, gênero e deixam de ser meras coisas sem vidas.

3) Ações de difusão a partir de demandas da comunidade local

O Museu das Bandeiras é um espaço que atua em consonância com a comunidade. A partir de 2018 desenvolveu ações, a fim de atender sua missão, respeita seu plano museológico e atender “Respeito à diversidade de gênero, sexual, étnico-racial e religiosa” (MuBan, 2020, p. 38). Ressalta-se que a igualdade, equidade e a diversidade são elementos fundamentais para o Museu das Bandeiras. E por isso, o Muban, passou a desenvolver, apoiar ações, atividades e eventos sempre em parceria com grupos, coletivos e associações que dialogam com a missão do Museu.

A principal parceria do Muban é a Associação Mulheres Coralinas. Essa associação colaborativa é formada por um grupo de mulheres que inspirados nos poemas de Cora Coralina e Leodegária de Jesus produzem arte e artesanato na Cidade de Goiás, visando a geração de renda. Em 2019 realizamos uma exposição temporária, a organização de um evento e iniciamos ações culturais e educativas com estas mulheres.

Em 2019 foi realizado o *Seminário Saberes das Mãos, Letras e Ofícios*, em parceria com a Associação Mulheres Coralinas. O Muban apoiou a realização deste evento, o qual celebrou o aniversário das escritoras Cora Coralina e Leodegária de Jesus, bem como os 70 anos do Museu das Bandeiras. Além dessa ocasião, realizou-se, no Muban, uma exposição com produtos produzidos por essas mulheres. Atualmente o Museu é um importante parceiro da Associação. (Museu das Bandeiras, 2020, p. 21)

**ENCONTRO DE POESIA E ARTES
SEMINÁRIO SABERES DAS MÃOS,
LETRAS E OFÍCIOS**

14 a 17 de agosto de 2019

Celebração de uma amizade:
130 anos de nascimento de Leodegária de Jesus e Cora Coralina
70 anos do Museu das Bandeiras - MUBAN

Palestras, oficinas, minicursos, mesa-redonda e
II feira e-cêntrica na Cidade de Goiás

Inscrições gratuitas no Câmpus Cora Coralina – UEG
Informações: Câmpus Cora Coralina – UEG | Livraria Leodegária | Museu das Bandeiras



Realização compartilhada *Parceria* *Apoio*

Mulheres Coralinas – ASCORALINAS | Ateliê Elder Rocha Lima
Instituto Bertran Fleury | Livraria Leodegária
Feira e-cêntrica | Museu das Bandeiras - MUBAN

MPT GOIÁS
Estado de Goiás

Universidade Estadual de Goiás

ibram

IPHAN CONEXÃO

Câmara Municipal de Goiás | Diocese de Goiás
Casa de Cultura Milton Zamparoni | Editora Nega Líbri
Editora Trilhas Urbanas | Rádio Vila Boa FM

SECRETARIA
ESTADUAL
BRASIL

Figura 4. Arte do Seminário Saberes das Mãos, Letras e Ofícios

Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Em parceria com a secretaria municipal e estadual de saúde, o Museu das Bandeiras passou a distribuir

preservativos no Carnaval da Cidade de Goiás. Nos dias de festa, chegam a passar pela cidade, mais de 50 mil pessoas, é considerado um dos melhores e mais tradicionais carnavais do Estado. No carnaval de 2019 e 2020 realizamos a distribuição de preservativos para o público visitante. Na ocasião, disponibilizamos, preservativos masculinos, femininos e lubrificantes, nos banheiros e na área externa. A maioria das pessoas que visitam o Museu, levaram seu kit. Além disso, foram distribuídos adesivos contra o assédio de mulheres. No domingo de carnaval, já não havia mais preservativos e adesivos. Isso demonstra o potencial dos museus como um espaço da preservação da vida.

No dia da visibilidade sexual, 23 de setembro, o Museu das Bandeiras, apoiou o evento “Sexualidades Dissidentes: Quando existir é resistência” promovido pelos docentes e discentes da Universidade Federal de Goiás. Na ocasião foi lançado o livro *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs* pelo Conselho Federal de Psicologia. Posteriormente realizou-se uma mesa redonda para discutir a bissexualidade, a LGBTfobia e outras violações da dignidade humana a pessoas LGBTI. A atividade foi realizada no pátio externo do Museu, onde foi hasteada em uma mesa, uma bandeira da comunidade bissexual.



LANÇAMENTO DA OBRA
**TENTATIVAS DE ANIQUILAMENTO DE
SUBJETIVIDADES LGBTI:s**

APRESENTAÇÃO DO LIVRO:
ANDRÉA ESMERALDO (CONS. FEDERAL DE PSICOLOGIA)
FABIANA ITACI ARAÚJO (CONS. FEDERAL DE PSICOLOGIA)

MESA-REDONDA COM:
ANNA PAULA BRITO DUTRA (DCE-UFG)
ARTHUR HENRIQUE MARESCA (ESTAGIÁRIO DA ASCOM/UFG)
MARIA MEIRE DE CARVALHO (COORDENADORA DO GRUPO GSEX)

23

DE SETEMBRO
DIA DA VISIBILIDADE BISSEXUAL

MUSEU DAS
BANDEIRAS

CIDADE DE GOIÁS
A PARTIR DAS 19H30

REALIZAÇÃO



Figura 5. Arte do evento Sexualidades Dissidentes: Quando existir é resistência

Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Em novembro de 2020 o Muban promoveu em formato virtual uma roda de conversa sobre a saúde mental da mulher negra. A atividade foi organizada por algumas pessoas que trabalham na instituição e coordenado pela servidora Etheila Oliveira. Para a condução da roda, foi convidada a psicóloga negra Aline Xavier do Centro Especializado do Atendimento a Mulher (Ceam) que refletiu juntamente com a equipe do Muban e da comunidade local, a violência psicológica que as mulheres negras sofrem no cotidiano.

Tal ação é fruto de uma pesquisa realizada pelos colaboradores sobre a presença de pessoas negras no Muban.



Figura 6. Arte da Roda de Conversa: Saúde Mental da Mulher Negra

Fonte: CEAM -Goiás.

Deste modo, percebe-se que o MuBan desenvolve suas ações sempre a partir de demandas da comunidade. Ao firmar parcerias, o Museu se fortalece e potencializa seu diálogo com lideranças, aproximando-se de pessoas que possuem os mesmos valores que a instituição. Atuar sozinho seria difícil, mas em coletivo, tudo fica mais fácil.

Considerações finais

O presente capítulo apresentou as ações desenvolvidas pelo Museu das Bandeiras voltadas para os temas de gênero e dissidências sexuais entre 2018 e 2020. De fato, as ações realizadas estiveram em diálogo com as demandas do Museu a partir de sua realidade local. Para tal, foi necessário realizar alterações institucionais, pesquisas e parcerias para conseguir cumprir as metas estabelecidas, visando o cumprimento da função social do museu e o atendimento das demandas sociais, afinal,

O Museu das Bandeiras opera em diferentes frentes visando cumprir sua missão e seus valores. No campo da difusão, atua de forma democrática, em diálogo com os diversos públicos que o visitam, assim como com aqueles que pesquisam e promovem ações e eventos acerca de espaços museais. (Museu das Bandeiras, 2020, p. 17)

Destaca-se que todas as ações realizadas cumpriram a legislação proposta no Estatuto de Museus, que já tem mais de 10 anos. Para além da obrigatoriedade, a experiência foi frutífera, importante e teve sua importância social. Ela possibilitou experimentar e verificar que esse tipo de ação perpassa o desejo de mudança de uma gestão entendendo o museu como espaço de transformação social.

Vale lembrar a provocação realizada em 2018, no o artigo “Por uma Primavera LGBT” (Baptista; Boita, 2018) que anunciava a importância de um evento comemorativo proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus sobre a temática LGBT nos museus brasileiros, bem como, propunha diversas ações para os museus convencionais,

A cadeia operatória da Museologia também pode ser positivamente afetada por uma Primavera dos Museus LGBT. Esta proporcionará uma renovação das ações museológicas da instituição. As ações de comunicação (Ações educativas e Expografia) priorizarão o diálogo e o respeito. Será importante somar parcerias, além de promover ações que impulsionem a dignidade humana a estas pessoas com atividades que envolvam a saúde, a educação e a cidadania. É importante não se esquecer de utilizar o Nome Social no tratamento das pessoas travestis e transexuais. Na impossibilidade do desenvolvimento de ações educativas, sugere-se a criação de

um mapa simples que aponte os elementos pertencentes à história e memória LGBT. No que tange à salvaguarda (Conservação e Documentação), valorizar o bem cultural tal qual a qualquer outro sem omitir as informações que afirmam sua sexualidade – como bem aponta Flávio Amaral, “é grande a possibilidade de objetos, acervos e coleções possam ter essa relação com o universo LGBTIQ escamoteada, esquecida ou ignorada” (Amaral, 2014, p. 247). Até mesmo as legendas dos acervos podem ser revistas e problematizadas a partir dessa Primavera – como bem observou Beth Fernandes, militante transexual de Goiânia, mediante as ossadas do “Homem do Rio das Almas” no Museu Antropológico da UFG: “Quem garante que ele era um homem?”, perguntou, “se meus ossos um dia forem parar no museu, serei chamada de homem?”. (Baptista; Boita, 2018, p. 259)

É evidente que as ações propostas no Museu das Bandeiras não solucionaram as demandas e anseios para a garantia do direito à memória de mulheres e pessoas LGBT. No entanto, atendemos as demandas de nossa equipe, das nossas parcerias e dos nossos sonhos – um museu plural, democrático e diverso.

Acreditamos que no nosso tempo, estamos transformando este museu, alterando sua cadeia operatória, realizando parceria, capacitando, discutindo e debatendo. O mais importante é que queremos e acreditamos em um Museu Travesti (Baptista; Boita; Wichers, 2014), um museu que se monta e se transforma a si e seu entorno.

No que tange o medo de represálias por promover mudanças, não temos o que temer. Afinal, uma direção LGBT foi perseguida e ameaçada durante seus anos de vida, diferente dos heterossexuais, estando já calejada. Não

há nada de novo no fronte. Temos pouco tempo de vida e nesse curto espaço de tempo precisamos mudar os museus em suas estruturas fóbicas à diversidade.

Refêrencias

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p.252-262, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3sphCII>. Acesso em: 10 nov. 2020

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; WICHERS, C. O que é Museologia LGBT?. **Revista Memórias LGBT**, 12, p.10-16, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gBgQTx>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **DOSSIÊ: assassina- tos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. Antra: Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3odHLbw>. Acesso em: 15 out. 2020.

BOITA, Tony. LGBTfobia museológica: algumas reflexões sobre as estratégias simbólicas utilizadas nos museus para invisibilizar pessoas LGBT. **Ventilando Acervos**, v. 1, p. 104-115, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Lp1MXd>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BOITA, Tony. Museologia LGBT: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. Rio de Janeiro: Metanoia. **Estatuto de Museus**. Planalto.gov.br. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oDF4Bd>. Acesso em: 10 nov. 2020.

JARDIM, Antônio Felix de Bulhões. **Almanak de Goyaz**. Cidade de Goiás: [s.n.], 1886.

MOTT, L. (2018). Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013/2014/2015/2016/2017/2018. **Homofobia Mata**. Disponível em: <https://bit.ly/3szcB0m>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PEREIRA, M. Entre grades e correntes: os crimes e a presença feminina na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás (1934-1935). In: NEPOMUCENO, Tatielle; MORAES, Cristina; Boita, Tony. **Revista Arquivo do Museu das Bandeiras**, p. 163-174, 2020. Paco Editorial. Disponível em: <https://bit.ly/3gA01bR>. Acesso em: 10 nov. 2020.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em from: <http://bit.ly/33084qo>. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUINTELA, Antonio Corbacho. **O topônimo "Goyaz". Sig-nótica**, v. 15, n. 2, p. 153-172, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sig.v15i2.16216>. Acesso em: 08 mar. 2022.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. (2020). Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia. **G1**. Disponível em from: <https://glo.bo/3HTCq1u>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Alan Ricardo Duarte Pereira: Doutor e mestre em História pela Universidade Federal Goiás. Professor na Rede Municipal de Goiânia. Dedicar-se ao estudo da Capitania de Goiás no século XVIII, especialmente a figura dos governadores, as práticas de leitura e escrita. E-mail: alanricardoduarte@gmail.com.

Ana Amélia Aquino Brito: Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora da Rede Estadual de Ensino. E-mail: anaameliaaquino@gmail.com.

Augusthus Luiz de Souza Barbosa: Doutorando em História na mesma instituição, mestre e graduado em História pela UFG. E-mail: sinteseprodutora@hotmail.com.

Clovis Carvalho Britto: Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, e em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista Produtividade em Pesquisa na área de Museologia pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Autor de diversos artigos, livros e capítulos de livro nas áreas da Museologia e das Ciências Sociais. E-mail: clovisbritto@unb.br.

Deusa Maria Rodrigues Boaventura: Doutorado em Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (2007). Mestrado em Arquitetura pela USP/ São Carlos (2001). Especialização em Educação do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) (1997) e em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (2014). Possui graduação em Arquitetura e Urba-

nismo pela PUC Goiás (1986). É autora do livro *A construção das cidades de Goiás no século XVIII* (2020) e de vários artigos sobre o tema. Atualmente é professora adjunta da PUC Goiás e da Universidade Estadual de Goiás (UEG), nas quais ministra disciplinas sobre Arquitetura do Mundo Antigo, do Renascimento e do Brasil Colonial. Trabalha no Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás. E-mail: dmrbestergmail.com.

Eliézer Cardoso de Oliveira: Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) (2006). Mestre em História pela UFG (1999) e graduado em História também pela UFG (1996). Atualmente é professor efetivo do curso de História e do Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, da UEG (Anápolis). Realizou o estágio pós-doutoral no Programa de Ciências da Religião da PUC-Goiás (2015). O campo de atuação abrange uma interface entre História e Sociologia, abordando os seguintes temas: estética da catástrofe, história cultural, sociologia da valentia, saberes e expressões culturais do cerrado, teoria da história. E-mail: ezi@uol.com.br.

Fernanda Barros: Doutor em Educação pela UFG (2012). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2006). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iporá (1997). Atualmente é professora titular da UFG e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: fernandabarros32@yahoo.com.br.

Fernanda Soares Rezende: Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFG. E-mail: fernanda.soares.ufg@gmail.com.

Fernando Martins dos Santos: Professor e Pesquisador/ bolsista da Capes. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. É pesquisador do GEHIM / gehim.com.br E-mail: fernando_martins@discente.ufg.br.

Gustavo Neiva Coelho: Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-Goiás (1980) e mestre em História pela UFG (1997). É professor adjunto da PUC-Goiás desde 1986. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, história, patrimônio histórico, século XVIII, goiânia, art déco. E-mail: gncoelho@gmail.com.

Heloísa Selma Fernandes Capel: Pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em História e do ProfHistória da UFG. É bolsista produtividade 2/CNPq e coordenadora do GEHIM/ gehim.com.br E-mail: hcapel@gmail.com.

Igor Fernandes de Alencar: Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Mestre em História pela UFG (2019), licenciado em História por esta mesma instituição. Foi professor na Educação Básica na rede pública estadual em Goiás e no município de Goiânia. Atuou enquanto professor e tutor (orientador acadêmico) na Especialização Lato Sensu História e Cultura Afro-brasileira e Africana - HCABA, Modalidade a Distância (FH/UFG). Foi colaborador de pesquisa no Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes da UFG (NEAAD/UFG) e do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG (LaGEN-TE/IESA/UFG). E-mail: igor4p@gmail.com.

Jason Hugo de Paula: Professor de História do Instituto Federal de Goiás, Campus Luziânia. Doutor e mestre em História pela UFG. Graduação - bacharelado e licenciatura em História pela UFG. Experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colonial e História da Escravidão no Brasil e em Goiás. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Escravidão, História de Goiás, Família escrava e mestiçagem. É membro do Núcleo de Pesquisa em Educação, Sociedade e Trabalho do Instituto Federal

de Goiás, Campus Luziânia (Nepest/IFG). Pesquisador externo do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (Lalefil) da Ufcat. E-mail: jason.paula@ifg.edu.br.

Karine Camila Oliveira: Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na linha de Conservação e Restauro pelo PPGAU da UFBA. Arquiteta e Urbanista pela UFU (2010) e mestra em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2013). Trabalhou como chefe do Escritório Técnico do Iphan em Congonhas/MG e como arquiteta residente de obras públicas de restauração/intervenção em bens tombados no estado de Goiás, acumulando experiências de gestão pública e canteiro de obras. Atualmente é Professora Assistente da UFG, atuando no canteiro experimental e nos debates sobre as teorias e projetos de intervenção em bens tombados, é membro da Associação Internacional pela tecnologia da preservação - APTi. E-mail: karineco@ufg.br.

Lara Pelhus Gomes Claudino: Museóloga (Corem 4ª Região – 310 I) graduada pela Universidade Federal de Goiás (2017) e Mestranda em Biodiversidade Animal também pela UFG. É membro da Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM-Goiás) desde fevereiro de 2014. Está iniciando pesquisas voltadas para as possíveis relações entre Museologia e Paleontologia em parceria com o Laboratório de Paleontologia e Evolução da UFG (Campus Aparecida de Goiânia). Tem interesse no campo ações sociais, culturais e educativas em instituições museológicas e culturais, em diálogo com as premissas da Museologia Social. E-mail: larapelhus@gmail.com.

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas: Doutora em História pela Universidade de São Paulo e Professor Titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Como diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, fundou os cursos de mestrado em História e em Letras e propôs a criação do Museu Antropológico da Universidade. Em Brasília, foi membro do Conselho Federal

de Educação, Diretora Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e Assessora do Ministro de Estado da Cultura. É membro de diversas instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico, Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes. É autora de vários artigos e livros dentre os quais *Arraial e Coronel: dois estudos de História Social* e os dois volumes de *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*, além da coordenação do livro *Saúde e Doenças em Goiás: a medicina possível*. Ademais, é contista premiada, autora e diretora de peças de teatro. E-mail: lenacastelo@uol.com.br.

Lucas Italo Silva Ribeiro: Discente no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de Ciências Sociais Aplicadas, pela UFG - Câmpus Goiás. Participa dos projetos de pesquisa e extensão “Cartografias de deslocamentos do território urbano contemporâneo” e “Cidade e dramaturgia visual: ações poéticas urbanas em Goiás”. É membro do Coletivo de Ações Poéticas Urbanas (Capu). E-mail: lucasitalo399@gmail.com.

Lucas Lino da Silva: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC da Universidade Federal de Catalão - UFCAT. Bolsista Capes. Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. E-mail: lucaslino.27@gmail.com.

Marcia Cristina Alves: Doutoranda do PPG-PMUS UNIRIO MAST e trabalha na Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Graduada em Arquivologia pela UFF (1989), graduação em Lic em Ed. Artística - Hist da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). E-mail: marcia@mast.br.

Marcus Granato: Doutor, mestre e graduado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais (UFRJ). Diretor interino do Museu de Astronomia e Ciências Afins entre fevereiro de 2021 e janeiro de 2022,

tendo atuado no cargo de Coordenador de Museologia de 2004 até março de 2018. É professor colaborador do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T (Mast) e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast). É editor científico do periódico eletrônico *Museologia e Patrimônio*; consultor ad-hoc do CNPq, da Fapesp, da Capes, da Cytel, da FAPERJ e da Swiss National Science Foundation. Foi por dois períodos Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Foi secretário do Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitários (Umac) do Icom entre 2016 e 2019. Atua como Coordenador do GT-9 da Ancib. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em conservação de objetos culturais metálicos e patrimônio cultural da ciência e da tecnologia, atuando principalmente nos seguintes temas: museologia, conservação, patrimônio científico - acervos e instrumentos científicos - e divulgação científica. E-mail: marcus@mast.br.

Maria Lemke: Professora na Faculdade de História. Atua nas áreas de Escravidão, Família, Mestiçagens e Documentação. É autora, entre outros, do capítulo “Pardas, donas e senhoras de gentes – notas sobre produção de hierarquias e qualidades - Goiás, século XIX” no livro: *Trabalhar é preciso, viver não é preciso: povos e lugares no mundo ibero-americano. Séculos XVI-XX*, publicado pela Alameda em 2020 e organizado em parceria com Isnara Pereira Ivo e Cristina de Cássia Pereira Moraes. E-mail: marialemke@ufg.br.

Maria Manuel Velasquez Ribeiro: Licenciada em História e pós-graduada em História Insular e Atlântica, mestra em Museologia. Técnica Superior do Museu de Angra do Heroísmo desde 1995, onde exerceu as funções de coordenação do Serviço Educativo até 2003 foi, também, Chefe de Divisão do Património Móvel e Imaterial da Direção Regional da Cultura entre 2003 e 2011. Tem como principais áreas de investigação a história da museologia açoriana e os processos de patrimonialização de bens e a construção de discursos identitários, temas sobre os quais tem publicado vários estudos e artigos. E-mail: mmvelasquez@sapo.pt.

Milena Bastos Tavares: Filha de imigrantes nordestinos, pai agrimensor, Francisco Tavares Florenço e mãe do lar, Raquel Bastos Tavares, nascida em Itapirapuã/GO em 16/02/1956; mudou-se para a Cidade de Goiás em 1968. Estudou no Col. Estadual Prof. Alcide Jubé, após Admissão ministrada pelo prof. Arthur da Costa Ferreira (i.m.). Graduada em História pela UEG, especialista em Gestão de Arquivos pelo Ipogo e Faculdades Oswaldo Cruz, com curso de Especialização Lato Sensu em História do Brasil e Região pela UEG e curso técnico em Conservação e Restauro pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia-SECTEC, por intermédio do Centro de Educação Profissional-CEP - Cidade de Goiás. Trabalha no arquivo do Museu das Bandeiras. E-mail: milena.muban@gmail.com.

Nádia Mendes de Moura: Graduada em arquitetura e urbanismo (PUC GO) e defendeu a tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU USP) em 2018. Defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU UFBA) em 2009, na mesma universidade onde se especializou em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (Cecre UFBA) cinco anos antes. Há mais de quinze atua na defesa do patrimônio cultural, tendo trabalhado em instituições públicas como o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e em escritórios particulares. Ao longo desse tempo também desempenhou atividade docente na Universidade Estadual de Goiás, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Goiás. E-mail: nadiammoura@yahoo.com.br.

Raquel Miranda Barbosa: Professora e pesquisadora do quadro permanente da UFG no Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio e da Graduação em Licenciatura Plena em História, doutora em História pela UEG - PPGH, mestre em História pela PUC-Goiás, membro do Grupo de Pesquisa História e Imagem - GEHIM. E-mail: raquel.barbosa@ueg.br.

Rildo Bento de Souza: Doutor (2015), mestre (2010) e licenciado (2008), bacharel (2008) em História pela UFG. É Professor Adjunto da UFG desde 2013, atuando no curso de bacharelado em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em História. É autor de artigos, capítulos e livros sobre a interface entre memória e patrimônio, com ênfase em História de Goiás. Também escreve romances, contos e peças de teatro. Dentre suas obras, destacam-se: *As raízes profundas do jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira* (Editora Trilhas Urbanas, 2021); *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo 1909-1935* (Paco Editorial, 2014); *Patrimônio cultural da saúde em Goiás: instituições hospitalares, assistenciais, de ensino e de pesquisa* (Editora UFG, 2017), organizado juntamente com Cristina de Cássia Pereira Moraes e Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. E-mail: rildobento@gmail.com.

Rosana Maria Ribeiro Borges: Pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2018), Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da UFG (2013), mestra em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da UFG (2000), Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Radialismo pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (1996). É professora com dedicação exclusiva vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM - Linha Mídia e Cultura) e ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, onde atualmente coordena o PPGCOM. Possui atuação no ensino (de graduação e de pós-graduação), na extensão universitária e na pesquisa nas áreas de Jornalismo e Comunicação Social, com ênfase na História da Imprensa, Pesquisa História do Jornalismo e da Comunicação, Jornalismo e Comunicação, Mídia e Cultura, Discursos Jornalísticos e Produção de Sentidos. É coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás, cadastrado no CNPq e certificado pela UFG. Email: rosana_borges@ufg.br

Tony Willian Boita: Doutorando em Comunicação pela UFG, mestre em Antropologia e Museólogo. É editor da *Revista Memória LGBT+* e membro da Rede LGBT de Museologia Social do Brasil. É autor do livro *Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores*. Atualmente é diretor do Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa (Ibram/Mtur). E-mail: tonyboita@hotmail.com.

Tatielle Brito Nepomuceno: Bacharel em Arquivologia pela UNB é diretora substituta do Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa. E-mail: tatielle.nepomuceno@museus.gov.br.

Título	Museu das Bandeiras: lugar de pesquisa
Organizadores	Rildo Bento de Souza Tony Willian Boita Tatielle Brito Nepomuceno
Assistência Editorial	Giovanna Ferreira Taís Rodrigues
Capa	Larissa Codogno
Projeto Gráfico	Vinicius Torquato
Preparação	Talita Franco
Revisão	Renata Moreno
Formato	14x21cm
Número de Páginas	400
Tipografia	Book Antiqua
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
2ª Edição	Junho de 2022

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.




Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100